UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Marcelo Rampazzo

ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): as Políticas Públicas mediadas entre atores e instituições

Porto Alegre
2024

Marcelo Rampazzo

ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): as políticas públicas mediadas entre atores e instituições

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência do Movimento Humano.

Orientador: Professor Doutor Mauro Myskiw

Porto Alegre
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Rampazzo, Marcelo
ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): as Políticas Públicas mediadas entre atores e instituições / Marcelo Rampazzo. -- 2024.
200 f.
Orientador: Mauro Myskiw.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Políticas Públicas. 2. Esporte e Lazer. 3. Instituição. 4. Estadual. 5. Atores. I. Myskiw, Mauro, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marcelo Rampazzo

ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): as políticas públicas mediadas entre atores e instituições

Conceito final: APROVADO

Aprovado em 01 de março de 2024

BANCA EXAMINADORA

Doutor Daniel Giordani Vasques - Professor PPGCMH-UFRGS

Doutor Fernando Augusto Starepravo - Professor PEF-UEM/UEL

Doutor Leandro Forell - Professor PPGED-UERGS

Doutor Mauro Myskiw - Professor PPGCMH/UFRGS (orientador)

Dedico esse trabalho a minha mãe,
Amélia.

Brooks Was Here.

[Brooks esteve aqui].

(Um sonho de liberdade. Filme de 1994).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Amélia Cordova de Liz, que partiu logo no começo dessa jornada. Mas que sempre me apoiou e incentivou ao longo da vida.

Agradeço ao presidente Lula, e ao ex-ministro da Educação Fernando Haddad, no qual sem a criação do programa de bolsas de estudo do PROUNI (mesmo que suscetível a críticas) eu dificilmente teria retomado a formação no curso de Educação Física no ano de 2006, e tão pouco estaria apresentado essa tese.

Agradeço ao professor Marco Paulo Stigger, e em seu nome ao grupo GESEF, pela oportunidade de prosseguir nos estudos de pós-graduação e contribuir em minha formação acadêmica.

Agradeço também a todos os professores que participaram desse processo de doutoramento, pelas disciplinas que cursei: Anelise Gaya; Fabiano Bossle; Fernando Starepravo; Carlos Eduardo Dullo; Paulo Niederle. E em especial a professora Raquel da Silveira e meu orientador Mauro Myskiw pela convivência, discussões e aprendizados ao longo de diversas disciplinas, além do estágio docência. Agradeço também a todos os professores que de uma forma ou de outra, participaram de minha formação acadêmica na graduação e pós-graduação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, pela compreensão da necessidade de prorrogação desta pesquisa, a fim de sua conclusão.

Agradeço aos colaboradores desta pesquisa, por possibilitarem a realização das entrevistas.

RESUMO

A presente tese se dedicou a estudar o papel das instituições de esporte e lazer do governo do estado do Rio Grande do Sul. Destacamos que nosso recorte temporal se inicia a partir de 1988, quando o esporte e lazer entram como direitos na atual Constituição Federal, e de 1989 quando no estado do Rio Grande do Sul, também incorpora esses direitos em sua Constituição Estadual. O marco final do recorte temporal foi o ano de 2022, último ano da gestão do primeiro mandato do governador Eduardo Leite (2019-2022), responsável pela recriação da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL). Essa própria noção de recriação da secretaria, dá destaque a algo que fomos percebendo com o desenvolvimento da pesquisa, que as instituições do nosso estado responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer, foram se modificando com o passar do tempo. A fim de entendermos esses contrastes institucionais, realizamos um estudo de revisão integrativa, onde procuramos compreender o que academicamente os pesquisadores do campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) tem problematizado a respeito das pesquisas nos entes federativos do Brasil. Com o intuito de avançarmos no debate, sistematizamos quatro abordagem teórico-metodológicas que têm servido de base para as investigações sobre as PPEL's: abordagem conjuntural crítica de respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; abordagem etnográfica em perspectiva antropológica. Esse exercício de sistematização somado ao debate teórico do neo-institucionalismo e do pragmatismo sociológico, possibilitou-nos desenvolver nossas análises sobre as instituições a partir de uma nação mediana. Onde para entendermos o papel das instituições procuramos compreender: os arranjos institucionais ao longo do tempo; os atores que tornaram possíveis esses arranjos institucionais; e por fim as relações que as Instituições estaduais de esporte e lazer desenvolveram em diferentes escalas de atuação.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Esporte e Lazer; Instituição; Estadual; Atores

ABSTRACT

This thesis was dedicated to studying the role of sport and leisure institutions of the government of the state of Rio Grande do Sul. We highlight that our time frame begins in 1988, when sport and leisure are included as rights in the current Federal Constitution, and from 1989 when in the state of Rio Grande do Sul, it also incorporates these rights in its State Constitution. The final milestone of the time frame was the year 2022, the last year of governor Eduardo Leite's first term (2019-2022), responsible for recreating the State Secretariat for Sports and Leisure (SEL). This very notion of recreating the secretariat highlights something that we realized as the research developed, that the institutions in our state responsible for public sports and leisure policies were changing over time. In order to understand these institutional contrasts, we carried out an integrative review study, where we sought to understand what academically researchers in the field of Public Sports and Leisure Policies (PPELs) have problematized regarding research in Brazilian federative entities. In order to advance the debate, we systematized four theoretical-methodological approaches that have served as the basis for investigations into PPEL's: critical conjunctural approach to responses to social issues; socio-historical relations of power and meanings; public policy analysis models; ethnographic approach from an anthropological perspective. This systematization exercise, combined with the theoretical debate of neo-institutionalism and sociological pragmatism, allowed us to develop our analyzes of institutions from an average nation. Where, to understand the role of institutions, we seek to understand: institutional arrangements over time; the actors who made these institutional arrangements possible; and finally the relationships that state sports and leisure institutions developed at different scales of action.

Keywords: Public policy; Sports and leisure; Institution; State; Actors

RESUMEN

Esta tesis estuvo dedicada a estudiar el papel de las instituciones de deporte y ocio del gobierno del estado de Rio Grande do Sul. Destacamos que nuestro marco temporal comienza en 1988, cuando el deporte y el ocio son incluidos como derechos en la actual Constitución Federal, y a partir de 1989, cuando en el estado de Rio Grande do Sul, también incorpora estos derechos en su Constitución Estadual. El último hito del cronograma fue el año 2022, último año del primer mandato del gobernador Eduardo Leite (2019-2022), responsable de recrear la Secretaría de Estado de Deportes y Esparcimiento (SEL). Esta misma noción de recrear la secretaría resalta algo de lo que nos dimos cuenta a medida que se desarrollaba la investigación: que las instituciones de nuestro estado responsables de las políticas públicas de deporte y ocio estaban cambiando con el tiempo. Para comprender estos contrastes institucionales, realizamos un estudio de revisión integradora, donde buscamos comprender lo que académicamente investigadores en el campo de las Políticas Públicas de Deportes y Ocio (PPEL) han problematizado respecto de la investigación en las entidades federativas brasileñas. Para avanzar en el debate, sistematizamos cuatro enfoques teórico-metodológicos que han servido de base para las investigaciones sobre los PPEL: enfoque crítico coyuntural de las respuestas a las problemáticas sociales; relaciones sociohistóricas de poder y significados; modelos de análisis de políticas públicas; Aproximación etnográfica desde una perspectiva antropológica. Este ejercicio de sistematización, combinado con el debate teórico del neoinstitucionalismo y el pragmatismo sociológico, nos permitió desarrollar nuestros análisis de las instituciones de una nación promedio. Donde, para comprender el papel de las instituciones, buscamos comprender: los arreglos institucionales a lo largo del tiempo; los actores que hicieron posibles estos arreglos institucionales; y finalmente las relaciones que las instituciones estatales de deporte y ocio desarrollaron en diferentes escalas de acción.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Deportes y Ocio; Institución; Estado; Actores

SUMÁRIO

PRÓLOGO....12
INTRODUÇÃO....19
POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS/DISTRITAL DE ESPORTE E LAZER: PROBLEMATIZAÇÕES E INTERESSES NA AGENDA COLETIVA DE PESQUISA....24
1 INTRODUÇÃO....25
2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO....27
3 SOCIOLOGIA DAS ASSOCIAÇÕES E A TEORIA ATOR-REDE....30
4 PONTOS DE PASSAGEM DAS PROBLEMATIZAÇÕES DA AGENDA....32
5 FONTES DE COORDENAÇÃO DE INTERESSES DA AGENDA....38
6 CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÕES FINAIS....45
REFERÊNCIAS....47
TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS EM ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UM ENSAIO SOBRE ABORDAGENS E DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS....63
1 INTRODUÇÃO....64
2 ABORDAGEM CONJUNTURAL CRÍTICA DE RESPOSTAS ÀS QUESTÕES SOCIAIS....66
3 ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DE RELAÇÕES DE PODER E SIGNIFICADOS..71
4 ABORDAGEM DE MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS....75
5 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA....81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS....84
REFERÊNCIAS....85
ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): ANÁLISES DE ACORDOS E COMPROMISSOS....90
1 INTRODUÇÃO....91
2 PERSPECTIVA ASSENTADA EM (DES)ACORDOS E COMPROMISSOS....97
3 DECISÕES METODOLÓGICAS....99
4 EIXOS ACTANCIAIS E SEUS SERES INSTITUCIONAIS....102
5 COMO VEM SENDO: CASOS DE (DES)ACORDOS E COMPROMISSOS....120
5.1 Caso 1: Professores na gestão....123
5.2 Caso 2: Mudanças nos JIRGS....125
5.4 Caso 3: A Copa FIFA 2014....128
5.4 Caso 4: O Plano Estadual de Esporte....131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS....134
REFERÊNCIAS....135
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: OS LUGARES DAS CRENÇAS DE GESTORES EM RELAÇÃO A IMPERATIVOS DO TRABALHO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS....139
1 INTRODUÇÃO....140
2 TRABALHO POLÍTICO E MEDIADORES INSTITUCIONAIS....146
3 DECISÕES METODOLÓGICAS....150
4 IMPERATIVOS E MEDIAÇÕES DO TRABALHO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO....153

5 RETOMANDO O DEBATE RELAÇÕES ENTRE CRENÇAS E INSTITUIÇÕES.....172
REFERÊNCIAS.....176
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 179
EPÍLOGO.....182
APÊNDICES..... 186
Apêndice 1 - Modelo de Carta de Apresentação e Convite..... 187
Apêndice 2 - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....188
Apêndice 3 - Modelo do roteiro de entrevista.....191
Apêndice 4 - Leis e Decretos utilizados como fontes.....193

PRÓLOGO

O prólogo é um texto introdutório comumente reservado aos textos de peças teatrais, ou literárias, no qual o autor procura contextualizar aos leitores o enredo que envolve a obra. Esse é meu exercício, onde procurarei sinteticamente contextualizar a trama da tese que desenvolvi em forma de artigos – algo não muito comum nas pesquisas qualitativas da área da Educação Física – tentando ser mais artístico-criativo do que acadêmico-formal. Neste prólogo, por vezes a escrita realizo em primeira pessoa do singular, por vezes em primeira pessoa do plural, algo não recomendável na escrita acadêmica, mas como um exercício de reflexão parece-me importante, pois com isso destaca que mesmo que a tese seja uma produção individual, ela demandou muito esforço coletivo.

Um dos primeiros momentos que consigo contextualizar, foi minha participação junto com os professores Mauro e Raquel, de uma reunião junto a Secretaria Estadual do Esporte e Lazer, em dezembro de 2019. O objetivo daquela reunião era de articular junto a secretaria a Rede Estadual de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, uma rede envolvendo universidades de nosso estado, a fim de, realizar um diagnóstico das políticas públicas desenvolvidas, possibilitando aos gestores públicos organizar as políticas para o esporte e lazer. Mas a reunião não saiu como esperado. O secretário à época João Derly, não compareceu, e fomos recebidos pelo seu secretário adjunto – no qual não me recordo o nome, e também caso recordasse, teria que manter em sigilo sua identificação – onde os professores iniciaram um diálogo, e uma tentativa de mostrar ao gestor a necessidade de se ter a compreensão do cenário das políticas públicas de esporte e lazer no Rio Grande do Sul. Um diálogo observado por um espectador dotado de certo conhecimento acadêmico, mostrou o desencontro entre o campo acadêmico-científico e o campo político-burocrático[1]. Apesar do desencontro de expectativas, uma fala do gestor foi emblemática para essa tese, onde o mesmo em certo momento da reunião afirmou: “se não fosse o secretário João Derly, a secretaria e nada disso que temos aqui existiria”. Essa afirmação foi o que levou a tentar compreender como se constituiu a Secretaria de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul?

Marcado por essa reflexão, fui atrás de informações, materiais e, em fim, de subsídios que pudessem me auxiliar a compreender a existência da secretaria. Mas

[1] Ver mais em STAREPRAVO, 2011.

pouco, ou quase nada encontrei sobre o que a secretaria desenvolveu no ano de 2019. Na verdade, ela estava sendo (re)criada, após a sua extinção no governo anterior (algo que detalhamos ao longo da tese), e essa ausência de uma política pública estadual, orientou meu projeto de qualificação, defendido em maio de 2021.

Na ocasião da qualificação desta pesquisa participaram os professores Fernando Starepravo; Leandro Forell; e Marco Paulo Stigger, que entre as contribuições para essa tese, sugeriram definir o foco da pesquisa, e em particular, se atentar à própria secretaria enquanto instituição. Tentando compreender: o que a secretaria “vem sendo” ao longo do tempo.

Não sei se por sorte, destino, ou meramente coincidência, nas semanas seguintes, ao consultar o portal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para me matricular nas disciplinas a cursar naquele semestre, encontrei uma em particular denominada Sociologia das Instituições. Disciplina do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ministrada pelo professor Paulo Niederle, no qual abordou a perspectiva de compreender as instituições pela teoria do neo-institucionalismo. Onde, em suma, o neo-institucionalismo busca compreender as instituições políticas (um dos subsídios teóricos desta tese), contribuindo significativamente para que pudéssemos avançar sobre as contribuições apontadas na qualificação desta pesquisa.

Somado a esse golpe de sorte, também contei com as contribuições da disciplina de Antropologia Política. Disciplina do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ministrada pelo professor Carlo Eduardo Dullo, disciplina que possibilitou desenvolvermos algumas interpretações, a partir do olhar antropológico, sobre as instituições.

Para além dessas disciplinas em particular que serviram como substrato teórico para desenvolver esta tese, ainda realizei as disciplinas de Esporte, Estado e Política; Gestão e Políticas Públicas de Esporte e Lazer, organizadas pelo professor Mauro Myskiw e pela professora Raquel Silveira. Também no ano de 2020, em meu segundo semestre de curso, participei da disciplina de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ministrada pelo professor Fernando Starepravo da Universidade Estadual de Maringá.

Tal participação (daquela disciplina a distância, e de tantas outras) só foi possível de forma *on-line* (ou remota, como comumente acostumamos a chamar essa interação) pois, no final de 2019 na China, se identificou um vírus chamado

SARS-CoV-2, que desencadeou no ano de 2020 uma pandemia de emergência mundial da denominada COVID-19, que perdurou durante os anos seguintes de 2021 e 2022. Causando no Brasil mais de 700 mil mortes (até o presente em 2024). Como não bastasse a própria crise que o momento exigiu das pessoas tendo de mudar drasticamente as interações pessoais, mantendo o “distanciamento social” (a medida mais eficaz de não proliferação da doença, antes da chegada da vacinação) a própria ciência foi contestada, vilipendiada por aqueles que minimizam os impactos da doença. No Brasil a figura principal desse cenário inquisitório que perseguiu a ciência foi o próprio presidente da república Jair Bolsonaro. Nesse cenário um tanto hostil à ciência e ao conhecimento, é que essa tese foi desenvolvida.

De certa forma limitado pela pandemia, não pude recorrer a pesquisa etnográfica, um desejo inicial pela tradição de pesquisa do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS). Mas a experiência em atividades *on-line* no período, nos ajudou a realizar entrevistas, alcançando colaboradores que atuaram na gestão das instituições de esporte e lazer, que estavam espalhados nas mais diversas regiões do estado, e até mesmo em outros estados.

Por fim, a produção textual desta tese foi dividida em quatro artigos, um tipo de produção não muito comum na pesquisa qualitativa, mas a fim de atender as demandas do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS), entendemos que este tipo de produção melhor atenderia a demanda institucional do programa de pós-graduação, assim como, seria um tipo de inovação para as pesquisa do grupo. Com isso, os dois primeiros artigos já estão publicados nas revistas, Movimento e Licere. Os dois últimos, por serem mais extensos e trazem boa parte do material empírico da tese, possivelmente tenhamos que adequá-los para futuras publicações em periódicos acadêmicos. Cada um dos artigos consta dos resumos em português, inglês e espanhol. Além de cada um contar com suas referências ao final, onde muitas são comuns a mais de um artigo. Também cada artigo traz conclusões que os fazem ser entendidos por si próprios, mas que ao final desta tese trago o epílogo, tentando sistematizar os pontos de conexão (ou não) desta obra.

Finalmente, resgatando cada um dos artigos, no primeiro realizamos um estudo de revisão integrativa, questionando como academicamente os entes

federativos estaduais, têm sido objetos de pesquisas. Com isso, procuramos compreender a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) de iniciativa setorial das Unidades Federativas/Distrito Federal (UFs/DF), tendo em vista, (1) os pontos de problematizações com os quais os estudos se colocam no espaço público-científico, e (2) as fontes de coordenação de interesses na constituição da agenda. Recorremos a sociologia pragmática, como exercício teórico de reflexão. Constatamos assim dez 'pontos de passagem' por onde as pesquisas que se interessam em investigar as políticas públicas de esporte e lazer passam: 1- Reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais; 2- Crenças que perpassam a presença do esporte e do lazer nas agendas de Estado e de Governos; 3- Desigualdades sociais e regionais, universalização, democratização dos direitos ao esporte e lazer; 4- Financiamento e gastos como chaves interpretativas das Políticas Públicas; 5- As dimensões e concepções do esporte e do lazer nas Políticas Públicas; 6- Demandas de mudanças na gestão na administração pública de esporte e lazer; 7- Demandas e participação popular e controle social-democrático; 8- A carência de estudos sobre Estados e Distrito Federal; 9- As carências de um sistema nacional de esporte e lazer; 10- Preservação da memória e da história e identidades. Somados a esses 'pontos de passagem' destacamos as fontes de coordenação de interesses na agenda, que forma uma comunidade, interessada em elementos presentes nas políticas públicas que acabam por coordenar as agendas de pesquisa. Onde destacamos as seguintes fontes de coordenação de interesses: 1- Financiamento e gastos nas PPELs Estaduais/Distrital; 2- Configurações de planos, programas, projetos e ações; 3- Concepções, dimensões ou manifestações de Esporte e Lazer; 4- Participação popular e controle social-democrático; 5- Processos de organização e de gestão pública de esporte e lazer; 6- Processos político-partidários nas/das PPELs. Algumas das conclusões que podemos destacar atendendo ao que objetivamos é que as pesquisas passam majoritariamente por investigar o direito social de acesso às políticas públicas de esporte e lazer e as desigualdades setoriais, e se interessam principalmente pelo financiamento e configuração das políticas públicas de esporte e lazer. Destacamos também, que muitas das pesquisas desta revisão, se atentam a análise documental, tendo pouco acesso aos atores. Essa certa limitação, é um dos pontos que nos fez olhar para os atores nesta tese.

Percebendo tal limitação da área, contamos com oito colaboradores para uma rodada de entrevistas, sendo que realizamos cinco dessas de forma on-line. Ao todo, utilizamos o material de sete entrevistados que autorizaram o uso das entrevistas. Outros contatos prévios foram tentados com outros gestores, mas não foi possível acessá-los para entrevista. Percebemos ao final do processo que os gestores que estão afastados a mais tempo da função que ocupavam, tinham maior disponibilidade em contribuir com a pesquisa. Os mais recentes que tentamos contato, parecem menos suscetíveis a esse tipo de colaboração, possivelmente por ainda estarem próximos, ou ainda, ter alguma relação política vigente com a instituição. Com isso, investigar a(s) instituição(ões) responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer no estado do Rio Grande do Sul, demandou na produção de material empírico pelas entrevistas, também a análise de documentos, e observações.

Dotados do interesse em avançar na pesquisa institucional, o segundo artigo se caracteriza por um ensaio teórico-metodológico no qual procuramos destacar as trajetórias institucionais nas pesquisas das políticas públicas de esporte e lazer. Tentando entender as instituições políticas, recorremos ao debate teórico do neo-institucionalismo, somado a quatro trajetórias de investigação que se destacam na relação entre instituições e políticas públicas de esporte e lazer sendo elas: abordagem conjuntural e crítica da realidade social; abordagem sócio-histórica de relações de poder e significados; abordagem de modelos de análise de políticas públicas; e abordagem etnográfica em perspectiva antropológica. Essas diferentes abordagens de certa forma caracterizam determinados movimentos investigativos, orientados por interesses dos pesquisadores e especificidade de cada pesquisa. E que cada abordagem tem proximidades com as três versões do neo-institucionalismo (histórico; escolha racional; sociológico). Reconhecendo e caracterizando esse panorama teórico e investigativo, destacamos que as mesmas abordagens em certa medida configuram uma perspectiva interdisciplinar de investigação das/nas instituições. O desafio posto ao investigar as instituições políticas de esporte e lazer, seria justamente uma posição mediana, resguardando a vigilância teórico-metodológica.

Após apontarmos a forma de como as instituições vendo sendo investigadas academicamente, no campo das políticas públicas de esporte e lazer, procuramos compreender quais arranjos institucionais possibilitaram o Estado do Rio Grande do

Sul desenvolver as políticas públicas de esporte e lazer, a partir do momento em que entra em cena o direito social. Os acordos e compromissos em torno das políticas públicas de esporte e lazer, são os modos como os atores conseguem estabilizar as políticas públicas em forma de instituição. Mas, quando o desacordo e as diferenças entram em cena, possibilitam rupturas, mudanças e até mesmo as incertezas institucionais proporcionam novas configurações. Nesse contexto destacamos os seguintes eixos: esporte escolar; esporte de rendimento; esporte como direito social; esporte como cadeia produtiva; coordenação política do/no esporte; coordenação técnico-financeira do esporte. Esses eixos de actanciais possibilitam aos gestores construir os arranjos institucionais em prol das políticas públicas de esporte e lazer. Essa mobilização ganha diferentes contornos em diferentes arranjos institucionais, com isso, chegamos a quatro casos em que os (des)acordos e compromissos marcam a trajetória e os arranjos institucionais do esporte e lazer no Rio Grande do Sul: professores na gestão; mudanças no Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS); Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA); Plano Estadual de Esporte. Entender esses arranjos nos possibilitou perceber que apesar de que (des)acordos e compromissos tenham sidos marcados pelo eixo do esporte de rendimento, outros eixos como o do esporte como direito social também fazem parte dos arranjos institucionais, mesmo que por vezes de forma secundária. A criação de uma Secretaria voltada ao esporte e lazer, não significa necessariamente maior institucionalidade, já que determinados arranjos institucionais estão sujeitos às crises e rupturas, ainda mais na dimensão política. Com isso, nos parece necessário olhar com mais atenção os atores acionados em determinados governos e contextos políticos, que em tese serão os responsáveis pelas mediações que tornam possíveis os acordos, compromissos e arranjos institucionais, e em última instância até mesmo a sustentação das instituições.

No último movimento analítico, recorremos a acessar os Gestores, tendo em vista um diálogo sobre as crenças desses atores nas PPELs. Mas destacamos que, recorrentemente, na literatura acadêmica, se faz presente a noção de concepção e de representações sobre o esporte e lazer como uma questão que marca a construção e a implementação das políticas públicas do setor, havendo um debate acadêmico a respeito dessa relação. Nos inserimos nesse debate, propondo uma perspectiva analítica que confere mais centralidade às ações dos gestores no trabalho político-administrativo, tomando-os como mediadores. Ao fazer as

descrições chegamos a compreensão do trabalho político dos gestores públicos de esporte e lazer com suas crenças, especialmente daqueles que assumiram cargos de Subsecretários, Diretores de Departamentos, Presidentes de Autarquia, ou, Secretários de Estado relacionados às instituições de esporte e lazer no governo do Estado do Rio Grande do Sul, relacionando suas ações frente a um conjunto de imperativos específicos desse setor ou desse subsistema de política pública.

Para esses atores, chegar a assumir uma instituição, passa pela relação que o governo estadual tenta estabelecer com determinado setor político, no caso do esporte e lazer essas possibilidades são diversas, se relacionam com o esporte de rendimento, com a Educação Física, ou com o esporte e lazer como direitos sociais. Com isso, o governante estadual tem acionado dois perfis de gestores: o técnico e o político. Esses que são os responsáveis por mediar os arranjos institucionais, que são justamente as relações construídas institucionalmente, com outros: Conselho Estadual; Empresas; Entidades Esportivas; Escolas; Governo Federal; Municípios; Organizações da Sociedade Civil; Outras Pastas; Partidos Políticos; Pasta do Esporte; Universidades. O principal arranjo institucional presente se configura na própria relação com a Pasta do Esporte, mas ainda surgem outras camadas de atuação, onde os os gestores, para dar conta dos imperativos do trabalho desenvolvem mediações nesses/entre esses arranjos.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel das instituições que tratam do esporte e lazer tem ganho proeminência acadêmica, desde a criação do Ministério do Esporte, durante o primeiro governo Lula (2003). As pesquisas de Bueno (2008) e Carvalho (2013) apresentam de certa forma a trajetória por onde as instituições ligadas ao esporte passaram, até o que se configurou como “Ministerialização” (BUENO, 2008; CARVALHO, 2013). Uma forma de consenso entre coalizões progressistas (Esporte Participativo-Educacional) e conservadoras (Esporte do Alto Rendimento) (BUENO, 2008; CARVALHO, 2013). Nessa trajetória institucional, ganha destaque ações de um passado recente, onde o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ao tomar posse em 1° de janeiro de 2019, extingue o Ministério do Esporte, colocando-o como secretaria subordinada à pasta do Ministério do Desenvolvimento Social. Nesse processo, governadores estaduais, também acabaram por extinguir as secretarias estaduais responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer (TAFFAREL, SANTOS JÚNIOR, 2019). No estado do Rio Grande do Sul (RS), acontece um movimento contrário, onde o governador eleito Eduardo Leite (2019-2022), recria a Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL), que havia sido extinta no governo anterior. Essas trajetórias e mudanças institucionais, provocam nossas inquietações acadêmicas.

Esse sentido de desacordo e diferença, é justamente o que Postero e Elinoff (2019) definem a política enquanto prática de construção do mundo, provocando-nos a questionar e investigar, não os consensos ou acordos, mas sim o seu oposto, “qualquer formulação política deve necessariamente abordar os ‘antagonismos'" (POSTERO; ELINOFF, 2019, p.9). Com isso, diferenças, desacordos, e também rupturas e conflitos, são práticas políticas. A partir desses entendimentos, nesta tese objetivamos no contexto geral: compreender como vem sendo construídos os arranjos institucionais que possibilitaram a organização das políticas públicas de esporte e lazer no estado do Rio Grande do Sul.

Algumas das formulações de Postero e Elinoff (2019), indicam que da mesma forma que a política organiza as instituições, e molda a vida em sociedade, ela também desorganiza e desmonta, onde “o bem comum não é o ponto final, mas sim uma questão teimosa que permanece aberto à renovação e reconfiguração política” (POSTERO; ELINOFF, 2019, p.18). Esses elementos de renovação e reconfiguração

política, acontecem em diversas escalas, investigar esses elementos na política e nas instituições são lacunas que dão sentido a uma política composta por diferenças, desacordos e compromissos. Com isso, uma pesquisa que envolva essas escalas, como desacordos, diferenças e compromissos, não é uma tarefa simplesmente descritiva. É uma tarefa complexa, que abre possibilidade para compreender transformações futuras (POSTERO; ELINOFF, 2019).

As pesquisas de Rieth (2005) e Passos (2013), contribuem para pensarmos a relação das instituições no estado do RS. A dissertação de Rieth (2005), ao estudar as mudanças e disputas sobre os Jogos Intermunicipais (JIRGS), aponta para tensões institucionais, que fizeram parte daquele processo. Um primeiro ponto, foi a própria tentativa de mudar caráter do JIRGS: deixando de ser uma competição de rendimento, para uma proposta mais participativa; essa tentativa provoca o segundo ponto: as resistências externas (promovidas pela mídia e federações que detinham certo monopólio do sentido das disputadas do JIRGS), além das resistências internas (encontradas dentro do próprio governo, na falta de diálogo e respaldo às ações propostas); sendo essa responsável pelo terceiro ponto: a ruptura institucional, levando o setor do esporte e lazer a sair da Secretaria de Educação, sendo remanejado junto a Secretaria de Turismo, somando-se ainda a criação da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) e posteriormente sendo criada a Secretaria de Esporte e Lazer (PASSOS, 2013).

A respeito das configurações políticas e institucionais que envolvem assumir a gestão de uma pasta de governo, a tese de Passos (2013), analisou a formação do secretariado dos governos do estado do Rio Grande do Sul, entre 1991-2002, onde destaca que em um país com o regime presidencialista, como o caso do Brasil, tanto na União, quanto em seus entes federados (estados e municípios), a posse de determinada pasta (Ministério, Secretaria), se dá a partir da nomeação feita pelo governo eleito, ou seja, um gestor público só assume tal função, ao ser designado pelo presidente, governador ou prefeito eleito pelo voto. Algo que não é simples, pois o governo eleito tem que lidar com interesses diversos, além de cumprir os compromissos políticos assumidos durante a campanha eleitoral, e ainda garantir sustentação política ao governo. Em suas análises Passos (2013) destacou a relação entre o governador eleito e a Assembleia Legislativa (ALRS), a partir da nomeação política por indicações de partidos que compõem a base de governo, a fim de garantir sustentação junto à ALRS. Sendo um recurso político para o

governador do estado implementar sua agenda de governo. Destacando ao fim que, algumas secretarias de estado podem servir de barganha política, como moeda de troca, com a intenção de compor a coalizão de governo. Secretarias de “natureza social”, com postos de visibilidade social e que apresentem retorno político no curto prazo, são mais negociáveis. Já secretarias de “natureza econômica”, com planos de longo prazo e que objetivam implementar a agenda do governador eleito, dificilmente são negociadas, sendo nomeados secretários de estrita confiança do governador. Nesse arranjo político e institucional, entre a negociação, sustentação e formação de coalizão, são destacados dois perfis de gestores: o técnico, que assume a pasta a fim de operacionalizar a agenda de governo; e o político, que assume a pasta a fim de politicamente viabilizar a agenda de governo de sua pasta junto a ALRS (PASSOS, 2013).

Esse arrazoado de evidências científicas, possibilita pensar que a dinâmica institucional dos entes federativos estaduais, ganha outro contorno quando comparada com a institucionalização federal caracterizada por Bueno (2008) e Carvalho (2013). O ponto que podemos destacar, é que em escala estadual a configuração institucional toma contornos próprios, mesmo diante uma relação marcada pela reprodução, sobreposição de ações, baixa institucionalidade, mudanças e rupturas institucionais, os estados parecem não obedecer a mesma ordenação da esfera federal. Essa dinâmica um tanto complexa e por vezes contraditória, podemos conceituar como arranjos institucionais.

Os arranjos institucionais acabam por caracterizar os diferentes tipos, ou, formas de como as instituições se organizam. Em uma perspectiva sócio-política na obra organizada por Lima e Schabbac (2020), destacam-se em diferentes textos, os arranjos institucionais como forma de interação institucional, suscetíveis a continuidades e mudanças. Onde pela ação dos atores, as instituições criam estratégias para a implementação de suas políticas, recorrendo a recursos financeiros, recursos humanos e recursos materiais, que de certa forma capacitam os atores e as instituições a implementar o que foi planejado. Esses arranjos institucionais construídos, são sustentados tanto por atores governamentais, como pelos não governamentais, formando uma rede de sustentação que envolve trocas, barganhas, interesses diversos sujeitos a contradições, rupturas, acordos e desacordos. Mesmo assim, os arranjos institucionais coordenam as ações, capacitando os atores a mobilizar determinados recursos. Os arranjos institucionais

possibilitam a sustentação da própria instituição, em diferentes formas de negociação, tanto pela cooperação quanto pela coordenação de diferentes atores, possibilitando uma aprendizagem coletiva em torno da instituição. Essas noções somado a sociologia pragmática (Boltanski; Thévenot, 1999), possibilita nesta tese compreender o arranjo institucional como dimensão de (des)acordos, alianças, arranjos construídos, envolvendo determinado coletivo, na intenção de justificação da ações em torno das instituições responsáveis pelas políticas públicas de esporte e lazer no Estado do Rio Grande do Sul.

Para entendermos esses processos de continuidades/mudanças, acordos/desacordos, buscamos atores que estiveram ligados à gestão das instituições do esporte e lazer no RS. Com isso, entrevistamos atores que foram secretários de estado, subsecretários e presidentes de fundação, em que, em diferentes arranjos institucionais, de diferentes governos, foram os responsáveis por articular esses arranjos institucionais, a fim de, mobilizar as políticas públicas de esporte e lazer no estado do RS. Mas por que acessar esses atores? Nesse processo de amadurecimento acadêmico, aprendemos pela literatura neo-institucional que fatores como a cultura a história, as ideias e a própria instituição, fornecem bases para um sistema de crenças compartilhadas, possibilitando que algumas soluções sejam mais prováveis do que outras, pois, os atores creem que os outros também as escolherão (THÉRET, 2003). Com isso, esses atores tornam-se informantes privilegiados, a fim de compreendermos determinados arranjos institucionais.

Como conceito nesta tese, consideramos as crenças como uma espécie de ‘cola social’, que une atores e instituições. Nessa relação, “as instituições fornecem códigos de comportamento apropriado, laços afetivos e uma crença em uma ordem legítima” (MARCH, OLSEN, 2006, p.5). Ao destacarmos as instituições como um dos objetos deste estudo, levamos em consideração os argumentos de Théret (2003), para quem o neo-institucionalismo se distingue de outros paradigmas intelectuais, e aponta para a necessidade de se levar em conta “a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações são precisamente as instituições” (THÉRET, 2003, p.225).

Tendo em vista o acima exposto, em um contexto onde as instituições estaduais de esporte e lazer, estiveram suscetíveis a diversas mudanças de

governos, e influências de diferentes atores e arranjos institucionais, nos questionamos: Como os arranjos possibilitaram as instituições do esporte e lazer do Rio Grande do Sul a desenvolver suas políticas públicas, no período de 1989 a 2022? A fim de responder essa questão, dividimos a tese em quatro artigos que se seguem, nos capítulos desta pesquisa.

POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS/DISTRITAL DE ESPORTE E LAZER: PROBLEMATIZAÇÕES E INTERESSES NA AGENDA COLETIVA DE PESQUISA[2]

STATE/DISTRICT PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND LEISURE: ISSUES AND INTERESTS ON THE COLLECTIVE RESEARCH AGENDA

POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATALES/DISTRITALES PARA EL DEPORTE Y EL RECREO: TEMAS E INTERESES EN LA AGENDA COLECTIVA DE INVESTIGACIÓN

Autor
Marcelo Rampazzo

Orientador
Mauro Myskiw

Resumo: Este trabalho faz parte de uma investigação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) na esfera Estadual/Distrital do pacto federativo brasileiro. Procurou compreender a constituição de uma agenda de trabalho investigativo coletivo sobre as PPELs de iniciativa setorial. Foi realizada uma revisão integrativa, com base na seleção de 80 trabalhos, a respeito dos quais foram identificados e descritos pontos de passagem das problematizações e fontes de coordenação de interesses dos estudos. Concluímos que existe um conjunto de trabalhos compondo uma agenda científica sobre as PPELs dos Estados/Distrito Federal. Em termos de problematizações se destacam o direito social e as desigualdades setoriais. A respeito da coordenação de interesses, sobressaem os estudos sobre financiamento e configurações das políticas.
Palavras-chave: Política Pública. Esporte. Lazer. Revisão Integrativa.

Abstract: This work is part of an investigation on Public Policies for Sport and Leisure (PPELs) in the State/District sphere of the Brazilian federative pact. It aimed to understand the constitution of a collective investigative work agenda on sectoral initiative PPELs. An integrative review was carried out, based on the selection of 80 works, regarding which crossing points of problematizations and sources of coordination of interests of the studies were identified and described. We conclude that there is a group of work composing a scientific agenda on the PPELs of the States/Federal District. In terms of problematizations, social rights and sectoral inequalities stand out. Regarding the coordination of interests, studies on funding and policy settings stand out.
Keywords: Public policy. Sport. Leisure. Integrative Review.

Resumen: Este trabajo forma parte de una investigación sobre Políticas Públicas para el Deporte y el Ocio (PPELs) en el ámbito Estatal/Distrital del pacto federativo brasileño. Se buscó comprender la constitución de una agenda colectiva de trabajo investigativo sobre los PPEL de iniciativa sectorial. Se realizó una investigación cualitativa denominada revisión integradora, a partir de la selección de 80 trabajos,

[2] Este artigo encontra-se publicado no volume 29, de 2023, da revista Movimento, disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/133077. Na construção do artigo para publicação no periódico, contou com a participação de Augusto Dias Dotto e de Raquel da Silveira.

respecto de los cuales se identificaron y describieron puntos de cruce de problematizaciones y fuentes de coordinación de intereses de los estudios. Concluimos que existe un cuerpo de trabajo que compone una agenda científica sobre los PPEL de los Estados/Distrito Federal. En cuanto a las problematizaciones, se destacan los derechos sociales y las desigualdades sectoriales. Y, en cuanto a la coordinación de intereses, destacan los estudios sobre financiación y configuración de políticas.
Palabras clave: Política pública. Deporte. Ocio. Revisión integradora.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) na esfera Estadual/Distrital do pacto federativo brasileiro. O primeiro movimento da pesquisa foi descrever pontos de integração da produção de conhecimentos a respeito das PPELs das Unidades Federativas/Distrito Federal (UFs/DF), na perspectiva de compreender a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre iniciativas setoriais – no sentido administrativo e político – tendo em vista, especificamente, os pontos de passagem de problemáticas e as fontes de coordenação de interesses nas pesquisas.

Quando olhamos para as revisões da literatura sobre PPELs no Brasil, em que pesem questões agregadoras de uma agenda, identificamos um conjunto delas que procuraram mapear e analisar categorias temáticas e de interesses, que investigaram tendências, predominâncias, concentração, lacunas, diversificação e disputas de poder (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO, 2011, 2013; CASTRO *et al.*, 2012; AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014; PROVENZANO *et al.*, 2014; MALINA *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2016; ONOFRE; COLÂNGELO; LINO, 2019; SILVEIRA *et al.*, 2021). Contudo, nenhum desses trabalhos de revisão apontou as PPELs das UFs/DF como temática/interesse de pesquisadores/as.

Mas, além desses estudos, identificamos outros que desenvolveram revisões mais específicas das PPELs brasileiras. Dentre eles encontramos: estudos sobre direito social ao esporte educacional (MENDES; AZEVÊDO, 2010; REIS *et al.*, 2015) e ao lazer nas políticas públicas (ALVES *et al.*, 2011, 2012; RECHIA *et al.*, 2015; BORGES, 2017; LACERDA; LARA, 2019; NECA; SANTANA; RECHIA, 2021);

trabalhos sobre juventudes (PEREIRA FILHO; NUNES; CASTRO, 2017), idosos (PEREIRA *et al.*, 2016), pessoas com deficiência (MENDES; SILVA; COSTA, 2022), gênero e raça (MONTEIRO; MOURÃO; VOTRE, 2012); investigações a respeito de espaços públicos (SILVA *et al.*, 2013b; BRITO; RODRIGUES, 2020; PACHECO; SCHWARTZ, 2021; SILVA, 2022), formação de pessoas (LINHARES *et al.*, 2019), intersetorialidade (RIBEIRO; AMARAL; SILVA, 2014), descentralização e municipalização (UNGHERI; ISAYAMA, 2019), participação popular (IGNÁCIO, 2017; IGNÁCIO; FARIAS; SOUZA, 2018; IGNÁCIO; SOUZA; MYSKIW, 2018; IGNÁCIO; MYSKIW, 2020), legados de megaeventos esportivos (MESQUITA, 2019), financiamento/gasto público (MILANI *et al.*, 2017; PEREIRA, *et al.*, 2020); e revisões acerca de relações com grupos temáticos e/ou de pesquisa (BARRA; SILVA; VITORINO, 2017; ATHAYDE *et al.*, 2020; LIÁO JÚNIOR *et al.*, 2020; MALAGUTTI *et al.*, 2021; MYSKIW; DOTTO; RAMPAZZO, 2021; SILVA *et al.*, 2021), comparações entre países (SANTOS; CARVALHO, 2020b; PAGANI *et al.*, 2021), quadros conceituais (MENDES, 2013; ALMEIDA; MEZZADRI, 2017; FORELL; MAYBORODA, 2017), pesquisadores e instituições (ROJO; MEZZADRI; SILVA, 2019)

Nessas revisões temáticas específicas também não aparece a agregação em torno das PPELs das UFs/DF. Não por acaso, por um lado, vários desses estudos de revisão abordam os impactos da produção acadêmica articulada por/com esforços do Governo Federal (em especial a partir da criação do Ministério do Esporte com seus Programas e Projetos, da realização dos megaeventos esportivos no Brasil e da implementação dos Centros de Desenvolvimento de Pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES) e tecem críticas a respeito da subordinação às agendas governamentais (STAREPRAVO; AFONSO; FERREIRA, 2008; AMARAL; PEREIRA, 2009; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JÚNIOR, 2009; SCHWARTZ *et al.*, 2010; STAREPRAVO, 2011, 2013; TAVARES; SCHWARTZ, 2013; AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014; SCHWARTZ *et al.*, 2014; BORGES, 2017; FORELL; MAYBORODA, 2017; LINHARES *et al.*, 2019; LIÁO JÚNIOR *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2021; ANDRÉ *et al.*, 2022; NECA; SANTANA; RECHIA, 2021). De outro lado, notamos as revisões que salientam as análises de Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos Municípios, estas marcadas pelos Programas de Governo Federal e suas dinâmicas de descentralização e municipalização (UNGHERI; ISAYAMA, 2019; SANTOS; CARVALHO, 2020a;

LINHARES *et al.*, 2019; MYSKIW; DOTTO; RAMPAZZO, 2021; ANDRÉ *et al.*, 2022; NECA; SANTANA; RECHIA, 2021).

Esse apanhado de informações trazidas até aqui nos colocou diante de uma lacuna de conhecimentos já identificada e salientada por Starepravo (2011, 2013). Nos referimos ao estudo específico de revisão de pesquisas existentes sobre as PPELs das UFs/DF na realidade brasileira, praticamente ausentes nas análises identificadas. Sobre essa dimensão geográfica, administrativa e política encontramos apenas dois estudos. No trabalho de Santos e Carvalho (2020a), o autor e a autora mencionam que há uma grande atenção para o que acontece na política municipal, mas descrevem a existência de 16 trabalhos (22,9%) que constroem seus objetos na relação com a dimensão geográfica Estadual, sem avançar mais nas análises a respeito destes. Já a investigação de Silva *et al.* (2021) apresenta uma análise específica das produções de um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Acre, descrevendo as pesquisas, apontando características, barreiras e necessidades para avançarem na produção e seus impactos nas PPELs do Estado.

Essas duas pesquisas trazem informações relevantes, mas apenas elas não apontam para o que propomos como objetivo geral deste estudo: compreender a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre as PPELs de iniciativa setorial das UFs/DF, tendo em vista, (1) os pontos de problematizações com os quais os estudos se colocam no espaço público-científico, e (2) as fontes de coordenação de interesses na constituição da agenda.

2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para desenvolver a pesquisa recorremos a uma pesquisa qualitativa denominada revisão integrativa. Esse tipo de revisão, conforme explicam Souza, Silva e Carvalho (2010), surge como uma abordagem metodológica no campo da saúde, mas tem ganhado destaque em outras áreas. Se trata de uma abordagem metodológica agregadora, que permite a inclusão de estudos de diversos tipos, possibilitando uma compreensão ampla de determinado fenômeno analisado. Isso se faz imprescindível, na perspectiva dessas autoras, pela quantidade crescente e da complexidade da produção acadêmico-científica, tendo em vista a sua incorporação na intervenção.

Em termos de propósito, a revisão integrativa, conforme salientam Botelho, Cunha e Macedo (2011), também abarca uma atitude de compreensão abrangente do objeto estudado. Ela pode ser desenvolvida para estudos teóricos ou empíricos, para análises de problemas metodológicos ou desafios de intervenção prática, mas atenta a como a produção de conhecimentos pode ser integrada para dar conta das demandas do problema de pesquisa, inclusive para uma revisão de literatura (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011), como é o caso do presente trabalho. A primeira etapa, portanto, envolve a construção e delimitação de uma questão de investigação, que, no caso deste estudo, envolve compreender a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre as PPELs das UFs/DF de iniciativa setorial, no Brasil.

Uma segunda etapa da revisão de literatura integrativa é a produção da base empírica pertinente, definindo e seguindo critérios de inclusão e de exclusão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Considerando o critério de amplitude, escolhemos como ferramentas de buscas da literatura os mecanismos Google Acadêmico e o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (*Oasisbr*). Para a realização das buscas utilizamos os termos “Políticas Públicas” AND “Esporte” AND “Lazer” AND “[nome do Estado e Distrito Federal]”. Realizamos a busca 27 vezes, procurando reunir trabalhos sobre os 26 Estados e o Distrito Federal. Na Plataforma Oasis os retornos das buscas foram (frequência de trabalhos entre parênteses): Acre (1), Alagoas (1), Amapá (0), Amazonas (2), Bahia (10), Ceará (3), Distrito Federal (21), Espírito Santo (7), Goiás (14), Maranhão (7), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (49), Pará (18), Paraíba (3), Paraná (22), Pernambuco (8), Piauí (1), Rio de Janeiro (14), Rio Grande do Norte (3), Rio Grande do Sul (21), Rondônia (1), Roraima (0), Santa Catarina (94), São Paulo (51), Sergipe (3), Tocantins (1). No caso da Plataforma Google Acadêmico, mesmo configurando as buscas avançadas, os retornos, em cada uma das 27 vezes, listavam milhares de títulos. Nesse caso, optamos por ler e avaliar os 100 primeiros títulos apresentados a respeito da busca em relação a cada Estado/Distrito Federal, totalizando 2700 títulos avaliados.

Num primeiro crivo das listas apresentadas pelos mecanismos, com bases nas informações dos títulos e dos resumos (acessamos os resumos quando as informações dos títulos deixavam dúvidas), selecionamos trabalhos que tratavam das PPELs de iniciativa de órgão/instância/pasta de esporte e lazer das UFs/DF.

Resultou desse primeiro movimento de busca e seleção a inclusão de 132 trabalhos. Com esses trabalhos disponíveis, passamos para uma segunda avaliação baseada num aprofundamento da leitura dos textos, esta centrada na exclusão, tendo em vista os seguintes critérios: excluímos 15 trabalhos por estarem duplicados; excluímos 8 trabalhos do formato de resumos, relatos de experiência e de pesquisas em andamento; excluímos 29 trabalhos porque tratavam de políticas públicas de iniciativa de outros setores (Educação, Turismo, Cultura, Juventude, etc.) ou por outras esferas administrativo-políticas do pacto federativo (União e Municípios). O propósito foi enfocar numa agenda de trabalho investigativo já realizada sobre iniciativas do setor de esporte e lazer dos Estados/Distrito Federal. Ao final desse segundo crivo, restaram 80 trabalhos.

No movimento compreensivo, considerando os 80 trabalhos selecionados, optamos por um modo pragmático, inspirado no trabalho de Bruno Latour, especificamente nas obras: A Vida de Laboratório (LATOUR; WOOLGAR, 1997); Ciência em Ação (LATOUR, 2000) e A Esperança de Pandora (LATOUR, 2001). Mostrando as dinâmicas de translação na produção de fatos científicos, como deslocamento e associação de elementos heterogêneos e ações de mediadores para alistar, conectar e manter juntos interesses até então desvinculados, mas agora mais ou menos alinhados e estabilizados em face de algo, o autor nos apresenta, entre outras, as noções de pontos de passagem obrigatórios e de fontes de coordenação de interesses.

São essas noções, buscadas no campo dos estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, que passamos a utilizar como operadores conceituais para produzir (ou performar) nossas compreensões. Elas dizem sobre imperativos com os quais os/as pesquisadores/as em ação precisam lidar para a estabilização dos seus objetos científicos e seu reconhecimento público-coletivo como tal. Sozinho, um/a autor/a não pode transformar sua afirmação em fato científico aceito pelos demais. Ele/a precisa dos/as outros/as pesquisadores/as, precisa passar por diferentes argumentos, alistar e coordenar interesses para efetuar essa transformação, fazendo com que as próprias afirmações estejam nas mãos dos/outros/as. Assim, o que nos propomos a apresentar, a partir daqui, são espécies de pontos de passagem e fontes de coordenação de interesses que nutrem a agenda do trabalho acadêmico-científico sobre as PPELs das UFs/DF.

3 SOCIOLOGIA DAS ASSOCIAÇÕES E A TEORIA ATOR-REDE

Antes de iniciar nossas descrições optamos por enfatizar argumentos importantes da Sociologia das Associações e Teoria Ator-Rede que mobilizamos neste estudo, porém, cabe ressaltar, não como ‘quadro conceitual’, afinal essa teoria não serve para isso (LATOUR, 2012). Não se trata de uma negação de outros tipos de ‘Sociologias do Social’, mas propor outras maneiras de investigar, principalmente nas situações em que as inovações e os fluxos se proliferam, em que as fronteiras de grupo são incertas, em que o leque de entidades a considerar flutua, como é o caso, entre muitas outras, das situações de produção científica. A respeito delas, uma das questões relevantes na/para a Teoria Ator-Rede é tornar rastreáveis os instrumentos que permitem aos/às atores/as (entre eles/as os/as cientistas) estabilizar controvérsias para agregar os coletivos, numa perspectiva de ocupar o espaço público.

Um dos principais postulados para isso, como encontramos nos trabalhos de Latour (2000, 2001, 2012) é não definir ‘o social’ como um domínio, uma esfera, um contexto, um campo ou uma estrutura capaz, como uma ‘força social’, de fornecer ‘explicações’ de algum outro estado de coisas. Trata-se de valorizar o princípio da simetria como ponto de partida, colocando ‘o social’ (e, no caso do presente trabalho, o coletivo científico descrito pelas produções) não como uma coisa visível, pois somente se deixa entrever pelos traços que vai disseminando nos movimentos na translação, os quais se tornam visíveis em meio às controvérsias. São esses traços que aqui procuramos descrever, a partir das noções de pontos de passagem e de fontes de coordenação, entendendo que ‘ser social’ (e ‘ser cientista’) não é uma propriedade segura e fechada, mas um movimento peculiar de reagregação de elementos heterogêneos com os quais se pode trabalhar.

Não basta restringir os/as atores/as (os/as cientistas e seus trabalhos) ao lugar de informantes, sendo preciso devolver-lhes a capacidade de elaborar as suas próprias associações sobre a constituição do social (dos coletivos e dos objetos de pesquisa). A tarefa descritiva do trabalho de pesquisa não consiste em impor ordem, em limitar o número de entidades (conceitos, categorias, sub-categorias, estruturas) aceitáveis, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua prática. Estivemos empenhados em não fazer isso, tratando a agenda não como uma cola que pode fixar agentes, ou com uma entidade capaz de impor

ordem, mas como um tipo de associação que, levando a sério a ação das pessoas, diante de fontes de incertezas, conseguem se estabilizar, superar resistências e ganhar forma (LAW, 2006; LATOUR, 2012), aqui descrita num processo de produção de conhecimentos.

Desse modo, os pontos de passagem e as fontes de coordenação de interesses que estão descritos a seguir, inclusive as informações dos quadros 1 e 2, não são tomados como categorias analíticas mutuamente exclusivas, mas uma espécie de fluxo sanguíneo que, como imperativo, produz laços e nutre os fatos e os objetos científicos (LATOUR, 2001). Nessa perspectiva não categorial, mas pragmática, um mesmo trabalho – e isso acontece sobretudo com as dissertações e teses – pode estar engajado por/nos/com diferentes pontos de passagem e fontes de coordenação de interesses, deixando em aberto os movimentos possíveis de associação (do 'social' e do 'coletivo'), afinal esses pontos e fontes devem ser tomados como descrições formas de pontualizações, na linha argumentativa que se refere Law (2006), que tornam rastreáveis aquilo que permite aos/às pesquisadores/as estabilizar um coletivo e seus próprios objetos de pesquisa. Tais pontualizações (pontos e fontes) são sistematizações provisórias que, como recurso possível de quem pesquisa e procura comunicar algo em termos de 'resultados', momentaneamente faz desaparecer a complexidade para mostrar uma forma que estabilizam um coletivo e uma agenda.

No escopo de uma revisão integrativa, implicados pela sócio-lógica da Teoria Ator-Rede, nos contentamos com isso, não impondo explicações e interpretações sobre os/as autores/as e seus trabalhos, nem dividimos em categorias e subcategorias de conteúdos ou de discursos, pois isso seria o acréscimo de mais atores/as trabalhando. Como pontualizações provisórias, o/a leitor/a encontrará muitas descrições do estado de coisas associadas que se fortalecem como pontos de passagem das problematizações e como fontes de coordenação de interesses relevantes na estabilização de um coletivo e seus objetos. Para tanto, as descrições das informações capturadas nos trabalhos, assim, não são tomadas como conceitos e teorias a serem analisadas, discutidas e interpretadas, mas são trazidas para o presente texto (e seus quadros) como a empiria. As discussões são retomadas na seção final, somente após termos algumas coisas para dizer sobre a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre as PPELs de iniciativa setorial das UFs/DF.

4 PONTOS DE PASSAGEM DAS PROBLEMATIZAÇÕES DA AGENDA

Os pontos de passagem, na abordagem teórico-metodológica mobilizada (LATOUR; WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2000, 2001, 2012; LAW, 2006), são entendidos como associações ou laços desenvolvidos pelos/as autores/as para se colocarem no espaço público-coletivo das produções acadêmicas. Segundo Latour (2000, 2001) é impossível descrever todos os laços com precisão, mas é possível listar pontos de passagem quase que obrigatórios, uma espécie de imperativos que orientam e alimentam os/as pesquisadores/as no fluxo da produção científica, com os quais poderão/terão que se relacionar de maneira diversa, conforme seus interesses, para nutrirem seus trabalhos, caso queiram ser considerados/as cientistas.

O que descrevemos nesta seção envolve nossa identificação e alistamento de 10 pontos de passagem com os quais os 80 trabalhos investigados, de modos diversos, procuraram enunciar, geralmente nos seus capítulos de introdução, os argumentos de suas problematizações, frequentemente baseadas em situações críticas, alertas, controvérsias e fontes de incertezas. Como forma sistematizar a revisão, nesses pontos de passagem integramos informações mobilizadas para performar a localização no debate-coletivo público sobre PPELs nas UFs/DF, das investigações e suas perguntas, assim como seus objetivos, num debate coletivo existente. Antes de trazermos a textualização dos imperativos, mostramos, no quadro 1, uma sistematização dos pontos de passagem, valendo sublinhar que, embora alguns imperativos sejam mais frequentes, um mesmo trabalho pode performar sua localização na relação com vários pontos.

Quadro 1 - Pontos de passagem dos trabalhos nas suas problematizações para se localizarem no espaço coletivo-público das produções científicas acerca das PPELs nas UFs/DF.

Pontos de passagem	**Número de trabalhos**	**Pesquisas que se constituem e se nutrem dos/nos pontos de passagem**
1 Reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais	53	Oliveira (2001); Batista (2002); Liáo Júnior (2003); Gaspar, Pich e Vaz (2004); Miranda (2010); Silva, Silveira e Borges (2010); Fernandes (2011); Rodrigues (2011); Vieira, Andrade Filho e Pereira (2011); Rocha (2012); Silva (2012); Carneiro (2013); Silva *et al.* (2013b); Carneiro e Mascarenhas (2014); Paes (2014); Toledo (2014); Nazareno e Marques (2015); Silva, Santana e Silva (2015); Barreto, Silva e Andrade (2016); Carneiro *et al.* (2016); Damacena *et al.* (2016); Diniz e Silva (2016); Furtado *et al.* (2016); Silveira (2016); Schneider (2016); Damacena (2017); Athayde e Dalmas (2018); Carneiro *et al.* (2018); Milani (2018); Santos (2018); Cabreira (2019); Khalifa (2019); Oliveira (2019); Parreira e Valim (2019); Quinaud *et al.* (2019); Carneiro e Castellani Filho (2021); Elicker *et al.* (2020); Moreira (2020); Muçouçah (2020); Nascimento *et al.* (2020); Santos e Carvalho (2020b); Barra (2021); Castro, Maoski e Mezzadri (2021); Carneiro e Pintos (2021); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Graciolli (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Silva (2021); Carneiro (2022); Dalmas (2022); Elicker *et al.* (2022); Silva e Starepravo (2022); Gurkewicz, Grando e Almeida (2023)
2 Crenças que perpassam a presença do esporte e do lazer nas agendas de Estado e de Governos	38	Ferreira Neto (1989); Mezzadri (2000); Oliveira (2001); Batista (2002); Rieth (2005); Miranda (2010); Jardim (2012); Lages (2012); Rocha (2012); Carneiro (2013); Rocha Júnior (2013); Rodrigues e Isayama (2013); Paes (2014); Silva (2014); Toledo (2014); Nunes e Mattedi (2015); Maoski (2016); Silveira (2016); Gonçalves (2017); Santos (2018); Khalifa (2019); Parreira e Valim (2019); Quinaud e Almeida (2018); Elicker *et al.* (2020); Corrêa, Pereira e Rojo (2020); Lott (2020); Moreira (2020); Muçouçah (2020); Nascimento *et al.* (2020); Carneiro e Pintos (2021); Graciolli (2021); Nascimento (2021); Silva (2021); Carneiro (2022); Elicker *et al.* (2022); Dalmas (2022); Silva e Starepravo (2022); Gurkewicz, Grando e Almeida (2023)
3 Desigualdades sociais e regionais, universalização, democratização dos direitos ao esporte e lazer	30	Liáo Júnior (2003); Gaspar, Pich e Vaz (2004); Rieth (2005); Miranda (2010); Araújo, Dominici e Sousa (2011); Fernandes (2011); Rodrigues (2011); Vieira, Andrade Filho e Pereira (2011); Rocha (2012); Silva (2012); Carneiro (2013), Barreto, Silva e Andrade (2016); Damacena *et al.* (2016); Schneider (2016); Costa, Freire e Costa (2017); Damacena (2017); Carneiro *et al.* (2018); Quinaud e Almeida (2018); Oliveira (2019); Santana (2018); Carneiro e Castellani Filho (2021); Elicker *et al.* (2020); Moreira (2020); Santos e Carvalho (2020a); Carneiro e Pintos (2021); Graciolli (2021); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Silva (2021); Santos e Figueiredo (2022); Gurkewicz, Grando e Almeida (2023)
4 Financiamento e gastos como chaves interpretativas das Políticas Públicas	25	Silva *et al.* (2013a); Carneiro e Mascarenhas (2014); Silva (2014); Carneiro *et al.* (2016); Damacena *et al.* (2016); Diniz e Silva (2016); Furtado *et al.* (2016); Damacena (2017); Milani (2018); Quinaud e Almeida (2018); Cabreira (2019); Oliveira (2019); Quinaud *et al.* (2019); Santana (2018); Bernardino (2020); Carneiro e Castellani Filho (2021); Moreira (2020); Nascimento *et al.* (2020); Barra (2021); Carneiro e Pintos (2021); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Castro, Maoski e Mezzadri (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Vitório *et al.* (2021); Carneiro (2022)

5 As dimensões e concepções do esporte e do lazer nas Políticas Públicas	22	Ferreira Neto (1989); Oliveira (2001); Gaspar, Pich e Vaz (2004); Rieth (2005); Miranda (2010); Lages (2012); Paes (2014); Toledo (2014); Silva, Santana e Silva (2015); Furtado *et al.* (2016); Silveira (2016); Damacena (2017); Athayde e Dalmas (2018); Santos (2018); Parreira e Valim (2019); Quinaud *et al.* (2019); Moreira e Silva (2020); Nascimento *et al.* (2020); Carneiro e Pintos (2021); Vitório *et al.* (2021); Carneiro (2022); Santos e Figueiredo (2022)
6 Demandas de mudanças na gestão na administração pública de esporte e lazer	18	Guimarães (2010); Miranda (2010); Rodrigues (2011); Jardim (2012); Silva (2012); Silva *et al.* (2013a); Silva (2014); Nazareno, Marques (2015); Nunes e Mattedi (2015); Pimentel (2016); Costa, Freire e Costa (2017); Gonçalves (2017); Santana (2018); Quinaud *et al.* (2019); Bernardino (2020); Nascimento (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Maia (2022)
7 Demandas e participação popular e controle social-democrático	12	Batista (2002); Liáo Júnior (2003); Batista (2005); Rieth (2005); Araújo, Dominici e Sousa (2011); Fernandes (2011); Vieira, Andrade Filho e Pereira (2011); Rocha (2012); Santos (2018); Elicker *et al.* (2020); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Dalmas (2022)
8 A carência de estudos sobre Estados e Distrito Federal	12	Toledo (2014); Furtado *et al.* (2016); Khalifa (2019); Quinaud *et al.* (2019); Corrêa, Pereira e Rojo (2020); Moreira (2020); Santos e Carvalho (2020a); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Silva (2021); Carneiro (2022); Dalmas (2022)
9 As carências de um sistema nacional de esporte e lazer	9	Vieira, Andrade Filho e Pereira (2011); Maoski (2016); Milani (2018); Santos e Carvalho (2020a); Bernardino (2020); Carneiro e Pintos (2021); Castro, Maoski e Mezzadri (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Vitório *et al.* (2021)
10 Preservação da memória e da história e identidades	8	Rodrigues (2011); Goellner e Silva (2013); Rocha Júnior (2013); Rodrigues e Isayama (2013); Nunes e Mattedi (2015); Lott (2020); Nascimento (2021); Gurkewicz, Grando e Almeida (2023)

Fonte: elaboração dos/as autores/as

O ponto de passagem pelo qual os/as autores/as mais passam se refere ao **reconhecimento constitucional do esporte e do lazer como direitos sociais (53 trabalhos)** e o imperativo de sua garantia para efetivação do gozo da cidadania e de emancipação humana no enfrentamento das desiguais realidades brasileiras. A Constituição Federal de 1988 e as Constituições dos Estados/Distrito Federal são mencionadas como documentos que instituem esse reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais, ainda que se coloquem os debates da ausência de um movimento popular mais denso, da visão utilitarista e salvacionista acerca desses fenômenos da cultura corporal. Não menos sublinhado é o alerta para o avanço na direção da racionalidade de um estado neoliberal que, na lógica argumentativa, tem desconstituído e transformado uma série de direitos sociais em serviços a serem adquiridos e consumidos numa lógica de mercado, entre eles o esporte e o lazer, na

contramão do que fora construído coletivamente nas Conferências Nacionais da área, de 2004 e 2006.

O segundo ponto de problematização organizador da entrada na agenda trata de **crenças que perpassam a presença do esporte e do lazer nas agendas de Estado e de Governos (38 trabalhos)**, no qual, se destacam os desafios de permanência contínua, tendo em vista as mudanças dos quadros político-partidários, suas indicações e suas próprias agendas e ao não reconhecimento como demanda popular, a não ser quando atrelado a discursos salvacionistas e, mais recentemente, de aproximações com a razão mercantil. De um lado, há trabalhos que contextualizam os estudos a partir da crença de que o esporte 'serve para' dar conta de questões de saúde, educação, lazer, inclusão social, bem-estar, mobilização econômica, etc., de outro, se tem abordagens críticas, que salientam as apropriações do esporte e do lazer como aparelhos ideológicos da classe dominante, como pedagogia de consenso e hegemonia, que problematizam a mercantilização, uma vez que ela inviabiliza a constituição dos direitos sociais, acentuando as desigualdades. Ainda, nesse argumento sobre por que o Estado se ocupa do esporte e do lazer, está a problematização em torno desses fenômenos como lugares de lutas políticas, onde atuam as correlações de forças e de interesses, de crenças e visões de mundo.

Outro ponto de passagem para acessar o espaço coletivo da agenda é o que coloca **as desigualdades sociais e regionais no Brasil (30 trabalhos)**, mobilizando, para isso, um conjunto expressivo de informações, entre eles dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e dados sobre engajamento das pessoas nas Atividades Físicas e Esportivas (AFES) do Relatório Movimento é Vida (PNUD), não raramente relacionando as iniquidades e as invisibilidades de grupos minoritários ao modelo de organização social centrada no capital e na acumulação e seus produtos, às discriminações presentes na vida dos/as brasileiros/as. Esses dados são informações que indicam a relevância e necessidade, como também apontam para os desafios das UFs/DF, considerando suas múltiplas e heterogêneas territorialidades, na realização de ações para a universalização e a democratização dos direitos ao esporte e ao lazer, para a preservação e acesso aos patrimônios culturais e identitários. Aí entram as problematizações sobre a importância de outras

formas de gestão não limitadas pelos setores ou comunidades de políticas, mas que valorizem modelos descentralizados, matricialização e as articulações intersetoriais.

Também ganha destaque as informações de que **o financiamento e o gasto público são relevantes como chaves interpretativas (25 trabalhos)** para compreender a existência, consistência e os rumos das Políticas de Esporte e Lazer. Nesse sentido, o aumento ou a diminuição e os direcionamentos dos recursos dizem muito sobre as Políticas Públicas do setor, da mesma maneira que funcionam como modo de indução e de estímulo ao desenvolvimento das PPELs. No bojo desses argumentos são recorrentes as informações sobre aquilo que foi planejado e executado financeiramente, aquilo que foi empenhado e liquidado, as fontes, magnitudes e direcionamentos dos gastos públicos, os dados das renúncias fiscais autorizadas e as que se efetivaram em captação e do uso da rubrica/categoria Função Desporto e Lazer na execução orçamentária.

As **dimensões ou concepções de esporte e lazer (22 trabalhos)** são acionadas para pontuar vários estudos. Nesses debates, se destacam a crítica sobre a hegemonia do chamado esporte de alto rendimento e do futebol que, como atores coletivos, suas crenças e sistemas organizacionais, tendo em vista a trajetória histórica brasileira e seus significados perante a opinião pública, se impõem na agenda dos governos e nos tecidos institucionais do aparato de Estado, criando dificuldades e, muitas vezes, secundarizando os atores coletivos que se agregam e buscam lugares nas Políticas Públicas na relação com o lazer e com os direitos sociais. Esses atores coletivos, em grande parte trazidos nos estudos como 'dimensões' ou 'concepções' de esporte demarcam o peso de uma trajetória de dependência a ser problematizada e enfrentada nesse setor de Políticas Públicas, onde encontra lugar, entre outras, a ação programática de Centros da Rede CEDES.

As **demandas de mudanças nas formas de gestão na administração pública do esporte e do lazer (18 trabalhos)** estão presentes nas problematizações, pontuando diferentes questões. Entre elas se sobressaem os argumentos que denotam uma perspectiva gerencialista na relação entre 'a sociedade civil' e os 'aparatos de Estado', considerando as transformações sociais das últimas décadas, entre elas o fenômeno da globalização, a emergência de tecnologias, o reconhecimento do esporte e lazer como vetor de desenvolvimento regional a partir da sua mobilização econômica. Na perspectiva da inovação e empreendedorismo público, entre outros argumentos, problematizam a necessidade

da melhoria do desempenho organizacional pelo desenvolvimento e implementação de ferramentas de planejamento e gestão, pela constituição e aperfeiçoamento de instrumentos de descentralização de recursos para organizações não estatais e para pessoas (atletas, paratletas e treinadores/as, por exemplo), assim como pela constituição de instâncias próprias jurídico-administrativas capazes de conferir mais segurança e melhores condições de dirimir conflitos (como, por exemplo, a criação de tribunais de justiça desportiva). Também observamos esforços de problematizações preocupadas com os modos de gestão de documentação, informação e conhecimento, e com as carências (ou ausências) de gestão integrada entre governos, no que diz respeito aos entes federados ou às próprias transições dos períodos de governos.

Próximo desse debate sobre a gestão, mas não se esgotando nele, encontramos as contextualizações marcadas pelas **demandas de participação popular e controle social-democrático (12 trabalhos)**, dentre as quais se destaca o argumento sobre importância de superação do modelo conservador, clientelista e assistencialista, tendo em vista a constituição de um outro parâmetro de relações da sociedade civil com o Estado, em especial dos coletivos populacionais mais destituídos de direitos sociais e das minorias, apontando para uma radicalização da democracia participativa centrada na universalização (em contraponto à focalização), como também para a criação de mecanismos institucionais de participação e controle social, mas que igualmente reconheça a relevância da educação popular, a atuação de ações coletivas populares existentes fora do aparato institucional, inclusive aquelas contestatórias, no contexto das Políticas Públicas e de um Sistema Público de Esporte e Lazer.

Outros dois pontos de passagem se voltam para o argumento da carência. O primeiro deles envolve **a carência de estudos sobre PPELs dos Estados e Distrito Federal (12 trabalhos),** sustentando que sobressaem uma grande quantidade (e de interesse) de pesquisas orientadas para ações da União e dos Municípios e, assim, existindo menor enfoque ou ênfase nas investigações sobre as UFs/DF. Além dessa carência ou menor ênfase nas Políticas Públicas do setor, os trabalhos problematizam a respeito da importância de desenvolver propostas metodológicas específicas, dadas as particularidades, para estas instâncias de configuração político-administrativa no sistema federativo brasileiro.

O segundo ponto nessa linha envolve **as carências de um sistema nacional de esporte e lazer** (**9 trabalhos**) mais abrangente, que reconheça, valorize e equilibre as forças/participações de diferentes atores coletivos desse setor de Políticas Públicas, frente às hegemonias cristalizadas, é igualmente importante na contextualização de muitos estudos. As informações que procuram sustentar esse argumento frequentemente apontam a indefinição de competências de ação no sistema federalista e suas organizações públicas e privadas, o que favorece a emergência de vazios de Políticas Públicas, concorrências entre elas nos entes federados e, não raramente, a sobreposição de esforços, estes associados a desperdícios. Ainda, como informação importante, nesse argumento, está a distribuição dos recursos de maneira mais equilibrada, em que pese a garantia do esporte e lazer como direitos sociais.

Por último, emergiu como ponto de passagem a questão da **preservação da memória e da história do esporte e do lazer (8 trabalhos)**. Vale o destaque para a questão de identidades e memórias coletivas, ou seja, de realização de estudos que, em análises sincrônicas ou diacrônicas, problematizam maneiras como nos situamos no mundo e como isso está atrelado às PPELs e à mediação estatal, como lugares de cidadania cultural, como formas de representação identitária (nacional, regional, local, territorial), onde ganham destaques e importância os equipamentos (estádios, parques, praças, complexos esportivos) e os eventos (jogos, festivais) como lugares de memórias. Não por acaso emergem museus, centros, acervos, repositórios, redes de memórias de esporte e lazer, estes não apenas centrados em coleções, arquivos e vestígios, mas cada vez mais mobilizados pela indução e estímulo às reflexões, pela produção de conhecimentos e compartilhamento, inclusive com abordagens críticas a respeito das trajetórias, transformações, motivações, relações de poder, em que pese a democratização do esporte e do lazer. Mas também, no contexto dessas problematizações, se observa abordagens pragmáticas, direcionadas às preocupações da gestão das informações e baseada em informações, na avaliação das PPELs, tendo em vista a tomada de decisões.

5 FONTES DE COORDENAÇÃO DE INTERESSES DA AGENDA

Na seção anterior nos dedicamos a listar imperativos com os quais os trabalhos se relacionaram, fazendo isso a partir de informações mobilizadas nas

problematizações. A partir disso, procurando avançar na revisão integrativa, numa abordagem pragmática do engajamento (ou daquilo é alistado para se estabilizar, superar resistências e constituir forma), passamos a tratar de como os/as autores/as dos trabalhos procuraram comprovar seus lugares na agenda sobre as PPELs nas UFs/DF, mostrando suas competências, seus objetivos, teorias, métodos, objetos e resultados, fazendo isso em torno de algumas questões que aqui denominamos de fontes de coordenação de interesses.

As questões/fontes de coordenação, nesse sentido, são entendidas como espécies de pontualizações (LAW, 2006) consideradas importantes na agenda, estas capazes de manter juntos/as, capturar e coordenar ações de muitos/as atores/as heterogêneos/as em termos de interesses, constituindo um senso de (com)unidade e de engajamento necessário à estabilização das afirmações como fatos científicos. A partir dos estudos dos 80 trabalhos selecionados, especificamente do estudo dos interesses que nutrem as pesquisas e seus desdobramentos em termos de objetivos, metodologias de investigação, análises e apresentação dos resultados, pudemos identificar 6 fontes de coordenação. A localização dos trabalhos está descrita quadro 2, que contempla uma sistematização, mas também cabe enfatizar que um mesmo trabalho pode comprovar sua (com)unidade em relação a diferentes fontes.

Quadro 2 – Fontes de coordenação de interesses que formam um senso de (com)unidade numa agenda de produções acerca das PPELs nas UFs/DF.

Fontes de coordenação de interesses	**Número de trabalhos**	**Pesquisas que se constituem e se nutrem das/nas fontes de coordenação**
1 Financiamento e gastos nas PPELs Estaduais/Distrital	33	Miranda (2010); Silva *et al.* (2013a); Carneiro e Mascarenhas (2014); Toledo (2014); Carneiro *et al.* (2016); Silva (2014); Damacena *et al.* (2016); Furtado *et al.* (2016); Diniz e Silva (2016); Costa, Freire e Costa (2017); Damacena (2017); Athayde e Dalmas (2018); Carneiro *et al.* (2018); Milani (2018); Quinaud e Almeida (2018); Santana (2018); Cabreira (2019); Khalifa (2019); Oliveira (2019); Parreira e Valim (2019); Quinaud *et al.* (2019); Bernardino (2020); Carneiro e Castellani Filho (2021); Moreira (2020); Nascimento *et al.* (2020); Santos e Carvalho (2020a); Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021); Carneiro e Pintos (2021); Castro, Maoski e Mezzadri (2021); Santos, Juchem e Maduro (2021); Vitório *et al.* (2021); Carneiro (2022); Dalmas (2022)

2 Configurações de planos, programas, projetos e ações	28	Mezzadri (2000); Gaspar, Pich e Vaz (2004); Miranda (2010); Silva, Silveira e Borges (2010); Rodrigues (2011); Jardim (2012); Rocha (2012); Goellner e Silva (2013); Rodrigues e Isayama (2013); Carneiro e Mascarenhas (2014); Paes (2014); Toledo (2014); Nunes e Mattedi (2015); Carneiro *et al.* (2016); Maoski (2016); Schneider (2016); Gonçalves (2017); Carneiro *et al.* (2018); Khalifa (2019); Corrêa, Pereira e Rojo (2020); Elicker *et al.* (2020); Lott (2020); Muçouçah (2020); Graciolli (2021); Nascimento (2021); Silva (2021); Dalmas (2022); Gurkewicz, Grando e Almeida (2023)
3 Concepções, dimensões ou manifestações de Esporte e Lazer	19	Ferreira Neto (1989); Oliveira (2001); Gaspar, Pich e Vaz (2004); Rieth (2005); Silva, Silveira e Borges (2010); Lages (2012); Silva (2012); Rodrigues e Isayama (2013); Carneiro e Mascarenhas (2014); Paes (2014); Silva, Santana e Silva (2015); Carneiro *et al.* (2016); Maoski (2016); Silveira (2016); Moreira e Silva (2020); Parreira e Valim (2019); Nascimento *et al.* (2020); Elicker *et al.* (2022); Santos e Figueiredo (2022)
4 Participação popular e controle social-democrático	13	Batista (2002); Liáo Júnior (2003); Batista (2005); Araújo, Dominici e Sousa (2011); Fernandes (2011); Vieira, Andrade Filho e Pereira (2011); Lages (2012); Rocha (2012); Silva *et al.* (2013b); Barreto, Silva e Andrade (2016); Dalmas (2022); Carneiro *et al.* (2018); Santos (2018);
5 Processos de organização e de gestão pública de esporte e lazer	13	Guimarães (2010); Miranda (2010); Liáo Júnior (2003); Silva (2012); Rodrigues e Isayama (2013); Borges e Marques (2015); Maoski (2016); Pimentel (2016); Carneiro *et al.* (2018); Khalifa (2019); Nascimento (2021); Dalmas (2022); Maia (2022)
6 Processos político-partidários nas/das PPELs	8	Rieth (2005); Rocha (2012); Rocha Júnior (2013); Rodrigues e Isayama (2013); Barra (2021); Nascimento (2021); Dalmas (2022); Silva e Starepravo (2022)

Fonte: elaboração dos/as autores/as

A fonte de coordenação de interesse mais recorrente observada tratou do **financiamento e dos gastos Estaduais/Distritais como chaves interpretativas para compreender configurações, abrangências e consistências das PPELs (33 trabalhos)**. Numa das frentes, os trabalhos que tiveram essa questão como modo de coordenação na constituição de seus objetivos e objetos de pesquisa apontaram para análises de formas de direcionamento dos recursos financeiros, a respeito do que observamos a presença de análises de fluxos dos recursos vinculados à adesão das UFs/DF da 'Função Desporto e Lazer' (e, em alguns casos, das Subfunções) na execução orçamentária, dos programas, projetos e ações como agregadores e ordenadores dos gastos, do uso de programas de incentivo-renúncia fiscal para direcionamento dos patrocínios captados aos projetos aprovados (gastos tributários), da distribuição de fatias/porcentagens de impostos para Municípios a partir de critérios esportivos e de lazer (Conselhos Municipais, Eventos, Modalidades, Atletas e Paratletas, Gestores/as) e da constituição e distribuição, via editais públicos, de

recursos por meio de fundos estaduais (projetos submetidos, aprovados, pagos, arquivados).

Noutra frente, no que diz respeito às relações do financiamento e dos gastos com a configuração, abrangência e consistência das Políticas, encontramos análises que tratam das fontes dos recursos financeiros (descrições do ordenamento legal e normativo, de dados financeiros de fontes orçamentárias, extra-orçamentárias, gastos tributários, patrocínios estatais, convênios de descentralização, entre outras), da magnitude dos gastos (descrições do quantitativo de recursos, várias delas relacionando com dados populacionais para configurar o investimento *per capita*, com informações de Municípios e da União), da direção dos gastos (descrição dos vínculos com programas, projetos, ações, com dimensões do esporte, com informações de grupos de atletas e paratletas, com modalidades esportivas), da concretização dos gastos (descrição da diferenças entre o que foi planejado e o que foi executado, entre o que foi autorizado, empenhado, liquidado e pago) e as trajetórias de (des)investimentos (descrição de aumento, diminuição dos gastos, dos rumos e tendências).

A seguir do financiamento e dos gastos está a coordenação de interesses de pesquisas acerca de **configurações de planos, programas, projetos e ações (28 trabalhos)**, tratando de um rol bastante diverso, entre eles: Planos Plurianuais (de um ou mais governos; planos em construção/debate, em vigência e/ou de governos passados); Programas de Bolsa-Atleta, Programas e Projetos de Eventos Esportivos e de Lazer, Programas e Projetos de Ensino, Iniciação e Aperfeiçoamento Esportivo, Programas de Projetos de Esporte de Alto Rendimento, Programas e Projetos relacionados aos Megaeventos Esportivos, Programas de Territórios de Identidade, Programas de Centros de Memória. Sobre essas iniciativas, um dos interesses foi analisar as configurações e suas histórias, trajetórias, mudanças, continuidades e/ou incrementalismos, trabalhando com informações a respeito de concepções, estrutura organizacional, arranjos organizacionais (intersetoriais; entre entes federados; com entidades esportivas, organizações não estatais, movimentos sociais; intergovernamentais), objetivos, metas, indicadores, modelos de gestão e de avaliação, eficácia, efetividade, mecanismos de participação e controle social-democrático, recursos financeiros, infraestrutura e pessoas disponíveis e/ou mobilizados, tanto nas ações de realização direta dos órgãos das UFs/DF, como nas ações que foram efetivadas através de parcerias, apoios, auxílios e terceirização.

Nesse corpo de trabalhos coordenados em torno de configurações, notamos a atenção dada para a amplitude e abrangência em termos de distribuição da presença, existência, vigência, usos, efetivação e/ou efetividade dos planos, programas, projetos e ações, como também descrição dados acerca de categorias e níveis de atendimentos, usuários, beneficiários, públicos-alvo, modalidades esportivas para o qual eles foram concebidos, direcionados ou deles se apropriaram. Mas, igualmente, a amplitude foi analisada em que pesem os direitos e benefícios sociais planejados, previstos e implementados, aos avanços e contradições atrelados aos planos, programas, projetos e ações, especificamente a respeito de como (não) se articulam com a garantia do esporte e do lazer como direitos sociais, envolvendo aí dimensões de acesso, acessibilidade, permanência, continuidade, engajamento, territorialidade, universalidade, identidade, participação popular-cultural.

Uma terceira fonte de coordenação de interesse envolve análises de modelos, configurações, rumos, tendências e/ou grupos privilegiados nas PPELs das UFs/DF, porém fazendo isso em relação às **concepções, dimensões ou manifestações de esporte e lazer (19 trabalhos)**, especificamente aquelas presentes na história do campo esportivo brasileiro e no próprio arcabouço normativo vigente, isto é, o esporte de alto rendimento, esporte educacional, esporte de participação ou de lazer, esporte de formação e esporte de inclusão social. São trabalhos que olham para comunidades, redes, configurações ou coalizões político-esportivas que constituem, sustentam e mobilizam suas crenças e as fazem existir como modelos organizacionais no âmbito das políticas públicas. Grande parte desses estudos tem como forma predominante de produção da empiria o levantamento e o acesso a documentos, envolvendo análises de planos plurianuais, dados de execução orçamentária, informações de programas, projetos e ações finalísticas, modelos e processos de gestão.

Algumas questões se destacam nesses estudos, dentre elas os debates sobre a vigência de uma organização esportiva piramidal nas PPELs, a qual ainda confere mais institucionalidade e materialidade do esporte de alto rendimento em relação a outras manifestações, estas ainda embrionárias e focalistas, envolvendo aí debates sobre o protagonismo do futebol e as relações entre esporte olímpico e paralímpico. Frequentemente, atrelado a esse debate, encontramos as questões sobre a dessintonia das configurações com a garantia de direitos sociais, a

configuração de uma pedagogia de consenso e hegemonia, o que se materializa na importância dada sobre a realização de eventos esportivos competitivos, nas categorias de bases, como também nos usos e apropriações salvacionistas e assistencialistas que sustentam e justificam, perante a opinião pública, a política pública.

Numa quarta fonte de coordenação se engajam trabalhos que tiveram como interesse o estudo da **participação popular e controle social-democrático (13 trabalhos)**. Estas pesquisas estiveram mais dedicadas aos mecanismos institucionais, grande parte em documentos normativos, legislação (existência, vigência, inexistência), mas algumas delas buscando entrevistas com membros e pessoas ligadas. Em termos de produção da empiria, as abordagens de investigações desses mecanismos estiveram em contextos de Sistemas Estaduais/Distritais de Esporte e Lazer, de leis, planos, programas, projetos e ações, como também em processos de gestão 'no executivo', processos político-partidários 'no legislativo', e propriamente os processos de participação e de controle social.

Uma das direções de análise envolveu a realização de diagnósticos, mapeamentos e caracterizações das participações. Nessa linha, identificaram diferentes mecanismos institucionais (entre eles sublinham os Conselhos Estaduais/Distrital e os Colegiados Territoriais/Regionais), as suas situações concretas (se estão em funcionamento, desativados, abandonados; presença, ausência, avanços, recuos), as atuações e entendimentos presentes a respeito das concepções de participação popular e de controle social, tendo em vista a literatura especializada e a legislação orientadora e normativa. Esses esforços estiveram frequentemente concatenados com descrições e análises de configuração, estrutura, composição, atribuições, estrutura, ações, pessoas ligadas e representatividade dos conselheiros. Além disso, vários trabalhos olham para as dinâmicas e processos de participação popular e controle social-democrático a partir da sua implementação, atuação e valorização no cotidiano da gestão. Interesse especial se dá para as implicações no planejamento, na implementação e avaliação de programas, projetos e ações no contexto de PPELs, nas aproximações entre sociedade civil e governos, em articulações com órgãos do executivo Estadual/Distrital, entidades esportivas, organizações não estatais, e na efetiva representatividade popular e relações de poder.

Na sequência, com a mesma frequência da fonte anterior, estão os interesses de pesquisa voltados para **processos de organização e de gestão pública de esporte e lazer (13 trabalhos)**. Entre outras questões, trataram de processos em termos eficiência, eficácia e efetividade no âmbito do planejamento, implementação e avaliação de programas, projetos e ações, assim como no contexto das descentralizações e articulações nas/das PPELs das UFs/DF entre diferentes governos, entre setores da política pública, entre entes federados, entre aparatos estatais e não estatais). Diferente dos pontos anteriores que tiveram como principal forma de produção de empiria os levantamentos e análises documentais, em relação aos processos de gestão notamos mais o uso de entrevistas, observações e relatos de experiências.

Nessas agregações atreladas aos processos está bastante presente o argumento a respeito da ausência de um sistema nacional de esporte e lazer, as indefinições de competências e de responsabilidades, as desarticulações e desalinhamentos no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas. Também percebemos os debates a respeito das concepções de Estado implementadas, com ênfase, por um lado, para a presença e uso de ferramentas gerenciais, tecnocráticas, disciplinada (gestão por indicadores, por resultado, empreendedorismo, empreendedores, inovação, qualidade dos serviços, implementação de ferramentas de planejamento e organização estratégica oriundas do setor privado, credibilidade conferida pelos tribunais; gestão por editais, projetos e convênios/contratos), e, por outro, ou para a participação popular, educação popular (radicalização da democracia; universalização, acesso e permanência; exercício do direito; educação popular; controle social-democrático).

Por fim, notamos, como fonte de coordenação de interesses, os **processos político-partidários relacionados à continuidade, às mudanças ou a incrementalismos nas PPELs (8 trabalhos)**. Nesse sentido, há trabalhos que realizaram as investigações a respeito da agenda legislativa Estadual/Distrital, olhando para atores políticos, partidos e blocos de partidos que assumem o esporte e o lazer como questão relevante, trazendo informações sobre, por exemplo, as concepções de esporte e lazer mobilizadas e a quantidade da produção legislativa em relação a outras temáticas. Também predominam as análises de documentos como forma de produção da empiria sobre os processos político-partidários.

Em que pese esse olhar para o poder legislativo, o que predomina nos estudos que têm como referência importante os processos político-partidários, é a atenção dada para o setor no âmbito do poder executivo. Entre outras questões, entram nas análises as indicações político-partidárias para compor os quadros de gestão do setor, os vínculos das ‘pastas cedidas’ para determinados partidos que compõem a base do governo na assembleia legislativa (alianças estratégicas; pequena política; acomodações). Nesse sentido, alguns trabalhos analisam os partidos, blocos de partidos e/ou atores políticos que se apropriam do esporte para usos nas lógicas do universo político (capital político; opinião pública), e as associações disso com políticas assistencialistas e clientelistas.

6 CONSIDERAÇÕES E DISCUSSÕES FINAIS

As descrições trazidas na seção anterior nos possibilitam compreender que, passados mais de 10 anos da sinalização feita por Starepravo (2011), se tem um corpo de trabalhos compondo e estabilizando a agenda científica sobre as PPELs das UFs/DF, o que significa, no contexto deste estudo implicado pela Teoria Ator-Rede, que “[...] ao invés de girar em torno de objetos, os cientistas fazem os objetos girarem em torno deles” (LATOUR, 2001, p. 119). Na perspectiva desse autor, se quisermos entender por que os/as pesquisadores/as engajados/as, através de seus trabalhos, falam com autoridade e segurança, é importante acompanhar a mobilização do mundo que torna possível se apresentar como uma forma útil para os debates, pois ela que se converte em argumentos e produz efeitos.

Essa mobilização do mundo, conforme pudemos identificar nesta revisão integrativa, compreende 10 pontos de passagem para se localizar na agenda e 6 fontes de coordenação interesses, com os quais, ou em relação aos quais os/as pesquisadores/as se constituem como (com)unidade. Esses pontos são tomados como imperativos de aproximação e de engajamento que possibilitam sair da singularidade para a coletividade, legitimidade e publicidade acadêmica, que conferem fontes de coordenação necessárias para estabilizar as afirmações sobre as PPELs das UFs/DF como fatos científicos.

Aqueles/as que procuram entrar nos debates sobre PPELs das UFs/DF e nutri-lo o fazem se aliando, se articulando ou se coordenando com/por direito social e democratização (reconhecimento de esporte e lazer como direitos sociais;

universalização e democratização; participação popular e controle social-democrático), crenças e coletivos de/em disputas e iniquidades setoriais articuladas com lutas político-partidárias (significados que perpassam a presença nas agendas do Estado e do Governo; fluxos de financiamentos e gastos públicos; dimensões, concepções e manifestações de esporte e lazer) e demandas de organização, gestão, preservação e de estudos (mudanças na administração pública; carência de um sistema nacional; preservação da memória e história; carência de estudos).

A respeito desses três eixos imperativos, pelo que notamos a partir da frequência descrita no quadro 1, sobressaem as problematizações acerca do direito social e democracia, o que corresponde ao debate mais ampliado sobre as PPELs, o qual, nas últimas décadas, tem acenado para um compromisso com o campo popular-democrático, a busca de alternativas mais democráticas e a necessidade de um Estado mais intervencionista, tal como está presente nos trabalhos de Linhales e Pereira Filho (1999), Húngaro *et al.* (2009), Provenzano *et al.* (2014), Amaral, Ribeiro e Silva (2014), Souza *et al.* (2016), Lacerda e Lara (2019), Silveira *et al.* (2021). Não menos importante é a nutrição da agenda na relação com as desigualdades e disputas setoriais e as político-partidárias, o que coordena o olhar dos/as pesquisadores/as a respeito das relações de força e de poder que se instituem nas dimensões simbólicas, estruturais e normativas das PPELs das UFs/DF, cujo alerta já estava presente nos estudos de Amaral e Pereira (2009), Onofre, Colângelo e Lino (2019), num debate mais ampliado.

Com isso, nos parece prudente afirmar que a agenda sobre as PPELs estudada se conecta com aquela que a literatura ampliada sinaliza, inclusive a respeito da passagem menos recorrente nos pontos de demandas de organização e gestão, como concluíram Pacheco e Schwartz (2021). Esses modos de entrar e de nutrir a agenda, tal como descrevemos com mais detalhes no quadro 2, tem provocado os/as pesquisadores/as a coordenarem seus interesses e objetos investigativos em relação a 6 fontes (financiamento e gastos públicos; configurações de planos, programas, projetos e ações; concepções, dimensões ou manifestações de esporte e lazer; participação popular e controle social-democrático; processos de organização e de gestão pública; e processos político-partidários). São essas as fontes de coordenação que têm constituído a agenda, porém com um engajamento

expressivo acerca do financiamento e das configurações (dos 80 trabalhos, 54 trabalhos).

Nos debates mais ampliados da literatura não são poucos os trabalhos que dizem sobre essa ênfase em dimensões normativas, estruturais e gerenciais, sob diversos aspectos (AMARAL; PEREIRA, 2009; CASTRO *et al.*, 2012), PROVENZANO *et al.*, 2014; ONOFRE; COLÂNGELO; LINO, 2019; NECA; SANTANA; RECHIA, 2021), o que nos leva entender, também, a presença predominante das análises documentais que encontramos, sinalizando para uma dificuldade de acessar os/as atores/as em ação (por exemplo, os/as gestores/as, os/as legisladores/as). Contudo, como sustentamos anteriormente, os modos de olhar para essas questões são marcados pelas passagens nos debates de direitos sociais, das desigualdades e disputas, mesmo que os tenhamos observado como uma fonte menos frequente em termos de coordenação de interesses de pesquisa.

Com o que observamos na literatura, podemos destacar, em relação aos estudos das PPELs das UFs/DF, possibilidades de mais investimentos de estudos envolvendo trajetórias de interlocução com os/as atores/as que atuam e suas crenças acerca de esporte e lazer. Não significa que não tenhamos encontrado isso nos trabalhos, mas de trazer mais, como modo de produção da empiria, as interlocuções com os/as atores/as e suas trajetórias em coletivos político-setoriais que, na construção das Políticas Públicas, articulam suas crenças com as disputas, constrangimentos e mudanças/continuidades institucionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Quadros conceituais em Políticas Públicas: aplicações e possibilidades para a área do Esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2017. DOI: https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n1.p41

ALVES, Cathia; ROMERA, Liana; BENITO, Rosângela; BARCELOS, Sérgio; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e políticas públicas no setor governamental: análise da revista Licere. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 19, n. 2, p. 78-89, 2011. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/2368 Acesso em: 4 out. 2023.

ALVES, Cathia; SILVA, Débora Alice Machado da; SARTO, Karina; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, Políticas Públicas não Governamentais e estudos

conceituais, na revista Licere. **Revista de Educação Física da UEM**, v. 23, n. 2, p. 239-249, 2012. DOI: https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23i2.14247

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/631

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Diego Santos. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, jun. 2014. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p27

ANDRÉ, Luana Carla; MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; SILVA, Dirceu Santos. Revisão sistemática sobre a produção científica do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, v. 25, n. 1, p. 277-314, mar. 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.39106

ARAÚJO, Silvana Martins; DOMINICI, Kytania Regina L.; SOUSA, Jonathas Carvalho de. O contexto legal dos Conselhos de Esporte e Lazer no Nordeste brasileiro. *In:* ARAÚJO, Silvana Martins (org.). **Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste brasileiro**: participação popular e controle social em questão. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 83-111.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 1-23, jan./mar. 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e61599

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; DALMAS, Leandro Casarin. Políticas de esporte do Distrito Federal: uma análise sobre a legislação, gestão e o financiamento entre os anos de 2008 a 2014. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 26, n. 2, p. 113-128, 2018. DOI: https://doi.org/10.31501/rbcm.v26i2.9030

BARRA, Andrea de Oliveira; SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos; VITORINO, Maria Rachel. Panorama dos Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil presentes no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. **Licere**, v. 20, n. 1, p. 38-59, mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1586

BARRA, Mário Demétrio Rezende. **Esporte em Minas Gerais**: uma análise da execução orçamentária entre 2010 e 2020. 2021. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2021.

BARRETO, Camila de Jesus; SILVA, Temistocles Damasceno; ANDRADE, Péricles Maia. Controle social no Estado da Bahia: uma análise sobre o Sistema Estadual de Esporte e Lazer. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 15, n. 2, p. 81-90, 2016. Disponível em:

https://fontouraeditora.com.br/periodico/public/storage/articles/1246_1505310588.pdf Acesso em: 4 out. 2023.

BATISTA, Maria da Conceição Araújo. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 27-47, 2005. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.2881

BATISTA, Maria da Conceição Araújo. **A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esporte e lazer no governo do Estado – gestão 1999-2001**: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. 182f. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

BERNARDINO, Gustavo Amaral. **Perfil dos Municípios participantes do critério “esportes” de distribuição do ICMS em Minas Gerais à luz do federalismo**. 2020. 126f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2020.

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação cidadã pelo lazer: a contribuição das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Licere**, v. 20, n. 1, p. 372-4010, mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1599

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; MARQUES, Marcelo de Souza. Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer: uma análise do Programa Campeões do Futuro. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 29, p. 93-123, 2015. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n29p93

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRITO, Alison Conceição; RODRIGUES, Emília Amélia Costa. Um recorte acerca dos espaços públicos de lazer: uma revisão sistemática integrativa. **Licere**, v. 23, n. 4, p. 197-229, dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26654

CABREIRA, Victória Regina Zagonel. **Uma análise do financiamento orçamentário para o esporte na Região Sul do Brasil**. 53 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. A política de esporte e lazer em Goiás: análise do financiamento e gasto de 2003 a 2018. **Pensar a Prática,** v. 25, p. e 69648, 2022. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v25.69648

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **A Política de Esporte no Distrito Federal**: Centros Olímpicos, “Terceiro Setor” e focalização. 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; HUNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. A política de esporte do Distrito Federal do Brasil: uma análise de sua configuração, abrangência e gasto público entre 2008 e 2014. **Educación Física y Deporte**, v. 35, n. 1, p. 141-176, ene./jun., 2016. DOI: http://doi.org/10.17533/udea.efyd.v35n1a06

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 10, n. 1, p. 163-186, 2021. DOI: https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.17786

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; CASTELLANI FILHO, Lino. O desigual financiamento Estadual e Municipal das Políticas Públicas de Esporte e Lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021. Disponível: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/29366

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O direito ao esporte: análise do planejamento e execução de políticas públicas no Distrito Federal no período 2008-2011. **Licere**, v. 17, n. 2, jun. 2014. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.850

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; NASCIMENTO, Edriane Lima do; SANTOS, Samir Almeida dos; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; HUNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. Os Centros Olímpicos do Distrito Federal: um caso de desresponsabilização do Estado e descentralização das Políticas de Esporte e Lazer em direção ao "terceiro setor". **Licere**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1813

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; PINTOS, Ana Elenara. O financiamento do lazer no Brasil pelos diferentes entes federados. **Licere**, v. 24, n. 3, 2021. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.36296

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; MAOSKI, Ana Paula Cabral Bonin; MEZZADRI, Fernando Marinho. O estado do Paraná e o orçamento para o esporte - 2002 a 2018. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-21, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e82152

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; MORO, Neuza Rosa Nery de Lima; SILVEIRA, Liliane Roberta Tsumanuma da; MEZZADRI, Fernando Marinho. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009). **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, p. 272-550, 2012. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v15i2.13823

CORRÊA, Cohuane; PEREIRA, Thiago Ziemer; ROJO, Jeferson Roberto. O panorama geral dos programas de distribuição de bolsa auxílio para atletas: uma análise das iniciativas estaduais (2018-2019). **Revista da ALESDE**, v. 12, n. 2, p. 77-89, dez. 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/72122/42095 Acesso em: 5 out. 2023.

COSTA, Joice Luiza Pereira; FREIRE, Auro Barreiros; COSTA, Gustavo de Conti Teixeira. Minas Olímpica incentivo ao esporte – levantamento de dados sobre dois

anos da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte em Minas Gerais. **Revista ALESDE**, v. 8, n. 1, p. 16-25, jul. 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/49210/35148. Acesso em: 9 out. 2023.

DALMAS, Leandro Casarin. **Brasília capital desigual!** Políticas Públicas e limites para a efetivação do direito ao esporte no Distrito Federal (2009 a 2019). 2022. 268 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DAMACENA, Ana Daniela. **Análise estatística do resultado do ICMS Esportivo de Minas Gerais ano base 2014 e sua correlação com os Jogos Escolares e os Jogos de Minas de 2016**. 29 f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

DAMACENA, Ana Daniela; FERREIRA, Renato Melo; COELHO, Emerson Filipino; WERNECK, Francisco Zacaron. Relação entre o repasse do ICMS esportivo de Minas Gerais e a participação dos municípios nos jogos escolares e estaduais. *In:* FÓRUM CIENTÍFICO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: EsEFEx, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/11646

DINIZ, Rafael Silva; SILVA, Luciano Pereira da. O ICMS Esportivo e o financiamento das políticas municipais de esporte em Minas Gerais. **Movimento**, v. 22, n. 4, 1223-1236, out./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.64264

ELICKER, Eliane; REIS, Nadson Santana; MAGALHÃES, Ywry Crystiano da Silva; MASCARENHAS, Fernando. O esporte e o Governo da Floresta: ordenamento legal das políticas esportivas no Acre entre 1999 e 2018. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, p. 01-21, 2022. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e89648

ELICKER, Eliane; REIS, Nadson Santana; PEREIRA, Cláudia Catarino; MASCARENHAS, Fernando. As políticas de esporte do Acre: análise dos planos plurianuais de governo (2000 a 2019). **Lecturas**: Educación Física y Deportes, v. 25, n. 269, p. 34-48, 2020. DOI: https://doi.org/10.46642/efd.v25i269.2171

FERNANDES, Carlos Augusto Scansette. Os Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer da Região Nordeste do Brasil: entre a existência legal, os desafios e a situação real. *In:* ARAÚJO, Silvana Martins (org.). **Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste brasileiro**: participação popular e controle social em questão. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 113-139

FERREIRA NETO, Amarílio. Esporte escolar e oligarquia em Sergipe. **Motrivivência**, ano 1, n. 2, p. 76-80, jun. 1989. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19271

FORELL, Leandro; MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Pelas bordas: reflexões situadas nas fronteiras da produção do conhecimento em PPEL em um período de pós-megaeventos esportivos no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2017. DOI: https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n1.p29

FURTADO, Sabrina; EFFTING, Eduardo Roberto May; CASTRO, Suelen Barboza Eiras de; SOUZA, Doralice Lange de. O financiamento do esporte em Santa Catarina: o caso do FUNDESPORTE nos anos de 2011 e 2012. **Motrivivência**, v. 28, n. 47, p.145-159, 2016. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n47p145

GASPAR, Luís Carlos de Jesus; PICH, Santiago; VAZ, Alexandre Fernandez. Política pública de esporte escolar e educação física escolar: entre a inclusão social e a busca por talentos esportivos, tendo como pano de fundo o Programa Estadual Esporte Escolar de Santa Catarina. **Motrivivência**, v. 16, n. 23, p.103-16, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2027

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, Clezi Fernanda Zanatte da. (org). **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: primeiras edições e desdobramentos. Porto Alegre: Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFRGS: Secretaria do Esporte e do Lazer, 2013. 84p.

GONÇALVES, Luiz Felipe Silva. **Política de estímulo a prática esportiva em Minas Gerais: uma análise dos jogos escolares**. 2017. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017.

GRACIOLLI, Lucas Uelinton. **Políticas públicas do esporte como ferramenta de inclusão social**: análise crítica da aplicação da Lei do Incentivo ao Esporte no Rio Grande do Sul. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociedade, Universidade La Salle, Canoas, 2021.

GUIMARÃES, Gabriela Carvalho Pinto. **Análise da qualidade dos indicadores do acordo de resultados sob a perspectiva do monitoramento e avaliação das políticas públicas da Secretaria de Esportes e Juventude de Minas Gerais**. 2010. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

GURKEWICZ, Fabrício; GRANDO, Beleni; ALMEIDA, Dulce Filgueira de. Elementos para pensar a questão indígena em Rondônia: as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Tellus**, ano 23, n. 50, p. 93-123, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.20435/tellus.v23i50.895

HÚNGARO, Edson Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; DAMASCENO, Luciano Galvão; DALLA'ANESE, Evelise Donola; SANTOS, Róbson Novoa; FERNANDES, Erick Rodrigo; FIGUEIRA JÚNIOR, Aylton José. Balanço inicial da produção do GTT Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. *In:* HÚNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Luiz Lino de (org.). **Cultura, educação, lazer e esporte**: fundamentos, balanços e anotações críticas. Santo André: Alpharrabio, 2009. p. 93-123

IGNÁCIO, Mauro Castro. Participação popular para o esporte e o lazer: uma revisão. **Revista Didática Sistêmica**, v. 19, n. 2, p. 4-13, 2017. DOI: https://doi.org/10.14295/rds.v19i2.7016

IGNÁCIO, Mauro Castro; FARIAS, Anderson da Silveira; SOUZA, Paloma Müller de. Participação popular nas demandas das Políticas Públicas de Esporte e Lazer: conquistas e desafios. *In:* CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 4. 2018. **Anais...** Lajeado: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2018.

IGNÁCIO, Mauro Castro; MYSKIW, Mauro. A participação nas políticas públicas de esporte e lazer: análise de enfoques da produção acadêmica. **Pensar a Prática,** v. 23, p. e59682, 2020. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v23.59682

IGNÁCIO, Mauro Castro; SOUZA, Paloma Müller de; MYSKIW, Mauro. Análise de conteúdo da produção em Políticas Públicas de Esporte e Lazer na dimensão Polity. *In:* FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 8., 2018; FÓRUM DE PESQUISADORES DAS SUBÁREAS SOCIOCULTURAIS E PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 5. 2018. **Anais...** Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

JARDIM, Fábio Rangel Mattos. **Políticas Públicas para o Esporte em Minas Gerais**: um estudo sobre o Programa Minas Olímpica. 24 f. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Treinamento Esportivo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

KHALIFA, Mehrez Palumbo. **Atuação do Estado de Minas Gerais nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no período de 2012 a 2018**: efeitos práticos frente à ausência de uma coordenação intergovernamental na área. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares do Lazer) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LACERDA, Paulo José Cabral; LARA, Larissa Michelle. O estado do conhecimento em Políticas Públicas de Lazer como direito e conhecimento social no Brasil. **Licere**, v. 22, n. 3, p. 425-466, 2019. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15318

LAGES, Carlos Eduardo Dias Munaier. **A Copa de 2014 na capital mineira e relações com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: estudo a partir de projetos que compõem o planejamento estratégico integrado do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede**: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.

LIÁO JÚNIOR, Roberto. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998**: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LIÁO JÚNIOR, Roberto; HÚNGARO, Edson Marcelo; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo. GTT de Políticas públicas do CBCE e as intersecções com o CBCE-DF e o Avante-UnB: memórias, histórias, lutas e produção do conhecimento. *In*: ARAÚJO, Silvana Martins; FALCÃO, José Luiz Cirqueira; LARA, Larissa; ATHAYDE, Pedro (org.). **Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 105-131

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas. *In:* GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Educação Física / Ciências do Esporte**: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.

LINHARES, Wendell Luiz; RIBEIRO, Paulo Sérgio; PEDROSO, Bruno; CARMO, Gonçalo Cassins Moreira do; FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de. Análise das produções sobre formação e capacitação dos agentes públicos que compõem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (2009-2018). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, n. 3, p.1-22, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/16380

LOTT, Wanessa Pires. A política do esporte e a construção do estádio Mineirão. **FuLiA/UFMG**, v. 5, n. 2, p. 35-51, 2020. DOI: https://doi.org/10.35699/2526-4494.2020.20495

MAIA, Marco Antonio Santos. **Importância do Tribunal de Justiça Desportiva Especial no desenvolvimento do Esporte em Goiás**. 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Disciplina (Monografia Jurídica) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

MALAGUTTI, João Paulo Malleiro; ROJO, Jeferson Roberto; CANAN, Felipe; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Grupo de estudos e pesquisa em políticas de esporte e lazer (GEPPOL/UEM): uma década de contribuições científico-acadêmicas. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-19, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021e7873

MALINA, André; STAREPRAVO, Fernando Augusto; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de; FIGUEIREDO, Érika Suruagy Assis de. O estado da arte no referencial teórico dos trabalhos do GTT Políticas Públicas em Esporte e Lazer do CBCE. *In:* RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GOIS JÚNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel. (Orgs.). **Dilemas e desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2015.

MAOSKI, Ana Paula Cabral Bonin. **A (des)articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba**. 2016. 446 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MENDES, Alessandra. Política Pública de Esporte: considerações sobre gestão, instituições políticas e método de pesquisa no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 3, supl. 1, p. 1-19, dez. 2013.

MENDES, Alessandra Dias; AZEVÊDO, Paulo Henrique. Políticas Públicas de Esporte e Lazer & Políticas Públicas Educacionais: promoção da Educação Física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 1, p. 127-142, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32892010000400009

MENDES, Marcelo de Melo; SILVA, Guilherme de Paiva Azevedo; COSTA, Luciana Assis. Política Pública de Esporte e Lazer para pessoas com deficiência: um *gap* entre as garantias legais e a materialidade do direito. **Licere**, v. 23, n. 3, p. 100-128, set. 2022. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41684

MESQUITA, Camille Contreras Martins Monteiro da Costa. **Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Saúde e legados dos megaeventos esportivos**. 2019. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais. 2000. 169 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MILANI, Fernanda Gimenez. **Políticas públicas estaduais de esporte**: uma análise da ação governamental a partir do orçamento público. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MILANI, Fernanda Gimenez; SILVA, Allan Fernando Zardo da; MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesias; CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. Financiamento público esportivo: uma revisão sistemática. *In:* SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER, 2. 2017. **Anais...** Maringá: Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, 2017.

MIRANDA, Antônio Eduardo Viana. **Análise do gasto público de Minas Gerais na área de esporte e lazer e desempenho do programa estruturador Minas Olímpica**. 2010. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

MONTEIRO, Renata; MOURÃO, Ludmila; VOTRE, Sebastião. Produção científica sobre Políticas Públicas para a Educação Física: abordagem sobre gênero e raça. **Revista de Educação Física da UEM**, v. 23, n. 1, p. 141-153, 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/refuem/a/C3zqXtP7XCQ4ng9yThph7MP/abstract/?lang=pt Acesso em: 4 out. 2023.

MOREIRA, Fátima de Souza. **Financiamento das políticas públicas de esporte no governo do Estado do Pará (2012 – 2015)**. 230 f. 2020. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MOREIRA, Fátima de Souza; SILVA, Luciano Pereira da. A política de esporte no estado do Pará no período de 2012 a 2013. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-21, jul./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e71682

MUÇOUÇAH, Marina Almeida Costa. **Programas desportivos e de lazer para os detentos no Estado de São Paulo**: uma análise reflexiva das políticas públicas para a reinserção do preso na sociedade. 33 f. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

MYSKIW, Mauro; DOTTO, Augusto Dias; RAMPAZZO, Marcelo. Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Etnografias: um olhar para os trabalhos do GESEF/UFRGS. *In:* COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DO LAZER, 2., 2021; ENCONTRO LATINOAMERICANO DE RECREAÇÃO E LAZER, 8., 2021. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO, 2021. p. 53-56

NASCIMENTO, Fabiana Ortiz do. **A caneta do Estado** – Políticas Públicas de Esporte no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1972). 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Oromar Augusto dos Santos; CAVALCANTE, Fernando Resende; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LAZZAROTTI FILHO, Ari. O financiamento público estadual do esporte no Estado de Goiás. **Pensar a Prática**, v. 23, p. e57160, 2020. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v23.57160

NECA, Bruno David Rodrigues; SANTANA, Daniella Tschöke; RECHIA, Simone. Produção do conhecimento sobre Políticas Públicas de Lazer no Brasil: análise em base de dados multidisciplinar. **Licere**, v. 24, n. 4, p. 357-397, dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.37731

NUNES, Camila da Cunha; MATTEDI, Marcos Antônio. O esporte amador como demarcador territorial: o caso dos jogos abertos de Santa Catarina. **Estudos Geográficos**, v. 13, n. 1, p. 163-186, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/10270

OLIVEIRA, Lorita Maria de. **A gestão das Políticas Públicas do Lazer no Rio Grande do Sul**. 2001. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2001.

OLIVEIRA, Victor Deleon. **Arranjo institucional e efeitos distributivos da lei estadual de incentivo ao esporte de Minas Gerais**. 2019. 102 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019.

ONOFRE, Tiago; COLÂNGELO, João; LINO, Wilson. Balanço bibliométrico da produção científica em políticas públicas de lazer: Brasil 2012/2017. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 27, n. 1, p. 164-176, 2019. DOI: https://doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9892

PACHECO, José Pedro Scarpel; SCHWARTZ, Gisele Maria. Políticas Públicas e espaços de Esporte e Lazer nos estudos acadêmicos: uma revisão sistemática. **Licere**, v. 24, n. 2, p. 341-376, jun. 2021. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.34948

PAES, Viviane Ribeiro. **Jogos Olímpicos de 2016 e as políticas públicas de esporte educacional do Estado de São Paulo**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PAGANI, Mario Mecenas; SHIMODA, Eduardo; DA MATTA, Ludmila Gonçalves; CONSERVA, Nicaulis Costa. A produção do conhecimento em política pública de esporte no Brasil e no mundo. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 11744-11756, fev. 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24074 Acesso em: 4 out. 2023.

PARREIRA, Fernanda Ramos; VALIM, João Paulo. PROESPORTE e a Política de incentivo ao esporte na gestão estadual de Goiás: um estudo descritivo sobre os limites e as possibilidades existentes nas Políticas Públicas para o esporte goiano. **Interfaces Científicas, Humanas e Sociais**, v. 7, n. 3, p. 115-130, fev. 2019. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3801.2019v7n3p115-130

PEREIRA, Claudia Catarino; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; REIS, Nadson Santana; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro:
uma revisão sistemática. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 1-22, abr./jun. 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e64906

PEREIRA, Mayane Carneiro Alves; SANTOS, Lúcia de Fátima da Silva; MOURA, Thais Norberta Bezerra de; PEREIRA, Layane Carneiro Alves; LANDIM, Maurício Batista Paes. Contribuições da socialização e das Políticas Públicas para a promoção do envelhecimento saudável: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 29, n. 1, p. 124-131, jan./mar. 2016. DOI: https://doi.org/10.5020/18061230.2016.p124

PEREIRA FILHO, Ednaldo; NUNES, Claiton Rodrigo; CASTRO, Khrysalis Pires de. As experiências sociais em esporte e lazer das juventudes: por uma necessária revisão de literatura na Rede CEDES. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 20., 2017; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 7., 2017. **Anais...** Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2017.

PIMENTEL, Daniel Rogério Rêgo. **Estudo da viabilidade da aplicação do *Balanced Scorecard* na Administração Pública**: o caso da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas – Brasil. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

PROVENZANO, Tiago Dias; SCHWARTZ, Gisele Maria; RODRIGUES, Nara Heloisa; TAVARES, Giselle Helena. Gestão da informação sobre Políticas Públicas de Esporte: incidência temática em pesquisas acadêmicas. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 3, n. 3, ed. esp., dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9080/3907 Acesso em: 4 out. 2023.

QUINAUD, Ricardo Teixeira; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. Financiamento público no esporte: os repasses do Estado de Santa Catarina para projetos na mesorregião grande Florianópolis (2007-2014). **Pensar a Prática**, v. 21, n. 2, p. 338-352, abr./jun. 2018. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v21i2.46064

QUINAUD, Ricardo Teixeira; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; SAAD, Michel Angillo; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; FOLLE, Alexandra. Demandas e distribuição de recursos do fundo estadual de esporte de Santa Catarina: análise das propostas submetidas de 2007 a 2014. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, n. 3, p. 241-247, jul./set. 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.02.004

RECHIA, Simone; SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da; ASSIS, Talita Stresser de; SANTOS, Karine do Rocio Vieira dos Santos; MORO, Luize; SANTANA, Daniella Tschöke. O lugar do Lazer nas Políticas Públicas: um olhar sobre alguns cenários. **Licere**, v. 18, n. 1, mar. 2015. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2015.1082

REIS, Nadson Santana; SANTOS, Samir Almeida; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Esporte Educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, jul./set. 2015. DOI: https://doi.org/10.5216/rpp.v18i3.34326

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco; SILVA, Diego Santos. Fragmentação e intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer,** v. 1, n. 1, p. 99-114, jan./abr. 2014. Disponível: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/437. Acesso em: 4 out. 2023.

RIETH, Fernando Bruno. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Bahia**: um estudo analítico do Território Norte e Agreste Baiano. 2012. 289f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. As relações entre os governos e a constituição do esporte: uma análise comparada entre Bahia e Rio de Janeiro. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. 2013. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Centro de Memória e Informação do Esporte: uma política de preservação da memória do esporte mineiro. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, 2011. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p25

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder (org.). **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais**: 1927 a 2006. Belo Horizonte: MJR Editora Gráfica, 2013.

ROJO, Jeferson Roberto; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. A produção do conhecimento sobre Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 8, n. 1, p. 128-139, jan./abr. 2019. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/12939. Acesso em: 4 out. 2023.

SANTANA, Thiago Souza. **Análise da distribuição de recursos financeiros na lei estadual de incentivo ao esporte de Minas Gerais**. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; BATISTA, Maria da Conceição A.; ARAÚJO, Alexandre Viana. A produção do conhecimento em Política Pública para Educação Física, Esporte e Lazer: o GTT 10 em Pernambuco. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2007, Olinda. **Anais...** Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. v.1. p.1-10.

SANTOS, Edmilson Santos dos; CARVALHO, Maria José. Participation of the Federation Units in the investment of Sports and Leisure Policies in Brazil. **Licere**, v. 23, n. 4, dez. 2020a. DOI: http://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26636

SANTOS, Edmilson Santos dos; CARVALHO, Maria José. Produção de pesquisa em Políticas Públicas locais de desporto no Brasil e em Portugal: agenda em formação. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2020b. DOI: https://doi.org/10.5585/podium.v9i2.16567

SANTOS, Edmilson Santos dos; JUCHEM, Luciano; MADURO, Luiz Alcides Ramires. Expenditure on sports and leisure by the government of the State of Piauí. **Journal of Physical Education**, v. 32, e3202, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jpe/a/SzFfmG4Cj9ktFczWmgkdLhJ/abstract/?lang=pt Acesso em: 4 out. 2023.

SANTOS, Rayane Teixeira de Lira dos. **"Nada do que foi será"**: uma leitura necessária sobre o papel do Conselho Estadual de Desporto do Rio Grande do Norte acerca da participação social. 71 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SANTOS, Rayane Teixeira de Lira dos; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. Jogos escolares do Rio Grande do Norte: entre o esporte educacional e o esporte de alto rendimento. **HOLOS**, v. 8, p. e8285, 2022. DOI: https://doi.org/10.15628/holos.2021.8285

SCHNEIDER, Marcos Paulo A. de. **As Políticas Públicas Gaúchas e Catarinenses de Incentivo ao Esporte**: análise dos Jogos Escolares JERGS, CERGS e OLESC. 75 f. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHWARTZ, Gisele Maria; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; KAWAGUTI, Cristiane Naomi; TAVARES, Giselle Helena; FIGUEIREDO, Juliana de Paula; NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos. **Gestão da Informação sobre lazer e esporte recreativo**: balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010. 192 p.

SCHWARTZ, Gisele; TAVARES, Giselle; RIBEIRO, Ivana de Campos; RODRIGUES, Carolina de Souza; PROVENZANO, Tiago Dias; CHAO, Cheng Hsin Nery. Políticas públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 86-97, jun. 2014. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p86

SILVA, Adriane Corrêa da; ELICKER, Eliane; ALVES MELO, Sandro Victor; NASCIMENTO, Tiago Barbosa do; OLIVEIRA, Alessandra Lima Peres de; AMARAL, Cledir de Araújo. Produção de conhecimento do grupo de pesquisa LEPEF-EdsaLa em políticas públicas de esporte e lazer no estado do Acre. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-18, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021e78709

SILVA, Aline Galantinni; MIRANDA, Antônio Eduardo Viana; ROCHA, Elisa Maria Pinto da; PEREIRA, Lucas Moura. O impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal de Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 1, n. 24, p. 13-41, jul./dez. 2013a. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/10243

SILVA, Bráulio Humberto da. **Distribuição e perfil da prática esportiva nos municípios participantes do ICMS esportivo em Minas Gerais no ano de 2012**. 2014. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Dirceu Santos. **Intersetorialidade, descentralização e empreendedorismo na gestão pública de esporte e lazer no Estado do Espírito Santo**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA, Dirceu Santos; SILVEIRA, Ana Carolina Godoi da; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Concepções de esporte e lazer no plano de desenvolvimento ES-2025. *In:* CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2010, Niterói. **Anais...** Niterói: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2010.

SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da; SILVA, Priscilla Pinto Costa da; SANTOS, Ana Raquel Mendes dos; CARTAXO, Hemília Grabrielly de Oliveira; RECHIA, Simone; FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de. Espaços Públicos de Lazer na Promoção da Qualidade de Vida: uma revisão integrativa. **Licere**, v. 16, n. 2, jun. 2013b DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.646

SILVA, João Paulo Guimarães. **Espaços públicos de Esporte e Lazer**: uma revisão sistemática. 2022. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

SILVA, Luiza Cupertino Xavier da. **As populações LGBT+ nas políticas públicas de lazer do Estado de Minas Gerais**. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Temistocles Damasceno; SANTANA, Tiago Almeida de; SILVA, Ricardo Correia da. O planejamento e a estrutura financeira das políticas públicas de lazer no estado da Bahia. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 14, n. 4, p. 121-130, 2015.

SILVA, Temistocles Damasceno; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A atenção dada ao esporte na agenda legislativa do Estado da Bahia (1995-2018). *In:* ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., 2022. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022.

SILVEIRA, Juliano. O esporte da/na escola nas políticas públicas em Santa Catarina. **Kinesis**, v. 34, ed. esp., p. 17-36, 2016. DOI: https://doi.org/10.5902/2316546421707

SILVEIRA, Luis Felipe; MIRANDA, Carlos Fabre; ROSA, Cristiano Neves da; MYSKIW, Mauro. A agenda de pesquisas sobre as Políticas Públicas de Recreação, Esporte e Lazer em Porto Alegre. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 22. 2021; CONGRESSO INTERNAIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 9., 2021. **Anais...** Belo Horizonte: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2021.

SOUZA, Diego Petyk de; GABRIEL, Bruno José; ANTUNES, Alfredo Cesar; PEDROSO, Bruno; OLIVEIRA JÚNIOR, Constantino Ribeiro de; FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de. As produções do periódico Pensar a Prática que relacionaram os seus objetos às Políticas Públicas de Esporte e Lazer (1998-2015). **Pensar a Prática**, v. 19, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/41141 Acesso em: 4 out. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Esporte, Política e Ciência**: a produção científica sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Curitiba: CRV, 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 422 f. 2011. Tese (Doutorado em

Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; AFONSO, Gilmar Francisco; FERREIRA, Ana Letícia Padeski. Produção do GTT de políticas públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: possibilidades teóricas de análise das políticas públicas de esporte e lazer. *In*: ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE (ALESDE), 1., 2008, Curitiba. **Anais...** Esporte na América Latina: atualidades e perspectivas. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; NUNES, Ricardo Sonoda; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Agenda de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3. 2009. **Anais...** Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Salvador, 2009.

TAVARES, Giselle Helena; SCHWARTZ, Gisele Maria. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela rede CEDES/ME. **Movimento**, v. 19, n. 4, p.207-226, out./dez. 2013. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.38861

TOLEDO, Renata Maria. **As políticas públicas e o direito "social" ao esporte**: uma análise a partir do Estado do Paraná (1995-2010). 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Esporte, Lazer e descentralização: reflexões no campo das Políticas Públicas. **Licere**, v. 22, n. 3, p. 537-578, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15349

VIEIRA, Ana Paula; ANDRADE FILHO, Antonio Silva Cunha; PEREIRA, Camila Fernanda Pena. O Conselho do Desporto do Ceará: análise de uma experiência concreta. *In:* ARAÚJO, Silvana Martins (org.). **Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste brasileiro**: participação popular e controle social em questão. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 141-155

VITÓRIO, Sabrina de Lima; CERBI, Leandro Eduardo; BUENO, Bruna Lindman; SANTOS, Clara Sanchez da Trindade; MAZZEI, Leandro Carlos. Diagnóstico das Leis Estaduais de Incentivo ao Esporte no Brasil. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 222-236, set./ dez., 2021. DOI: https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.13118

TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS EM ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UM ENSAIO SOBRE ABORDAGENS E DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS[3]

INSTITUTIONAL TRAJECTORIES IN PUBLIC SPORT AND LEISURE POLICY STUDIES: AN ESSAY ON APPROACHES AND METHODOLOGICAL DEVELOPMENTS

TRAYECTORIAS INSTITUCIONALES EN LOS ESTUDIOS DE POLÍTICAS DE OCIO Y DEPORTE PÚBLICO: UN ENSAYO SOBRE ENFOQUES Y DESARROLLOS METODOLÓGICOS

Autor:
Marcelo Rampazzo

Orientador:
Mauro Myskiw

Resumo: No contexto de preocupações sobre a densidade da produção de conhecimentos, o presente ensaio teve como objetivo sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais para investigar dimensões institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs). Sem a pretensão de realizar um estudo de revisão, mas inspirados em movimentos analítico-reflexivos do novo institucionalismo, selecionamos, estudamos e produzimos sistematizações baseadas em 29 pesquisas desenvolvidas no Brasil. Com base nisso apontamos e delimitamos 4 abordagens teórico-metodológicas emergentes, entendidas como movimentos de adensamento do campo e possibilidades investigativas das dimensões institucionais. Apontamos essas abordagens como caminhos de aprofundamento investigativos que fazem sentido no campo das PPELs no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Esporte. Lazer. Abordagem. Dimensão Institucional.

Abstract: In the context of concerns about the density of knowledge production, this essay aimed to systematize a reflection on theoretical-conceptual approaches to investigate institutional dimensions put into action in analyzes of continuities/changes in Public Sports and Leisure Policies (PPELs). Without the intention of carrying out a review study, but inspired by analytical-reflective movements of the new institutionalism, we selected, studied and produced systematizations based on 29 research studies carried out in Brazil. Based on this, we point out and delimit 4 emerging theoretical-methodological approaches, understood as movements to densify the field and investigative possibilities of institutional dimensions. We point to these approaches as paths for further investigation that make sense in the field of PPELs in Brazil.

---

[3] Este artigo encontra-se publicado no volume 26, número 4, de 2023, da revista Licere, disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/49542.

Keywords: Public policy. Sport. Leisure. Approach. Institutional Dimension.

Resumen: En el contexto de las preocupaciones sobre la densidad de la producción de conocimiento, este ensayo tuvo como objetivo sistematizar una reflexión sobre enfoques teórico-conceptuales para investigar las dimensiones institucionales puestas en acción en los análisis de continuidades/cambios en las Políticas Públicas de Deportes y Ocio (PPEL). Sin intención de realizar un estudio de revisión, pero inspirados en movimientos analítico-reflexivos del nuevo institucionalismo, seleccionamos, estudiamos y producimos sistematizaciones a partir de 29 investigaciones realizadas en Brasil. A partir de esto, señalamos y delimitamos 4 enfoques teórico-metodológicos emergentes, entendidos como movimientos para densificar el campo y las posibilidades investigativas de las dimensiones institucionales. Señalamos estos enfoques como caminos para futuras investigaciones que tienen sentido en el campo de los PPEL en Brasil.

Palabras clave: Políticas públicas. Deporte. Ocio. Acercarse. Dimensión Institucional.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de estudos e debates realizados no âmbito do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa sobre Políticas Públicas. Além disso, tem como ponto de partida um estudo que procura compreender, a partir de uma abordagem centrada em trajetórias institucionais, os lugares do estado do Rio Grande do Sul, como ente federado, na produção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs). Trata-se de uma temática já investigada de diferentes maneiras por outros trabalhos (MARTINS, 2004; RIETH, 2005; TOLEDO, 2014; MAOSKI, 2016; KHALIFA, 2019; DALMAS, 2022; ELICKER, 2023). Ao estudarmos eles, percebemos diferentes abordagens a respeito do estudo da dimensão institucional como forma de compreender as PPELs, o que nos levou a desenvolver esta reflexão sobre esta temática.

Implicados por preocupações que já se fazem presentes há mais de duas décadas no campo de estudos das PPELs, no Brasil, em que pese a demanda/necessidade de cuidado e densidade teórico-conceitual e metodológico (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO, NUNES, MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO, 2011; MALINA *et al.*, 2015; FORELL; MAYBORODA, 2017; ATHAYDE *et al.*, 2020), passamos a nos provocar sobre as abordagens de trajetórias institucionais nos trabalhos que se referem às

mudanças ou continuidades das PPELs em diferentes governos ou períodos. Nos trabalhos de Mendes (2013, 2017), a autora sinaliza essa preocupação especificamente a respeito de estudos das instituições políticas de esporte, pontuando também a relevância de um cuidado teórico-conceitual e metodológico nesse debate acadêmico.

É nesse contexto que desenvolvemos o presente ensaio, que tem como objetivo sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais possíveis para investigar trajetórias institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das PPELs. Partimos da compreensão de que a produção das PPELs passa por sua institucionalização, sobretudo em aparatos de Estado, mas não limitado a ele. Mas como estudar essas trajetórias institucionais, suas mudanças/continuidades e suas implicações para as PPELs? Como isso tem sido produzido nesse campo de estudos, no Brasil? Para desdobrar essas interrogações, passamos a estudar um conjunto de trabalhos, principalmente dissertações e teses desenvolvidas sobre as PPELs, com o propósito de identificar e refletir acerca de abordagens emergentes no Brasil, para se estudar as trajetórias institucionais, as que têm servido de referência analítico-interpretativas nas investigações.

Tal proposta de reflexão nos coloca no campo de debates denominado de novo institucionalismo, definido por March e Olsen (2008) como perspectivas de estudo das instituições políticas, estas concebidas como construções sociais, que têm mobilizado um conjunto heterogêneo de ideias, de campos teóricos e disciplinares sobre as relações entre as características institucionais, a agência política, estabilidade e mudança. Partindo de questões a respeito do peso que se atribui aos conflitos e disputas de poder, rupturas e continuidades, aos lugares das instituições em relação aos comportamentos e interesses individuais ou coletivos, e o estudo de processos de formação e transformação que, no campo da Ciência Política, se tem observado na literatura especializada (HALL; TAYLOR, 2003; THÉRET, 2003; MARCH; OLSEN, 2008) três abordagens do novo institucionalismo: o histórico (enfoques nos conflitos políticos, nas desigualdades e dependências de trajetórias), o da escolha racional (enfoque nos cálculos estratégicos e nos interesses individuais frente às oportunidades) e o sociológico (enfoque em sistemas simbólicos, culturais, na ação social e implicações cognitivas coletivas).

Não vamos aprofundar esse debate aqui, pela sua extensão, heterogeneidade e complexidade, especialmente quando se trata das articulações entre as referidas

abordagens. Mas ele nos inspirou a olhar para como trabalhos que analisaram trajetórias institucionais (na compreensão de mudanças/continuidades das PPELs no Brasil), abordando a dimensão institucional. Sem a pretensão de realizar um estudo de revisão, operando numa perspectiva ensaística, estivemos trabalhando com 29 trabalhos, tendo como critério de escolha aqueles que tiveram objetivos próximos do nosso, isto é, compreender lugares de esferas de governos na constituição de PPELs, especialmente aqueles que trataram de trajetórias durante distintos períodos de governos e/ou períodos de gestão. Assim o fizemos considerando as proposições de Wolf (2003), para quem, em um panorama amplo, os trabalhos que analisam a política, contribuem a perceber o mundo em diferentes escalas: locais, reginais, nacionais, transnacionais e mundiais.

E, em relação a esses trabalhos, numa perspectiva analítico-reflexiva e ensaista, apontamos 4 abordagens emergentes, no sentido de que desenvolvemos interpretações e categorizações marcadas pelas nossas trajetórias e escolhas, mas ao mesmo tempo apontando e entendendo que elas comunicam um momento da produção de conhecimentos a respeito da dimensão institucional. As descrições e reflexões das abordagens (conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; etnográfica em perspectiva antropológica) estão colocadas a seguir, porém nos cabe sublinhar que elas não foram produzidas para avaliar a densidade dos estudos, tampouco para afirmar que uma é mais adequada do que a outra.

2 ABORDAGEM CONJUNTURAL CRÍTICA DE RESPOSTAS ÀS QUESTÕES SOCIAIS

Ao sistematizarmos nossas reflexões, optamos por iniciar com a apresentação de uma abordagem conjuntural e crítica da realidade social e das respostas contemporâneas das questões sociais, porque nela localizamos o trabalho de Eduardo Dias Manhães (1986), considerado pioneiro em termos de análise da Política Pública de Esporte no Brasil a partir de uma noção de hegemonia. Além deste estudo que resulta de uma dissertação, no quadro 1, mobilizamos informações de outra dissertação e 6 teses defendidas em diversos Programas de Pós-Graduação (Educação Física/Ciências do Movimento Humano, Educação, Política Social, Sociologia, Serviço Social), o que já nos indica que, mesmo em

diferentes tradições disciplinares que configuram cursos de Pós-Graduação, a abordagem está presente.

Além disso, quando olhamos para os objetivos, notamos ao menos dois rumos de questões se tornaram significativas: uma que procura compreender, nessa perspectiva teórico-metodológica, determinantes da produção de prioridades, da obtenção de manutenção de consenso e da proeminência de interesses de grupos sobre outros, fazendo isso de modo crítico às respostas produzidas em aparatos de Estado; e a outra que enfoca relações entre esfera esportiva (sociedade civil) e Estado, a institucionalização e a organização da cultura esportiva na aparelhagem estatal, a condições necessárias para a existência de PPELs atrelada ao direito social.

Quadro 1 – Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem conjuntural crítica das respostas às questões sociais em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	**Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional**
Eduardo Dias Manhães (1986) Livro resultado de dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	**Objetivo/Período:** Compreender a produção de prioridades das Políticas Públicas de Esporte no Brasil, desde o período do Estado Novo até o período da Ditadura Militar, suas relações com as conjunturas políticas e esportivas, históricas e concretas, em particular traços diferenciadores do aparelho de Estado. **Abordagem da dimensão institucional:** O autor abordou a trajetória institucional acerca das prioridades tendo em vista a noção de discursos ou representações hegemônicos, estes relacionados com blocos históricos dominantes e a atuação de seus intelectuais não apenas aqueles da comunidade política, tendo como base empírica documentos oficiais e entrevistas com/de atores protagonistas. Ainda que o autor tenha dialogado com conceitos da obra de Foucault, entendemos que sua pesquisa e suas análises atravessadas de modo mais orgânico pelo campo do materialismo histórico, especialmente a noção de hegemonia gramsciniana. Analisando as Políticas de Esporte, o pesquisador apontou 3 discursos hegemônicos em torno dos quais os exercícios de consensos eram muito robustos (o da disciplina orientado para a organização das entidades; o nacionalista na perspectiva de tutela estatal das entidades; e o da moral e cívica em face de um projeto de educação da população, sobretudo dos jovens). Na perspectiva desse autor, esses discursos continuaram produzindo efeitos por mais algumas décadas.
Luiz Fernando Camargo Veronez (2002) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de	**Objetivo/Período:** Investigou as mudanças nas relações que se estabelecem, em uma mesma totalidade, entre a esfera esportiva (sociedade) e o Estado, após a constitucionalização do esporte (de 1988 até 2002). **Abordagem da dimensão institucional:** Aborda as trajetórias a partir da noção de totalidade da realidade social, como resultado de uma conjuntura de diferentes interesses e embates no âmbito do conjunto de propostas para responder às crises de acumulação de capital e a implementação do neoliberalismo no Brasil e suas singularidades. O autor, trabalhando numa análise conjuntural da instituição da política pública e numa perspectiva de classe, desenvolve suas análises para mostrar as frações dominantes que

Campinas (UNICAMP)	constituíam (ou melhor, na tese, produziam novas formas de continuar os) blocos no poder e seus trabalhos pedagógicos, administrativos e financeiros-orçamentários para estabelecer a hegemonia como forma de conciliar e controlar interesses numa conjuntura de liberalização, globalização e de adesões a agências econômicas internacionais, contraditoriamente aos discursos de políticas sociais e educacionais.
Marcelo Paula de Melo (2011) Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	**Objetivo/Período:** Analisou o papel dos esportes implicados em formas de obtenção e de manutenção do consenso na em diferentes modos de dominação burguesa ao longo do século XX, mas quando se aproxima do século XXI, coloca mais foco nas movimentações de Organismos Internacionais e a atuação político-pedagógica no apassivamento das lutas populares, num contexto de agudização das contradições decorrentes da lógica de acumulação capitalista. **Abordagem da dimensão institucional:** As trajetórias institucionais em que pesem as relações dos esportes e dominação burguesa foram abordadas à luz do referencial marxista, inicialmente com um trabalho dedicado a localizar o esporte como forja de uma pedagogia de consenso de classes burguesas que incidem na construção de hegemonias nas intervenções do Estado e dos organismos privados, ao longo de boa parte do século XX. Na sequência, na mesma perspectiva, coloca em análise novas dinâmicas da dominação burguesa como projeto de terceira via no conjunto das políticas sociais, mobilizando, neste momento, a presença e participação dos Organismos Internacionais, em especial do Sistema das Nações Unidas (ONU), e suas aproximações com as agendas governamentais no final do século XX e início do século XXI, tendo como resultado os horizontes para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Traz para as análises não apenas as questões esportivas, mas um emaranhado de informações conjunturais de dimensões políticas, econômicas, sociais e esportivas, considerando realidades, projetos e blocos históricos brasileiros e internacionais.
Carlos Eduardo de Souza (2011) Dissertação de Mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UJF)	**Objetivo/Período:** Analisou o movimento de institucionalização da cultura esportiva na aparelhagem estatal brasileira durante o século XX e início do século XXI, tendo em vista a compreensão do papel do Ministério do Esporte e de suas políticas na educação das classes, na disputa/correlação de poder/forças e nas relações de hegemonia que atuam na formação social brasileira nos anos iniciais do século XXI. **Abordagem da dimensão institucional:** O autor trabalhou na perspectiva do materialismo histórico, levando em consideração as relações sociais capitalistas e as formas de organização do Estado (ampliado e capitalista) brasileiro, este entendido como uma questão de classe e frações de classes, suas lutas e contradições. Pelas análises realizadas apontou uma trajetória de institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, que esteve ligada com o desenvolvimento da política econômica vigente em diferentes momentos históricos, mas a economia entendida como questão cultural atravessada pela constituição de blocos históricos e de poder, por trabalhos incessantes de consenso e hegemonia das classes ou frações de classes dominantes. Analisa aspectos desses blocos em diferentes momentos (estado novo, populista, regime militar, reabertura democrática), como também em termos de ações do próprio Ministério do Esporte (conferências nacionais, programas e projetos, grandes eventos) para tratar das relações sociais objetivadas na presença e renovação de forças historicamente dominantes e seus padrões de acumulação de riquezas, que transparecem na atuação dos Organismos Internacionais e nas Políticas Públicas de Esporte brasileiras.
Pedro Fernando Avalone Athayde (2014) Tese de doutorado defendida em Programa de	**Objetivo/Período:** Identificou e analisou determinantes econômicos, sociais e políticos que delinearam e configuraram as prioridades da política brasileira de esporte no período 2003-2010, localizando e interpretando ações e interesses de grupos juntos à estrutura estatal. **Abordagem da dimensão institucional:** O atendimento desse objetivo teve como questão analítico-interpretativa a compreensão crítica dos

Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UNB)	interesses de grupos e frações de classes junto à estrutura estatal, tendo em vista o debate sobre a garantia do acesso ao esporte como uma necessidade intermediária capaz de cooperar na consecução dos direitos de cidadania. A abordagem teórico-metodológica do estudo foi fundamentada no materialismo histórico, atento às descrições e análises de múltiplas determinações da realidade (unidade do diverso) e a importância de desvelar a essência intrincada na aparência fenomênica. Num primeiro momento, o trabalho mostra a indissociabilidade entre o desenvolvimento do capitalismo, as políticas econômicas, sociais e políticas, no Brasil, desde a década de 1930, passando, depois, a analisar os determinantes econômicos e políticos, os atores e as temáticas de interesse que permearam as políticas esportivas no primeiro e segundo 'Governos Lula' e seu projeto alcunhado de neodesenvolvimentista.
Cássia Damiani (2021) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** Procurou compreender a Política Nacional de Esporte brasileira entre 2003 e 2015, investigando - no decorrer de 3 Planos Plurianuais (2004-2007, 2008-2011, 2012-2015) - seu processo de desenvolvimento em que pesem condições necessárias para uma Política de Estado orientada o direito social, analisando ações finalísticas, transversais e de grandes eventos. **Abordagem da dimensão institucional:** A autora passa pela história brasileira de Políticas Públicas de Esporte, contextualizando a translação de uma política secundária para sua incorporação em programas estratégicos, sinalizada como prioridade nos PPAs e pela própria criação do Ministério do Esporte. Parte de uma noção de Estado desenvolvida na relação com autores marxistas, olha para as condições históricas e objetivas, para as contradições e determinações que mobilizam e marcam as desigualdades, mas também as lutas de classes e disputas permanentes (mobilizando forças internacionais e nacionais, esportivas, econômicas, sociais e políticas) em consensos ativos, em manutenção de hegemonias, concluindo que se experimentou, na realidade brasileira, entre 2003 e 2015, um esforço na constituição do Esporte como Política de Estado. Para chegar a essa conclusão, a autora constrói e descreve categorias de condições necessárias para uma política orientada à garantia de direitos sociais, desenvolvendo, a partir delas, análises sobre políticas finalísticas, transversais e grandes eventos do Ministério do Esporte, entre 2004 e 2015.
Leandro Casarin Dalmas (2022) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UNB)	**Objetivo/Período:** Analisa políticas públicas de esporte e Lazer do Distrito Federal no período de 2009 a 2019, correspondendo a três gestões governamentais, tendo como questão transversal a relação com o campo das Políticas Sociais. **Abordagem da dimensão institucional:** O trabalho toma a própria democracia como instituição no sentido sociológico. E, em termos de operação teórico-metodológica, mobiliza a compreensão da ação do Estado como instituição que se configura como um quadro ou uma conformação que possibilita que grupos sociais específicos (entre eles os esportivos e de lazer), de acordo com as correlações de poder, possam impor, no sentido da coerção, mas também de pedagogias de hegemonia, suas questões como as 'da sociedade', porém, sem perder de vista determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos. Para esse tipo de análise da instituição política como conformação, lança mão de uma grande quantidade de informações da realidade, a partir de alguns eixos e suas múltiplas relações (os direitos sociais e benefícios; o financiamento os gastos públicos; a gestão e o controle social). Por vezes, ao longo do trabalho, nos processos argumentativos, transparece o uso da noção de instituições associada a formas de organização (públicas, privadas, esportivas, etc.), mas isso não representa o modelo analítico-interpretativo.
Eliane Elicker (2023) Tese de doutorado defendida em Programa de	**Objetivo/Período:** No contexto das questões, problemas e defesa das florestas como questão de cidadania ('florestania'), teve o objetivo de analisar como se organizaram e se desenvolveram as políticas públicas de

Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UNB)	esporte do Estado do Acre, no período de 1999 a 2018 (5 períodos de gestão). **Abordagem da dimensão institucional:** Toma como referência metodológica as mesmas categorias constantes no trabalho de Dalmas (2021), colocando mais em evidência fundamentos de base marcadamente marxista, em especial as noções de sociedades política e civil, coerção, consenso, dispositivos e hegemonia. Essas noções articuladas com as oriundas do campo das Políticas Sociais, se tornam importantes para compreendermos uma perspectiva de instituição no estudo das PPELs, na medida em que nos mostra as ações de diversos grupos e de frações de grupos político-esportivos e seus modos de governar, o que se relaciona com as flutuações, fragmentações e sincretismos nas/das políticas.

Fonte: elaborado pelos autores

Quando olhamos para o quadro 1, percebemos que esta abordagem está sustentada em tradições teóricas no campo do materialismo histórico e nas suas provocações críticas sobre os lugares do Estado na produção de respostas a questões sociais. Não por acaso as produções se desenvolvem numa perspectiva de ciência politicamente engajada, por vezes militante, apontando para mudança imperativas, sobretudo contra-hegemônicas, para o enfrentamento das desigualdades, de discriminações, de desumanidades e garantia de direitos sociais, afinal as assimetrias precisam ser superadas porque sustentam ideologias e relações de exploração. São pesquisas que nos ensinam sobre a apreensão da realidade das PPELs, o que não se dá de forma imediata, mas a partir de uma descrição conjuntural. Isto significa que tal abordagem das formas de instituição das PPELs não possibilita dissociá-las dos conflitos sociais protagonizados pelas classes e frações de classes e suas distintas-concretas realidades ou conjunturas históricas, econômicas, sociais e culturais. Assim, estudar as Políticas e seus modos de instituição implica em estudar as relações e as contradições concretas que estruturam, como totalidade, determinada realidade, como as conjunturas se colocam na tessitura do Estado (na forma da estrutura organizacional, da constituição do orçamento e dos gastos públicos, dos processos de gestão e de controle social, das relações de parcerias e contratualizações, por exemplo).

Nessa abordagem se tem um olhar atento para os modos de relações entre Estado e Capital, das formas de reestruturação do modo de produção e de dominação, tendo em vista as diferentes crises do capitalismo e as suas constantes necessidades de reestruturação como um importante definidor das trajetórias e das mudanças institucionais, seja nos aparatos de Estado ou nos aparelhos privados da sociedade civil. Assim, vários dos estudos destacam que o fato de ocorrerem

mudanças institucionais não significa alterações nas relações de hegemonia e de dominação, sendo fundamental compreendê-las em relação à constituição, presença e continuidade de blocos históricos e no poder, os quais frequentemente colocam enormes entraves para projetos contra-hegemônicos, progressistas-populares. Torna-se relevante entender as instituições e suas práticas colocadas em ação pelas PPELs como tecnologias ou dispositivos pedagógicos de consenso na construção e legitimação de hegemonias que estruturam e objetivam formas de dominação, sem que sejam percebidas como arbitrário cultural, de classes ou de blocos no poder e seus interesses. Daí a importância de compreensão, em que pesem as mudanças institucionais nas PPELs, dos discursos, das representações que inscrevem como hegemônicos e as pedagogias sociais envolvidas.

3 ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA DE RELAÇÕES DE PODER E SIGNIFICADOS

A partir de primeiros passos dados pelo trabalho de Meily Assbú Linhales (1996), identificamos a emergência de uma possibilidade de estudar as trajetórias institucionais, em que pesem as PPELs, baseada em uma abordagem que manuseia conceitos-teorias de relações de poder e de significado da ação social, várias delas numa perspectiva de compreensão histórica. No quadro 2 abaixo descrevemos 9 investigações que desenvolveram suas pesquisas e análises nessa abordagem sócio-histórica, sendo 4 teses de doutorado e 4 dissertações de mestrado, a maior parte delas (6) defendidas em Programas de Pós-Graduação do Estado do Paraná (UFPR/UEM/UEL) e em Programas da área de Educação Física/Ciências do Movimento Humano (7).

Os objetivos desses trabalhos com os quais estivemos trabalhando e refletindo nos levaram a compreender que os estudos nessa abordagem se dedicaram a estudar por que e como o Estado tem se ocupado/se ocupa do Esporte como questão de Política Pública, inclusive sobre a viabilidade de existência e um Sistema Nacional específico e a implementação da concepção de direito social. Assim, se mostra importante a construção dos objetivos em torno das noções de disputas simbólicas, de significados da ação social, de relações de interdependência, envolvendo diversos campos ou configurações sociais.

Quadro 2 – Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem sócio-histórica de relações de poder e significados em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	**Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional**
Meily Assbú Linhales (1996) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	**Objetivo/Período:** Compreender por que, ao longo de uma boa parte do século XX, o Estado se interessa e se ocupa do Esporte e, de outro lado, porque o Esporte se ocupa e se interessa pelo Estado. **Abordagem da dimensão institucional:** Implicada por questionamentos críticos (que atravessam o trabalho) das análises centradas em macrofundamentos e em interpretações funcionalistas, a autora recorre a uma sociologia de campos sociais. Nas suas análises, a autora evidencia as lutas, os conflitos, os interesses tanto no campo político como no campo esportivo e, mais para o final, do campo econômico, cada um com sua relativa autonomia, história e trajetória no Brasil. É a partir das análises de atores e interesses desses campos e entre eles que a autora procura trazer suas análises e interpretações sobre as políticas de esporte na realidade brasileira, relacionando isso de maneira muito decisiva a existência das lutas e conflitos. A autora não deixa de reconhecer que os atores políticos e esportivos ou político-esportivo (pessoas e grupos) têm possibilidades de escolhas, mas que isso não ocorre de maneira ilimitada, pois estas se relacionam com os jogos nos/entre campos políticos, esportivos e econômicos.
Dilson José de Quadros Martins (2004) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Mobilizado pelo questionamento sobre o papel do Estado em relação ao Esporte no Paraná, o autor investigou dinâmicas de oferta e procura de serviços do campo esportivo na tessitura de Políticas Públicas, entre 1987 e 2004. **Abordagem da dimensão institucional:** O estudo foi desenvolvido a partir da compreensão de que as Políticas Públicas de Esporte no Estado do Paraná, entre 1987 e 2004, envolveram o funcionamento de diferentes campos sociais: o campo esportivo, o campo político e o campo da administração pública. Embora o autor mencione a obra de Norbert Elias e noções de configuração e de interdependência, é a perspectiva de estudos de campos sociais/simbólicos da obra de Pierre Bourdieu que mais impacta nas análises. Descreve ações desenvolvidas em 5 gestões, apontando práticas organizacionais, os interesses e protagonismos em que pesem os campos simbólicos do esporte, da política e da administração pública. Por fim, desenvolve uma análise que coloca as questões de autonomia e de heteronomia nas relações entre esses campos e seus efeitos nas Políticas Públicas de Esporte. Aponta uma noção de evolução como uma direção das Políticas no decorrer do período estudado, na linha do que estabelece a obra de Norbert Elias.
Fernando Bruno Rieth (2004) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** Procurou compreender os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul a partir das relações de disputas e tensões ocorridas durante o processo de implementação desses Jogos no período de 1999 a 2002. **Abordagem da dimensão institucional:** As mudanças institucionais estudadas têm como contexto a eleição da Frente Popular para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, esta como agenda de radicalização da democracia, a inversão de prioridades e inclusão, numa proposta de um 'novo modelo' de desenvolvimento para o Estado. Entre as Políticas de Esporte e Lazer foi construída e implementada uma nova forma de estruturação dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), para dar conta das questões da agenda do governo popular. Foram realizadas 4 edições, as estiveram implicadas por/em disputas simbólicas acerca do esporte. O autor analisa essas mudanças estruturais com base na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, colocando os embates entre atores e interesses de campos político, pedagógico, midiático e

	esportivo, com disputas internas (no próprio conjunto de atores da Frente Popular) e externas (com atores do campo esportivo, midiático).
Isabel Cristina Martines (2009) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Analisou as relações estabelecidas entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Governo do Estado do Paraná no que se refere ao desenvolvimento de projetos socioesportivos, no período compreendido 1996 a dezembro de 2007 (que têm relação com as principais 'parcerias'). **Abordagem da dimensão institucional:** A noção de 'parceria' utilizada para tratar sobre as relações institucionais entre aparatos de Estado e Organizações Sociais sem fins lucrativos precisa ser compreendida. Nesse sentido, a autora aborda as mudanças institucionais do Estado do Paraná em relação a um aspecto das PPELs, o entrelaçamento entre os campos simbólicos da política, do esporte e das Organizações Não Governamentais (ONGs), tendo em vista as disputas e as interdependências que passam a existir e produzir efeitos. Aponta como referências teórico-metodológicas para o estudo a utilização de trabalhos de Pierre Bourdieu (lutas, campo, interesses) e Norbert Elias (configurações, cadeias de interdependência, jogos. Nas descrições da empiria e nas suas análises destacam as mudanças/trajetórias de lógicas de funcionamento, dos mecanismos jurídicos e burocráticos, infraestrutura das práticas, do financiamento, da atuação das pessoas, buscamos evidenciar a lógica de funcionamento dos campos, os interesses e as relações de interdependência entre as ONGs e a gestão do Governo do Paraná, especificamente as ações da autarquia Paraná Esporte.
Fernando Augusto Starepravo (2011) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Investigou a apropriação da produção do campo acadêmico-científico pelos agentes do subcampo político-burocrático na constituição de Políticas Públicas de Esporte, analisando especialmente dois programas do Ministério do Esporte. **Abordagem da dimensão institucional:** Seu olhar para essa relação tem como referências teórico-metodológicas obras de Pierre Bourdieu (as noções de campo, *habitus* e capital) e o trabalhos de Norbert Elias (a perspectiva dos jogos competitivos e configurações). Desenvolve um olhar analítico para a instituição das políticas públicas de esporte e lazer com base nas trajetórias, mudanças e aproximações (algumas, pontuais ou incipientes) dos subcampos sociais ou simbólicos (o científico-acadêmico que passava por um processo de consolidação; o político-burocrático como um espaço social mais consolidado, com sua história e autonomia relativa longa). Desenvolve descrições que representam a estrutura desses campos simbólicos como esferas relativamente autônomas, pontuando interesses, capitais, atores, *habitus*. O autor aponta que a instituição das políticas resulta substancialmente do acúmulo de capital político, onde a inserção dos agentes se deu muito mais por atos de nomeação política do que pelos capitais científicos.
Letícia Godoy (2013) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Investigou a constituição dos subcampos acadêmico-esportivo, jurídico-esportivo e político-esportivo, tendo em vista a viabilidade de existência e funcionamento de um Sistema Nacional de Esporte (SNE) no Brasil, levando em conta o período entre as décadas de 1940 e 2010. **Abordagem da dimensão institucional:** Desde a criação do Ministério do Esporte (2003), a autora identifica um maior interesse na criação de um SNEL. Isso a leva investigar as relações existentes entre o Governo Federal e outros segmentos representativos do esporte brasileiro. Para tanto, parte da delimitação teórico-metodológica de que a institucionalização do SNEL está relacionada a institucionalização de 3 sub-campos: o político-esportivo; o jurídico-esportivo; e o científico-esportivo. A respeito de cada um deles, a autora desenvolve descrições e análises com o objetivo de mostrar a sua estruturação como esfera simbólica que adquire singularidade e relativa autonomia, com destaque para os significados e interesses. Conclui que os sub-campos apresentados tem seus entendimentos e interesses próprios acerca do

	SNEL, com funcionamento relativamente independente (poucos pontos de interseção/aproximação), o que dificulta a existência e efetividade de um sistema nacional.
Toledo (2014) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Sua proposta envolveu estudar a ação governamental levada a efeito pelas políticas públicas do estado do Paraná (entre 1995 e 2010), tendo em vista a implementação da concepção de direito social. **Abordagem da dimensão institucional:** Contextualiza que apesar das prioridades evidentes nas Políticas Públicas às práticas esportivas de alto rendimento, algumas ações, discursos se voltam para o direito social. Em termos analítico-conceitual a autora se coloca nas proximidades do neo-institucionalismo sociológico, entendendo a instituição e seu estudo das Políticas em face do direito social, na relação indissociável entre/com dimensões jurídico-administrativas (magnitude com que as questões esportivas se colocam na tecitura jurídico-administrativa do estado) e dos significados culturais do esporte (dos valores e crenças e conferem sentido às ações sociais) que constituem as instituições na relação com a ação das pessoas e dos coletivos sociais. E, para estudar o direito social ao esporte nessa com essa chave analítica, desenvolve um trabalho comparativo com outros direitos sociais considerados mais consolidados (educação, saúde, previdência e assistência social). Ao final, a autora conclui que, o esporte tem uma baixa institucionalidade, comparado aos outros direitos analisados.
Andrea Luiza Alves Silveira (2016) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física das Universidades Estaduais de Maringá e Londrina (UEM/UEL)	**Objetivo/Período:** Investigou as relações de dependência/interdependência historicamente estabelecidas entre as Associações Esportivas (Terceiro Setor) e o Poder Público Municipal de Maringá, no Paraná, tendo como recorte temporal o período de 2005 e 2014. **Abordagem da dimensão institucional:** O trabalho aborda mudanças institucionais atreladas às PPELs no Município de Maringá, tendo em vista a relação com entidades esportivas. Toma como referência conceitos teórico-metodológicos da obra de Pierre Bourdieu (em especial, campo, capitais e interesses), articulados, como complementos, com conceitos do campo das ciências políticas (*policy* e *polity*; arena e *policy networks*). Para investigar, parte do entendimento e da descrição das relações entre o campo burocrático-político e o campo esportivo no Município, fazendo isso a partir de 3 categorias de análise emergentes dos conteúdos produzidos (administrativo; técnico/esportivo; e financeiro), olhando para as relações conflituosas e de interdependência. Essas relações são perpassadas por interesses políticos que influenciam as políticas públicas de esporte em Maringá.
Fabiana Gazzotti Mayboroda (2022) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** Construir uma análise historiográfica para compreender a Política Pública de Esporte e Lazer de Porto Alegre como constituidora de lugares de memória atravessadas por ideologias, no período compreendido entre 1950 e 1989. **Abordagem da dimensão institucional:** A abordagem da autora para a trajetória institucional das PPELs de Porto Alegre, entre 1950 e 1989, se dá na interface entre a Antropologia e a História, mas profundamente marcada pela perspectiva de descrição e interpretação de significados no trabalho historiográfico. A partir dessa posição teórico-disciplinar, a autora aponta a noção de ideologia como objeto de estudo, tratando-a como lugar de produção de significados, de pensamentos, de identidades, de inteligibilidades e coletividades em que pese a ação social e, no presente caso, da ação política. Assim, se propôs a historicizar as ideologias na interface com essa perspectiva de antropologia. Para tanto, estudo se desdobra para a descrição e análise de três ideologias que transpassam e fazem pulsar a Política Pública de Esporte e Lazer durante quase 100 anos: a participação comunitária, a interação com a Educação e as relações com a assistência social. Conclui que essas ideologias são patrimônios imateriais de enorme relevância na instituição das PPELs, pois

	elas não deixam vazios de significados das ações, algo que vem ocorrendo há mais de 90 anos.

Fonte: elaborado pelos autores

As descrições constantes no quadro 2 nos fornecem argumentos de que há elementos de uma crítica sobre macrofundamentos conjunturais ou estruturais, apontando para a importância de pesquisas que recorram à história ou direção particular de determinados campos ou configurações sociais (suas lógicas e princípios e relativa circunscrição ou autonomia), para então estabelecer relações entre eles/as. Daí decorre o esforço de investigação e descrição de/sobre campos, subcampos e/ou configurações (esportivo, político-burocrático, jurídico, econômico, midiático, educacional-pedagógico, das organizações não governamentais) e de valores socioculturais que permeiam e legitimam a ação social em torno do esporte e lazer.

Nessas análises se colocam as posições e disputas simbólicas a respeito dos significados culturais de esporte, dos processos de sua legitimação na agenda das Políticas Públicas, passando pelas noções de interesses, de capitais, de significados, de relações/jogos de dependência-interdependência nos/as próprios campos/configurações e/ou entre eles/as, mostrando as permeabilidades e os distanciamentos com as implicações sobre as trajetórias institucionais e as PPELs. São estudos que empiricamente olham para as mudanças institucionais em termos questões/elementos que implicam nas posições/relações de poder, na perspectiva de conferir capital ou melhores condições num jogo em determinada configuração. Percebemos, assim, uma robustez de descrições e análises acerca de organização político-administrativa, de interesses, valores e crenças, de arcabouços jurídico-legal, da legitimidade de atores.

4 ABORDAGEM DE MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A terceira abordagem que destacamos nas nossas reflexões acerca das trajetórias institucionais em termos de mudanças ou continuidades é a que emerge da relação com o campo das ciências políticas, em especial dos modelos de análises das políticas públicas. Em artigo publicado sobre esse assunto, Almeida e Mezzadri (2017) já destacavam essa possibilidade de aproximação para subsidiar as análises das PPELs e, assim, dar conta de lacunas ou carências de densidade

identificadas. Para tratar dessa abordagem nos valemos de estudos de 9 trabalhos (4 teses de doutorado, 4 dissertações de mestrado e 1 artigo publicado em periódico[4]), envolvendo estudos de um grupo mais heterogêneo em termos de vínculos institucionais em Programas de Pós-Graduação (FGV, UEM/UEL, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSCAR, UNICAMP) e de áreas disciplinares (Educação Física/Ciências do Movimento Humano; Administração Pública; Ciência Política; Política Pública; Estudos do Lazer).

Olhando para os objetivos dos trabalhos, tal como expressamos no quadro 3, nos parece que se manifestam 3 preocupações nesta abordagem: a primeira que trata da agenda política e de governo, em termos de crenças, coalizões, ideias, atores, comunidades e fluxos; a segunda que enfoca análises de estruturas institucionais e seus conteúdos, assim como os emaranhados que eles compõem; e as análises voltadas para etapas do ciclo da política (elaboração, formulação, implementação). Os trabalhos têm como questões mobilizadoras importantes as noções de estabilidade (por que se mantêm ao longo dos períodos?) e/ou de mudanças (por que e como as rupturas, novidades e/ou as mudanças se tornaram possíveis/) das PPELs, olhando para períodos longos. E, além disso, transparece uma perspectiva comparativa com questões (estabilidades/mudanças) relacionadas a outros direitos sociais (saúde, educação, assistência social) no Brasil.

Quadro 3 – Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem de modelos de análise de políticas públicas em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	**Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional**
Luciano Bueno (2008) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo	**Objetivo/Período:** O trabalho investigou as razões do predomínio e/ou hegemonia da coalizão do Esporte de Alto Rendimento (EAR) nas Políticas Públicas de Esporte no Brasil, considerando elementos históricos (desde 1937) e os embates mais recentes (a partir da Constituição de 1988 até os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro de 2007). **Abordagem da dimensão institucional:** O autor, tendo como referência teórico-metodológica o modelo Estrutura de Coalizões Advocatícias (ACF), parte de uma classificação-conceitualização de esporte orientada para suas funções sociais (esporte participativo-educacional - EPE; esporte de alto

[4] Optamos inicialmente por selecionarmos apenas teses e dissertações, mas no caso desta abordagem selecionamos e trouxemos um artigo publicado em periódico porque ele é o único por nós encontrado e conhecido que trata do uso do modelo de Múltiplos Fluxos como abordagem de estudos de PPELs. Nessa decisão, levamos em consideração o estudo de Lino, Duarte e Rosa (2022), que investigaram a recorrência dos modelos Múltiplos Fluxos, Equilíbrio Pontuado e de Coalizões de Defesa em dissertações e teses que analisaram políticas públicas no Brasil. Esse/as autores/as destacaram que, dos três modelos analisados, o Múltiplos Fluxos é o que encontra maior aderência nos programas de pós-graduação no Brasil.

da Fundação Getúlio Vargas (FGV)	rendimento-competição - EAR), entendendo-as como diferentes coalizões advocatícias (conjunto de atores heterogêneos que se agregam em torno das crenças e mobilizam seus recursos e repertórios para defender, legitimar e fazer valer suas posições) atuantes nas Políticas Públicas de Esporte (um subsistema de política específico). Esse modelo se propõe a olhar para mudanças no período de uma década ou mais, como resultado da disputa entre coalizões opostas. A partir de descrições organizadas em períodos que demarcam mudanças na institucionalidade das PPELs, conclui que mesmo com o predomínio da coalizão EAR, essa coalizão vem perdendo força. Com isso, a coalizão EPE é capaz de influência institucional. Para além dessas duas coalizões em disputa direta, destaca que coalizão do futebol acaba se constituindo como um novo subsistema autônomo, sendo estruturado nas crenças estruturantes do futebol. Isso se reflete na "ministerialização" do Esporte.
César Machado Carvalho (2013) Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	**Objetivo/Período:** Analisou a configuração de ideias políticas, os atores políticos e as organizações governamentais em torno da política de esporte trazida com a mudança de regime político (em 1988) e suas incidências na formulação de política pública de esporte até a criação do Ministério do Esporte em 2003. **Abordagem da dimensão institucional:** O trabalho parte da compreensão de que a Política Pública de Esporte é uma questão presente na agenda de governos em diferentes contextos, mas que adquire outro *status* ao ser reconhecida como direito na Constituição Federal de 1988. A partir disso, se apropriando do modelo de análise conhecido como de Equilíbrio Pontuado, passa a analisar atores, ideias e instituições, para a compreensão de mudanças e de padrões de política pública pós-Constituição até a criação do Ministério do Esporte (2003). Descrevem imagens políticas, monopólios políticos, subsistemas de processamento e as possibilidades de agendamento de novas questões ou de incrementalismos. Identificam períodos de estabilidades, mas também notam a incidência de ideias e de atores políticos concatenados com a democratização do esporte, que resultara em novo rearranjo. Contudo, este ainda esteve sob a hegemonia de ideias, atores e instituições tradicionais presentes de maneira mais robustas nas arenas decisórias da agenda e do agendamento. Assim, o padrão da formulação da política pública de esporte decorre mais de uma perspectiva de estabelecer consensos do que rupturas.
Ana Paula Cabral Bonin Maoski (2016) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Procurou compreender se a estrutura e as ações dos entes federativos que promoviam o esporte de rendimento no Brasil, no estado do Paraná e na Prefeitura de Curitiba se articulavam no que se refere à consolidação do Sistema Nacional de Esporte brasileiro, considerando o período de 2003 a 2016. **Abordagem da dimensão institucional:** Ao longo do trabalho, a autora aciona diferentes sentidos ou dimensões da noção de instituição, contudo, são as dimensões da *policy analisis* que permeiam de maneira importante, como chaves-interpretativas, o manuseio das informações a respeito do objetivo do estudo, tratando da dimensão institucional, jurídico e administrativo (*polity*), dos conteúdos da política (*policy*), dos processos políticos (*politics*) e das interações entre as instituições políticas (*policy networks*); como definição do esporte, na forma de uma instituição moderna, por vezes como representação de organização, órgãos e entidades esportivas. Destacam-se as descrições da dimensão institucional da política (*polity* e seus aspectos jurídicos e administrativos) e da dimensão de conteúdos da pública (*policy* e seus programas, projetos, ações, financiamento), como base para análises da articulação entre os entes federados. Nesse sentido, entra em cena, como operador metodológico a noção de *policy networks*, tendo em vista as (poucas) interações que acontecem entre um emaranhado (especialmente nas diferentes esferas dos entes federados investigadas) na formulação e implementação de uma política pública.

Alessandra Dias Mendes (2017) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	**Objetivo/Período:** Analisou a atuação e o potencial de efetividade de deputados integrantes de instituições legislativas (formais e informais) responsáveis pela legislação do esporte na Câmara dos Deputados, considerando como referência a 54ª Legislatura (2011-2015). **Abordagem da dimensão institucional:** O trabalho tem como contexto inicial as relações entre Governos e Esporte num debate internacional e a identificação de uma lacuna a ser explorada a respeito de estudo das instituições políticas (e suas incidências sobre as Políticas Públicas de Esporte) numa abordagem de rede sociais dos atores políticos (*policy makers*) e seu trabalho político numa arena legislativa (o Congresso Nacional). Ao analisar as redes sociais-políticas dos deputados que se articulam pelas questões e instituições legislativas de esporte (Frente Parlamentar do Esporte; Comissões Parlamentares vinculadas ao Esporte; Bancada da Bola; atuação no próprio Congresso em proposições), a autora o faz com base em construção de perfis (prosopografia), capacidade de articulação, financiamentos de campanha, direcionamento de emendas, contratos de empresas financiadoras de campanhas com o Governo, proposição de projetos de lei, tramitação e aprovação de projetos. A abordagem para compreender as trajetórias, mediado principalmente pelo método de redes sociais aplicado ao estudo da política pública, esteve centrado nos atores políticos vinculados ao esporte.
Mehrez Palumbo Khalifa (2019) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	**Objetivo/Período:** Procurou investigar como o Estado de Minas Gerais conduziu as políticas de esporte e lazer no período de 2012 a 2018, governos de Antônio Anastasia e Fernando Pimentel, respectivamente, frente à inexistência de uma definição de atribuições dos entes federados. **Abordagem da dimensão institucional:** O autor parte da afirmação de uma ausência de coordenação e de um sistema nacional de lazer e esporte, quando comparado a outros direitos sociais, entre eles a saúde, a educação e a assistência social. A partir disso, propõe estudar, numa abordagem institucionalista, como o estado de Minas Gerais, no período de 2012 a 2018, conduziu as PPELs. Embora em alguns momentos o autor reconheça diferentes possibilidades de entendimento da noção de instituição (trata rapidamente das dimensões da *policy analisis*), quando ele opera com esse conceito, o faz claramente com base no entendimento de que a instituição política esportiva, como aparato jurídico-administrativo/burocrático, confere maior ou menor relevância e presença para as PPELs como direitos sociais através da presença de princípios, diretrizes, objetivos, regras e indutores. Ou seja, a instituição como mecanismo jurídico-administrativo de indução, que pode ser estudada pela perspectiva da organização e de administração institucional, tendo em vista os efeitos sociais e políticos da gestão.
Cindy Laupe Amaral Pacheco (2019) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** Buscou compreender trajetórias de mobilização de Associações e Fundações Sem Fins Lucrativos na implementação de políticas públicas de esporte nos Municípios de Canoas (2013 a 2019) e Porto Alegre (2010 a 2019), Estado do Rio Grande do Sul. **Abordagem da dimensão institucional:** No contexto de avanços gerencialistas da/na gestão pública de Municípios, a autora passa a olhar para mudanças de governos dos Municípios de Canoas e de Porto Alegre, pela eleição de partidos e coligações consideradas distintas a respeito da gestão pública (com direções opostas no período estudado). E, para estudar as trajetórias de mudanças institucionais, opta por investigar os modos de atuação de Associações e Fundações Sem Fins Lucrativos na implementação de Políticas Públicas de Esporte, tendo como referências teórico-metodológicos os Modelos de Ciclo da Política (especificamente a fase de implementação) e os modelos *top-down* e *botton-up*, assim como o fenômeno da discricionariedade. Produziu a empiria da pesquisa com o uso de entrevistas semiestruturadas e levantamentos de documentos, desenvolvendo uma análise interpretativa sobre as implicações institucionais da mobilização das Associações e Fundações. Nessas análises aponta para trajetórias de distanciamentos entre

	dimensões/atores/as políticas/os e administrativas/os, uma descentralização empresarial para as entidades que têm mais possibilidades para definir os parâmetros de implementação.
Vitor Hugo Marani *et al.* (2019) Artigo publicado na revista Licere, de pesquisadores/as vinculados ao Programa de Pós-Graduação Associado das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá (UEL/UEM)	**Objetivo/Período:** Se propôs a analisar como e quando, na segunda década do século XXI, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas passaram a fazer parte da agenda política esportiva nacional. **Abordagem da dimensão institucional:** Transformações institucionais em PPELs foram estudadas pelos/as autores/as a respeito da realização dos megaeventos esportivos na segunda década do século XXI, no Brasil. Entre os eventos, os/as pesquisadores/as investigaram a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI) em 2015. A partir da relevância do evento para a valorização da cultura de povos indígenas e para a compreensão de formas de expressão de esporte e lazer, o estudo voltou-se para analisar como e quando os JMPI passaram a fazer parte da agenda política esportiva nacional. As análises foram realizadas com base no modelo dos Múltiplos Fluxos, que tem como preocupação central o entendimento de como e quando determinados problemas captam a atenção pública e política a ponto de serem inseridos na agenda de governo. Para isso, considerando a atuação de empreendedores políticos e atores invisíveis, apontam a questão de confluência entre três fluxos relativamente independentes (janelas de oportunidades): fluxo de problemas; fluxo de soluções; fluxos das políticas. Os/as autores/as da pesquisa desenvolvem suas descrições com base nessas categorias analíticas. Concluíram que se tratava de uma 'demanda antiga', mas que, no contexto dos megaeventos, foi produzida uma janela de oportunidades (convergência de fluxos).
Carlos Fabre Miranda (2020) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	**Objetivo/Período:** O propósito do trabalho foi analisar a trajetória de elaboração, a formulação e a implementação da Rede Nacional de Treinamento, uma Política Pública de Esporte apresentada como 'legado' dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, considerando o período de 2010 a 2016. **Abordagem da dimensão institucional:** A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foi algo inédito no Brasil e teve ressonâncias na trajetória institucional das Políticas Públicas de Esporte no país, em especial na década de preparação para sediar esse megaevento, tendo em vista a mobilização da noção de 'legado'. Teve como foco de análises empíricas a modalidade de Atletismo para a implementação desta política em um convênio firmado entre o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt): a Rede Nacional de Treinamento de Atletismo. Em termos de abordagem teórica da elaboração, formulação e, sobretudo, da implementação, aponta como referência noção de *path dependence* (dependência de trajetória), entendida como ferramenta analítica que olha para as sequências temporais no contexto de debates do neo-institucionalismo histórico, na perspectiva de que a estrutura social e histórica confere trilhas imperativas nas escolhas e decisões políticas dos atores, moldando as arenas e as instituições contemporâneas. Sua análise possibilita perceber a relação entre instituição e atores (além da chegada de novos atores), em um padrão temporal e sequencial, onde as disputas procedentes dessa relação geram momentos de crise. Contudo, mesmo diante de momentos de crise, a inércia institucional pouco possibilitou rupturas, ou mudanças institucionais significativas.
Débora da Silva Oliveira (2020) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da	**Objetivo/Período:** O trabalho teve como objetivo analisar a implementação das políticas públicas de esportes e lazer para pessoas com deficiência em Belo Horizonte – MG, levando em consideração a capacidade instalada no Município para responder aos programas e projetos no período de 2017 a 2019. **Abordagem da dimensão institucional:** O texto tem como ponto de partida a crescente pressão social pelos direitos para as pessoas com deficiência no Brasil, entre eles os direitos ao esporte e ao lazer. Toma o

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Município como ente federado relevante na garantia de direitos, tendo como campo empírico Belo Horizonte. Aborda a trajetória institucional para a garantia dos direitos ao esporte e lazer para pessoas com deficiência no contexto de estudos da política pública, especificamente daqueles que olham para o Ciclo da Política (diferentes etapas). Ainda que reconheça a relevância de todas, opta por analisar uma das etapas, a da implementação, destacando a possibilidade de que isso possa ocorrer em modelos *top-down* e/ou *bottom-up*. Nessa abordagem ainda especifica que sua análise da implementação esteve focada na capacidade instalada pelo Município (pelos recursos financeiros, infra estruturais e de cobertura territorial) para dar conta das demandas dos programas e projetos no período de 2017 e 2019. Nessas análises, a autora destaca ainda as mudanças institucionais em termos de avanços da legislação o avanço no arcabouço normativo brasileiro para pessoas com deficiência e a ampliação de orientações no que se refere ao esporte e ao lazer.

Fonte: elaborado pelos autores

Nessa abordagem, pelo que apreendemos, os esforços para se entender as mudanças ou continuidades institucionais e suas ressonâncias sobre as Políticas Públicas levam em consideração uma dimensão cognitiva compartilhada (crenças, ideias, temas, imagens). Tais dimensões são associadas/homólogas a subsistemas, redes sociais ou comunidades de políticas específicos (estes articulados por questões próprias da história e das disputas do/no setor de esporte e lazer), que, com seus atores (entre eles os *policy makers*), recursos e repertórios lutam e buscam identificar e construir oportunidades para legitimar e fazer valer e/ou manter suas posições na opinião pública e nas arenas de decisões políticas e de governos, seja através de rupturas ou de incrementalismos. Vale enfatizar que os estudos nos apresentam investigações de/com atores/as heterogêneos/as nas/das PPELs, tornando as categorias sociedade política (Estado restrito) e sociedade civil (Estado ampliado) permeáveis, pela dinamicidade e circulação de pessoas, ideias e recursos.

Além dos/as atores/as ou com eles/as, as trajetórias institucionais podem ser compreendidas a partir de uma abordagem sobre dimensões jurídicas, administrativas e financeiras (gastos e orçamentos públicos), estas entendidas como fenômenos históricos, sociais e culturais (mais ou menos) instituídos-institucionalizados, isto é, presentes numa tecitura que autonomiza as PPELs em relação aos interesses particulares e de grupos. Essa institucionalidade é frequentemente analisada para compreender a presença, a continuidade e as mudanças nos conteúdos das PPELs (programas, projetos e ações), bem como para a construção de um complexo arranjo institucional (que, além dos aparatos de Estado, envolve organizações esportivas e outras sem fins lucrativos), entrando aí o

debate sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Ganha destaque, nos estudos acessados, os olhares para a dimensão de implementação das Políticas.

5 ABORDAGEM ETNOGRÁFICA EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Por último destacamos a abordagem etnográfica dos estudos ‘nas’ Políticas Públicas, numa perspectiva da antropologia. Para destacar alguns elementos dessa abordagem, nos valemos de 4 trabalhos elaborados no âmbito do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), do qual fazemos parte. Acionamos esses 4 trabalhos descritos no quadro 4 (todos são teses de doutorado defendidas em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano), porque eles contemplam, em suas trajetórias investigativas, possibilidades de compreensão das trajetórias da dimensão institucional e relações com as PPELs, estranhando e problematizando noções que, *a priori*, parecem estáveis nas práticas políticas, como ‘participação’, ‘talento’, ‘antidopagem’ e ‘projetos’.

Quadro 4 – Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem etnográfica em perspectiva antropológica em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	**Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional**
Leandro Forell (2014) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** O trabalho teve por objetivo estudar, com base numa etnografia realizada entre 2011 e 2013, os significados da participação no cotidiano da gestão e das PPELs, num Parque Público da cidade de Porto Alegre. **Abordagem da dimensão institucional:** O trabalho inicia com o reconhecimento de que outras pesquisas investigaram a participação popular na gestão de PPELs em Porto Alegre, inclusive no Parque Ararigbóia, local onde o estudo foi desenvolvido. No entanto, diferente destes, o autor se propôs a investigar etnograficamente os significados das noções de participação (e de gestão pública) a partir do ponto de vista das pessoas - atores heterogêneos (gestores, professores, usuários) - que participam das pessoas que se envolvem no cotidiano das/nas Políticas Públicas, para que o Parque continuasse e qualificasse suas intervenções nas áreas de esporte e lazer, como direitos sociais. A questão central estudar não apenas sobre as PPELs, mas 'nas PPELs' e 'no' cotidiano do Parque da cidade de Porto Alegre, conhecido na cidade pelo envolvimento de protagonismos comunitários. Assim, a etnografia passou a conviver e seguir os atores sociais e como eles compreendem e experimentam a política, neste caso pela/na participação, muitas vezes a partir de rituais de comensalidade, em práticas corporais e de reuniões. É com base nessa perspectiva etnográfica a respeito da participação que se pode perceber as mudanças institucionais nas PPELs de Porto Alegre.
Ariane Corrêa Pacheco (2017)	**Objetivo/Período:** Procurou seguir atores/as e descrever a performação de 'talentos esportivos' na constituição de Políticas Públicas de Esporte, cujo

Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	trabalho de campo etnográfico multisituado foi realizado entre 2015 e 2016 no cotidiano de um Clube Esportivo. **Abordagem da dimensão institucional:** Numa perspectiva de abrir 'a caixa preta', a autora possibilita uma abordagem de trajetórias institucionais com base na teoria ator-rede (sociologia das associações ou das translações). A noção de 'talento esportivo' por ela investigada passou a ser entendida como uma associação de elementos heterogêneos mais ou menos estável, capaz de produzir efeitos nas Políticas Públicas Nacionais de Esporte. Como proposta e objeto de pesquisa, lhe foi preciso, assim, seguir actantes (atores mediadores, que fazem fazer) e seus trabalhos de translação, isto é, de alistar e associar interesses, objetos, histórias, ideias, humanos e não humanos, com o objetivo de estabilizar a noção de 'talento esportivo', inclusive como um fato científico, a ponto de fazer desparecer as conexões (pontualizá-las), para que esta produza seus efeitos políticos e práticos, em especial nas instituições de categorias de base do esporte de alto rendimento. Como campo empírico produzido na pesquisa, a autora, etnografando em controvérsias e situações críticas, seguiu atores/as em Programas de Governos, especialmente aqueles cujas performações se davam nas relações com um Clube Esportivo de Porto Alegre.
Daniel Giordani Vasques (2018) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** O trabalho teve como propósito compreender como a Autoridade Brasileira de Controle Antidopagem (ABCD) foi constituída com *status* de Secretaria Nacional no âmbito do Ministério do Esporte a partir de compromissos firmados em 2009 pelo Governo para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Abordagem da dimensão institucional:** No Brasil, a partir de 2009, foi constituído um aparato de Estado – a Autoridade Brasileira para Controle de Dopagem (ABCD) – para que o sistema antidopagem fosse amplamente aplicado e, assim, os resultados dos eventos esportivos que ocorressem, em especial dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, pudessem ser legitimados, o que ocorreria se o país estivesse 'em conformidade' com os protocolos da Agência Mundial Antidoping (*World Anti-Doping Agency* – WADA). O autor realizou um estudo etnográfico seguindo atores (actantes) no seu trabalho de constituir e performar a 'conformidade', fazendo isso na perspectiva da teoria ator-rede (Bruno Latour). Manuseando noções atreladas a sociologia das associações, investigou como atores políticos circulavam ao longo de uma cadeia de interesses. O trabalho descritivo (não explicativo) foi desenvolvido com base em 3 fontes de controvérsias-casos (a criação e o funcionamento da ABCD; a aprovação do Código Brasileiro Antidopagem; e a criação e funcionamento do Tribunal de Justiça Antidopagem) e os imperativos que cada um deles coloca na trajetória de constituição do aparato institucional antidopagem como Política Pública de Esporte.
Luis Felipe Silveira (2021) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	**Objetivo/Período:** O trabalho teve como objetivo investigar, a partir de uma etnografia multisituada realizada entre 2016 e 2019, nos processos de extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre e as lutas para que projetos e trajetórias tivessem sentido no contexto de uma PPEL. **Abordagem da dimensão institucional:** A pesquisa etnográfica estudou processos de invisibilidade e desinvestimentos dos serviços públicos 'do esporte' na estrutura administrativa municipal de Porto Alegre, vivenciado pelos professores/as e servidores/as, sobretudo a partir da extinção da Secretaria Municipal, em 2017. A construção da etnografia se orienta por um processo de mudança institucional que vinha ocorrendo há mais de uma década, mas que se acentuou em 2017. Para tanto, passa a estudar projetos (projetos coletivos e coletivos de projetos) e as práticas políticas de mediadores/as (servidores/as de carreira, concursados/as e trabalhadores/as engajados/as por cargos em comissão e terceirizados). Essas noções de projetos e de mediadores são buscadas no campo da antropologia das práticas políticas. O trabalho etnográfico multisituado desenvolvido, em que pesem as trajetórias institucionais, analisa e

	interpreta a construção da invisibilidade e esvaziamento de uma pasta que ‘só dava problemas’ (colocando-a no seu ‘lugar nenhum’) e das lutas dos/as professores/as e servidores/as (mediadores/as) para que suas trajetórias e projetos tivessem sentido e que uma política de esporte continuasse existindo.

Fonte: elaborado pelos autores

Ao olharmos para estes estudos etnográficos, fica bastante marcada a noção de que há uma preocupação em estudar 'nas' PPELs e não sobre elas, numa perspectiva de conviver com as pessoas nos espaços institucionais onde se desenvolvem cotidianamente as ações das Políticas. Além de permanecer nos lugares, apontam para a importância se seguir as pessoas, as ideias, os artefatos (humanos e não humanos) nos seus fluxos, tendo em vistas as implicações da multi-localidade na construção dos objetos da pesquisa e, portanto, da própria instituição da Política. Essa percepção antropológica possibilitou entender a transitoriedade e as limitações na implementação de PPELs, assim como pensar outras formas de participação democrática.

Como já anunciamos acima, esses estudos, implicados pelos fazeres de estudos etnográficos, estranhar questões ou noções que parecem familiares nas PPELs, que funcionam como espécies de ‘caixas pretas’, mas que demandam problematizações e investigações. Isso foi realizado a respeito das noções de ‘participação’, de ‘doping’ e ‘antidopagem’, de ‘talento esportivo’ e de ‘projetos’, buscando compreensões com base na experiência etnográfica possível de ser construída, ou seja, das situações etnográficas e aquilo que elas possibilitaram no processo de construir uma textualização que torna inteligível uma produção para a comunidade científica da área.

O estranhamento dessas noções familiares emerge da própria experiência investigativa ‘nas’ PPELs, como questões emergentes do campo e que se tornam relevantes pelos seus efeitos na constituição das Políticas, no nosso caso, nas dimensões institucionais. São trabalhos que procuram se distanciar de análises institucionais normativas e prescritivas, sublinhando a heterogeneidade da produção de significados, levando a sério as maneiras com que as pessoas em ação performam (associam elementos heterogêneos) para justificar suas posições nas arenas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial deste trabalho – preocupado com desenvolver investigações e em não fazê-lo sem conhecer as possibilidades presentes – foi sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais possíveis para investigar trajetórias institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das PPELs. Com base no que pudemos mostrar nas seções anteriores, organizamos nossas experiências e aprendizagens, derivadas das relações com os trabalhos selecionados e mobilizados, em 4 abordagens emergentes (conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; e etnográfica em perspectiva antropológica), aqui demarcadas mais para identificar e demarcar movimentos investigativos relevantes do que para impor ‘camisas de força’ para qualquer estudo.

Pois bem. Mas o que essas abordagens nos dizem? Inicialmente, tendo em mente as provocações e preocupações existentes há mais de uma década sobre o adensamento das análises e produções de conhecimento (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO, NUNES, MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO, 2011; MALINA *et al.*, 2015; MENDES, 2013, 2017; FORELL; MAYBORODA, 2017; ATHAYDE *et al.*, 2020), nos parece que há elementos para dizer ou, pelo menos, para apostar que, no campo das PPELs, tem ocorrido movimentos teórico-conceituais e metodológicos para aprofundar os debates, o que ocorre a partir de diferentes abordagens, o que não significa que um trabalho possa trazer duas ou mais ao mesmo tempo. Reconhecemos as possibilidades, conforme as demandas de cada estudo, de operar em/com distintos desses movimentos investigativos, desde que haja coerência nesses processos.

Identificadas as abordagens emergentes no Brasil e reconhecendo a relevância delas em termos de movimentos de avanço no adensamento de análises e de produção de conhecimentos, retomamos à nossa questão sobre as possibilidades de investigar a dimensão institucional das PPELs (como tem sido feito e como fazer). Considerando o que apreendemos nesse caminho analítico-reflexivo, entendemos que os vínculos com determinadas abordagens ou a mobilização de diferentes no mesmo estudo depende da pergunta que se quer responder, não havendo, *a priori*, um movimento teórico-metodológico mais adequado do que outro. Chegamos, aqui, num mesmo ponto de um debate contemporâneo em torno das

três abordagens do novo institucionalismo (a histórica; a sociológica; a escolha racional) para o estudo das/nas instituições no campo da ciência política e da política pública. Seguimos, assim, a mesma linha de Théret (2003), de que é possível não abandonar a possibilidade de uma posição mediana e, assim, de uma adotar uma perspectiva interdisciplinar em relação a essas três abordagens e a heterogeneidade de ideias que as permeiam, mas ao mesmo tempo manter uma vigilância teórico-metodológica em relação aos tipos de perguntas e objetivos que se pretende investigar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n.1, 2017. DOI: https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n1.p41

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O Ornitorrinco de Chuteiras**: determinantes econômicos da Política de Esporte do Governo Lula e suas implicações sociais. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernanda. Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. e61599, 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e61599

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 314f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como Política Pública**: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

DALMAS, Leandro Casarin. **Brasília capital desigual!** Políticas Públicas e limites para a efetivação do direito ao esporte no Distrito Federal (2009 a 2019). 2022. 268f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DAMIANI, Cássia. **Contradições e tendências para a instituição de uma Política Pública de Estado de Esporte no Brasil - 2003 a 2015**. 2021. 587f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ELICKER, Eliane. **Esporte e Florestania**: avanços e limites da Política Esportiva do Acre entre 1999 e 2018. 2023. 310f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

FORELL, Leandro. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. 2014. 181f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FORELL, Leandro; MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Pelas bordas: reflexões situadas nas fronteiras da produção do conhecimento em PPEL em um período de pós-megaeventos esportivos no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2017.

GODOY, Letícia. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil**: revelações e possíveis delineamentos. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n.58, p. 193-223, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010

HÚNGARO, Edson Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; DAMASCENO, Luciano Galvão; DALLA'ANESE, Evelise Donola; SANTOS, Róbson Novoa; FERNANDES, Erick Rodrigo; FIGUEIRA JÚNIOR, Aylton José. Balanço inicial da produção do GTT Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. *In:* HÚNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Luiz Lino de (Orgs.). **Cultura, educação, lazer e esporte**: fundamentos, balanços e anotações críticas. Santo André: Alpharrabio, 2009. p. 93-123

KHALIFA, Mehrez Palumbo. **Atuação do Estado de Minas Gerais nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no período de 2012 a 2018**: efeitos práticos frente à ausência de uma coordenação intergovernamental na área. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares do Lazer) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas. *In:* GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Educação Física / Ciências do Esporte**: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

LINO, Lillian Lages; DUARTE, Cristiano Parra; ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. Abordagens sintéticas nas análises de políticas públicas em teses e dissertações (2000-2019). **Revista Desenvolvimento Fronteiras & Cidadania**, v. 6, n. 1, p. 07-30, mai. 2022.

MALINA, André; STAREPRAVO, Fernando Augusto; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de; FIGUEIREDO, Érika Suruagy Assis de. O estado da arte no referencial teórico dos trabalhos do GTT Políticas Públicas em Esporte e Lazer do CBCE. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GOIS JÚNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel. (Orgs.). **Dilemas e desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2015.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MAOSKI, Ana Paula Cabral Bonin. **A (des)articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba**. 2016. 446f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MARANI, Vitor Hugo; SANTOS, Luciana Leticia Sperini Rufino; LARA, Larissa Michelle; STAREPRAVO, Fernando Augusto. I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: análise a partir do modelo dos Múltiplos Fluxos. **Licere**, v. 22, n. 2, jun. 2019. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.13579

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v.16, n.31, p.121-142, nov. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010

MARTINES, Isabel Cristina. **As relações entre as Organizações Não-Governamentais e o Governo do Estado do Paraná no Campo Esportivo**. 2009. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **A formulação e a implementação das Políticas Públicas no campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. **As perspectivas ideológicas da Política Pública de Esporte e Lazer da cidade de Porto Alegre: um estudo a partir da antropologia histórica.** 2022. 158f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e dominação burguesa no século XXI**: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. 2011. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de

Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MENDES, Alessandra Dias. **A Política da Política de Esporte: uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura.** 2017. 260f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MENDES, Alessandra. Política Pública de Esporte: considerações sobre gestão, instituições políticas e método de pesquisa no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 3, n. 1, Supl., p. 1-19, dez. 2013.

MIRANDA, Carlos Fabre. **A Rede Nacional de Treinamento**: os Jogos Olímpicos Rio 2016 e suas promessas de legado. 2020. 150f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

OLIVEIRA, Débora da Silva. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência no Município de Belo Horizonte-MG**: desafios múltiplos para a garantia dos direitos. 2020. 105f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PACHECO, Ariane Corrêa. **Talento Esportivo**: uma etnografia sobre produções de talentos em práticas na Educação Física. 2017. 177f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PACHECO, Cindy Laupe Amaral. **Trajetórias de mobilização de Associações e Fundações sem Fins Lucrativos na implementação de Políticas Públicas de Esporte nos Municípios de Canoas e Porto Alegre**. 2019. 138f. Dissertação (mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RIETH, Fernando Bruno. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVEIRA, Andrea Luiza Alves. **Associações Esportivas e o Poder Público de Maringá/PR**: uma relação de dependência tutelar? 2016. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, Maringá, 2016.

SILVEIRA, Luis Felipe. **Projetos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: o apagar das luzes da SME-POA. 2020. 341f. Tese (Doutorado em Ciências do

Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 422f. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; NUNES, Ricardo Sonoda; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Agenda de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3. 2009. **Anais...** Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Salvador, 2009.

SOUZA, Carlos Eduardo de. **A Política Nacional de Esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso**. 2011. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n.58, p.225-255, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100011

TOLEDO, Renata Maria. **As políticas públicas e o direito "social" ao esporte**: uma análise a partir do Estado do Paraná (1995-2010). 2014. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VASQUES, Daniel Giordani. **Como manter o 'Jogo Limpo'?** Associações, harmonizações e hibridez na constituição da antidopagem esportiva. 2018. 204f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WOLF, Eric. Encarando o Poder: velhos *insights* novas questões. *In:* RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). **Antropologia e Poder**: contribuições de Eric Wolf. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: Editora da UnB, 2003.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): ANÁLISES DE ACORDOS E COMPROMISSOS

INSTITUTIONAL SPORT AND LEISURE ARRANGEMENTS IN THE GOVERNMENTS OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): ANALYSIS OF AGREEMENTS AND COMMITMENTS

ARREGLOS INSTITUCIONALES DEL DEPORTE Y OCIO EN LOS GOBIERNOS DEL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): ANÁLISIS DE ACUERDOS Y COMPROMISOS

Autor:
Marcelo Rampazzo

Orientador:
Mauro Myskiw

Resumo: Este trabalho trata das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) na esfera político-administrativa dos Estados brasileiros. Teve como objetivo investigar como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais do Estado do Rio Grande do Sul para desenvolver PPELs (entre 1989 e 2022). Teve como abordagem teórico-metodológica uma abordagem da sociologia pragmática, olhando para a construção de acordos e compromissos entre atores e organizações heterogêneos. A pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva qualitativa, contando com levantamento e sistematização de documentos diversos, realização de observações, diários de campo e de entrevistas semiestruturadas. Após dois movimentos de descrição das informações e de análises, chegamos à conclusão de que os arranjos institucionais vêm ocorrendo pelas possibilidades de acordos e compromissos com orientação com e/ou em relação aos 6 eixos actanciais e seus seres institucionais identificados (esporte escolar; esporte de rendimento; esporte como direito social; esporte como cadeia produtiva; coordenação política no/do esporte; e coordenação técnico-financeira do esporte).

Palavras-chave: Política Pública; Esporte; Lazer; Estado; Arranjos Institucionais.

Abstract: This work deals with Public Sports and Leisure Policies (PPELs) in the political-administrative sphere of Brazilian States. It aimed to investigate how the institutional arrangements of the State of Rio Grande do Sul have been created to develop PPELs (between 1989 and 2022). Its theoretical-methodological approach was a pragmatic sociology approach, looking at the construction of agreements and commitments between heterogeneous actors and organizations. The research was developed from a qualitative perspective, involving the collection and systematization of various documents, observations, field diaries and semi-structured interviews. After two movements of information description and analysis, we came to the conclusion that institutional arrangements have been occurring through the possibilities of agreements and commitments with guidance with and/or in relation to the 6 actantial axes and their identified institutional beings (school sport; income;

sport as a social right; sport as a production chain; political coordination in/of sport; and technical-financial coordination of sport).

Keywords: Public Policy; Sport; Leisure; State; Institutional Arrangements.

Resumen: Este trabajo aborda las Políticas Públicas de Deportes y Ocio (PPEL) en el ámbito político-administrativo de los Estados brasileños. Su objetivo fue investigar cómo se han creado los arreglos institucionales del Estado de Rio Grande do Sul para desarrollar PPEL (entre 1989 y 2022). Su enfoque teórico-metodológico fue un enfoque de sociología pragmática, mirando la construcción de acuerdos y compromisos entre actores y organizaciones heterogéneas. La investigación se desarrolló desde una perspectiva cualitativa, involucrando la recolección y sistematización de diversos documentos, observaciones, diarios de campo y entrevistas semiestructuradas. Luego de dos movimientos de descripción y análisis de información, llegamos a la conclusión de que los arreglos institucionales se han venido dando a través de las posibilidades de acuerdos y compromisos con guía con y/o en relación con los 6 ejes actantiales y sus entes institucionales identificados (deporte escolar; ingresos). ; el deporte como derecho social; el deporte como cadena productiva; la coordinación política en/del deporte; y la coordinación técnico-financiera del deporte).

Palabras clave: Políticas Públicas; Deporte; Ocio; Estado; Arreglos institucionales

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como enfoque a compreensão de arranjos institucionais do Esporte no aparato político-burocrático do Estado do Rio Grande do Sul (de 1989 a 2022). Sua realização teve como questão inicial uma situação observada no ano de 2019. No início deste ano, na composição da estrutura administrativa do Governo Federal eleito, o Ministério do Esporte foi extinto, deslocando essa área de competência para uma Secretaria Especial do Ministério do Desenvolvimento Social. Na esteira dessa decisão, conforme Taffarel e Santos Júnior (2019), governadores das Unidades Federativas também extinguiram Secretarias de Esporte. Contudo, no Estado do Rio Grande do Sul, o Governador eleito, Eduardo Leite, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em caminho contrário, decidiu criar a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SEL).

Essa situação e nosso estranhamento (sobre o que levaria um ente federativo estadual a fazer uma movimento institucional oposto ao desenvolvido no âmbito federal e em outros estados?) se tornou ainda mais instigante quando, em dezembro de 2019, ao participarmos de uma reunião na sede da SEL, escutamos a seguinte afirmação feita por um dos seus dirigentes: “[...] a Secretaria [de Esporte e Lazer

criada no início do ano], isso tudo que temos de estrutura hoje, só existe por causa do Secretário João Derly. Se não fosse por ele, talvez não existiria". Além da pergunta anterior nos interrogamos sobre como uma pessoa, um ex-atleta de esporte de alto rendimento (campeão mundial na modalidade de Judô), ex-vereador de Porto Alegre, ex-deputado do Estado do Rio Grande do Sul e ex-deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, poderia ser a responsável pela existência de uma instituição como uma Secretaria Estadual?

Essas foram nossas primeiras perguntas que guiaram a pesquisa. A partir delas desenvolvemos uma revisão integrativa (RAMPAZZO *et al.*, 2023) de estudos que se debruçaram em análises de Políticas Públicas de Esporte e Lazer das Unidades Federativas e do Distrito Federal (PPELs das UFs/DF), no Brasil. Identificamos 80 trabalhos e uma agenda de pesquisa. Sobre ela, notamos que o coletivo de pesquisadores esteve coordenado pelas problematizações acerca do direito social e democracia, pela existência de desigualdades setoriais do esporte, bem como as político-partidárias. Identificamos também que a agenda de pesquisa sobre as PPELs das UFs/DF enfatiza dimensões normativas, estruturais e gerenciais. Com isso, notamos uma lacuna para a compreensão que colocava em destaque as trajetórias institucionais, mas enfatizando as articulações com as capacidades de avaliação e crenças daqueles/as que protagonizam a gestão e as dinâmicas políticas. Que avaliações políticas e crenças eram mobilizadas nos momentos de criação, manutenção ou extinção de órgãos político-administrativos? Esta era uma pergunta que nos intrigava, tendo em vista a situação vivenciada em dezembro de 2019.

Nosso próximo passo da pesquisa foi olhar para a literatura no sentido de conhecer possibilidades investigativas para se compreender as trajetórias institucionais colocadas em ação em análises de continuidades ou de mudanças (RAMPAZZO; MYSKIW, 2023). Neste trabalho, sistematizamos, num formato de ensaio, 4 perspectivas emergentes nos estudos das PPELs brasileiras (conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; e etnográfica em perspectiva antropológica), o que nos possibilitou (além de compreender e localizar os debates do ponto de vista teórico-metodológico) delimitar nossa abordagem às interrogações descritas acima. Optamos por uma proposta de seguir os arranjos institucionais, para estudar como eles estavam sendo constituídos como Divisões, Departamentos,

Subsecretarias e Secretarias de Esporte que, desde 1989 até 2022, assumiram e delimitaram competências e responsabilidade pelas PPELs no Estado do Rio Grande do Sul.

Em que pese este recorte, vale contextualizar que esses arranjos vêm sendo produzidos desde, pelo menos, a segunda década do século XX. Sobre isso, ao mapearmos as legislações existentes, identificamos dois eixos de competências e de regulamentações que dizem sobre tal institucionalização: o eixo da Educação Física nas Escolas do Estado (focado na instrução, formação de professores/as, normatizações, curricularização); e o eixo do Esporte Amador e Comunitário no Estado (tratando de agremiações, associações, clubes, ligas, federações, confederações, conselhos). Esses eixos, conforme mostramos no quadro 1, ora são tratados separadamente (o que predomina) e ora são tratados em conjunto.

Quadro 1 - Frequência de legislações que definem competências e regulamentações sobre Educação Física Escolar, Esporte Amador e Comunitário (1928-1989)

Educação Física nas Escolas do Estado	Decreto 4.131/1928, Decreto n. 4.258/1929, Decreto-lei n. 4.277/1929, Decreto 31/1940, Decreto-Lei 246/1942, Decreto 578/1942, Decreto-Lei 1.158/1946, Decreto-Lei 1.394/1947, Decreto 39.825/1956 Decreto 17.750/1965	Art. 192 da Constituição Estadual/1947, Art. 188 da Constituição Estadual/1967, Decreto 19.801/1969, Art. 180 da Constituição Estadual/1970, Decreto 21.120/1971, Decreto 21.843/1972
Esporte Amador e Comunitário no Estado	Decreto 615/1942, Art. 188 da Constituição Estadual/1947, Lei 4.838/1964, Lei 5.349/1966, Decreto 18.319/1966, Decreto 18.719/196, Decreto 21.117/1971, Decreto 28.650/1979, Decreto 28.709/1979, Decreto 29.056/1979, Decreto 29.194/1979, Decreto 31.120/1983, Decreto 31.754/1984	

Fonte: elaborado pelos autores

Os dados de frequência das legislações do quadro 1 nos ajudaram a compreender que a presença institucional do esporte no aparato institucional do Estado teve seus primeiros passos, ainda no final da década de 1920, vinculados à Educação Física como componente curricular obrigatório em Escolas Estaduais, mantendo esse protagonismo até a metade do século XX. Já as competências e regulamentações relacionadas ao Esporte Amador e Comunitário aparecem nas legislações no início da década de 1940, sendo observadas com mais frequência a

partir da metade do século. Em que pese a possibilidade de observar esses dois períodos de protagonismo, no final da década de 1960 e início da década de 1970 essas relações institucionais parecem se aproximar, o que não significa um distanciamento da área de Educação, como procuramos mostrar no quadro 2.

Quadro 2 - Localização dos órgãos executivos e colegiados relacionados à Educação Física, Esporte Amador e Comunitário nas Secretarias de Estado (1928-1989)

Localização nas 'pastas'	**Órgãos executivos e colegiados**
Secretaria do Interior	**Inspetoria de Educação Física** na Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado (Decreto 4.131/1928, Decreto n. 4.258/1929, Decreto-lei n. 4.277/1929)
Secretaria de Educação e Saúde Pública	**Inspetoria de Educação Física** na Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado (Decreto 31/1940)
Gabinete do Governador	**Conselho Regional de Desporto** (Decreto 615/1942, Decreto 18.719/1967) **Departamento de Esportes do Estado do Rio Grande do Sul** (Lei 4.838/1964)
Secretaria Estadual da Educação e Cultura	**Departamento Estadual de Educação Física** (Decreto-Lei 246/1942; Decreto 578/1942) **Superintendência de Educação Física** e Assistência Educacional (Decreto-Lei 1.158/1946 / Decreto-Lei 1.394/1947) **Divisão de Educação Física** da Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional (Decreto 39.825/1956, Decreto 19.801/1969) **Fundo de Amparo [empréstimos] do Esporte Gaúcho** (Lei 5.349/1966, Decreto 18.319/1966) **Departamento de Esportes do Estado do Rio Grande do Sul** (Decreto 21.117/1971) **Conselho Regional de Desporto** (Decreto 21.117/1971, Decreto 31.754/1984) **Departamento de Educação Física e Desportos** (Decreto 21.120/1971, Decreto 21.843/1972) **Subsecretaria de Desporto** (Decreto 31.120/1983)
Secretaria Estadual de Cultura, Desporto e Turismo	**Conselho Regional de Desporto** (Decreto 28.709/1979, Decreto 29.056/1979, Decreto 29.194/1979) **Departamento de Desporto** (Decreto 29.194/1979)

Fonte: elaborado pelos autores

Pela análise que fazemos deste quadro, o eixo de competências e responsabilidades atrelado à Educação Física nas Escolas do Estado adquire seus órgãos executivos no aparato institucional nas Secretarias Estaduais do Interior (em 1928/29) e da Educação e Saúde Pública (1940), até se fixar na Secretaria Estadual de Educação e Cultura (a partir de 1942). Já o eixo de competências e regulamentações relacionado ao Esporte Amador e Comunitário adquire seus

primeiros lugares institucionais junto ao Gabinete do Governador, com a criação do Conselho Regional do Desporto (1942) e o Departamento de Esportes do Estado do Rio Grande do Sul (1964). Este segundo eixo, no início da década de 1970, é incorporado pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura, quando se aproxima do primeiro eixo, mas dele se afasta no final da mesma década, com a criação da Secretaria Estadual de Cultura, Desporto e Turismo. Em 1983, com a criação da Subsecretaria de Desporto, o eixo Esporte Amador e Comunitário retornou, como competência e regulamentação, para a Secretaria Estadual de Educação e Cultura.

Esses movimentos institucionais condizem com o disposto nas Constituições Estaduais de 1947 (art. 192), 1967 (art. 188) e 1970 (art. 180) que repetem os idênticos compromissos de dispensar estímulo e orientação para a Educação Física como conteúdo obrigatório nos estabelecimentos de ensino, e de auxiliar as organizações desportivas amadoristas. É nesse contexto que o esporte figura na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul desde 1947. Mas esse cenário ganha novos elementos e reorientações no final da década de 1988, com a promulgação da Constituição Estadual de 1989 (vigente), na qual se define que é dever do Estado fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos (RIO GRANDE DO SUL, 1989). Amparado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), entra em cena o reconhecimento do Esporte e do Lazer como direito social, no mesmo *status* de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação Social e Turismo.

É a partir disso (dessa trajetória que se reorienta no ano de 1989) e do nosso estranhamento inicial (relacionado ao período de governo de 2019-2022) que propomos como objetivo **geral deste estudo investigar como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais do Estado do Rio Grande do Sul para desenvolver PPELs, a partir do momento em que entra em cena o direito social, até a situação de recriação da Secretaria Estadual na contramão do que ocorria em outros Estados e da União**. Optamos por abordar os arranjos institucionais como formas de compromisso em relação a eixos actanciais que possibilitam a coordenação de pessoas e grupos, envolvendo formas de acordos político-administrativos para acalmar controvérsias e propor ações relacionadas às PPELs no Estado. E, quando colocamos no objetivo a indicação de que estaremos investigando **como vêm sendo** constituídos os arranjos, queremos indicar nosso diálogo com outros trabalhos que tratam das institucionalidades das PPELs, em

especial aqueles que têm afirmado que a maior ou menor institucionalidade impactam sobre a magnitude, as características e a continuidade da política.

Nos trabalhos que trataram do cenário nacional, sublinhamos o estudo de Bueno (2008) que, a partir do modelo de análise das Coalizões de Defesa, mostra as trajetórias de institucionalização ao longo do século XX e início do século XXI, no aparato Estatal, das coalizões de esporte de alto rendimento e do futebol, com implicações sobre o predomínio/hegemonia delas. O trabalho de Carvalho (2013), que analisou as Políticas Públicas de Esporte após 1988 até a criação do Ministério do Esporte em 2003 com base no modelo de equilíbrio pontuado, chega a conclusões semelhantes, afirmando hegemonia de ideias, atores e de instituições tradicionais presentes de maneira mais robusta nas arenas decisórias das agendas e de agendamentos nos distintos governos, fazendo com que permaneçam mais consensos do que rupturas, em prol do esporte de alto rendimento e do futebol. O estudo desenvolvido por Damiani (2021) que, a partir de uma abordagem marxista, se dedicou a compreender as condições objetivas necessárias para PPELs orientadas para o direito social no Brasil (não como política secundária) entre 2003 e 2015, também destaca a institucionalidade no aparato político-administrativo como uma questão relevante para a perenidade das políticas públicas e sociais.

Nas investigações que analisaram as PPELs em Estados, notamos esse argumento no trabalho de Toledo (2014) que estudou as ações de governo no Estado do Paraná (entre 1995 e 2010) para implementar a concepção de direito social, num cenário em que as prioridades evidentes estavam colocadas no esporte de alto rendimento. Como estratégia analítica, comparando o direito social ao esporte com outros direitos sociais considerados mais consolidados (educação, saúde, previdência e assistência social), a autora conclui que o esporte tem uma baixa institucionalidade, o que tem implicações nas possibilidades de sua implementação, quando relacionada com o esporte de alto rendimento. Noutro estudo, Khalifa (2019) investigou como o Estado de Minas Gerais (entre 2012 e 2018) conduziu as PPELs frente a inexistência de atribuições dos entes federados. Conclui que a presença e robustez do aparato jurídico-administrativo é um importante elemento de indução das PPELs como direitos sociais, apontando as carências nesse sentido.

Estudos como esses nos ajudam a compreender que há uma produção acadêmica, inclusive sobre as PPELs da UFs, identificando e apontando para a

relevância da institucionalidade em aparatos de Estado e que eles resultam de trajetórias históricas e de disputas de poder. Em relação a eles e, na perspectiva de contribuir com os debates, nos propomos a colocar mais em destaque como, na forma de acordos e compromissos políticos, vêm sendo constituídos os arranjos institucionais, conferindo mais protagonismo e agência às pessoas para acalmar controvérsias e compor ações, o que não significa a ausência disputas, controvérsias, de imperativos e de constrangimentos.

2 PERSPECTIVA ASSENTADA EM (DES)ACORDOS E COMPROMISSOS

A realização da investigação foi marcada por uma abordagem pragmática, tendo em vista sobretudo o estabelecimento e a estabilização de acordos e compromissos em torno de eixos actanciais, permitindo a atores esportivos muito heterogêneos se perceberem como parte de uma PPEL no Estado, o que não significa, como já mencionamos, a ausência de disputas e controvérsias. Essa perspectiva tem sua inspiração principal no trabalho de Boltanski e Thévenot (1999, 2020), onde estes autores propõem uma sociologia de formas de acordos e das capacidades críticas das pessoas, analisando as condições a serem satisfeitas e postas em ação nas situações e casos para que um acordo seja considerado e admissível publicamente, estabilizado pelo menos por algum tempo, até que litígios ou controvérsias apareçam. É essa noção básica que passamos a mobilizar nesta investigação, tomando a trajetória institucional das PPELs no Estado do Rio Grande do Sul como resultados de acordos estabilizados na forma de compromissos para acalmar ou estabilizar, numa determinada forma, as controvérsias existentes.

Antes de tratarmos da noção de compromissos, vale explicitar que as condições de realização dos acordos implicam a existência de eixos actanciais, isto é, princípios de superioridade e de generalidade que possibilitem a construção de comunidades (mundos comuns dos atores heterogêneos, princípios de equivalência que possibilitam às pessoas se despirem das singularidades que convergem em direção de uma generalidade comum), como também a definição das escalas de grandeza nas situações investigadas. Noutras palavras, quando os atores das PPELs se manifestam, em especial nas situações de incerteza, de crise, de inflexões e de controvérsias, eles põem em prática os seus princípios de grandeza (aquilo que lhes permite sair da singularidade e para se localizarem num

determinado coletivo; aquilo que lhes possibilita conectar, coordenar, alistar, afastar, se necessário, pessoas e objetos; aquilo que lhes possibilita avaliar os investimentos e os custos para fazer parte de algo). É importante destacar que as pessoas não estão presas, fixas nesses eixos, mas que elas têm a capacidade crítica para perceber, avaliar e trabalhar em relação a eles. Os eixos têm a sua história, seus objetos, processos e institucionalidade. Assim, ao praticá-los, as pessoas estão submetidas a seus imperativos e constrangimentos.

A ideia fundamental aqui é a de que para administrar controvérsias e diversidades nas PPELs, torna-se necessário estabilizar compromissos na forma de acordos possíveis, colocando juntos eixos actanciais que apoiam diferentes mundos comuns. Nessa lógica, Boltanski e Thévenot (2020) afirmam que o que chamamos de Estado é uma figura de compromisso, que se sustenta em diferentes mundos comuns (eixos actanciais), em especial do mundo cívico (que se associa à noção de coletividade, de representação de soberania e justiça coletiva fundada na solidariedade) e do mundo industrial (que se associa à divisão do trabalho, que reconhece o princípio da organização e da utilidade atreladas às funções). Em que pesem as diferenças dos mundos comuns, os seres reunidos 'no Estado' (objetos, processos, legislações, etc.) mantêm seu pertencimento ao seu mundo original, o que é possível também pelas dinâmicas de institucionalização.

Algumas das formulações de Postero e Elinoff (2019), fundamentada em perspectivas etnográficas, indicam que da mesma forma que a política organiza as instituições, ela também desorganiza e desmonta, onde “o bem comum não é o ponto final, mas sim uma questão teimosa que permanece aberto à renovação e reconfiguração política” (POSTERO; ELINOFF, 2019, p.18). Esses elementos de renovação e reconfiguração política, acontecem em diversas escalas (que aqui trataremos de eixos de compromissos). Investigar esses elementos na política e nas instituições são lacunas que dão sentido a uma política composta por diferenças e desacordos. Com isso uma pesquisa que envolva essas escalas, com desacordos e diferenças não é uma tarefa simplesmente descritiva. É uma tarefa complexa, que abre possibilidade para compreender transformações futuras (POSTERO; ELINOFF, 2019).

Esse sentido de desacordo e diferença é justamente o que Postero e Elinoff (2019) definem a política enquanto prática de construção do mundo, provocando-nos a questionar e investigar qualquer formulação política deve necessariamente

abordar os antagonismos que permeiam os acordos (POSTERO; ELINOFF, 2019, p.9). Com isso, diferenças, desacordos, e também rupturas e conflitos, são práticas políticas que produzem instituições. Essa dinâmica pode ser entendida a partir das colocações de Streeck e Thelen (2005), que concebem que as instituições não sobrevivem paradas, tão pouco sua reprodução é estável. Mas ao contrário, as instituições exigem manutenção (ou comprovação) ativa para permanecer, demandam trabalho para estabilizar os compromissos, sendo redefinidas e re-orientadas ou, às vezes, (re)calibradas, e mais recorrentemente renegociadas, em resposta às mudanças no cenário político, social e econômico no qual estão inseridas.

Numa reflexão sobre esta perspectiva pragmática de análises de políticas públicas, Zittoun (2016), sustentam que se trata de uma maneira particularmente interessada em como os atores associam à sua proposta um problema (uma controvérsia, um cenário de incerteza, uma situação crítica, por vezes apocalíptica) a resolver e, a partir disso, buscando conquistar generalidade (reconhecimento e percepção pública), produzem suas críticas, desenvolvem engajamentos, vinculam atores, argumentos, processos, organizações. O autor conclui que este enfoque pragmático permite entender que a análise de políticas públicas é uma atividade política de domesticação dos problemas para pôr algo em alguma ordem, o que vamos chamar aqui de estabilização de compromissos.

3 DECISÕES METODOLÓGICAS

Essa pesquisa se trata de uma pesquisa qualitativa, em que nos orientamos a partir das contribuições de Triviños (1987) e construída artesanalmente. Não buscamos seguir uma sequência rígida de etapas, mas sim empregar algumas técnicas que fazem parte dos modos de produção da pesquisa qualitativa. Não vamos em busca de confirmar ou refutar hipóteses, mas procuramos compreender o que os dados empíricos nos mostram sobre como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais do Estado do Rio Grande do Sul para desenvolver PPELs, a partir do momento em que entra em cena o direito social, até a situação de recriação da Secretaria Estadual na contramão do que ocorria em outros Estados e da União. Fizemos isso tendo em vista o enfoque pragmático descrito e delimitado acima tomando como base alguns autores do campo da sociologia pragmática

(BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999, 2020) e das políticas públicas que se alinham a essa perspectiva (ZITTOUN, 2016; POSTERO & ELINOFF, 2019).

A definição do período da pesquisa levou em consideração, de um lado, que no ano de 1989 foi promulgada a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, na qual o esporte e o lazer figuram como direitos sociais, isto é, uma questão nova no cenário institucional político até então. De outro, definimos o ano de 2022 como recorte final de realização da pesquisa empírica pelo fato de ser o último ano do primeiro governo de Eduardo Leite, a respeito do qual construímos nossos estranhamentos iniciais (pela recriação de uma Secretaria de Esporte e Lazer, na contramão do que ocorria no Brasil e em Unidades Federativas). Assim, nossa investigação perpassou os seguintes governos: Pedro Simon (1989-1990) e Alceu Collares (1991-1994); Antônio Britto (1995-1998), Olívio Dutra (1999-2002). Germano Rigotto (2003-2006) Yeda Crusius (2007-2010), Tarso Genro (2011-2014), José Ivo Sartori (2015-2018), Eduardo Leite (2019-2022).

A produção da empiria envolveu diferentes estratégias (levantamentos de documentos, estudos existentes, observações e diários, entrevistas semiestruturadas). Ao longo do estudo realizamos um levantamento de legislações através do Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul[5]. Usando o termo 'esporte' desenvolvemos buscas ano-por-ano (de 1989 a 2022) e selecionamos um total de 33 Leis Ordinárias/Complementares e 35 Decretos do Governador (Apêndice 4). Em termos de documentos, de modo complementar às legislações, acessamos e utilizamos fontes de relatórios de órgãos executivos da área de esporte e lazer, notícias de jornais e notícias publicadas nos canais oficiais do Estado. Contamos também, como fonte empírica, com as informações produzidas por outras pesquisas, publicadas na forma de dissertações de mestrado, de artigos acadêmicos e de capítulos de livros.

Foram realizadas observações durante a Conferência Estadual do Esporte realizada em 23/08/2021; e três reuniões na Secretaria de Esporte e Lazer. Desenvolvemos, também, 8 entrevistas semiestruturadas com gestores que estiveram em cargos de protagonismo nas decisões sobre as políticas públicas no período considerado para a pesquisa. Contudo, um dos entrevistados, na fase de retomada do conteúdo transcrito da entrevista transcrita, apesar dos nossos diversos contatos e esforços, não retornou com a autorização para a utilização dessa empiria.

[5] Disponível em: https://ww4.al.rs.gov.br/legislacao-estadual

Dessa forma, passamos a contar com 7 entrevistas cujas transcrições foram acessadas pelos interlocutores e autorizadas, conforme as descrições do quadro 3.

Quadro 3 - Gestores que concederam entrevistas e autorizaram seus conteúdos para a realização da pesquisa.

Gestor	**Cargo e Instituição**
Gestor 1 G1	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 2 G2	Subsecretário da Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação (SUDESP)
Gestor 3 G3	Subsecretário da Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação (SUDESP); Diretor técnico da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 4 G4	Secretário Estadual da Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)
Gestor 5 G5	Secretário Estadual da Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)
Gestor 6 G6	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 7 G7	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)

Fonte: elaboração dos autores

A realização das entrevistas levou em consideração as orientações sobre ética de pesquisa, em especial das disposições constantes na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A participação foi por adesão de forma voluntária. Foi iniciado pelo contato telefônico, por *e-mail* ou por aplicativo *WhatsApp*, com o envio de uma carta de apresentação e de convite (Apêndice 1). Explicamos o propósito da pesquisa. Tendo uma noção prévia e sua concordância preliminar, enviamos o termo livre esclarecido (Apêndice 2) e o roteiro de entrevistas (Apêndice 3). Tendo concordância em participar, agendamos uma data, e as entrevistas foram marcadas no local de maior facilidade para o entrevistado. É possível notar que as entrevistas concedidas envolveram gestores que estiveram nos cargos em períodos mais distantes da atualidade. Entramos em contato com gestores que estiveram mais recentemente ocupando os cargos de Secretário de Estado, mas foram muitas as dificuldades de

agendar, restando nosso entendimento de que o distanciamento temporal do período de gestão é um elemento importante para a percepção de segurança dos interlocutores em concederem entrevistas.

As 8 entrevistas realizadas foram desenvolvidas no formato presencial e por meio de plataforma de videochamada (a Plataforma *MConf* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). O conteúdo de áudio das entrevistas foram gravados e, depois, transcritos. Esse material transcrito foi encaminhado para os/as entrevistados/as para que revisassem e retornassem sobre os conteúdos que autorizavam utilizar. Somente os conteúdos autorizados foram utilizados. A fim de garantir sigilo dos colaboradores, seus nomes foram substituídos por códigos alfanuméricos, sendo G para gestor, e numeral para a ordem em que foram entrevistados, ordem essa que apenas os pesquisadores têm acesso. Ficando sistematizado da seguinte forma: Gestor 1 ou G1, Gestor 2 ou G2 e assim por diante, conforme descrito no quadro 3, acima. Optamos, também, por não identificar se eram gestores homens ou mulheres. Ainda, em alguns momentos da textualização das descrições e das nossas análises, optamos por fazer de maneira a não mencionar os cargos/gestores, como estratégia para não identificação.

O processo de descrição da empiria e das análises ocorreu em dois movimentos: num primeiro momento nos dedicamos a descrever o que chamamos de eixos actanciais e seus seres institucionais (seção 4); na sequência nos apropriamos de uma estratégia sociológica de construção de casos para mostrar compromissos que dizem sobre como vem sendo a constituição dos arranjos institucionais das PPELs no Estado, no período investigado.

4 EIXOS ACTANCIAIS E SEUS SERES INSTITUCIONAIS

Num primeiro movimento de apresentação de nossas análises, trazemos aquilo que identificamos, no nosso corpo empírico, como eixos actanciais, isto é, princípios de equivalência ou de generalidade que possibilitam às pessoas, nos casos das PPELs do/no Estado do Rio Grande do Sul, operarem transformações do singular para o geral, pois eles afetam as percepções e produzem efeitos de engajamento e de coordenação coletiva. Esses eixos, na linha pragmatista que estamos considerando como inspiração (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2020), são resultado de um processo histórico. Como tais, para existirem objetiva e

institucionalmente eles, os eixos identificados, contam com seus seres, entendidos aqui como repertórios de objetos e dispositivos que estão presentes - e são necessários como espécies de aparelhos - para manter a sua existência e para tornar possível a avaliação do estado de grandeza das pessoas nas situações. Com base na empiria produzida, identificamos e descrevemos alguns desses seres (quadros 4 a 9).

A contextualização que trouxemos na introdução, baseada no levantamento de legislações entre as décadas de 1920 e 1980, já nos indicava a presença histórica de dois eixos actanciais. Um deles buscando seu aparelhamento institucional na Educação Física nas Escolas do Estado, e o outro no reconhecimento, estímulo, apoio e auxílio de organizações amadoras e comunitárias (Agremiações, Associações, Clubes, Ligas, Federações, Confederações, Conselhos) por parte do Estado. Após a promulgação da Constituição de 1989, que coloca em cena o direito social ao esporte, esses dois eixos continuam a co-existirem nas PPELs do Estado.

Trataremos, primeiro, do **eixo esporte escolar**, que tem como como princípio de equivalência a compreensão (que alcança generalidade, que produz efeito de engajamento) de que o esporte é um bem e um cenário cultural de tamanha relevância social, que deve fazer parte da educação de todas as pessoas no Estado, seja pelos valores que promulga ou como ferramenta pedagógica, o que envolve a sua presença como componente curricular obrigatório nas Escolas, mas de um esporte da instituição e da cultura escolar. A respeito desse eixo, identificamos alguns de seus seres institucionais (quadro 4).

Quadro 4 - Seres institucionais do eixo esporte escolar

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Ginásios e materiais esportivos	A atuação do Estado em relação à Educação Física Escolar, em diferentes relatos dos entrevistados, envolve a aquisição e distribuição de materiais esportivos para as aulas (G2, G3) e à construção de ginásios nas Escolas Estaduais (G1)
Esporte da Escola	Está nos horizontes de vários/as interlocutores/as a preocupação de que o Estado não deve reproduzir, nas Escolas, o esporte seletivo institucionalizado, mas, diferente disso, valorizar o esporte da Escola, aquele produzido no contexto do sistema educacional e da cultura escolar (G2). O lugar das Políticas de Esporte do Estado na Escola envolve partir de um Projeto Político-Pedagógico sustentado na literatura pedagógica e crítica, não apenas um fazer-por-fazer, que

	abre espaços para discussões republicanas (G2).
Colônia de Férias	Os Gestores que estiveram à frente dos órgãos executivos da Política de Esporte no final da década de 1980 até meados da década de 1990 (G2, G3) mencionam a realização da Colônia de Férias para alunos/as de Escolas Estaduais, mobilizando um grande aparato de pessoas e de recursos do Estado para garantir transporte, hospedagem, alimentação e atividades recreativas. O Gestor 2 relata a preocupação com um projeto político-pedagógico na implementação dessa proposta.
Programa Segundo Tempo (Governo Federal)	O Estado implementou, no âmbito das Escolas, o Programa Segundo Tempo (PST) do Governo Federal. As interlocuções e relações com o Ministério do Esporte foram narradas pelos Gestores 1 e 5, com informações sobre os critérios de seleção dos Municípios, das Escolas, de contratação de bolsistas, o número de estudantes contemplados, a implementação dos núcleos, a formação, o material didático e a prestação de contas. A implementação dos núcleos do PST em Escolas Estaduais também foi descrita no relatório da gestão no Governo Tarso Genro (SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER, 2014)

Fonte: elaborado pelos autores

A existência desse eixo esporte escolar frequentemente dialoga com outro, a **do esporte de rendimento**, que, conforme nossas análises, aponta para outro princípio de generalidade e de engajamento. Nos referimos à valorização daqueles que expressam melhores performances e resultados esportivos, o que também passa por processos educativos, mas cuja demonstração se dá em provas competitivas e seletivas desenvolvidas sob condições pré-estabelecidas, institucionalizadas e administradas para se definir as escalas de grandeza entre os participantes, em direção ao alto rendimento, fazendo com que os vencedores (atletas, treinadores, dirigentes ou entidades de prática) sejam tomados como referência, alimentando um modelo hierárquico-piramidal. Mas um modelo, que não esteve livre de críticas e contrapontos, ainda mais quando contrastado com o Projeto Político-Pedagógico emergente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Quadro 5 - Seres institucionais do eixo esporte de rendimento

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Calendário de Competições Esportivas	A realização e a participação de/em Competições Esportivas, embora pouco apareça na legislação esportiva (encontramos o Decreto 53.053/2016, que institui o Calendário Oficial, listando 12 eventos e períodos de realização), aparecem de maneira recorrente nas entrevistas dos gestores (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7). A atuação e a institucionalização das PPELs no Estado passa pela definição e

	implementação de um calendário de competições esportivas (intermunicipais, escolares, universitários, paradesporto, surdos, povos tradicionais, idosos; diferentes categorias de idade; níveis municipais, regionais, estaduais, nacionais, internacionais), assim como negociações de apoio em/para competições realizadas pelas entidades de administração das modalidades. Também, nesse contexto de realização dos jogos, estão descritas articulações com os governos municipais e o governo federal. Fica bastante claro que as articulações do Estado com os Municípios, Entidades de Administração Esportiva e Entidades Sem Fins Lucrativos é perpassada pela realização e participação em competições.
Conselho Regional de Desporto (CRD)	Tanto na legislação (Decretos 33.314/1989, 33.315/1989, 42.394/2003, 42.918/2004; Lei 10.726/1996) quanto nas entrevistas com gestores (G2, G7) se aciona a presença, as relações e a participação do Conselho Regional de Desporto (CRD) em assuntos do esporte amador e comunitário do Estado, sendo esta uma entidade historicamente representativa do chamado esporte de alto rendimento.
Entidades de Administração do Esporte (Federações Esportivas)	As interlocuções e relações com entidades de administração do esporte, especialmente com as Federações gaúchas, são trazidas nas entrevistas, como instâncias representativas do esporte seletivo (alto rendimento), indicando que a construção das PPELs passam por elas, seja no sentido de de lhes dar suporte, apoiar suas ações (com recursos financeiros, participando de suas competições), de contar com os trabalhos especializados (se destacam as equipes de arbitragem, oportunidades de formação esportiva em categorias de base) ou de contar com o apoio delas nas ações do Estado (G2, G3, G5, G6, G7). O Gestor 3 relatou que fez parte de Diretorias e de Comissões de diversas Federações na sua trajetória (Basquetebol, Bocha, Ginástica e Voleibol). O Gestor 4 narrou que foi presidente da Federação Gaúcha de Handebol, foi dirigente e atleta e que, portanto, conhece bem os desafios e dramas de uma Federação Esportiva no Estado, dos dirigentes e dos atletas. Este Gestor afirmou que "[esporte de] alto nível a gente fazia parceria com as federações". O Gestor 6 afirmou que procuraram fazer aproximações com as federações esportivas e com os clubes. O Gestor 7 manifestou que estavam de portas abertas a essas entidades de administração, que desenvolviam convênios para formação esportiva gratuita. É possível entender que estas entidades são tomadas como órgãos executivos relevantes de política esportiva que se pauta pelo eixo de rendimento, seja no processo de formação ou na concretização das competições.
O Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)	O CETE é um equipamento esportivo, contando, atualmente, com pista de atletismo, academia ao ar livre, ginásio poliesportivo, ginásio de ginástica, ginásio de lutas, espaço para esgrima, quadra de futebol 7, cancha de bocha, quadra de futebol e vôlei de areia, quadra de tênis). Essa infraestrutura tem seus primeiros passos dados na década de 1960, mas apenas em 2011 ela foi incorporada ao 'setor de Esporte' (SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER, 2014). Os relatos apontam para a grandeza desse equipamento e para as dificuldades de mantê-lo, qualificá-lo e de gerenciá-lo (G1, G3, G4, G5), mas que tem cumprido um lugar importante nas PPELs do Estado pelo número de pessoas que são atendidas, pela qualidade dos/as treinadores/as e pelos exemplos de atletas de sucesso que dali emergiram. Entre os mais célebres estão o João Derly (do Judô), Paulão (do Voleibol), Daiane dos Santos (da

	Ginástica). Se destacam os relatos das competições esportivas nacionais e internacionais ali realizadas, como também o fato de que o CETE tem funcionado como 'casa' de diversas federações esportivas gaúchas, que atuam neste lugar em propostas de parcerias e contrapartidas nas escolinhas de formação em categorias de base, na participação em eventos competitivos. Havia uma 'casa do desporto' que abrigava essas federações, mas ela foi desmanchada (G3, G4). Mais recentemente, como relataram os Gestores 4 e 6, foram descentralizados recursos pelo Governo Federal para a construção de uma 'nova casa' que atenderia as Federações, mas a proposta não foi adiante pela ausência de capacidade técnica. Mas recursos da União foram utilizados para melhorias no CETE, entre elas a reforma da pista de atletismo (com padrão internacional) que serviu para a realização do Mundial de Atletismo Master, em 2012 (G6, G7).
Equipamentos esportivos	Como ações do Estado relacionadas ao esporte de rendimentos são trazidas como exemplos as construções de equipamentos esportivos (pistas de atletismo, ginásios) nos municípios (em parceria com estes entes federativos) e a busca de entidades locais que assumissem a responsabilidade pela sua gestão (G1, G3). O Gestor 3 descreve suas reuniões com Prefeitos articuladas com as atividades e agendas da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS). O Gestor 4, a respeito dessa relação com os municípios, mencionou o esforço de constituir polos esportivos baseados em modalidades, citando Santa Maria que tinha trajetória no handebol, Santa Cruz no basquetebol, Porto Alegre na natação. Vários relatos de gestores entrevistados também apontaram para a construção, reforma e manutenção de infraestrutura de esporte de rendimento no CETE (G3, G4, G5, G6, G7).
Programa Bolsa-Atleta	Os trabalhos de Oliveira (2001) e de Rieth (2006) relatam a existência, no Governo Antônio Britto (1995-1998), do programa Bolsa Olímpica, criado para atender atletas de alto rendimento que se destacavam em clubes e federações gaúchas. O relatório da Secretaria do Esporte e do Lazer (2014) já apontava a tramitação do Programa Bolsa Atleta e Bolsa Técnico Estadual. Em 2016 este Programa foi aprovado e instituído pela Lei 14.853/2016. Envolve valores financeiros concedidos prioritariamente para atletas praticantes de esporte de rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, com vista às competições oficiais organizadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, por seus órgãos da Administração Direta e Indireta, por seus municípios e pela União, bem como às competições panamericanas, parapanamericanas, olímpicas e paraolímpicas. O Gestor 5 tratou, em sua entrevista, de desafios na implementação desse Programa, sobretudo das dificuldades de gestão no âmbito da administração pública. Mais recentemente, o Programa foi incorporado como 'auxílio à atletas e paratletas' (pessoas físicas) no âmbito do Programa PRÓ-ESPORTE/RS e do Fundo Estadual do Esporte (Decreto 55.534/2020).
Reconhecimento dos/as atletas e dos/as treinadores	Em diversos momentos nos deparamos com a importância de acionar informações sobre as premiações concedidas para atletas/paratletas e treinadores/as, a valorização dos/as Professores/as que trabalham com o esporte seletivo. No relatório da Secretaria do Esporte e do Lazer (2014), por exemplo, é destacado o trabalho realizado por uma professora atuante no paradesporto no CETE, escolhida como Professora do Ano. O Gestor 2 relata a escolha e o reconhecimento dos/as Professores/as de Escolas

	Públicas (e não os das instituições privadas) como treinadores/as na composição das equipes do Estado do Rio Grande do Sul que representaria nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBS). Além desses destaques e premiações observamos, nos relatos dos/as gestores (G3), as referências aos/às atletas de alto rendimento que 'saíram de ações do Estado', de diversas modalidades. Estes atletas são referidos como exemplos do resultado positivo das PPELs.
Associação Esportivas do RS	A Associação das Federações Esportivas do Rio Grande do Sul (AFEERS) e a Associação dos Amigos do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (ACETE) são mencionadas como entidades que viabilizam o esporte de rendimento na relação com as ações do Estado. Os Gestores 1 e 7 mencionaram articulações com a AFEERS para realização de eventos e apoio às Federações. O Gestor 3 descreveu a atuação da ACETE no CETE na arrecadação de recursos para manter equipes e para que os atletas pudessem participar de competições esportivas. O relatório da Secretaria do Esporte e do Lazer (2014), destaca a premiação das 'Estrelas do Esporte Gaúcho' em parceria com a AFEERS. O Gestor 4, de maneira, sem mencionar uma entidade específica, descreveu a realização de convênios com as Organizações da Sociedade Civil (OSs) na forma de apoio e de suas realizações, entre elas os Jogos dos Idosos.
Patrocínio de atletas e de competições	Em poucos momentos das entrevistas são evidenciadas relações com a iniciativa privada. O Gestor 3 relata sua visita a uma fábrica de materiais esportivos e a doação de equipamentos específicos de atletismo que foram repassados para o CETE. O Gestor 4 menciona o patrocínio de uma fabricante/marca de cerveja numa competição estadual de futebol de várzea. Com a aprovação da Lei de Incentivo Fiscal (13.924/2012) envolvendo o setor esportivo (PRÓ-ESPORTE/RS), essa relação se acentua pela possibilidade de 'os projetos' captarem recursos junto às empresas, a partir da autorização da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Esporte.

Fonte: elaborado pelos autores

O terceiro eixo actancial que identificamos tem relação com um movimento de esporte para todos e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul em 1989 que, conforme relatou o Gestor 2, reabriu, no Estado, os debates sobre a definição do esporte. Este interlocutor descreveu a realização e sua experiência em debates no Estado, os quais confluem para a construção dos artigos 232 e 233 da Constituição Estadual. No contexto de uma Constituição que se funda em princípios de soberania popular, em exercício da cidadania, em práticas de democracia, identificamos o eixo do **esporte como direito social**. E, como coordenador de ações coletivas, tal eixo toma o esporte como um bem/patrimônio cultural relacionado ao *status* de cidadania a ser garantido para todas/os (como parâmetro de civilidade), ou ao acesso às necessidades básicas para uma vida de qualidade e com oportunidades de escolha,

ou, ainda, como instância de proteção à situações de vulnerabilidades e de perigos sociais. Sobre ele, identificamos alguns seres institucionais que lhe garantem objetividade, existência e estabilidade (quadro 6).

Quadro 6 - Seres institucionais do eixo esporte como direito social

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Artigos 232 e 233 da Constituição Estadual	A Constituição do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 1989), entendida como objetivação institucional de um acordo político-social, estabelece que: Art. 232. É dever do Estado fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos, mediante: I - a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades-meio e fim; II - a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas; III - o incentivo à pesquisa no campo da educação física, do desporto, do lazer e da recreação; IV - a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental. Parágrafo único. Os estabelecimentos especializados em atividades de educação física, esportes e recreação ficam sujeitos a registro, supervisão e orientação normativa do Estado, na forma da lei. Art. 233. Compete ao Estado legislar, concorrentemente, sobre a utilização das áreas de recreação e lazer, e sobre a demarcação dos locais destinados ao repouso, à pesca profissional ou amadora, e ao desporto em geral, nas praias de mar, lagoas e rios.
Conselhos Estaduais	No Governo Antônio Britto, através das Leis 10.726/1996 e 10.898/1996 (estrutura administrativa) o órgão colegiado do esporte deixa de ser o Conselho Regional de Desporto (um dispositivo do esporte seletivo) e passa a ser o Conselho de Estadual de Desportos do Rio Grande do Sul (CEDERS) como órgão representativo da comunidade esportiva estadual, de caráter normativo, consultivo e co-gestor da política estadual Estadual da Educação, com composição mais ampliada das entidades de administração e de prática esportiva (formais e não formais, públicas e privadas). O Governo Tarso Genro, pelo Decreto 48.648/2011, institui o Conselho Estadual de Esportes do Estado do Rio Grande do Sul (SEEERS), ampliando os atores institucionais representativos (de esportes paralímpicos e de surdos, associações de municípios, de instituições de ensino superior, sindicatos de atletas profissionais). Os Decretos 50.018/2013 e 50.454/2013 instituem o Conselho Estadual de Esporte do Rio Grande do Sul (SEERS), aprovam o Regimento Interno, apontando também para uma ampliação de representatividade. Essa composição é, ainda, alterada pelos Decretos 52.426/2015, 52.427/2015 e 54.813/2019. Na entrevista com o Gestor 4, este interlocutor descreve seus esforços em construir um Conselho representativo e atuante, não apenas como Câmara Técnica do Programa de Incentivo e do Fundo do Esporte, mas nas decisões políticas do setor. O Gestor 7 também menciona a

	importância do Conselho Estadual (em substituição ao CRD), mas demonstra preocupação sobre como esse órgão colegiado é ocupado, afetando sua sua autonomia no sentido de representar a diversidade de interesses da sociedade civil e de operar como instância de controle social-democrático.
Conferências Estaduais	A primeira Conferência Estadual identificada no período investigado foi realizada entre 2001 e 2002, envolvendo Conferências 69 Municipais e 22 Regionais, com 6 mil participantes e 700 delegados (RIO GRANDE DO SUL, 2002; RIETH, 2006). Em 2004 foi novamente realizada, com a construção coletiva de diretrizes, em especial de descentralização, interiorização e municipalização (G1). Em 2011, o Governador Tarso Genro, através do Decreto 48.070/2011, convoca a Conferência Estadual de Esporte e Lazer a ser realizada nos dias 20 e 21 de agosto de 2011, na cidade de Porto Alegre, precedida de etapas regionais que acontecerão no período de 2 de junho a 12 de agosto de 2011. Os Gestores 3, 4, 6 e 7 tratam dessa edição das Conferências em suas entrevistas e da importância percebida por eles para compor os rumos das PPELs do Estado. Ao invés de só escutarem reclamações, argumentou o Gestor 7, puderam construir propostas juntos com a comunidade esportiva do Estado. Em 2021 foi realizada nova Conferência Estadual do Esporte e do Lazer, com o propósito específico de construção do Plano Decenal Estadual. Foram realizados encontros regionais e um encontro final, com a apresentação do Plano. Este Plano foi encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa, sendo aprovado como Lei Ordinária 15.754/2021, contemplando diretrizes, metas e ações para os próximos 10 anos.
Inclusão e a proteção social	Ações e argumentos que destacam a relevância do esporte como ferramenta 'de inclusão' e/ou 'de proteção' social realizados pelo Estado aparecem nas entrevistas de vários/as gestores/as (G3, G4). O Gestor 4, por exemplo, ao relatar a construção de 17 ginásios, destaca que fazia parte de um programa (O RS na Paz) para atender comunidades em zonas com maior problema social, onde havia risco social. O relatório da Secretaria do Estado do Esporte e do Lazer (2014) descreve a articulação com a Secretaria da Segurança Pública no Programa Segurança Pública com Cidadania (Programa RS na PAZ), relacionado o envolvimento de pessoas em atividades físicas e esportivas com a diminuição da exposição a situações de risco e de vulnerabilidades. Também notamos esse argumento em legislações, entre elas naquela que cria a Secretaria do Esporte e do Lazer no início do Governo Tarso Genro (Lei 13.601/2011). O documento destaca o vínculo do Esporte com uma dimensão cívica, com exercício da cidadania (escola, lazer, atividades sociais e comunitárias no tempo livre, inclusão, pessoas idosas, pessoas com deficiência e esporte de rendimento; revitalização de espaços e equipamentos públicos, criação dos polos regionais). Além desta, duas leis específicas trataram de práticas esportivas por pessoas idosas, acionando a perspectiva de proteção e cuidado dessa população específica (15.168/2018, Lei 15.540/2020).
Patrimônio cultural, diversidade e universalização	O Gestor 2, sobre o final da década de 1980, relata a importância do Programa EPT no Estado (uma ação que já existia), com a construção de equipamentos, brinquedos e uma proposta de ação de esporte recreativo para/com a comunidade. Estes instrumentos, juntamente com equipe de intervenção, eram deslocados para as Prefeituras conforme as demandas apresentadas por elas. Em vários momentos os Gestores acionam a perspectiva de esporte como

	patrimônio cultural de interesse público (em diversas manifestações), que demanda proteção e esforços no sentido de garantir a presença na vida das comunidades, não como um privilégio, mas como um direito a ser universalizado (G2, G7). O Gestor 1, por exemplo, menciona a importância de valorização de esportes e as provas de origem gaúcha, entre elas aquelas desenvolvidas no âmbito dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). O Gestor 7 descreve sua preocupação com as desigualdades e a diversidade, tratando de organização de competições para mulheres, de um maior enfoque nas práticas esportivas no contexto de lazer (ações não produtivas).
Programa Esporte e Lazer da Cidade (Governo Federal)	Foi elaborada uma proposta para o Estado do Rio Grande do Sul implementar, a partir do aparato administrativo do Estado, núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Governo Federal que tinha um enfoque nas práticas de esporte articuladas com a garantia de direitos sociais e com experiências culturais. Os Gestores 5 e 7 narraram que uma proposta nesse sentido foi acolhida pelo Ministério do Esporte, com a descentralização de recursos para a implementação de 100 núcleos no Estado (84 municípios, atender 40 mil gaúchos/as), mas que não foi possível levar adiante o processo, tendo em vista barreiras jurídico-burocráticas. Os Gestores 1, 4, 6 e 7 também sinalizaram a importância de se 'buscar esse tipo de recursos' no Governo Federal (e seus Programas) para ampliar a universalização do acesso às práticas de esporte e lazer.

Fonte: elaborado pelos autores

Frequentemente colocado em contraponto ao esporte como direito social está o eixo actancial **esporte como cadeia produtiva** que se relaciona com a geração de trabalho e renda, digno de esforços estatais na mobilização e fortalecimento econômico do setor, cuja pujança é associada com a melhora das condições de vida das pessoas, grupos sociais, cidades e regiões, inclusive pelo retorno ao Estado em termos de arrecadação fiscal, de desenvolvimento de tecnologias e de processos. Esta orientação consta no preâmbulo da própria Constituição Estadual, quando afirma que o trabalho é fonte de definição das relações sociais e econômicas no território gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 1989). Identificamos os seguintes seres deste eixo actancial (quadro 7).

Quadro 7 - Seres institucionais do eixo esporte como cadeia produtiva

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Esporte e Turismo	O esporte é compreendido no contexto de sua potência para o turismo e as relações econômicas e fiscais. Em 1989, o Governador Pedro Simon promulga dois Decretos (33.314/1989, 33.315/1989), que recriam a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. Em entrevista, questionado sobre a criação dessa Secretaria, o próprio Pedro Simon destaca que a orientação de atuação estava na perspectiva do turismo, na realização de eventos esportivos, nas

	praias, no interior, nos finais de semana (RIO GRANDE DO SUL, 1996). Depois de um período vinculado à Secretaria de Educação (1991-2001), em 2001, na gestão Olívio Dutra (Lei 11.690/2001), novamente a área de competência e de responsabilidades do esporte volta a se relacionar com o turismo, na Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer. Esta nova configuração coloca claramente o esporte e o lazer coordenados pelas questões do turismo. A Secretaria Estadual do Turismo, Esporte e Lazer e a coordenação 'pelo turismo' permanecem durante os governos Germano Rigotto (Lei 12.697/2007) e Yeda Crusius (Lei 12.921/2008 e Decreto 45.670/2008). Em 2015, o Governador José Ivo Sartori extingue a Secretaria específica do Esporte e do Lazer (2011-2014), para criar a Secretaria do Turismo, Esporte Lazer, que incorpora as competências e responsabilidades indicadas para a pasta anterior, mas, novamente, com claro destaque para as competências e responsabilidades relacionadas ao turismo, se observarmos os termos da lei (Lei 14.733/2015). Em 2017, a Secretaria de Cultura foi extinta e criada a Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (Lei 14.984/2017). No cenário da realização da Copa do Mundo de Futebol foi realizado um Seminário Estadual, tendo como temática o esporte como fator de desenvolvimento econômico, tratando de gestão, empreendedorismo e do papel do Estado no esporte como parte da cadeia produtiva, de geração de emprego, renda e impostos (SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER, 2014).
A Copa do Mundo de Futebol	Com a definição da cidade de Porto Alegre com uma das cidades sede da Copa do Mundo de Futebol da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), em 2007, através dos Decretos 44.996/2007, 45.868/2008, 45.926/2008 e 46.701/2009, a Governadora Yeda Crusius cria e institui o Grupo de Trabalho (Grupo de Trabalho RS 2014) e nomeia seus membros para a preparação da proposta oficial, com planejamento estratégico e tático, do Rio Grande do Sul para sediar jogos da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de 2014. No Governo Tarso Genro (Lei 13.601/2011 de criação da SEL) se institui o Comitê Gestor de ações referentes à Copa 2014 (coordenação, controle, execução, fiscalização de projetos), contemplando articulação entre esferas, setores e instituições de interesse. Através do Decreto 47.940/2011, o Governador define as competências, os membros do Comitê, com 30 membros (grande parte Secretários de Estado) e articulações com outras representações, coordenados pelo Secretário da SEL. Por fim, a Lei 14.488/2014 institui o Programa de Apoio à realização de Grandes Eventos Esportivos no Estado (GEERS) em 2014. Decreto 51.355/2014 regulamenta esta lei tratou-se de um programa de incentivo fiscal (comitê gestor, incentivos a contribuintes, projetos e procedimentos, captação, acompanhamento e prestação de contas). O Gestor 4, ao ser questionado sobre a Copa, destaca a coordenação do Estado nas construções, sem dinheiro público a não ser as renúncias fiscais da lei do GEERS. O relatório da Secretaria do Esporte e do Lazer (2014) destacou que, nos dias em que o Estado 'respirou a Copa' recebeu 350 mil turistas, destes 160 mil estrangeiros, os quais injetaram em torno de 1 bilhão na economia gaúcha.
Circuitos e Competições esportivas	A realização de circuitos e competições esportivas é mencionada como forma de mobilização econômica associada ao turismo. O Gestor 1, nesse sentido, menciona o circuito Bolamar (competições de futebol, no litoral gaúcho, em períodos de férias), a Copa Infantil de Futebol de Alegrete e a Copa Juvenil de Futebol de Santiago.

	Essas competições são descritas como fenômenos esportivos e turísticos, com ganhos para a economia dos municípios e regiões. Os Gestores 4 e 6 trazem o exemplo do Mundial de Atletismo Máster realizado em 2012 em Porto Alegre, com a presença de quase 5 mil atletas.

Fonte: elaborado pelos autores

O quinto eixo actancial que identificamos foi o que denominamos **coordenação política do/no esporte,** envolvendo tanto as questões de governabilidade (capacidade política de colocar em movimento uma agenda de governo), como das questões eleitorais (oportunidades de fortalecer bases de apoio e de influenciar a opinião pública para concorrer em pleitos eleitorais). Essas questões criam condições e constrangimentos na criação e extinção de estruturas burocráticas e nas alocações de funções/cargos na administração pública direta e indireta, mobilizando os atores pelo seu peso/valor político em que pese a governabilidade e a elegibilidade. Identificamos alguns seres objetivam esse eixo (quadro 8).

Quadro 8 - Seres institucionais do eixo da coordenação política do/no esporte

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Filiação e trajetória político-partidária	As filiações e trajetórias político-partidárias se fazem presentes como seres institucionais das PPELs. O Gestor 4 afirma que não teria conseguido 'fazer o que fez' à frente da Secretaria Estadual se não tivesse a bagagem política que tinha e aquilo que ela possibilitou de trânsito nas instâncias de tomada de decisão. Cita como exemplo a criação de cargos e funções relacionados ao setor esportivo como uma questão muito difícil de conseguir na Assembleia Legislativa, mas que conseguiu por conhecer 'a casa' (foi deputado estadual por 4 mandatos). Essa informação foi reforçada pelo Gestor 7. Em contraponto, o Gestor 5, narrou sua dificuldade de dialogar com Deputados/as na Assembleia e de convencê-los para aprovar o projeto de uma legislação que possibilitasse a implantação de um Programa do Governo Federal no Estado (o PELC). Este Gestor (G5), diferente do G4, até a sua indicação para o cargo de Secretário, não tinha filiação partidária e experiência nesse campo de relações. O Gestor 4 tinha mais de 4 décadas de experiência, com trajetórias em cargos eletivos (vereador, deputado estadual). Além deste, outros entrevistados também disseram de seus vínculos e trajetórias partidárias, mas não em cargos eletivos (G1, G3, G6, G7). O Gestor 6, a respeito disso, disse que no início era relutante em se entender como ator político (por não ocupar cargo eletivo), mas ao longo da sua experiência percebeu a relevância do vínculo partidário, de conhecer as dinâmicas político-partidárias para realizar as ações.
Ocupação dos cargos e funções por indicações	A criação e a ocupação dos cargos e funções considera os lugares institucionais tomados como 'instâncias de articulação política' (Os

políticas	cargos de Secretário/a, de Subsecretário/a ou Diretor/a de Departamentos espécies de "cabeças políticas" como afirmou o Gestor 1) e os lugares considerados como 'instâncias de execução técnica'. A criação e a ocupação dos cargos tanto para as instâncias políticas, como para as executivas entram no cálculo da governabilidade do governo em andamento e nas oportunidades para concorrer a cargos eletivos futuramente (de influenciar a opinião pública para concorrer). Os Gestores entrevistados explicaram que as Secretarias ou outras instâncias institucionais responsáveis pelo esporte eram 'de determinados partidos', um ou mais deles, da base do governo (G1, G3, G5, G6, G7) e que essas indicações se davam não apenas pelos gestores à frente da instituição, mas também na equipe técnica-executiva, através de cargos em comissões (os 'CCs') ou de solicitações de cedência de servidores/as concursados e vinculados a outras pastas ou esferas do aparato administrativo público, como a cedência de servidores/as públicos de municípios para atuarem na administração pública do Estado. Essas informações condizem com as análises e conclusões da tese desenvolvida por Passos (2013), que investigou a formação do secretariado no Rio Grande do Sul (1991-2002), a partir das relações dos Governos eleitos com a Assembleia Legislativa. O autor afirma que os Governadores, no período estudado, nomeavam e/ou exoneravam os Secretários a fim de cumprir suas propostas do programa de governo, de alicerçar sua sustentação política e a sua estabilidade institucional. Para montar a estrutura administrativa eles se depararam com diversos dilemas, cobranças e luta por espaços. Com isso, empossaram seu secretariado mesclando um perfil técnico, onde se sobressaia a competência para assumir determinada pasta, ou ainda, um perfil político, considerando como recompensa os partidos que compõem a base para governar. Em relação ao caso específico 'do esporte', o Gestor 6, chegou a afirmar que muitas vezes é moeda de troca para acomodar partidos da base, o que tem implicações na continuidade das PPELs.
Legados e marcas dos governos	Observamos uma concordância entre os entrevistados de que é importante 'deixar marcas' ou 'legados' nos períodos de governos, em relação aos outros governos e blocos partidários (por vezes a necessidade de 'começar do zero', de descontinuar algo que está em andamento, conforme explicou o Gestor 3 em tom de reclamação). Questionados sobre isso, na área de esporte, percebemos que as/os marcas/legados em geral emergem durante suas atuações, no sentido de sublinhar aquilo que entenderam que foi mais exitoso e que teve mais impacto nas PPELs. Nesse sentido, o Gestor 1 apontou a municipalização e a interiorização das ações, diretriz essa emergente das Conferências Estaduais. O Gestor 2 destacou a importância de se ter uma orientação político-pedagógica e uma organização financeira. O Gestor 4 sublinhou os seus legados em termos de qualificação de planejamento estratégico e de gestão, que resultaram na aprovação de legislações importantes até hoje. Também destacou os legados próprios da realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no atendimento da matriz de responsabilidade para o evento, o que envolvia ações relacionadas ao estádio, aeroporto, centros de treinamento, saúde e segurança pública. O Gestor 5 indicou com legado de 'sua gestão' a estrutura disponível para o trabalho e também uma dinâmica de coordenação de recursos financeiros, buscando atender uma diversidade maior de projetos. O Gestor 6 sublinhou a implementação dos Polos Regionais, nas Universidades, os processos internos de distribuição de recursos (editais e convênios atendendo aos dispositivos da

	legislação vigente). E o Gestor 7 destacou o esforço de enfrentar as desigualdades históricas no acesso aos recursos do Estado, em favor de grupos excluídos e inviabilizados, de práticas esportivas não hegemônicas. Ao olharmos para esses 'legados' apontados pelos Gestores, notamos a ênfase em processos de gestão no sentido de coordenar pessoas e financiamento.
Direcionamento de recursos por vínculos políticos	Dois gestores mencionaram perceber orientação política no direcionamento de ações (ajudas) às Prefeituras e modalidades esportivas que tinham maior alinhamento com o Governo. Mas, em contraponto a isso, quatro gestores, vivenciando as 'pressões' oriundas de pessoas, grupos e partidos vinculados à base do Governo, acionaram argumentos técnicos-burocráticos (capacitação, desenvolvimento de projetos, comprovação de mérito e de capacidade técnica, entre outros) para convencer que o direcionamento dos recursos precisava atender o princípio da impessoalidade e da transparência. Em que pese a extinção de processos que garantem isso, um dos gestores entrevistados, menciona que faz sentido no sentido de uma coordenação política, pois isso amplia as possibilidades vinculações de contrapartidas políticas ao acesso à recursos 'do esporte'.

Fonte: elaborado pelos autores

Não raramente colocado em relação à coordenação política, está o eixo actancial da **coordenação técnico-financeira do esporte**, envolvendo a ação e qualificação gerencial-executiva do/no aparato de Estado na coordenação de pessoas, recursos financeiros e programas/projetos na relação com outras 'pastas' do Governo Estadual, Governo Federal, Municípios, entidades de administração e de práticas esportivas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos formais e não formais, entidades privadas com fins lucrativos, órgãos colegiados e representativos, reconhecendo a autonomia dessas outras organizações. No quadro 9 descrevemos os seres identificados que objetivam o eixo.

Quadro 9 - Seres institucionais do eixo esporte na coordenação técnico-financeira

Seres institucionais	**Presença de objetos e dispositivos**
Definição dos atores a serem coordenados e alinhados	A presença do aparato de Estado como instância de coordenação executiva das PPELs fica mais evidente a partir da constituição de um Sistema Estadual. No Governo Antônio Britto, através das Leis 10.726/1996 e 10.898/1996 foi criado e regulamentado um Sistema Estadual do Desporto (coordenada, naquele momento, pela Secretaria Estadual de Educação e Departamento de Desportos), com normas gerais sobre as práticas formais e não formais, esporte educacional, de participação e de rendimento, entidades públicas e privadas de administração de de prática. A Lei 11.690/2001, no governo Tarso Genro, que cria a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, colocando o Sistema sob a coordenação desta secretaria. Estas leis não descartam o lugar de execução de PPELs,

	mas claramente sublinham o Estado como instância de coordenação, mencionado que suas responsabilidades giram em torno dirigir, supervisionar, normatizar, prestar cooperação e assistência técnica ou financeira (dentro dos limites orçamentários), fomentar, estimular, zelar pelo esporte. Esse mesmo lugar é reforçado na legislação mais recente, que institui o Plano Estadual de Esporte e Lazer (Lei 15.754/2021), para os próximos 10 anos. O Gestor 6 foi um dos que afirmou que, com a estrutura que dispunha, não tinha como atender o Estado inteiro. Assim, precisava contar com outras instâncias para executar suas propostas em parcerias, por dinâmicas de coordenação e qualificação.
Eventos e cursos de formação e alinhamento dos atores	Não por acaso, os/as gestores/as entrevistados, recorrentemente acionam a importância estratégica da gestão e do alinhamento de gestão entre os atores do sistema esportivo estadual (G1, G4, G5). Por exemplo, o Gestor 1, mencionou viagens pelo interior do Estado para realização de encontros de formação; o Gestor 4 relatou a realização do Seminário Estadual de Gestão de Esporte, para que todos conhecessem as propostas, para que tivessem a mesma linguagem; os Gestores 5, 6 e 7 trataram (com vários exemplos) da importância de capacitação dos municípios para a elaboração e gestão de projetos, para que possam estabelecer, dessa forma, relações que possibilitem a eles acessar os recursos disponíveis no Estado (ou através do Estado), cumprindo, depois as demandas de prestação de contas. Além de apresentar os editais para a concorrência pública, era importante e necessário desenvolver formações a respeito deles. O lugar de coordenação técnico-financeira do Estado transparece no relatório da Secretaria do Estado e do Lazer (2014), ao conferir destaque para os eventos e cursos de formação na área de gestão, na perspectiva de capacitação e de alinhamento. Outro conjunto de documentos que objetivam isso envolve os Decretos e Leis dos Grupos de Trabalho, Comitês relacionados à realização da Copa de Futebol em 2014 (Decretos 44.996/2007, 45.868/2008, 45.926/2008 e 46.701/2009, 47.940/2011; Lei 13.601/2011 de criação da SEL), que colocam muitas 'pastas' e entidades representativas sob a coordenação da 'pasta do esporte'.
Coordenação de pessoas (por cedências e/ou indicações para cargos em comissão de técnicos/as)	Os relatos dos entrevistados demarcam um desafio sempre presente relacionado à inexistência de servidores/as de carreira (concursados) na área do esporte e ao pequeno/insuficiente número de pessoas para as demandas dos trabalhos. Assim, a presença dessa área como coordenação executiva envolve administrar as cedências de servidores/as técnicos/as vinculados a outras 'pastas' da administração do Estado ou de outras esferas dos entes federados (União e Municípios), como também trabalhar com as pessoas nomeadas para os Cargos em Comissão (CCs) designados para 'a pasta' por questões de confiança e/ou de governabilidade. O Gestor 1 narrou suas dificuldades iniciais em termos financeiros, tendo que buscar servidores/as cedidos de outras pastas, além dos Cargos em Comissão indicados por questões técnicas e confiança pessoal. O Gestor 2 destacou como isso foi feito na sua gestão que não lhe fora cobrado sobre os vínculos políticos, apenas a capacidade técnica das pessoas envolvidas. O Gestor 3 declarou que, como 'o esporte' estava vinculado à Secretaria da Educação, as cedências eram internas, buscando Professores/as de Educação Física concursados para atuação no Sistema Educacional, para atuação das demandas técnicas do esporte. O Gestor 5 mencionou que ao assumir o cargo manteve alguns/mas servidores/as (todos/as eram CCs), mas

	escolheu para diretorias pessoas de sua confiança técnica. O Gestor 6 narrou que ao assumir encontrou muitas pessoas vinculadas a cargos técnicos como CCs, mas que trabalhavam para desenvolver outras formas de contratação de técnicos baseada em processos seletivos, atendendo às especificidades técnicas das atividades. Além destes/as trabalhadores/as, diversos dos gestores entrevistados (que assumiram cargos a frente da instituição) ocorreu não por questões políticas, mas pelo domínio técnico da gestão na área do esporte e pelo conhecimento da política (trabalhavam em ambientes políticos). Foi, por exemplo, o que ocorreu no caso dos Gestores 2, 5 e 6, que, ao assumirem, não tinham filiação e trajetórias no cenário da política partidária, mas que capitalizaram outras relações no contexto esportivo e/ou da gestão pública.
Coordenação de pessoas (Polos Regionais nas Universidades)	O Decreto 49.577/2012, de aprovação do Regimento Interno da Secretaria do Esporte e do Lazer), aponta a criação de Polos Regionais de desenvolvimento do esporte. O Decreto 49.507/2012, que aprova o Estatuto da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), define que o Pólos Regionais, disciplinados por resoluções específicas, visam a descentralização do esporte e do lazer no Estado do Rio Grande do Sul. Esses Polos Regionais foram criados e implementados na relação com Universidades, com o propósito de descentralizar e democratizar (cidadania participativa) as PPELs, articulando segmentos esportivos locais, universidades e centro do governo. O relatório apresentado pela Secretaria do Esporte e do Lazer (2014), aponta o funcionamento de 8 Polos, estes localizados em Universidades que contavam com cursos de Educação Física. As Instituições de Ensino Superior (IES) são destacadas como 'lado científico-educacional' das ações, o que seria diferente e complementar do 'lado técnico-rendimento' das instituições esportivas (G4, G5). As Universidades constituíam um lugar para a implementação, com a designação de um servidor-docente para articular as relações locais e regionais, o Estado, através de convênios, pagava bolsistas e computadores. Com isso, fomentava-se também a produção científica e a formação acadêmica (G4, G5, G6, G7). No entendimento dos Gestores 6 e 7, os Polos eram representados como partes da estrutura da FUNDERGS nas Universidades/Regiões e uma continuidade do Conselho Estadual. Eram, segundo estes Gestores, importantes lugares institucionais de descentralização e descongestionamento das PPELs, na medida em que muitos encontros e reuniões eram articulados por eles, inclusive em processos de formação.
Coordenação de pessoas e de recursos financeiros (FUNDERGS)	A presença da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) foi enfatizada a respeito da coordenação de pessoas para atuação em funções executivas. Esse aparato de administração pública indireta (com autonomia administrativa e financeira na gestão de seus bens e receitas, vinculada à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer) foi criado em 2001, através da Lei 11.691/2001, para projetar, planejar, coordenar e executar a política de esporte e lazer do Estado do Rio Grande do Sul. Seu estatuto de organização e de gestão foi aprovado no ano seguinte pelo Decreto 41.491/2002, modificado em 2012, pelo Decreto 49.507/2012. Duas legislações estruturam o Plano de Empregos, Funções e Salários da Fundação, este regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (Leis 13.809/2011 e 13.704/2011. A Lei 13.705/2011 autoriza a FUNDERGs a contratar recursos humanos em caráter emergencial e por prazo determinado (43 empregados: 1 advogado, 1 contador, 1

	designer, 1 técnico em informática, 14 assistentes administrativo e 25 técnicos em esporte e lazer) e a Lei 14.383/2013 prorroga esses contratos emergenciais. No segundo ano do Governo de José Ivo Sartori a FUNDERGs foi extinta (Lei 14.829/2016, Decreto 53.492/2017), rescindindo os contratos, retorno dos servidores cedidos aos órgãos e entidades de origem, incorporação dos bens ao patrimônio do Estado, redirecionando os recursos financeiros e orçamentários, bem como a execução de convênios ou contratos para a Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Os Gestores 1, 4, 6 e 7, em relação à criação da Lei para a estruturação do plano de cargos e salários da Fundação em 2011, mencionou que, naquele momento, a entidade contava com poucos servidores, dependendo muito de CCs e cedências (desde 2001). O ideal mencionado era a contratação por concurso público, mas a Secretaria da Fazenda não autorizava (G6, G7). Como alternativa, a lei possibilitou a realização de processo seletivo para contratação de mais trabalhadores/as técnicos/as e, na sequência, foi aprovada a legislação para contratações emergenciais, tornando os processos mais rápidos do que aqueles que obedecem as dinâmicas da administração pública direta, inclusive para receber, administrar e, se for o caso, e repassar os recursos oriundos do Governo Federal (G1, G3, G4, G6, G7). As contratações por processos seletivos e emergenciais, conforme os argumentos apresentados, possibilitaram ganhos em termos de transparência e impessoalidade, trabalhando na relação com a agenda política.
Coordenação financeira com outras áreas (Salário Educação)	Uma das presenças da coordenação financeira se dá quando a área 'do esporte' se localiza numa 'pasta' não específica, como, por exemplo, na Secretaria de Estado de Educação, de Turismo, Esporte e Lazer, de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Nesse caso, a coordenação financeira envolve uma negociação interna. A situação mais descrita neste sentido, nas entrevistas, foi a dos recursos do Programa Salário Educação do Governo Federal, que financia as ações da Secretaria de Estado de Educação. Os Gestores 2 e 3, que trabalharam nessa configuração institucional, mencionaram que o Salário Educação representava um 'valor robusto' de recursos e que a Subsecretaria de Desporto (SUDESP). Lhes era importante uma coordenação político-administrativa interna para propor e justificar cotas orçamentárias para as demandas de ações 'do esporte'. Ambos os gestores mencionaram que tiveram êxito em várias de suas demandas para acessar esses recursos do Salário Educação, mas que estes, pelos limites das rubricas administrativo-financeiras, financiavam o esporte escolar.
Coordenação financeira por consulta popular (Orçamento Participativo)	Outra fonte de financiamento de projetos esportivos mencionada e coordenada foi aquela oriunda do Orçamento Participativo (OP) no Governo Tarso Genro (2011-2014). Naquele momento era desenvolvida uma consulta pública sobre projetos para os quais deveriam ser investidos parte do orçamento do Estado, entre eles os projetos da área de esporte e lazer. Os Gestores 5 e 6 mencionaram que uma das fontes que, através dos projetos, coordenava modos de financiamento, era através desse programa de OP por consulta popular. No relatório da Secretaria do Esporte e do Lazer (2014) são apontados recursos crescentes do OP investidos diretamente em demandas estabelecidas pela comunidade gaúcha. Segundo o relatório, em 2014, o esporte e o lazer foram votados como prioridades em 27 das 28 regiões do Estado, elevando o orçamento público para a área no Estado naquele ano. Isso dependia de um trabalho da FUNDERGS em fazer com que as propostas da área

	estivessem presentes nas consultas. A consulta popular é um Programa que Consulta Popular foi instituído no Estado do Rio Grande do Sul em 1998, por meio da Lei 11.179/1998 e continua vigente. O Governador fixa um valor a ser submetido à deliberação da população, contando com uma organização baseada em regiões (atualmente 28). Através de Assembleias Regionais as propostas são definidas e apresentadas para a votação popular.
Coordenação financeira de recursos específicos do esporte (das loterias)	Outra forma de presença da coordenação financeira enfatizada nas entrevistas (G1, G3, G4, G5, G6, G7) envolve a gestão de recursos específicos para o esporte, oriundos das apostas e concursos de prognósticos (as loterias) administrados pela Caixa Econômica Federal. Eram recursos importantes para a execução de projetos, sobretudo a realização de uma agenda de Competições Esportivas e o funcionamento do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE). Mas, apesar dessa especificidade, os gestores entrevistados sublinharam a necessidade de coordenação com a equipe financeira do aparato administrativo do Estado. Isto porque os recursos 'das loterias' eram depositados no fundo único do Estado e, diante das dificuldades financeiras, não era tarefa fácil acessá-lo, demandando articulações e coordenações políticas internas (G3, G4, G5, G6, G7). O Gestor 4, como uma de suas conquistas (legados) foi exatamente fazer com que esse dinheiro 'das loterias' descentralizado pela Caixa Econômica Federal fosse direto para o órgão executivo das PPELs (a FUNDERGs), o que lhe possibilitou dar mais estabilidade e dinâmica na constituição, execução e gestão de convênios com municípios, entidades esportivas e organizações da sociedade civil. A presença desses recursos 'da loteria', pelo que sublinharam os Gestores 1, 4 e 5, foram importantes na coordenação executiva com os municípios do Estado, com repasses (através de editais e convênios) para realização e ou/participação de/em competições esportivas, para a construção e manutenção de equipamentos esportivos ou de práticas de atividades físicas (academias). O desafio dessa forma de coordenação financeira, explicaram os Gestores 5 e 7, era ampliar a diversidade das propostas contempladas, para que os recursos não ficassem sempre nas mãos 'dos mesmos'. Lhes foi, assim, necessário criar critérios mais (re)distributivos de direcionamento dos recursos através dos editais, entre eles, por exemplo, cotas específicas para eventos em Comunidades Tradicionais, Comunidades Quilombolas, para Pessoas com Deficiência (G7).
Coordenação financeira de renúncia fiscal (Pró-Esporte/RS e Fundo do Esporte)	Em 2012, pela Lei 13.924/2012, foi criado o Sistema Estadual de Apoio e Incentivo a Políticas Estratégicas do Estado (SISAIPE/RS). Entre os Programas estava o de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul (PRÓ-ESPORTE/RS). O Programa foi alterado em diferentes momentos, pelas Leis 15.372/2019, 15.449/2020, 15.645/2021). Vários Decretos foram promulgados para regulamentar as leis, estabelecer regras e procedimentos de organização e funcionamento (Decretos 49.770/2012, 49.951/2012, 51.830/2014, 52.314/2015, 52.752/2015, 53.255/2016, 53.743/2017, 55.534/2020). Várias Leis foram aprovadas com as autorizações do montante dos créditos de renúncia fiscal (Leis 14.028/2012, Lei 14.443/2014, Lei 14.633/2014, 15.373/2019, Lei 15.645/2021, 15.785/2021). Em 2021 foi aprovada uma Lei para Recuperação de Créditos *Fair Play* (Lei 15.787/2021) para regularizar créditos originários de débitos decorrentes de prestações de contas, contratos, convênios e demais instrumentos celebrados. De fato, o PRÓ-ESPORTE/RS tem uma presença institucional de mais de uma década, autorizando renúncias fiscais de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação

	de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para os projetos submetidos e aprovados (para captação) pela Câmara Técnica do Conselho Estadual de Esporte, no limite do montante aprovado. A criação e existência do PRÓ-ESPORTE/RS envolve o Fundo Estadual do Esporte, com aplicações diretas das empresas para os projetos aprovados (para captação) pela Câmara Técnica, os recursos de contrapartida que as empresas patrocinadoras dos projetos direcionam para o fundo, e outros recursos decorrentes de dotações orçamentárias. Os recursos do fundo se destinam, através de chamadas públicas por editais avaliados pela Câmara Técnica do Conselho Estadual de Esporte, a projetos de iniciativa de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, envolvendo inclusive a concessão de bolsas para atletas e treinadores/as. Em 2021, no contexto do enfrentamento da Pandemia de Covid-19, foi promulgado o Decreto 55.967/2021 de Auxílio Emergencial para o setor esportivo, com recursos do Fundo PRÓ-ESPORTE/RS. O Gestor 4 enfatizou a criação da Lei de Incentivo e do Fundo de Esporte como um de seus legados, relatando os valores que foram possíveis coordenar - seja pelas renúncias ou pelas contrapartidas aportadas no fundo - para o desenvolvimento de projetos esportivos no Estado do Rio Grande do Sul. Este gestor mencionou vários projetos contemplados.
Coordenação de parcerias público-privada	Desde o Governo Yeda Crusius (2007-2010), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), já circulava a proposta de conceder a gestão do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) para a iniciativa privada, especificamente com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esta informação foi apresentada pelo Gestor 7. A proposta não foi adiante no Governo Tarso Genro (2011-2014), do Partido dos Trabalhadores (PT). Em meados de 2020, no Governo Eduardo Leite (2019-2020, primeira gestão), foi aberto o Edital Público para Acordo de Cooperação (Edital 001/2020), com o objeto de realização de parceria para a gestão do CETE com uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem repasse financeiro pelo Estado. Este edital não teve nenhuma proposta apresentada. No início de 2021 novo Edital de Chamamento foi aberto (003/2021), com flexibilizações em relação ao anterior, mas novamente a contratação não avançou, continuando vinculado, administrativamente, à Secretaria de Esporte e Lazer.

Fonte: elaborado pelos autores

Após a apresentação dos 6 eixos actanciais e da presença dos seres institucionais que lhes conferem objetividade, passamos a argumentar, na perspectiva teórico metodológica acionada (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999, 2020; ZITTOUN, 2016; POSTERO & ELINOFF, 2019), que as pessoas que tomam/tomaram as decisões político-administrativas sobre as PPELs no âmbito do poder executivo do Estado do Rio Grande do Sul, põem em prática sua capacidade para construção ativa de generalidades (de chegarem a lugares comuns). Ou seja, elas (embora possam se identificar com alguns e criticar outros) não estão/são sujeitas a determinados eixos actanciais como estruturas sociais que

pré-determinam seus comportamentos, mas trabalham com esses eixos, e isso ocorre na medida em que constituem e mobilizam os seus seres institucionais. É nesse sentido que entendemos a afirmação do Gestor 6, quando este afirma que: "[...] quando tu chegas a um cargo desse público, é difícil implementar perfeitamente aquele teu ideal, é muito difícil, é muito complicado. Tem tanta coisa que intervém no meio disso que também te impede muitas vezes. Te impede de poder fazer."

O que o Gestor menciona como "tem tanta coisa" é o que descrevemos na seção anterior como eixos actanciais e seus seres institucionais. Ainda que os gestores e as gestoras defendam suas crenças e comunidades políticas partidárias e setoriais a respeito das PPELs, ao ocuparem os cargos político-administrativos, lhes cabe encontrar, politicamente, lugares comuns, o que envolve passar por esses eixos actanciais e seus seres institucionais para construir os arranjos da ação política. Assim, o entendimento que passamos a operar é o de que os objetos e os dispositivos descritos nos quadros 4 a 9 estão vinculados aos eixos, mas não as pessoas que tomam as decisões, pois a elas lhes é colocado o desafio de, no campo da política e da administração pública, construir generalidades ou formas de acordos capazes de acalmar as controvérsias e as diferenças em prol de determinados compromissos de ação, preservando as incertezas das maneiras de agir.

5 COMO VEM SENDO: CASOS DE (DES)ACORDOS E COMPROMISSOS

O objetivo da pesquisa está voltado, especificamente, para a compreensão de como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais das PPELs do Estado do Rio Grande do Sul. Uma vez descritos os eixos actanciais e os seus seres institucionais, temos condições de avançar nessa questão, agora, acionando a noção de casos para tratar da construção dos compromissos possíveis diante de atores heterogêneos, de uma diversidade de interesse, de disputas e controvérsias a serem estabilizadas. Ao invés de tratar a instituição como uma estrutura acabada que se sobrepõe aos atores, ou, de afirmar que as crenças desses atores determinam os rumos das políticas, passamos a construir alguns casos com o intuito de mostrar, ainda que de maneira sucinta, trajetórias de construção de arranjos institucionais como forma de estabilizar determinados compromissos, o que significa acalmar ou

estabilizar controvérsias e disputas por algum tempo, a partir dos sistemas actanciais e seus seres.

Na figura 1 apresentamos a trajetória de arranjos institucionais do que chamamos de compromissos políticos, executivos e colegiados em cada um dos Governos, de 1989 até 2022, conforme a delimitação da pesquisa. A partir disso, localizamos os casos que optamos por descrever (professores na gestão; mudanças nos JIRGS; Copa FIFA 2014; e Plano Estadual de Esporte).

Figura 1 - Compromissos políticos, executivos e colegiados dos arranjos institucionais 'do esporte' entre 1989 e 2022.

Caso 1: Professores na gestão | **Caso 3: Copa FIFA 2014**
Caso 2: Mudanças nos JIRGS | **Caso 4: O Plano Estadual de Esporte**

ANO	GOVERNO	COMPROMISSOS POLÍTICOS	COMPROMISSOS EXECUTIVOS	COMPROMISSOS COLEGIADOS
1989	**PEDRO SIMON** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Secretaria Estadual de Cultura, Turismo **e Desporto**		
1990				
1991	**ALCEU COLLARES** Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Secretaria Estadual da Educação	Departamento de Desportos (DESP), que incorporou a Subsecretaria de Desportos (SUDESP)	Conselho Regional de Desportos (CRD)
1992				
1993				
1994				
1995	**ANTÔNIO BRITTO** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)			
1996				
1997				
1998				
1999	**OLÍVIO DUTRA** Partido dos Trabalhadores (PT)			
2000				
2001				
2002				
2003	**GERMANO RIGOTTO** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Secretaria Estadual de Turismo, **Esporte e Lazer**		Conselho Estadual de Desportos (CEDERS)
2004				
2005				
2006				
2007	**YEDA CRUSIUS** Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)		Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)	
2008				
2009				
2010				
2011	**TARSO GENRO** Partido dos Trabalhadores (PT)	Secretaria Estadual do **Esporte e do Lazer**		
2012				
2013				
2014				
2015	**JOSÉ IVO SARTORI** Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Secretaria Estadual de Turismo, **Esporte e Lazer**		Conselho Estadual de Esportes (CEERS)
2016				
2017		Secretaria Estadual de Cultura, Turismo, **Esporte e Lazer**	Departamento de Esporte (DESP)	
2018				
2019	**EDUARDO LEITE** Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)		Departamento de Esporte e Lazer	
2020		Secretaria Estadual de **Esporte e Lazer**	Departamento de Fomento Departamento de Centros Esportivos	
2021				
2022			Departamento Administrativo	

Fonte: elaborado pelos autores

A partir dessa localização na figura 1, passamos a construir os casos, não para dizer que a estrutura institucional foi essa ou aquela, que ela foi maior ou menor, mais ou menos robusta, mas para destacar como elas vêm sendo constituídas na forma de arranjos possíveis em termos de compromissos e de acordos em torno dos eixos actanciais e dos seus seres institucionais identificados.

5.1 Caso 1: Professores na gestão

Este caso envolve a construção de generalidades (de possibilidades de aproximação e de um compromisso) no trabalho em relação a três eixos actanciais (esporte escolar, esporte de rendimento e coordenação técnico-financeira) e seus seres institucionais. Para tratar dele, seguindo a trajetória do relato de um interlocutor-chave, optamos por manusear informações sobre um período anterior ao recorte da pesquisa, entendendo que eles foram importantes na construção do caso pelas pessoas envolvidas. Ao descrever os arranjos institucionais 'do esporte' no Estado, o Gestor 2 explicou que, no início da década de 1980, a mudança de Departamento (DED) para Subsecretaria ocorreu a partir de um dos compromissos de campanha do Governador Jair Soares, eleito em 1982. Seu relato foi o seguinte:

> [...] em 82 Jair Soares ganhou o governo [do Estado]. **Um dos compromissos** de campanha dele era criar um órgão de gestão do esporte. E aí primeiro foi criado a Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Turismo. O Secretário foi o Barbosa Lessa. O esporte estava vinculado a essa Secretaria. Então criou-se quase uma duplicidade de estrutura. Manteve o DED [Departamento de Desporto, criado pelo Decreto 29.194/1979] **para cuidar do esporte escolar na Secretaria de Educação e um Departamento de Esportes, para cuidar desse outro esporte que na época se chamava esporte comunitário**. [...]. [Era] uma Secretaria de esporte mais ligada ao turismo e a cultura. E o Secretário foi o Barbosa Lessa [ator conhecido pelo protagonismo no Movimento Tradicionalista Gaúcho]. Estou te dizendo por que eu acompanhei isso com muita intensidade. É nesse período que eu venho para o Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação. Ao meu modo de ver esses dois Departamentos foi uma confusão, porque orçamento e aquelas coisas, eles não se entendiam muito bem. [...] Um tratava do esporte escolar, mas se metia nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), e outro que cuidava das Federações [esporte comunitário], mas que também pretendia cuidar dos Jogos Intermunicipais. Então tinha uma disputa política. (G2, 24/08/2022, grifo nosso)

Esse mesmo interlocutor continua seu relato, explicando que logo em seguida se criou um órgão específico para se gerenciar o esporte, este mais amplo. Isso condiz com a criação da Subsecretaria de Desporto (SUDESP), pelo Decreto 31.120/1983, que colocava na Secretaria da Educação e Cultura a área de

competência do esporte amador. A descrição do Gestor 2 denota que houve uma separação institucional, ficando a área de competência da Educação Física Escolar na Secretaria de Educação e a área de esporte amador na SUDESP, contudo com uma aproximação (um compromisso) entre elas para a realização do Campeonato Escolar Gaúcho.

> Aí chegou logo em seguida se criou por decreto, não sei se foi por decreto, mas a política de Governo, se criou então um órgão encarregado específico para gerir o esporte, esse esporte mais amplo [amador e comunitário]. Aí houve uma tentativa de reunir o esporte escolar e o esporte comunitário, que foi a criação da Subsecretaria de Desporto vinculada a Secretaria de Educação, com uma particularidade: o subsecretário de desporto tinha autonomia financeira, ele era ordenador de despesas. **Então, nós só precisávamos da Secretaria de Educação para os recursos do Salário Educação para o Campeonato Escolar, e a Secretaria de Educação manteve uma Supervisão de Educação Física.** Então, **quando era o Campeonato Escolar Gaúcho a Subsecretaria ia lá e, de algum modo, buscava algum dinheiro com o Secretário de Educação, mas, no mais, ela geria todo 'o esporte' do Rio Grande do Sul, inclusive o Campeonato Escolar Gaúcho**, os Jogos Intermunicipais, as Olimpíadas [escolares], preparava a representação gaúcha dos Jogos Escolares Brasileiros, enfim, era um órgão de gestão de política pública. (G2, 24/08/2022, grifo nosso)

Em 1989, pelo Decreto 33.314/1989, a SUDESP é transferida para a Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Desporto, assumindo a denominação de Departamento de Desporto (DESP), com a atribuição de "incumbir-se dos assuntos pertinentes ao incremento e à prática do esporte amador e comunitário no Estado". Nesse período, o Gestor 2 explicou-nos que, em decorrência do processo constituinte nacional, a SUDESP[6] se envolveu para redefinir o esporte na Constituição Gaúcha. Segundo ele:

> [...] Quando saiu o artigo 217 da Constituição a Subsecretaria no Rio Grande do Sul foi encarregada de ampliar uma discussão com os agentes esportivos do Estado: Federações, Clubes, Escolas. **Só nós não nos metemos com os professores.** Mas, por exemplo, os técnicos esportivos, **a gente não entrava especificamente dentro da Escola**, mas a gente tinha contado com eles. Então nós coordenamos os debates em nível estadual. Tanto no 217, 232 e 233, que são da Constituição Estadual. **Nesse período, o Subsecretário [era] professor da Escola de Educação Física**. [Ele] foi convidado pelo PMDB para ser o Subsecretário de Esportes, com a missão de fazer uma reformulação. O [professor], politicamente, era muito esclarecido e, naquele momento, a Subsecretaria começa a fazer uma coisa que nunca tinha feito: ela começou a estudar. Os professores do Estado que trabalhavam lá, além do trabalho, tinham textos para ler e debater. (G2, 24/08/2022, grifo nosso)

[6] Ainda que o Decreto 33.314/1989 tenha colocado outra denominação (Departamento do Desporto), o setor continua sendo chamado de Subsecretaria ou SUDESP.

O Subsecretário anterior, se indispõe com setores do PMDB que estavam no Governo, o que vai tornando a sua gestão insustentável pelos freios orçamentários a ele impostos, o que lhe faz pedir exoneração. Depois de mais de 90 dias sem Subsecretário e de disputas políticas internas nesse intervalo (havia vários ‘nomes’ circulando como possibilidades), o Gestor 2 assume, inicialmente de forma interina, o setor, “para que esse debate, confusão, não evolua”, conforme lhe disse o Governador. Isso, segundo nosso interlocutor, ocorreu sem avaliação ou exigência de filiação partidária, mas pelo reconhecimento técnico vinculado ao esporte e à gestão esportiva. Na sua gestão, procurou colocar em discussão o esporte, propondo espaços de discussões:

> Então as políticas públicas no meu governo foi um mantra que peguei de brincadeira [que dizia] que “sem discussão não há solução”, mas que foi pegando. [...] De discussão interna, e de discussão externa [...]. [...] então, todas as vezes que nós iríamos implantar algo, ou estávamos pensando em implantar algo, nós fazíamos a discussão interna e depois fazíamos a discussão externa. A discussão externa tinha dois níveis: tinha um nível que era com esses coordenadores; e tinha um outro nível, que nós colocamos num salão os professores e estudantes. Isso valia também para os projetos de formação. Eu me lembro que quando começamos a discutir o esporte escolar, eu trazia aqueles caras, 'os bam-bam-bam' da Educação Física brasileira [lista vários professores/as e pesquisadores/as que discutiam criticamente o esporte e a Educação Física]. Levávamos eles no auditório, com os alunos e com os professores para discutir coisas sobre o esporte. E dali nós íamos tirando ideias, soluções, pensando. Então era um projeto de esquerda bem interessante. Era na discussão. Nós fizemos muitas coisas, por exemplo: as finalidades desse esporte [na escola] a discussão dos regulamentos das competições esportivas. Nós discutíamos tudo. E durante os jogos, enquanto estavam acontecendo nós [...] incluíamos, nos jogos, apresentações de teatro. Então, tinha um momento para isso. E os professores de Educação Física que eram mais ortodoxos ficavam [...], bravos porque tirávamos aquele foco obsessivo do esporte. (G2, 24/08/2022, grifo nosso)

Este caso centrado no relato do Gestor 2 nos mostra a construção de um compromisso que coloca os eixos esporte escolar (Educação Física, o esporte da escola, teatro), esporte de rendimento (jogos, competições, representantes gaúchos) e coordenação técnico-financeira (capacidade técnica, coordenação financeira, não deixar evoluir as disputas políticas internas) como possibilidade de um acordo para a estabilidade institucional e uma ação política no Governo.

5.2 Caso 2: Mudanças nos JIRGS

O segundo caso que descrevemos tem relação com as mudanças implementadas nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS) no período

de 1999 e 2002. As Políticas Públicas de Esporte e Lazer desse período do Governo do Estado foram investigadas e analisadas por Oliveira (2001) e por Rieth (2006). Tomaremos os relatos destes trabalhos como fonte empírica para a construção deste caso que envolveu uma controvérsia aberta pela alteração na concepção dos Jogos, prezando por uma perspectiva mais participativa em relação ao formato seletivo que historicamente coordenava as ações. Ao assumir o Governo do Estado, a Frente Popular - composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) - numa deliberação conjunta com Municípios (no contexto de realização da primeira Conferência Estadual de Esporte e Lazer, com apoio de Municípios de pequeno porte), propôs e implementou um conjunto de modificações neste 'ser institucional' que historicamente foi gestado para conferir objetividade ao eixo actancial do esporte de rendimento-seletivo.

Na sua investigação, Oliveira (2001) dialogou com 22 duas pessoas vinculadas à gestão do DESP, percebendo que era um coletivo vinculado a uma coalizão de esquerda, muitos oriundos da Educação Física e não do esporte de rendimento, militantes do esporte como direito social, valorizando a participação popular e comunitária. De acordo com a autora, era um grupo que tinha uma identidade coletiva em torno dessas bandeiras do esporte, mas que não era necessariamente homogêneo e isento de diferenças internas. Acessaram o aparato administrativo com uma agenda de contraposição, de ruptura ou de superação das lógicas seletivas do esporte de rendimento, propondo diálogos com os contextos, territórios e cotidianos de vida, uma educação esportiva popular.

Isso não ocorria por acaso, pois a Frente Popular, como salientou Rieth (2006), tinha como pontos centrais da sua agenda de Governo a radicalização da democracia, a participação popular, a inversão de prioridades e a inclusão social. Na área das Políticas de Esporte e Lazer, a inversão de prioridades, a maior democratização e participação passaria por mudanças nos JIRGS, deslegitimando os interesses das entidades esportivas, da mídia de massa e do desempenho técnico. Inicialmente o DESP (1999-2000) e, depois, a FUNDERGS (2001-2002), implementaram as mudanças, que tinha como eixo actancial o esporte como direito social e o seu vínculo com a construção da cidadania, com a universalização de bens culturais. Entre as modificações estavam a restrição da participação de atletas federados, a substituição de fase final por fases finais regionais, outras formas de

premiação e de arbitragem nas fases regionais, maior diversificação das modalidades e a participação de paratletas. No cerne das alterações estava o objetivo de inverter as prioridades (da seleção para a participação; da hierarquia para a democratização), não para ser contra o esporte de rendimento, mas entendendo que este deveria ser de prioridade das entidades e não do poder público.

Rieth (2006) descreve que isso gerou um evidente descontentamento das Federações, dos Clubes Esportivos, de Vereadores ligados ao esporte de rendimento, de veículos de comunicação, de municípios cujos/as Prefeitos/as eram de oposição política. O autor descreveu, em seu estudo, críticas, boicotes, desmerecimento e desprestígios desses atores direcionados para o coletivo do DESP/FUNDERGS. Mas além disso, foram identificadas e analisadas disputas no interior da Secretaria de Educação. Não havia recursos orçamentários específicos para o esporte/DESP no Estado. A Secretaria de Educação não previa recursos para o esporte praticado fora da escola, e não compreendia essa questão e sua amplitude. Oliveira (2001) descreveu que os gestores que assumiram o DESP em 1999 encontraram uma condição precária, um grupo reduzido de pessoas e alguns poucos investimentos em espelhos olímpicos, em competições e no fomento de atividades de Federações. A autora traz um relato de cedência de servidores da Secretaria de Educação para trabalho em uma Federação Esportiva.

Nos primeiros anos do Governo da Frente Popular, apontaram Oliveira (2001) e Rieth (2006), o DESP contavam apenas com os recursos da União (loterias), ficando esquecido pela Secretaria de Educação, fazendo com que os atores políticos do esporte fossem direto ao Governador, cujos desdobramentos determinaram a construção de um outro arranjo/compromisso institucional: a criação da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer e da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS). E, paralelamente a essas disputas internas por recursos, Rieth (2006) identificou resistências entre o coletivo que trabalhava no/na DESP/FUNDERGS a respeito das próprias mudanças nos JIRGS, pessoas que apontava para a importância de reconhecer mais o esporte de rendimento, de não operar com uma ruptura tão forte, denotando que nem todos se sentiam contemplados pela participação, pois tinham trajetórias no esporte de rendimento. Os próprios atores municipais não entendiam bem as mudanças, pois investiam na formação de atletas. Como forma de buscar um compromisso, um acordo, o

DESP/FUNDERGS apresentou e implementou, nos anos de 2000 e 2001, os Jogos Abertos do Rio Grande do Sul (JARGS), como um projeto paralelo aos JIRGS e como resposta à demanda do esporte de alto rendimento, da entidades esportivas, mas que não teve aceitação e continuidade. Rieth (2006) mencionou que ficou confuso para os atores, já que os JARGS também atendiam os municípios e não as Federações. Em 2003 os JARGS foram realizados pela última vez e os os JIRGS retomaram seu formato competitivo-seletivo tal como era realizado antes da Frente Popular.

Ao fim das análises produzidas por Oliveira (2001) e Rieth (2005), chegam a um ponto comum, que a vitória nas eleições, e a posse do aparato público para administrar o governo estadual, em particular a pasta do esporte e lazer “não garante, por si só, o poder político, não significando ter o poder total de definir as políticas públicas” (OLIVEIRA, 2001, p. 92). Para chegar a lugares comuns foram necessários acordos que envolveram seres de outros eixos actanciais além do esporte como direito social, com destaque o do esporte de rendimento e da coordenação técnico-financeira. A construção paralela dos JARGS mostra a reconstrução de um compromisso político-institucional em que os atores procuram estabilizar os arranjos - acalmar as disputas e as controvérsias - para desenvolverem suas ações.

5.4 Caso 3: A Copa FIFA 2014

No ano de 2014 a cidade de Porto Alegre e a região metropolitana configurar como uma das sedes da Copa de Futebol da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), com a realização dos jogos no Estádio Beira Rio do *Sport Club* Internacional de Porto Alegre e a utilização de outras infraestruturas de treinamento e de hospedagem na capital e em cidades da região metropolitana. Nesta sede foram realizados 5 jogos. Mas, para isso havia o imperativo de cumprimento de obrigações de uma matriz de responsabilidades que viabilizava a realização do megaevento, envolvendo questões como mobilidade de transportes e translados urbanos e aéreos, segurança, comunicação, energia, sustentabilidade, comércio, entretenimento, educação esportiva, entre outras. A viabilidade política envolveu um comprometimento em torno dos legados positivos relacionados a estes setores da cadeia produtiva.

Optamos por descrever o caso da realização da Copa FIFA de Futebol em 2014, porque, por mais que já existisse a FUNDERGS como órgão executivo 'do esporte', outro arranjo institucional singular foi constituído para dar conta dos imperativos do eixo actancial esporte como cadeia produtiva. Em 2007 a Governadora Yeda Crusius (2007-2010) criou o Grupo de Trabalho RS 2014 com o objetivo de preparar a proposta oficial e um planejamento para que o Rio Grande do Sul sediasse jogos da Copa das Confederações em 2013 e da Copa FIFA em 2014. O decreto inicial (44.996/2007) define Secretários de diversas pastas (desenvolvimento e assuntos internacionais, transportes, cultura, educação, trabalho, cidadania e assistência social, saúde, justiça e segurança, comunicação social) e casa civil como membros, colocando-os sob a coordenação do Secretário de Estado do Turismo, Esporte e Lazer.

Em decretos posteriores (45.868/2008, 45.926/2008, 46.701/2009), já anunciando o atendimento do caderno de encargos da FIFA, o Grupo de Trabalho RS 2014 recebe, da Governadora, a atribuição de um Plano de Trabalho com obras e serviços, ampliando o número de Secretarias envolvidas (além das citadas anteriormente, as pastas de infra-estrutura e logística, fazenda, meio ambiente, obras públicas, habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, de administração e recursos humanos, ciência e tecnologia), além de gabinete da governadora, procuradoria geral e casa militar. Além disso, são envolvidos no Grupo representantes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, da Federação Gaúcha de Futebol, do Sport Club Internacional de Porto Alegre, do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Infraero, do PoA Convention Bureau e personalidades gaúchas do esporte, em particular do futebol. Prevê um Comitê Executivo e uma Secretaria Executiva para coordenar esse coletivo de atores, como também processos de custeio de despesas (transporte, hospedagem, alimentação) para as missões oficiais.

Em 2011, no Governo Tarso Genro (2011-2014), através da Lei 13.601/2011 que dispõem sobre a estrutura administrativa do governo), que cria a Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL), também se cria o Comitê Gestor (o GECOPA 2014-RS) de ações referentes à Copa FIFA 2014, sob a coordenação da SEL. Foram definidas as competências desse Comitê como um órgão de coordenação técnico-financeira, responsável por: articulações com/entre secretarias do governo, prefeituras, instituições públicas e privadas, universidades, entidades de classe, associações e

organizações da sociedade civil, governo federal (Ministério do Esporte); prestar assistência às prefeituras na viabilização de infraestrutura e serviços; e auxiliar iniciativas que promovam a geração de emprego e renda relacionada à construção e funcionamento de espaços esportivos, turísticos e culturais. O decreto 47.940/2011 definiu que este Comitê seria coordenado pelo Secretário do Esporte e do Lazer, contando com 20 membros de pastas político-administrativas do próprio governo, podendo convidar representantes de outros órgãos ou entidades públicas e privadas. O decreto definiu, também, uma estrutura administrativa específica, na forma de câmaras técnicas temáticas (infraestrutura, estádios, segurança, turismo, meio ambiente e sustentabilidade, promoção comercial e tecnologia, saúde, cultura, educação e ação social, transparência), com um servidor para cada uma delas. Ainda se definiu uma estrutura de gestão e de competências, com um grupo executivo, coordenação geral e assessorias.

Mais próximo da realização do evento, em março de 2014, foi instituído, pela Lei 14.488/2014, o Programa de Apoio à realização de Grandes Eventos Esportivos no Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria do Esporte e do Lazer, visando promover a realização de projetos relacionados a estruturas complementares e temporárias necessárias à Copa FIFA 2014. O programa envolveu a construção de uma estrutura administrativa e de processos para possibilitar renúncia fiscal (de 100% do ICMS do valor investido) a empresas que investissem nos projetos de estruturas complementares e temporárias, com o condicionante de contrapartida de 15% sobre o valor repassado para o Fundo Estadual do PRÓ-ESPORTE/RS. Foi, portanto, uma lei de incentivo fiscal específica, que contou com um Comitê Gestor para avaliar os projetos e autorizar até um valor global de 25 milhões de reais.

Nas entrevistas com os Secretários de Estado que estiveram à frente da SEL no Governo Tarso Genro, eles nos explicaram que realmente havia duas estruturas executivas das políticas definidas pela pasta, uma delas a FUNDERGS que coordenava a Política Estadual de Esportes, e a outra o GECOPA 2014-RS que trabalhava na coordenação das atividades atinentes ao megaevento esportivo, frente aos imperativos da matriz de responsabilidade e do caderno de encargos da FIFA. Um desses entrevistados mencionou que percebia que o Governador nem era favorável ao Mundial no Rio Grande do Sul, mas que era parte de um compromisso político que envolvia a Presidenta Dilma Rousseff, do mesmo partido, mas que isso não dialogava com um outro compromisso da política esportiva orientado pelo eixo

actancial do direito social. Não por acaso, portanto, foi necessária a constituição de um outro arranjo institucional paralelo e temporário, a fim de escapar de controvérsias e disputas.

5.4 Caso 4: O Plano Estadual de Esporte

No início deste artigo descrevemos que após vencer as eleições, ao definir sua estrutura administrativa para o período de 2019-2022, em um movimento oposto ao que ocorria noutros Estados e na União, o Governador Eduardo Leite (PSDB) recriou a Secretaria de Esporte e Lazer (SEL). Foi nomeado, para o cargo de Secretário desta pasta, o ex-atleta de alto rendimento da modalidade de Judô, João Derly, que naquele momento já tinha uma expressiva carreira política, como vereador de Porto Alegre (eleito em 2008), ex-deputado do Estado do Rio Grande do Sul (eleito em 2010) e ex-deputado Federal por este Estado (eleito em 2014). Na época de sua nomeação para Secretário João Derly estava filiado ao Republicanos, partido da base do governo. Nas eleições de 2018, por este partido, participou do pleito eleitoral como candidato a Deputado Federal, mas não foi eleito apesar da expressiva votação recebida.

No decorrer do ano de 2020, João Derly deixa a SEL para concorrer à prefeitura de Porto Alegre pelo Republicanos, sendo substituído pelo Professor Francisco Vargas Neto, que também tem sua trajetória de vida ligada ao Judô, e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas que não tinha filiação partidária. Em matéria publicada no *website* da SEL que anunciava a saída de João Derly e a posse do Professor Francisco Vargas Neto, foi valorizado o seu título de doutorado e sua trajetória como professor no ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação, bem como sua trajetória e seus títulos no Judô, seu envolvimento na gestão de entidades esportivas. Nessa matéria é publicado o seguinte agradecimento do novo Secretário: “É um grande desafio, um novo desafio na minha carreira e pretendo contribuir com minha experiência em prol do esporte e lazer no nosso Rio Grande do Sul. **Agradeço ao Derly pela indicação e espero corresponder às expectativas**” (SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, 2020a, grifo nosso).

O Secretário Francisco Vargas Neto, em outubro de 2020, anuncia a realização da Conferência Estadual do Esporte e Lazer, com 3 etapas, com o

propósito de construir um Plano Decenal de Esporte para o Estado, mas não chega a coordenar todas elas. Foi substituído pelo Deputado Danrlei de Deus, ex-jogador de Futebol bastante identificado com o Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, que, naquele momento, também tinha expressiva carreira política: eleito Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 2010 e reeleito em 2014 e em 2018 pelo Partido Social Democrático (PSD). A quantidade de votos que elegeram esse deputado, nesses três pleitos foram sempre expressivas, acima de 100 mil, o que lhe conferia um capital político de grande relevância, somado ao fato de o PSD compor a base do Governo. Sob a coordenação da equipe do novo Secretário, as etapas das Conferências continuaram a ser realizadas e uma Conferência Final foi realizada em agosto de 2021, com o objetivo de apresentar um Plano Estadual de Esporte e Lazer.

> Na sua manifestação, na Conferência, Danrlei afirmou que assumiu a Secretaria tendo como missão – dada pelo Governador – a de estruturar o Plano Estadual do Esporte e Lazer. Essa afirmação foi dada na abertura da Conferência Estadual do Esporte e Lazer, que, segundo o Secretário, teve como propósito: “a elaboração de planos e metas a serem cumpridas para o esporte nos próximos dez anos [...] um caminho traçado para o desenvolvimento do esporte no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo do estado se destacar nacionalmente quando se pensar em esporte”. [...] Ao longo da Conferência Estadual, Danrlei mencionou que “[...] já tive a experiência de construir um plano decenal para o esporte no ano de 2017. Deixei tudo pronto e entreguei em mãos do presidente Michel Temer. Mas desde 2017, está parado, não avançou, e não foi colocado em prática”. Mesmo em certo tom de queixa, Danrlei procurou mostrar que sua experiência vai além da futebolística ou esportiva, politicamente tem sido representante da pauta esportiva. [...] Como características destacadas naquele momento da Conferência – na exposição pública das palavras de Danrlei, do Governador Eduardo Leite, e outros assessores – foi o lugar central do esporte no plano estadual. Nos dizeres do governador: “Esporte é a solução para muitos dos problemas que temos na sociedade, da educação até a saúde da população, passando pela segurança pública. Acreditamos muito nisso e vamos trabalhar para que o esporte tenha cada vez mais apoio e, assim, o Estado possa se desenvolver”. O lazer parece ser mais um adereço a proposta, sendo pouco pontuado ao longo do evento e do próprio plano em si. Uma relação que pareceu ainda mais significativa, foi a da realização das políticas públicas de esporte e lazer, mas como um caminho a ser percorrido, tendo sua execução como meta para o futuro. As propostas, e relações feitas levavam em consideração a aprovação Plano Estadual do Esporte e Lazer, recorrentemente se apresentavam com o que o Governador e o Secretário de Esporte e Lazer chamavam de: “um plano para dez anos”; “ações para o futuro do esporte e lazer no estado”; “um legado para o esporte do Estado do Rio Grande do Sul”. (DC. 23/08/2021).

Três dias antes dessa Conferência, como membros do Centro de Desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES do Rio Grande do Sul, participamos de uma reunião remota com um Gestor da SEL que

pontuou o seguinte: “precisamos aprovar o plano até dezembro, pois ano que vem é ano eleitoral, o Secretário saí para concorrer. As coalizões [políticas] na Assembléia mudam, a base do governo muda. Então nós temos até dezembro para aproveitar essa janela de oportunidade” (DC, 20/08/2021). Em 09 de novembro de 2021, o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo 343/2021 foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Apesar das críticas de deputados registradas na ata da sessão, tanto da oposição de esquerda, quanto da oposição de direita ao Governo estadual, a proposta foi aprovada com 46 votos favoráveis e nenhum contrário (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Quando olhamos para a Lei 15.754/2021 que institui o Plano Estadual, considerando os arranjos e compromissos descritos acima, não surpreende por que ele foi aprovado por unanimidade e também o fato de que dois eixos actanciais e seus seres institucionais se destacam: o eixo do esporte de rendimento (uma lista expressiva de competições esportivas, calendário de competições, categorias de base, formação de atletas olímpicos, paralímpicos, surdolímpicos para representações, formação de árbitros e treinadores para modalidades) e o eixo coordenação técnico-financeira (lei de incentivo, fundo estadual, polos regionais, cursos de capacitação, cadastros de entidades, parcerias entre secretarias e entidades esportivas; chama a atenção que o verbo garantir é usado para se referir às práticas esportivas nas escolas, e outros que dizem sobre o lugar do estado como o de coordenação são bastante recorrentes, entre eles fomentar, incentivar, promover, estimular, valorizar, planejar, organizar, avaliar, zelar). Embora com menor destaque se considerarmos a presença dos seres institucionais, estão presentes no Plano, os eixos esporte como direito social (com referências sobre as conferências estaduais e municipais, trazendo a atividade física como argumento que coloca o esporte como direito, pelos seus diversos benefícios e enfrentamento de problemas) e esporte escolar (tratando da qualidade e do acesso à infraestrutura esportiva nas escolas, assim como da oferta de insumos e materiais esportivos nas escolas).

O documento expressa uma forma de compromisso, um arranjo institucional heterogêneo coordenado por atores que, embora identificados com determinados eixos, necessitam trabalhar com outros para encontrarem lugares comuns, o que nos faz entender, assim como fizeram Postero e Elinoff (2019, p. 19), que: “ao invés de entender a ação política como um processo coerente de luta entre grupos claramente definidos de atores com visões coerentes de mudança, observamos

como a luta política muitas vezes envolve negociações criativas entre mundos profundamente diferentes em várias escalas".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada por dois estranhamentos, o primeiro relacionado à recriação da SEL em 2019, na contramão de uma tendência, e o segundo pela afirmação de que isso teria ocorrido por causa do Secretário João Derly. Uma vez apresentados os dois movimentos de descrições e de análises acima (o dos eixos actanciais e seus seres institucionais; e o dos casos que dizem sobre a estabilização de compromissos), nos parece prudente afirmar que a criação dessa Secretaria envolveu um compromisso a respeito dos eixos coordenação política no/do esporte e esporte de rendimento (num primeiro plano, pelo número de seres institucionais), mas que também trabalhou com os eixos esporte como direito social e esporte escolar (num segundo plano, também pelo número de seres institucionais), tal como nos leva a crer o caso de construção do Plano Estadual de Esporte.

Mas além de dizer sobre essa questão dos estranhamentos iniciais, pudemos avançar na resposta de nossa questão de pesquisa, isto é, como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais das PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1989 e 2022. Chegamos à conclusão de que isso vem ocorrendo pelas possibilidades de acordos e compromissos em torno ou em relação aos 6 eixos actanciais e seus seres institucionais identificados (esporte escolar; esporte de rendimento; esporte como direito social; esporte como cadeia produtiva; coordenação política no/do esporte; e coordenação técnico-financeira do esporte). É trabalhando ou, orientando as políticas públicas por esses eixos, que atores e instituições bastante heterogêneos conseguem se encontrar em pontos comuns e, de tempos em tempos, construírem e estabilizarem determinados compromissos para apontarem determinadas direções na construção das PPELs. Entendemos a criação, mudança ou extinção de órgãos 'do esporte' (seja na coordenação política, na coordenação executiva e/ou na coordenação colegiada) nessa perspectiva, de orientação nesses eixos actanciais e na mobilização de seus seres institucionais.

Estamos de acordo com os trabalhos de Bueno (2008), Carvalho (2013), Toledo (2014), Khalifa (2019) e Damiani (2021), mencionados na introdução e contextualização deste estudo, de que a institucionalidade é relevante para a

presença, caracterização e rumos das PPELs. O que pensamos em ter avançado em relação a essas conclusões já presentes na literatura acadêmica, é que pudemos trazer elementos para dizer como isso vem sendo produzido numa esfera Estadual. No limite, nos parece também possível afirmar que criar uma Secretaria de Estado de Esporte e Lazer não significa necessariamente ter mais institucionalidade e, assim, capacidade de definir os rumos das PPELs, sendo preciso olhar com mais detalhes sobre qual compromisso está presente nessa forma de arranjo institucional, se por exemplo, não se trata de compromisso demasiadamente centrado em coordenação político no/do esporte, o que não quer dizer que esta seja menos importante ou desnecessária.

As desconstruções pela ativação de crises, controvérsias e inflexões, e as reconstruções dos compromissos podem ocorrer durante o período de gestão de um Governo eleito, mas são mais visíveis a abertura desses trabalhos de orientação e organização pelos eixos actanciais, além da mobilização de seus seres institucionais nos momentos de trocas de Governos. Nesse sentido, olhar para as escolhas de quem foram as pessoas escolhidas para coordenar os compromissos institucionais arranjados, nos parece uma questão relevante a ser investigada com mais profundidade, em especial sobre suas possibilidades de mediação dos/entre os diferentes eixos identificados. Nessa relação é possível considerarmos que a existência da instituição corresponde às expectativas dos atores em relação ao comportamento provável de outros atores. Por essa noção, pressupõe que os atores criam a instituição, numa operação de valor, algo que os teóricos conceituam como ganho obtido pela cooperação. “Assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados” (HALL, TAYLOR, 2003, p.206).

REFERÊNCIAS

BEGOSSI, Tuany Defaveri. **Formação de Professoras(es) para a Educação Primária no Rio Grande do Sul**: uma história das disciplinas de Gymnastica e Educação Physica em fins do século XIX até meados do século XX. 2022. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/257032

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: Sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999. DOI: https://doi.org/10.1177/1368431990020030

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 314f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como Política Pública**: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

DAMIANI, Cássia. **Contradições e tendências para a instituição de uma Política Pública de Estado de Esporte no Brasil - 2003 a 2015**. 2021. 587f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

GUTIÉRREZ, Cláudio. Dez motivos pelos quais a extinção da FUNDERGS é um absurdo. **Jornal Correio do Povo**. Coluna de Juremir Machado da Silva. 08/08/2015. Disponível em: https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/a-extin%C3%A7%C3%A3o-da-fundergs-%C3%A9-um-absurdo-dez-motivos-1.311509. Acesso em: 11/10/2021.

KHALIFA, Mehrez Palumbo. **Atuação do Estado de Minas Gerais nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no período de 2012 a 2018**: efeitos práticos frente à ausência de uma coordenação intergovernamental na área. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares do Lazer) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

OLIVEIRA, Lorita Maria de. **A Gestão das Políticas Públicas do Lazer no Rio Grande do Sul**. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2001.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul**: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanos.Porto Alegre, 2013.

POSTERO, Nancy; ELINOFF, Eli. 2019. Introduction: A return to politics. **Anthropological Theory**, v. 19, n.1, p. 3-28. DOI: https://doi.org/10.1177/1463499618814933

RAMPAZZO, Marcelo; DOTTO, Augusto Dias; SILVEIRA, Raquel; MYSKIW, Mauro. Políticas Públicas Estaduais/Distrital de Esporte e Lazer: problematizações e interesses na agenda coletiva de pesquisa. **Movimento**, v. 29, jan./dez. 2023. DOI: DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.133077

RAMPAZZO, Marcelo; MYSKIW, Mauro. Trajetórias institucionais em estudos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: um ensaio sobre abordagens e desdobramentos metodológicos. **Licere**, v. 26, n. 4, dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.49542

RIETH, Fernando Bruno. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. 55ª Legislatura, Sessão Plenária, 1ª Sessão Ordinária, em 9 de Novembro de 2021. (2021). **Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre,RS. n.p. Disponível em: <https://ww2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcri%C3%A7%C3%B5es/Sess%C3%B5esPlen%C3%A1rias/tabid/5478/language/pt-BR/Default.aspx> Acesso em: 01/02/2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989. Porto Alegre, 1989. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359

RIO GRANDE DO SUL. Turismo, Esporte e Lazer. **I Conferência Estadual de Esporte e Lazer acontece [nos] dias 23 e 24 [novembro de 2002]**. Imprensa. Porto Alegre, 2002. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/i-conferencia-estadual-de-esporte-e-lazer-acontece-dias-23-e-24

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Francisco Vargas é o novo secretário do Esporte e Lazer**. Secretaria de Comunicação. Matéria publicada em 03/06/2020. Porto Alegre, 2020a. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/francisco-vargas-e-o-novo-secretario-do-esporte-e-lazer

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Abertura da Conferência Estadual do Esporte e Lazer inicia com a realização da primeira regional em Pelotas**. Matéria publicada em 20/10/2020. Porto Alegre, 2020b. Disponível em: https://esporte.rs.gov.br/abertura-da-conferencia-estadual-do-esporte-e-lazer-se-inicia-com-realizacao-da-primeira-regional-em-pelotas

SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER. **Fundação do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Sul e Comitê Gestor da Copa**. Relatório de Atividades 2011-2014. Porto Alegre: FUNDERGS, 2014.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen: Introduction: institutional change in advanced political economies. *In:* STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (Eds.):

Beyond continuity: institutional change in advanced political economies. Oxford : Univ. Press, 2005. Disponível em: http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-194981

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n.60, p. 01-32, 2019.

TOLEDO, Renata Maria. **As políticas públicas e o direito "social" ao esporte**: uma análise a partir do Estado do Paraná (1995-2010). 2014. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

WOLF, Eric. Encarando o Poder: velhos *insights* novas questões. *In*: RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). **Antropologia e Poder:** contribuições de Eric Wolf. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: Editora da UnB, 2003.

ZITTOUN, Philippe. Hacia un enfoque pragmático de la acción pública. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 3, n. 1, p. 9-32, may., 2016. DOI: https://dx.doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2016.2316

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: OS LUGARES DAS CRENÇAS DE GESTORES EM RELAÇÃO A IMPERATIVOS DO TRABALHO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

PUBLIC SPORT AND LEISURE POLICIES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL: THE PLACES OF MANAGERS' BELIEFS IN RELATION TO WORK IMPERATIVES AND INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y OCIO EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL: LOS LUGARES DE LAS CREENCIAS DE LOS DIRIGENTES EN RELACIÓN CON LOS IMPERATIVOS DEL TRABAJO Y LAS DISPOSICIONES INSTITUCIONALES

Autor
Marcelo Rampazzo

Orientador
Mauro Myskiw

Resumo: Este trabalho faz parte de uma investigação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) na esfera Estadual/Distrital do pacto federativo brasileiro. Procurou investigar como atores-gestores a frente das instituições nomeados para chefiar pastas de PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, com suas trajetórias, crenças, vínculos e compromissos heterogêneos, narram imperativos do trabalho político-administrativo e como isso se relaciona com arranjos institucionais acionados para dar conta dos imperativos. Este objetivo foi abordado numa perspectiva qualitativa, tendo como referência teórico-metodológica o olhar centrado nas ações dos gestores e dos vínculos institucionais mediados, fazendo isso a partir das suas narrativas sobre situações tomadas como imperativos do trabalho político-administrativo. Foram entrevistados 7 gestores que ocuparam cargos à frente das instituições das PPELs do Estado do Rio Grande do Sul. As informações dessas entrevistas possibilitaram análises que foram desenvolvidas tendo como unidades básicas os imperativos do trabalho político-administrativo e suas relações com as trajetórias dos gestores e os arranjos institucionais colocados em cena. Concluímos que os atores-gestores não apenas transportam suas crenças, mas desenvolvem mediações que se relacionam com as especificidades de imperativos do trabalho político-administrativo e de arranjos institucionais acionados.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer; Crenças; Gestores; Instituição.

Abstract: This work is part of an investigation into Public Sports and Leisure Policies (PPELs) at the State/District level of the Brazilian federative pact. It sought to investigate how 'first-tier' actor-managers appointed to head PPELs portfolios in the State of Rio Grande do Sul, with their heterogeneous trajectories, beliefs, links and commitments, narrate imperatives of political-administrative work and how this relates to arrangements institutions activated to meet the imperatives. This objective was approached from a qualitative perspective, having as a theoretical-methodological reference a focus on the actions of managers and mediated institutional links, doing so based on their narratives about situations taken as imperatives of political-administrative work. Seven managers who occupied 'first

echelon' positions in the PPELs in the State of Rio Grande do Sul were interviewed. The information from these interviews enabled analyzes that were developed using as basic units the imperatives of political-administrative work and their relationships with the managers' trajectories and the institutional arrangements put in place. We conclude that actor-managers not only convey their beliefs, but develop mediations that relate to the specificities of the imperatives of political-administrative work and the institutional arrangements in place.

Keywords: Public policy; Sport; Leisure; Beliefs; Managers; Institution.

Resumen: Este trabajo es parte de una investigación sobre las Políticas Públicas de Deportes y Ocio (PPEL) a nivel de Estado/Distrito del pacto federativo brasileño. Se buscó investigar cómo los actores-gerentes de 'primer nivel' designados para encabezar las carteras de los PPEL en el Estado de Rio Grande do Sul, con sus trayectorias, creencias, vínculos y compromisos heterogéneos, narran los imperativos del trabajo político-administrativo y cómo esto se relaciona con instituciones activas para cumplir con los imperativos. Este objetivo fue abordado desde una perspectiva cualitativa, teniendo como referente teórico-metodológico un enfoque en las acciones de los gestores y vínculos institucionales mediados, haciéndolo a partir de sus narrativas sobre situaciones tomadas como imperativos del trabajo político-administrativo. Fueron entrevistados siete directivos que ocuparon puestos de 'primer escalón' en los PPEL del Estado de Rio Grande do Sul. Las informaciones de estas entrevistas permitieron análisis que se desarrollaron utilizando como unidades básicas los imperativos del trabajo político-administrativo y sus relaciones con las trayectorias de los directivos y los acuerdos institucionales establecidos. Concluimos que los actores-gerentes no sólo transmiten sus creencias, sino que desarrollan mediaciones que se relacionan con las especificidades de los imperativos del trabajo político-administrativo y los acuerdos institucionales vigentes.

Palabras clave: Políticas públicas; Deporte; Ocio; Creencias; Gerentes; Institución.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi iniciado a partir do interesse de se compreender as relações entre as crenças ou concepções sobre esporte e lazer de quem está ocupando cargos gestão à frente das instituições responsáveis Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs) e os arranjos institucionais articulados e colocados em ação nesse setor, em especial na esfera Estadual do pacto federativo. O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que procura compreender as trajetórias de arranjos institucionais das PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1989 e 2022.

Ao revisarmos a literatura sobre as PPELs nos Estados/Distrito Federal brasileiros (RAMPAZZO *et al.*, 2023), identificamos 80 estudos e uma agenda de pesquisa. Destes, 38 acionaram as crenças sobre esporte e lazer como forma de

contextualizar seus objetos de investigação e de construir seus problemas de pesquisa. Além disso, 19 trabalhos estiveram coordenados pelo interesse na compreensão das concepções, dimensões ou manifestações de esporte e lazer, em que pese a constituição de comunidades, configurações, coalizões, redes que constituem, sustentam e mobilizam suas crenças e as fazem existir institucionalmente nas políticas públicas. Tais elementos nos levaram a compreender que o olhar sobre crenças e concepções é uma questão relevante na agenda de pesquisas que procuram investigar as PPELs no âmbito dos Estados e Distrito Federal.

Para darmos um passo adiante no estudo, passamos a buscar as abordagens analíticas desenvolvidas sobre essa questão, especificamente em trabalhos que entrevistaram gestores. Ao observarmos a literatura acadêmica brasileira sobre crenças de gestores, notamos uma abordagem que relaciona trajetórias de formação e de atuação com as características das PPELs, fazendo isso no contexto de debates e demandas a respeito da garantia de direitos sociais, de superação de práticas utilitaristas, de visões salvacionistas e da hegemonia do esporte de rendimento. Uma referência bastante mobilizada nesse sentido é o ensaio de Marcellino (2001), tratando especificamente das Políticas Públicas de Lazer. Ainda que este trabalho não seja uma pesquisa com entrevistas, o trazemos como referência dessa abordagem pela sua recorrência com que é acionado. O autor coloca a concepção dos gestores sobre lazer como decisivas na configuração das ações governamentais no campo do lazer, desenvolvendo uma crítica ao viés assistencialista e restrito com que essa cultura vivida é tratada nos programas públicos. Para superar essa situação, o autor advoga pela presença de intelectuais orgânicos, daqueles que tratam das especificidades concretas do lazer como direito, o que demanda um trabalho de formação dos gestores.

Outros estudos avançaram nesse sentido, com o uso de entrevistas ou questionários abertos. Entre eles, no trabalho de Amaral e Kikuchi (2011), as autoras analisam documentos institucionais e realizam entrevistas com 3 gestores responsáveis por pastas ligadas ao lazer, no Município de Suzano, São Paulo. Concluem que os gestores materializam os projetos de acordo com sua concepção de lazer e que, apesar da referência à noção de direito social nos documentos, os argumentos dos interlocutores manifestam entendimentos funcionalistas acerca desse fenômeno. Sawitzki (2012), num movimento semelhante, realizou uma

investigação com gestores de 15 Municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Com base em um questionário com questões abertas respondido pelos gestores, num dos eixos de análise, o autor tratou das concepções de esporte e lazer como direito de todos nas Políticas Públicas. O autor chega à conclusão de que as concepções têm um sentido restrito e que, desse modo, as ações programáticas são limitadas pela realização de eventos competitivos e de calendários nesse sentido.

Além de estudos com gestores de/em Municípios, há estudos de ações programáticas de governos, como o desenvolvido por Areias e Borges (2011), que investigaram as concepções de lazer de gestores e coordenadores no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte, Governo Federal, implementado no Município de Vitória, Espírito Santo. Os autores entrevistaram 4 interlocutores e, com base nas análises, relacionaram as características das ações nas Políticas Públicas de Lazer com a formação e a compreensão dos gestores e coordenadores, mas salientam que outras barreiras estavam presentes quando se tratava de garantir esse direito social à população. No trabalho de Isayama *et al.* (2019), os autores se propuseram a olhar para as concepções, porém numa perspectiva de trajetórias de constituição e formação não apenas profissional, olhando para o caminho percorrido pelos gestores/as até chegarem a ocupar o cargo no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Entrevistaram 9 coordenadores/as (pedagógicos, de núcleos e gerais) e, nas análises dos conteúdos, identificaram diferenças e semelhanças nas trajetórias. Entre as semelhanças o interesse pela perspectiva cultural e social do esporte e do lazer como direitos, o que se (re)alimentava e se reforçava no contexto do PELC, que evidenciava os saberes e fazeres nesse sentido.

Além dessa preocupação com a trajetória de formação que se manifesta nas concepções dos gestores e suas implicações para as PPELS, encontramos, na literatura, outra abordagem, que compreende um conjunto de trabalhos que coloca em pauta as relações de poder, tendo como referência teórico-metodológica a obra de Pierre Bourdieu, em especial a análise de campos e subcampos sociais. São estudos que tratam de crenças, concepções ou representações de esporte e de lazer como resultado de processos de subjetivação de relações de poder objetivadas em campos sociais. Uma primeira análise que observamos nesse sentido foi a realizada por Linhales *et al.* (2008) sobre representações de gestores públicos de

esporte e lazer a respeito de seus trabalhos e suas engenharias institucionais para constituírem e implementarem ações de Políticas Públicas. Os autores realizaram 13 entrevistas temáticas com gestores de 13 Municípios que compõem o entorno de Belo Horizonte, Minas Gerais. Entre os resultados, apontam uma estreita relação entre as trajetórias das pessoas, estas constituídas em/pelas lógicas do campo esportivo (monopólio do esporte de rendimento, sobretudo do futebol) do campo político (relevância de distribuição de cargos, de dinâmicas assistencialistas).

Outro trabalho que investigou um conjunto de Municípios foi o de Menegaldo, Basei e Bendrath (2017), envolvendo entrevistas com agentes públicos municipais (secretários, diretores ou chefes de divisões de esportes e lazer) da Microrregião de Ivaiporã, Paraná. Foram realizadas 9 entrevistas com gestores, tendo como objetivo analisar as relações existentes entre apropriação de capital cultural e as políticas públicas setoriais. Desenvolvidas as análises, os autores identificaram defasagens, limitações, reducionismos sobre os estudos e as compreensões, em que pesem os debates contemporâneos sobre lazer, o que torna as ações das políticas setoriais restritas e reprodutoras de um modelo dominante. Noutro trabalho, Menegaldo *et al.* (2022), analisando os dados de pesquisa com gestores de 9 Municípios da Microrregião de Ivaiporã, Paraná, buscam compreender as relações entre concepções de esporte dos gestores municipais e as ações promovidas no subcampo das políticas públicas de esporte. Concluem que as políticas públicas ofertadas não condizem com as concepções narradas (estas mais atreladas à educação e a 'salvação'), posto que as ações implementadas se voltam para escolinhas e competições esportivas, o que diz sobre a incorporação de um *habitus* naquele campo social esportivo.

Sem a pretensão de esgotar os debates, além da identificação como uma temática relevante, estas duas abordagens descritas acima nos levam a crer que há elementos para dizer que as crenças, as concepções e as representações incorporadas pelos gestores públicos de esporte e lazer são relevantes para as decisões e os rumos de produção e reprodução das PPELs. E, ao reconhecer isso, a proposta deste trabalho, na expectativa de contribuir para os debates existentes, envolve a compreensão do trabalho político desses gestores públicos de esporte e lazer com suas crenças, especialmente daqueles que assumiram cargos imediatamente abaixo do cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Subsecretários, Chefes/Diretores de Departamentos, Diretores Presidentes de

Autarquia, Secretários de Estado), quando se deparam com imperativos específicos desse setor ou desse subsistema de política pública.

Esta proposição, que encontra sentido neste contexto de debates, emerge a partir das conclusões de outro trabalho que realizamos[7], no qual analisamos trajetórias institucionais das PPELs no Estado do Rio Grande do Sul (1989-2022), a partir da construção de acordos e compromissos entre atores e organizações heterogêneos. As conclusões deste trabalho nos possibilitaram compreender que as pessoas que tomam decisões político-administrativas sobre as PPELs põem em prática sua capacidade política de chegarem a lugares comuns, ou seja, que embora se identifiquem com determinadas crenças ou comunidades políticas do setor, precisam desenvolver e estabilizar (ainda que por breves momentos) acordos e compromissos que reúnem e coordenam atores institucionais heterogêneos, acalmando controvérsias e disputas para que seja possível colocar em ação uma agenda de governo.

Não há dúvidas de que os gestores das instituições nomeados para chefiar as pastas de esporte e lazer nos governos chegam nesses lugares em virtude de suas trajetórias e reputação de trabalho nesse setor de política pública e/ou por vínculos, representações e efeitos político-partidários. É o que nos mostra o trabalho de Doré (2023), cuja pesquisa procurou compreender como atores do contexto municipal em Maringá, Paraná, chegaram a ocupar cargos de Secretário Municipal. Suas análises destacam que determinados atores assumem tal função, em razão de sua biografia ligada a grupos ou coalizões influentes politicamente na cidade como: Universidade Estadual de Maringá, Clubes, Sindicatos, Comércio e Indústria locais. O autor sublinha, nessa análise, a trajetória histórica das instituições locais, e as possibilidades de mobilização e engajamento coletivos que deem apoio e sustentação ao governante eleito e as suas políticas. Com isso, conclui que, quando determinado ator assume uma Secretaria daquele município, o faz como representante de uma coalizão, pesando sobre si, os interesses de determinado coletivo, a capacidade de acionar determinadas redes ou coletivos, além da dimensão histórica das instituições locais.

[7] Nos referimos ao terceiro artigo que compõe a presente tese de doutorado, intitulado "Arranjos institucionais de Esporte e Lazer nos Governos do Estado do Rio Grande do Sul (1989-2022): análises de acordos e compromissos".

Na mesma linha, olhando para as configurações políticas e institucionais que envolvem assumir a gestão de uma pasta de governo, o trabalho de Passos (2013), analisou a formação do secretariado dos governos do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1991-2002. O autor destaca que, em um país com o regime presidencialista, como o caso do Brasil, tanto na União, quanto em seus entes federados (Estados e Municípios), a posse de determinada pasta (Ministério, Secretaria) se dá a partir da nomeação feita pelo governo eleito, ou seja, um gestor público só assume tal função ao ser designado pelo presidente, governador ou prefeito eleito pelo voto. Essa nomeação não é simples, pois o governo eleito tem que lidar com interesses diversos anteriores e ulteriores à eleição, considerando os compromissos políticos assumidos durante a campanha eleitoral, e ainda garantir sustentação política ao governo (governabilidade) na implementação de uma agenda. Em suas análises, Passos (2013) destacou a relação entre o governador eleito e a Assembleia Legislativa (ALRS), a partir da nomeação política por indicações de partidos que compõem a base de governo. O pesquisador conclui que algumas Secretarias podem servir de barganha política, como 'moeda de troca', sendo as secretarias de 'natureza social', com postos de visibilidade social e que apresentem retorno político no curto prazo, mais negociáveis. Já as Secretarias de 'natureza econômica', com planos de longo prazo e que objetivam implementar a agenda do governador eleito, dificilmente são negociadas, sendo nomeados secretários de estrita confiança do governador. Nesse arranjo político e institucional, entre a negociação, sustentação e formação de coalizão, são destacados dois perfis de gestores: o técnico, que assume a pasta a fim de operacionalizar a agenda de governo; e o político, que assume a pasta a fim de politicamente viabilizar a agenda de governo de sua pasta junto a ALRS (PASSOS, 2013).

Assim, considerando também estas análises e conclusões de Doré (2023) e de Passos (2013), propomos como objetivo geral deste estudo, investigar como atores-gestores nomeados para chefiar as instituições responsáveis pelas PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, com suas trajetórias, crenças, vínculos e compromissos heterogêneos, narram seu trabalho político-administrativo frente aos imperativos? E como isso se relaciona com arranjos institucionais acionados para dar conta dos imperativos?

2 TRABALHO POLÍTICO E MEDIADORES INSTITUCIONAIS

No campo das Ciências Políticas é possível entender que a noção de mediadores institucionais da/na Política Pública se relaciona com os atores denominados de empreendedores, está abordada de diferentes formas. Sem a pretensão de aprofundar esse debate, mas buscando contextualizá-lo, destacamos que Capella (2016) realizou uma análise sobre esses atores empreendedores em três modelos teóricos recorrentes, dentre os quais a autora localiza uma que trata dos mediadores, conforme a sistematização disponível no quadro 1.

Quadro 1 - Noções de empreendedores e mediadores em 3 modelos teóricos de análises de políticas públicas.

Modelo	**Noção de empreendedores**
Múltiplos Fluxos	São pessoas e, eventualmente, pequenos grupos. Defendem ideias, identificam janelas de oportunidades para conectá-las aos fluxos de problemas e de soluções, na perspectiva de interagir positivamente com o fluxo das políticas. Podem estar posicionados em qualquer lugar de uma comunidade política (especialistas de uma área temática), dentro e/ou fora do governo. Investem seus recursos (redes e conexões políticas, tempo, energia, habilidades, reputação, recursos financeiros) numa expectativa de ganhos futuros. O empreendedor, no entanto, não controla as mudanças, mas trabalha para defender as ideias de/em determinadas comunidades políticas.
Equilíbrio pontuado	São atores responsáveis pela conexão entre problemas e soluções, para alocar a atenção governamental para alguns assuntos específicos. Trabalham na construção e manutenção de monopólios de ideias políticas, que demandam arranjos institucionais e da constituição, disseminação e robustez da imagem de uma política (o que envolve a opinião ou representação pública). Esses monopólios dizem sobre a estabilidade e o equilíbrio dos sistemas políticos, o que pode perdurar por longos períodos. Contudo, eles estão sujeitos a rupturas (pontuações), especialmente quando novos empreendedores e novas ideias criam instabilidades, buscando a reestruturação dos monopólios ou outros estados de estabilidade.
Coalizões de Defesa	Não trata especificamente de empreendedores, mas aciona o lugar de mediadores nos subsistemas de políticas (conjunto de pessoas, organizações que interagem para influenciar uma determinada política, unidos e coordenados por determinadas crenças que defendem, com determinados repertórios e recursos, em relação a outras). Num subsistema de política é possível encontrar diferentes (duas ou mais) coalizões que compartilham e defendem distintas crenças, com seus atores políticos e seus recursos. Isso gera uma competição, o que demanda, por vezes, a presença de mediadores, que atuam como intermediários no conflito, na perspectiva de reduzir as tensões e controvérsias. Além dos mediadores, é possível também pensar os empreendedores como atores envolvidos na formação e manutenção das coalizões.

Fonte: elaborado com base em Capella (2016)

Nos interessa, neste trabalho, aprofundar esta noção de empreendedores políticos como mediadores institucionais, atores que conectam e coordenam

interesses e crenças de diferentes coalizões, comunidades ou instituições políticas. Essa noção de mediadores no trabalho político ou nas práticas políticas é tratada na etnografia realizada por Kuschnir (2000), que estudou a trajetória de uma 'família de políticos' (a 'dos Silveira') do subúrbio do Rio de Janeiro. A autora pesquisou no cotidiano desse trabalho político, mostrando como ele é experimentado, vivido e transformado através das trajetórias e dos projetos de atores concretos. A pesquisa descreve os parlamentares como mediadores políticos de diferentes mundos, isto é, aqueles que têm a capacidade de demonstrar que compartilham valores, crenças correspondentes a um ou mais coletivos (setores sociais, grupos sociais, territórios urbanos, temáticas públicas, etc.) e, ao mesmo tempo, são pessoas diferentes porque têm acesso a recursos públicos, o que lhes proporciona condições para mobilizá-los e trazer soluções aos problemas. Os 'atendimentos' dos problemas dependem do entendimento social e cultural, dos acessos aos recursos públicos, mas também das conexões destes com os problemas. Cabe ao trabalho político permanentemente construir e reforçar seus acessos aos recursos públicos, o que tem uma grande importância na definição da mediação para atender as demandas das comunidades.

Noutro estudo, este sobre a trajetória de um político (Ricardo Alves) que vivenciou e transitou por vários mundos (filho de comerciante-feirante, escola pública, escola privada, engenheiro formado por instituição pública, frequentador de cineclubes, membro de movimento estudantil, trabalhador de uma grande empresa pública, militante de partidos políticos considerados de esquerda, conselheiro do clube de engenharia, sindicalista, presidente de sindicato), Kuschnir (2001) mostra como, ao atuar como parlamentar, no seu trabalho político, Ricardo aciona seus acessos a esses diferentes mundos, mas fazendo isso de acordo com os contextos e as situações, o que implica uma perspectiva pragmática. Ele desenvolve uma forma de lidar com a heterogeneidade de sua trajetória. Mobiliza sua capacidade de circular e compreender diferentes códigos e valores, adaptando-os, retraduzindo-os para promover a comunicação entre grupos heterogêneos. O trabalho político como mediação, portanto, envolve lidar com informações, acessos, prestígios, transitar em/entre diferentes mundos, estabelecer conexões e mobilizações, fazer circular coisas para conectar soluções a problemas, não necessariamente transportar e reproduzir as crenças.

É nesta perspectiva pragmatista de mediador-político que optamos por enfatizar no curso desta pesquisa. Fazemos isso seguindo o raciocínio e os argumentos de Zittoun (2016) que, ao analisar os modelos teóricos da Ciência Política, sublinha que há um desafio a ser enfrentado com mais especificidade, o de olhar para as pessoas que, no cotidiano, produzem o trabalho político. De acordo com esse autor, a abordagem pragmática das políticas públicas envolve um olhar atento para as desordens, para as crises, mas, ao mesmo tempo, para o trabalho de produção de ordem e de estabilidade, ainda que provisória. Assim, tal abordagem

> [...] visa compreender os processos de fabricação e transformação das políticas públicas através da descrição das práticas concretas dos atores, interessando-se mais particularmente pela forma como os atores associam à sua proposta um problema a ser resolvido, atores a vincular, poderes para distribuir e argumentos para racionalizar. (ZITTOUN, 2016, p. 28, tradução nossa)

Localizamos nessa abordagem um olhar atento para a noção de ator político como mediador no sentido utilizado por Latour (2012, p. 65), como aqueles que, diferente dos intermediários, transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente com os quais se relacionam e trabalham. Diante de imperativos ou de controvérsias a serem estabilizadas, os atores (aqui estamos tratando dos atores políticos, gestores nomeado pelo governador do estado) buscam ou estabelecem pontos de passagem (lugares comuns que alcançam generalidade) que lhes possibilitam associar elementos heterogêneos, alistar pessoas, interesses e instituições, reunir e mobilizar recursos e argumentos, estabelecer critérios de classificação para produzirem os efeitos. No caso da Política Pública, por exemplo, não raramente a corrupção é acionada/mobilizada como uma forma de lugar comum (ponto de passagem) para aliar, alistar, arrastar, engajar pessoas. No caso das PPELs de esporte e lazer, nesse sentido, é recorrente a utilização, por parte de mediadores políticos, da noção de inclusão social numa perspectiva salvacionista e ufanista.

Este olhar pragmático para mediadores políticos está presente em trabalhos do coletivo de pesquisa que fazemos parte, o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Num ensaio analítico-reflexivo desenvolvemos a localização dessa abordagem pragmática em relação a outras que identificamos sobre possibilidades teórico-metodológicas

emergentes nas investigações de trajetórias institucionais de PPELs no Brasil (RAMPAZO; MYSKIW, 2023). Entre os estudos que nos precederam nesse sentido está o de Pacheco (2017), no qual a autora investigou a noção de talento esportivo como associação de elementos heterogêneos e seus efeitos na constituição das Políticas Públicas Nacionais de Esporte. Na pesquisa, a autora seguiu atores mediadores em seus trabalhos de alistar, associar interesse, objetos, histórias, ideias, humanos e não humanos para estabilizar, socialmente, a noção de talento, a ponto de fazer desaparecer as conexões, para que pudesse engajar pessoas e produzir os efeitos práticos no cotidiano da política.

No trabalho de Vasques (2018), na mesma perspectiva, o autor seguiu atores mediadores no trabalho político de constituir a conformidade da Autoridade Brasileira de Controle Antidopagem (ABCD) para atender as demandas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016. O pesquisador investigou como atores políticos circulavam e mobilizavam recursos ao longo de uma cadeia de interesses para dar conta de imperativos de justificação (a criação e o funcionamento da ABCD; a aprovação do Código Brasileiro Antidopagem; e a criação e funcionamento do Tribunal de Justiça Antidopagem), isso no contexto de uma Política Pública de Esporte.

Por fim, descartamos a investigação de Silveira (2021) sobre uma trajetória de invisibilidade e de desinvestimento dos serviços públicos de esporte e lazer na estrutura administrativa municipal de Porto Alegre (uma ‘pasta que só dava problemas’, colocada em ‘lugar nenhum’ na administração 2017-2020). O autor seguiu professores-gestores entendidos como mediadores políticos e seu trabalho de conexão de diferentes mundos, de mobilização de recursos, de compreensão das realidades culturais para constituir publicamente os problemas e as soluções (a partir de projetos coletivos e de coletivos de projetos) na área de esporte e lazer.

Estes trabalhos se inserem nessa possibilidade de compreensão das Políticas Públicas a partir de como as pessoas, especialmente aquelas que ocupam cargos de gestão pública, lidam com os imperativos das PPELs. Isso se alinha com as análises de Zittoun (2016), de Kuschnir (2000, 2001), mas também com as reflexões de Forell e Mayboroda (2017) tecidas a respeito das especificidades do campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. Para estes autores, “[...] a área poderia estar mais preocupada em estudar quais são as representações que as

pessoas fizeram deste processo, do que em avaliar o que se planejou, materializou-se ou não, no bojo da população" (p. 38).

3 DECISÕES METODOLÓGICAS

Essa pesquisa se trata de uma pesquisa qualitativa, em que nos orientamos a partir das contribuições de Triviños (1987) e construída artesanalmente. Não buscamos seguir uma sequência rígida de etapas, mas sim empregar algumas técnicas que fazem parte dos modos de produção da pesquisa qualitativa. Não vamos em busca de confirmar ou refutar hipóteses, mas procuramos compreender o que os dados empíricos nos mostram sobre como atores-gestores nomeados para chefiar pastas de PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, com suas trajetórias, crenças, vínculos e compromissos heterogêneos, narram imperativos do trabalho político-administrativo e como isso se relaciona com arranjos institucionais acionados para dar conta dos imperativos. Fizemos isso tendo em vista o enfoque pragmático descrito e delimitado acima (LATOUR, 2012; CAPELLA, 2016; ZITTOUN, 2016; KUSCHNIR, 2000, 2001; FORELL, MAYBORODA, 2017; PACHECO, 2017; VASQUES, 2018; SILVEIRA, 2021).

Partimos de uma definição do período da pesquisa levou em consideração, de um lado, que no ano de 1989 foi promulgada a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, na qual o esporte e o lazer figuram como direitos sociais, isto é, uma questão nova no cenário institucional político até então. Entramos em contato com 16 atores que ocuparam os cargos à frente das instituições, ou, de setores responsáveis pelas PPELs (Subsecretários, Chefes/Diretores de Departamentos, Diretores Presidentes de Autarquia, Secretários de Estado), até o ano de 2022. Conseguimos desenvolver entrevistas semiestruturadas com 8 gestores, contudo, um deles, na fase de retomada do conteúdo transcrito da entrevista transcrita, não retornou com a autorização para a utilização dessa empiria. Dessa forma, passamos a contar com 7 entrevistas cujas transcrições foram acessadas pelos interlocutores e autorizadas, conforme as descrições do quadro 3.

Quadro 2 - Gestores que concederam entrevistas e autorizaram seus conteúdos para a realização da pesquisa.

Gestor	**Cargo que ocupou**
Gestor 1 G1	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 2 G2	Subsecretário da Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação (SUDESP)
Gestor 3 G3	Subsecretário da Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação (SUDESP); Diretor técnico da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 4 G4	Secretário Estadual da Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)
Gestor 5 G5	Secretário Estadual da Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)
Gestor 6 G6	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)
Gestor 7 G7	Presidente da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)

Fonte: elaboração dos autores

A realização das entrevistas levou em consideração as orientações sobre ética de pesquisa, em especial das disposições constantes na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A participação foi por adesão de forma voluntária. Foi iniciado pelo contato telefônico, por *e-mail* ou por aplicativo *WhatsApp*, com o envio de uma carta de apresentação e de convite (Apêndice 1). Explicamos o propósito da pesquisa. Tendo uma noção prévia e sua concordância preliminar, enviamos o termo livre esclarecido (Apêndice 2) e o roteiro de entrevistas (Apêndice 3). As entrevistas realizadas foram desenvolvidas no formato presencial e por meio de plataforma de videochamada (a Plataforma *MConf* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). O conteúdo de áudio das entrevistas foi gravado e, depois, transcrito. Esse material transcrito foi encaminhado para os/as entrevistados/as para que revisassem e retornassem sobre os conteúdos que autorizavam utilizar. Somente os conteúdos autorizados foram utilizados. A fim de garantir sigilo dos colaboradores, seus nomes foram substituídos por códigos alfanuméricos, sendo G para gestor, e numeral para a ordem em que foram entrevistados, ordem essa que apenas os pesquisadores têm acesso.

Optamos, também, por não identificar se eram gestores homens ou mulheres. Ainda, em alguns momentos da textualização das descrições e das nossas análises, optamos por fazer de maneira a não mencionar os cargos/gestores, como estratégia para não identificação.

Para desenvolver a análise da empiria produzida através das entrevistas, considerando a proposta de olhar para o trabalho político e tendo o gestor como mediador de/entre mundos, optamos por seguir passos que aprendemos nas pesquisas de Marques (2006), que procura deslocar a análise de Políticas Públicas das organizações e dar mais centralidade para as ações dos indivíduos, sobretudo o olhar para os vínculos e as redes. De acordo com este autor:

> O tecido do Estado **é produzido e transformado pelas redes entre pessoas e organizações que estruturam internamente as organizações estatais** e as inserem em seus ambientes mais amplos. No funcionamento concreto da política (e das políticas), **os contatos institucionais são canalizados por contatos pessoais e institucionais** que **se apóiam em padrões de relações preexistentes, assim como ajudam a recriá-los**. Essas estruturas de médio alcance canalizam informações, apoios, alianças e a formação de projetos, visões e percepções. Além disso, **esses padrões de relação induzem visões de mundo (e da política), influenciam a formação de preferências, constrangem escolhas, estratégias e alianças e alteram resultados políticos**. Em termos mais concretos, podemos dizer que o tecido do Estado **é composto por uma superposição de redes de relações temáticas que circunscrevem as comunidades ligadas a cada uma de suas ações**. (MARQUES, 2006, p. 22, grifo nosso)

Tomando esses elementos como referência metodológica de análise, passamos a ler as entrevistas **com objetivo de identificar as redes de relações temáticas, que, acionando a proposta do pragmatismo, passamos a denominar de imperativos do trabalho político-administrativo**. Assim, como unidade básica da análise, inicialmente, buscamos identificar situações narradas pelos gestores que diziam sobre demandas que se apresentavam a eles para fazerem algo (ou deixarem de fazer algo), sobre questões a serem consideradas para fazerem algo (ou deixar de fazer), ou situações narradas que implicavam em justificação sobre algo feito ou deixado de fazer. Em termos mais gerais, buscamos identificar as situações nas quais os interlocutores estavam submetidos a algum imperativo, uma situação que lhes demandava alguma coordenação de pessoas, ações ou arranjos institucionais, em que procuravam tratar das disputas e controvérsias, mas expressando os modos como eles foram estabilizando as coisas, desenvolvendo caminhos para agir e sustentando suas ações e direções.

Com base nas leituras das entrevistas iniciamos a construção de uma planilha que continha, na primeira coluna, a identificação do Gestor (G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7). Na segunda coluna a planilha continha uma descrição sucinta do imperativo do trabalho político-administrativo por nós identificado (a situação, a demanda, o que considerar, etc.). Na terceira coluna inserimos um título sucinto capaz de categorizar os imperativos (Equipe, processos e condições de trabalho; Competições Esportivas Seletivas; Captação, investimento repasse de recursos financeiros; Ações de lazer, cultura, saúde e inclusão; Descentralização, municipalização, representatividade; Demandas, disputas e compromissos políticos; Infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos; Lugares e ações de formação esportiva; Eventos, trabalho, renda, arrecadação; Esporte e Educação Física Escolar), com o objetivo de viabilizar um olhar para os vínculos.

Com essa estrutura de planilha iniciamos nossas análises dos vínculos, mas, num determinado momento, tendo em vista nosso objetivo geral, passamos a revisitar as entrevistas para identificar, nas narrativas dos interlocutores, os Arranjos Institucionais que cada um dos imperativos do trabalho político-administrativos colocavam em cena (ou que eram colocados em cena nas narrativas). Criamos, assim, uma quarta coluna contendo a identificação dos Arranjos Institucionais (Conselho Estadual; Empresas; Entidades Esportivas; Escolas; Governo Federal; Municípios; Organizações da Sociedade Civil; Outras Pastas; Partidos Políticos; Pasta do Esporte; Universidades), cuja delimitação emerge das informações constantes da situações que configurar os imperativos descritos na segunda coluna. As informações das 4 colunas serviram de base para a construção de quadros e gráficos que retratam um conjunto de perguntas e seus desdobramentos ao longo da análise, sempre colocando a centralidade nas narrativas que dizem sobre as ações das pessoas, no caso dos gestores-mediadores.

4 IMPERATIVOS E MEDIAÇÕES DO TRABALHO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

> Todo governo que assume [...]. Antes de ganhar a eleição, eles [governadores, prefeitos] têm equipes que montam as propostas e os projetos. Se ganhar a eleição, se vai executar ou não, aí é outra história. Aí depende de recurso, depende de pessoal especializado, depende de quem vai comandar a pasta. Então, os projetos são [...] são os planos de governo, são montados antes de o governo ser eleito. Se eleito for, se vai executar ou não, aí é outra história (GESTOR 3, entrevista concedida).

> [...] quando tu chegas a um cargo desse público, é difícil implementar perfeitamente aquele teu ideal, é muito difícil, é muito complicado. Tem tanta coisa que intervém no meio disso que também te impede muitas vezes. Te impede de poder fazer. (GESTOR 6, entrevista concedida).

Iniciamos esta seção com estes excertos de entrevistas porque eles nos dizem, de maneira exemplar, sobre os imperativos institucionais que exigirão, dos gestores, o trabalho de mediação para constituir e relacionar problemas e soluções na área de esporte e lazer. Estes imperativos são entendidos aqui como aquelas questões ou demandas se se apresentam institucionalmente, com as quais os gestores entrevistados (aqui compreendidos como mediadores) se depararam no sentido de, em meio a disputas e controvérsias, terem que produzir acordos e compromissos possíveis com o intuito de negociarem e de colocarem em ação uma agenda de trabalho político-administrativa. Quando o Gestor 3 afirma que ter propostas é uma coisa, mas, depois de eleito, implementar é outra história, quando o gestor 6 destaca que tem tanta coisa que intervém, nos informam que existem esses imperativos, os quais colocam a possibilidade de os gestores e suas equipes mostrarem suas habilidades, suas competências, mobilizarem seus vínculos, suas redes e seus recursos, exatamente para encontrarem lugares comuns (pontos de passagens, fontes de coordenação) que permitem mediar, negociar e produzir acordos sobre os problemas e as soluções numa agenda de trabalho.

Mas quais são estes imperativos? Buscamos, nas entrevistas dos gestores, identificar esses imperativos do trabalho político com os quais eles se depararam e, de alguma forma, coordenaram os coletivos. No quadro 3 apresentamos e descrevemos, tal como compreendemos, 10 imperativos, colocados em ordem de maior para menor recorrência, conforme o gráfico 1.

Quadro 3 - Imperativos com os quais os gestores se deparam no trabalho político e que se apresentam como fontes de coordenação de acordos e compromissos.

Imperativos	**Descrição da coletivização, da coordenação dos atores heterogêneos**
Equipe, processos e condições de trabalho	Tratam dos esforços de composição da equipe de trabalho para colocar em ação as PPELs, envolvendo a presença de diferentes tipos de vínculos (Cargos em Comissão de indicações políticas e/ou técnicas, cedências de outras pastas ou órgãos públicos de indicações políticas e/ou técnicas; convênios com Universidades; contratação pelas leis trabalhistas; contratos de estágio; contratações emergenciais; processos seletivos). Engloba a conquista de condições de trabalho para a equipe (infraestrutura adequada, segurança, acessibilidade; salários razoáveis; definição de funções; plano de carreira; reconhecimento e valorização do conhecimento técnico, das especialidades; reconhecimento e respeito à diversidade; investimento na

	formação continuada). Trata do desenvolvimento e consolidação de processos de trabalho estruturados para atender as demandas das PPELs, sem deixar de lado os princípios e as delimitações características da administração pública, inclusive como argumento relevante nos momentos de lidar com as pressões políticas (sobretudo as partidárias) não raramente presentes.
Competições Esportivas Seletivas	A importância e demanda de realização de competições esportivas seletivas (escolares, entre municípios, paradesportivas, povos tradicionais, surdos, mulheres, idosos, modalidades regionais, entre muitas outras), inclusive de se ter um calendário esportivo sistematizado. Envolve o apoio a realização de competições esportivas por outras entidades (clubes, associações, federações, confederações, ligas; organizações sociais sem fins lucrativos que têm programas e projetos esportivos; grupos sociais auto-organizados e informais). Abarca os trabalhos e esforços para garantir a participação de equipes, de atletas e/ou de membros de comissões técnicas em competições, a composição de delegações representativas em competições, a estruturação de bolsas para atletas e treinadores, a participação, em alguns casos, de empresas patrocinadoras. E engloba a preocupação com a conquista de vagas, com premiações (troféus, medalhas, títulos), de lugares de destaque nos pódios, com o número de participantes, com a qualidade das arbitragens, cujos efeitos
Captação, investimento repasse de recursos financeiros	O trabalho de coordenar recursos financeiros representa outra fonte de coletivização dos gestores. Narram as preocupações e o empenho em conseguir/captar recursos financeiros para as PPELs junto ao Governo do Estado (fontes orçamentárias, por vezes envolvendo a consulta popular; fontes indiretas por programas de incentivo fiscal; pelo fundo estadual de desenvolvimento do esporte; ações programáticas intersetoriais, com Secretarias de Educação e Segurança) e ao Governo Federal (recursos das loterias e concursos de prognósticos; programa Salário Educação). No caso dos recursos das loterias e concursos de prognósticos é frequente a descrição sobre as dificuldades de acessar os valores repassados, pois estes chegam através do caixa único do Estado e, embora sejam 'carimbados' (exclusivos para 'o esporte'), nem sempre é de fácil mobilização para as ações da pasta. Noutra frente, o trabalho dos gestores envolve repassar recursos para outras instâncias ou entidades executarem as PPELs, na maioria das vezes através de convênios com municípios, entidades de administração e de prática esportiva, entidades do terceiro setor (por editais, projetos, planos de trabalho, prestação de contas, controle social), mas também na forma de bolsas para atletas e treinadores, auxílios específicos para equipes, atletas e treinadores.
Ações de lazer, cultura, saúde e inclusão	São trabalhos de gestão descritos, muitas vezes, como alternativas ao esporte seletivo, ao projeto de espetacularização e de mercantilização, à política esportiva tradicional em grande parte baseada nas competições esportivas (jogos, provas). São as ações marcadamente relacionadas a noções como direito social (ações que têm como propósito o acesso e a participação na cultura de movimento, na universalização relacionada a cidadania e ao enfrentamento das desigualdades), inclusão social (tomando os cenários de esporte como lugares de proteção, como redes de cuidado em situações de vulnerabilidades; lugares de incorporação de valores positivos), saúde e qualidade de vida (relações com atividades físicas e seus benefícios para as pessoas e grupos sociais), com a valorização da cultura gaúcha (como as provas de tiro de laço no contexto dos Centros de Tradição Gaúcha; os circuitos de bocha, bolão ou outros jogos).
Demandas, disputas e	Os gestores tratam, de maneira recorrente, dos vínculos de seus trabalhos com a atividade da política partidária, entre elas, a contratação e

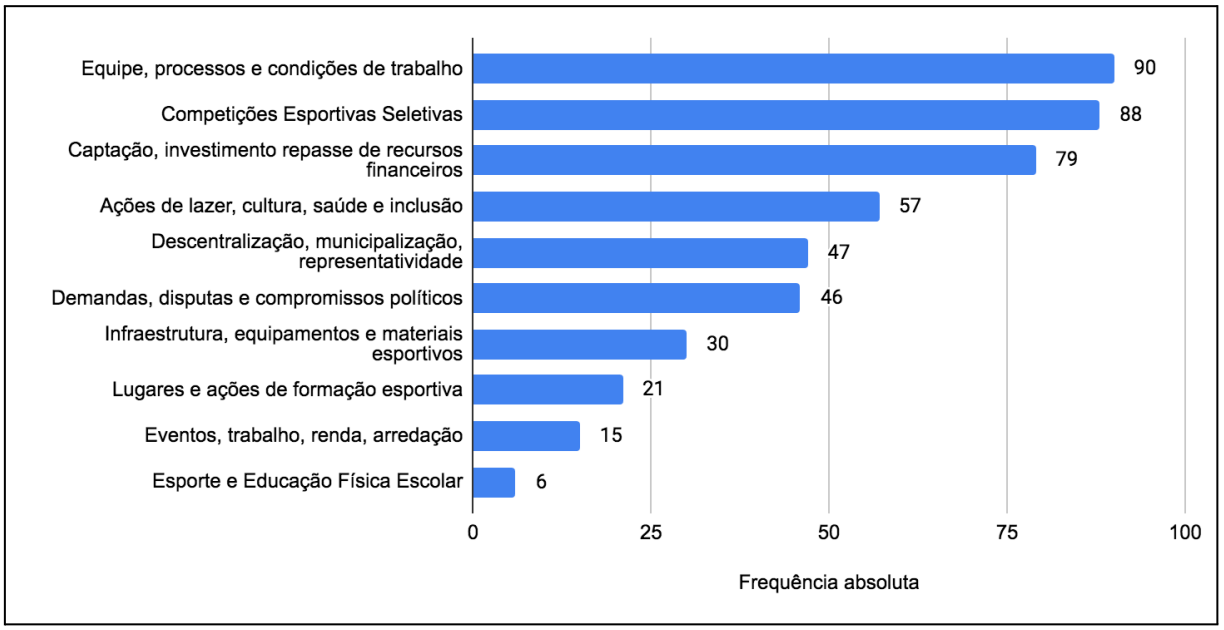
compromissos políticos	acomodação de pessoas nos cargos por indicação política, considerando compromissos dos/nos pleitos eleitorais e as demandas de votos em projetos do Governo na Assembleia Legislativa. Mencionam as disputas, as divergências internas e o desenvolvimento de acordos relacionados aos interesses dos partidos que administram a pasta. Nesse sentido, tratam da relevância de conhecer os atores, os partidos, as coalizões, os blocos políticos, se for o caso, filiar-se ou desfiliar-se. Narram as pressões para atender demandas (ainda que contrariados) de pessoas e de partidos políticos associados à base do Governo, no que diz respeito ao acesso à recursos do Estado. Descrevem os mecanismos técnico-burocráticos construídos e colocados em ação para lidar com ou filtrar esse tipo de pressão política na administração pública. Reclamam da lógica de extinção ou de abandono daquilo que é identificado com determinado partido de oposição. Mas, além de questões político-partidárias, mencionam seus trabalhos para aprovar legislações pertinentes ao desenvolvimento de PPELs (criação de cargos, lei de incentivo, plano decenal), para organizar coletivos ou frentes de atores esportivos, estes com capacidade de colocar problemas e soluções na agenda dos governos.
Descentralização, municipalização, representatividade	Está na pauta dos gestores o envolvimento de um maior número de municípios e de entidades ou associações neles localizadas, sobretudo numa perspectiva de interiorização, de diversificação e de redistribuição, isto é, de não apenas olhar para a região metropolitana e os grandes municípios, ampliar os horizontes a respeito dos interesses esportivos. Mencionaram a realização de Conferências Estaduais com etapas regionais, cujos legados não se resultam nos documentos, mas trazem a aprendizagem política dos envolvidos. Argumentam sobre a importância da existência dos Polos Regionais nas Universidades. Relatam muitas viagens, reuniões, conversas com Prefeitos e gestores Municipais, de como isso lhes permitiu compreender a diversidade, as vocações esportivas, as barreiras existentes. Descrevem os esforços e a importância da realização de eventos, seminários e cursos para capacitação e alinhamento, assim como da relevância de gerenciar os convênios, a alocação dos recursos com base em critérios redistributivos (mais municípios, diferentes coletivos sociais, distintos períodos). Tratam da necessidade de ter e manter atuante o Conselho Estadual de Desporto, alguns interlocutores salientando a importância de mais autonomia em relação ao Governo e da maior representatividade da diversidade esportiva.
Infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos	A infraestrutura aparece entre os imperativos que capturam os gestores. Eles mencionam a construção, reforma, manutenção de ginásios de esporte, campos, pistas de corrida, pistas de caminhada, academias ao ar livre, iluminação, etc. Narram as compras, reformas e manutenção de equipamentos esportivos e recreativos (brinquedos, aparelhos de ginástica, tatame, pisos, barreiras, etc.). Tratam da aquisição e distribuição de materiais esportivos (bolas, cones, redes, coletes….). Entre todos os relatos, pela recorrência, ganha destaque os trabalhos relacionados à infraestrutura e aos equipamentos no/do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) localizado em Porto Alegre.
Lugares e ações de formação esportiva	Os gestores manifestam o trabalho para constituir e manter lugares e ações de formação esportiva (vivências esportivas; categorias de base; iniciação esportiva, contando, para isso, com as relações com entidades esportivas (de prática e de administração), municípios, governo federal e entidades da sociedade civil (projetos sociais). Se destacam nessas manifestações a realização da formação esportiva no âmbito do Centro Estadual de Treinamento Esportivo, com as parcerias das Federações que lá desenvolvem suas atividades e oferecem espaços gratuitos em categorias de base como contrapartida.

Eventos, trabalho, renda e arrecadação	Nas ações relatadas pelos interlocutores emergem descrições sobre seus trabalhos para a realização de eventos esportivos que têm o propósito de 'movimentar a economia', criando oportunidade de trabalho, renda e também de arrecadação de impostos. Tais relatos ganharam mais evidência a respeito da preparação de Porto Alegre e cidades da região metropolitana para receber equipes e turistas esportivos relacionados à realização da Copa FIFA de Futebol em 2014. Além deste, outros eventos são mencionados e descritos com esses propósitos, na capital, região metropolitana e em municípios do interior do Estado.
Esporte e Educação Física Escolar	Em alguns poucos momentos os trabalhos de gestores entrevistados se encontram nas atividades deles para conferir melhores condições ao esporte escolar, mas articulado com a disciplina Educação Física. Retratam ações para conferir melhores condições de formação e de trabalho para os professores de Educação Física das Escolas Públicas Estaduais.

Fonte: elaborado pelos autores

Uma vez identificados esses 10 imperativos de trabalho com os quais os gestores lidavam nas práticas político-administrativas, passamos a desenvolver um olhar sobre a frequência com que apareceram nas narrativas dos interlocutores. O gráfico 1 nos indicou que 3 fontes de coordenação das ações se destacam (equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros). Num lugar mediano, digamos assim, estão os imperativos relacionados às ações de lazer, cultura, saúde e inclusão, os esforços de descentralização e representatividade, o atendimento de demandas, disputas e compromissos políticos. Por último, aparecem como questões que demandam capacidades de mediação, a infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos, os lugares e ações de formação esportiva, os eventos que potencializam o trabalho, a renda e a arrecadação de impostos, e o esporte na Educação Física Escolar.

Gráfico 1 - Frequência absoluta dos imperativos identificados nas narrativas das entrevistas com os gestores



Fonte: elaborado pelos autores

Olhando para essas informações sobre os imperativos identificados e mapeados em termos de frequência absoluta, temos uma representação sobre o que a Gestora 6 afirma quando diz que "tem muita coisa que intervém" entre os interesses de quem é nomeado e assumiu, ou sobre "a outra história" mencionada pelo Gestor 3 ao se referir a desafios após as eleições, mesmo que se tenham propostas e compromissos anteriores. Além disso, as informações descritas acima permitem afirmar que existem imperativos com maior capacidade de captura da percepção dos gestores como fonte de coordenação que, apesar das disputas e controvérsias, se colocam como lugares de mediação (em destaque colocamos os trabalhos relacionados às competições esportivas seletivas e o esforço de ter equipe, processos e condições de trabalho, assim como os de captar, investir e de repassar recursos financeiros).

Chegando nesse entendimento, passamos a nos questionar se todos os gestores-mediadores, com suas diferentes trajetórias, crenças, vínculos e compromissos, se depararam, lidaram, lidaram todos com esses imperativos? Antes de tratar especificamente dessa questão, trazemos uma síntese acerca de como os gestores entrevistados narraram sua chegada ao cargo (quadro 4) e uma distribuição do número de imperativos mencionados por cada um deles (gráfico 2).

Quadro 4 - Síntese das narrativas dos gestores sobre suas trajetórias e indicações para a nomeação aos cargos, destacando vínculos institucionais

Gestores	**Descrições dos gestores sobre a indicação e nomeação ao cargo, destacando vínculos institucionais**
G1	A partir das experiências esportivas em escolas e clubes da cidade, ingressa e conclui a licenciatura em Educação Física. Atuou como Professor no Ensino Fundamental (na Educação Física dividida em clubes esportivos), treinador esportivo de uma modalidade de alto rendimento com resultados internacionais expressivos, foi professor de cursos de graduação e de especialização nessa área. Atuou em diversos cargos de gestão na Universidade. Foi convidado para dirigir uma das seleções gaúchas da modalidade, sendo reconhecido pelos resultados. Pela Universidade participava de um programa de esporte de alto rendimento do Governo Federal, sendo indicado para ocupar um cargo nesta instância. No Governo Federal assumiu outro cargo, este próximo do maior que havia naquele momento. Com a mudança de Governo em Brasília, retornou para o Rio Grande do Sul, sendo indicado para assumir a presidência da Fundação Estadual de Esporte e Lazer do Estado (FUNDERGS). Era filiado a um partido relacionado ao Governo eleito.
G2	Descreveu sua relação com o esporte na Escola e em espaços públicos. Essa experiência lhe instiga a cursar a licenciatura em Educação Física, na época com uma formação voltada para o esporte seletivo,de rendimento. Mas, ainda na Universidade, se aproximou da Faculdade de Educação e dos Estudos do Lazer. Já formado, atuou como Professor na Educação Básica, em Unidade de Prefeitura e na formação de Professores. Passou a trabalhar com a organização esportiva em Escolas, indo trabalhar no Departamento de Educação Física da Secretaria de Estado da Educação, inicialmente trabalhando no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), depois com Esporte Escolar (Campeonato Escolar Gaúcho). Trabalhou nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, nas Colônias de Férias do Estado, no programa Esporte para Todos (EPT). Participou de maneira ativa nos debates sobre a inserção do esporte na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, buscando ampliar o significado. Recebe o convite para o cargo de Subsecretário do Desporto (SUDESP) pelo reconhecimento a essa trajetória e pela liderança. Não era filiado a nenhum partido, mas sabia fazer uma leitura política da área.
G3	Relatou o envolvimento com o esporte desde muito cedo, nas escolas, clubes e espaços públicos. Licenciado em Educação Física. Fez a formação inicial já trabalhando como servidor de Prefeitura, sendo transferido para a pasta de Educação, onde se localizava o setor do esporte. Acumulava atividades administrativas com a de Professor. Ingressou por concurso como professor na Prefeitura, sendo lotado em ações de esporte e recreação num Parque da cidade. Foi cedido para a SUDESP por vínculos políticos, pois, desde a juventude, era militante de Partido Político relacionado ao Governador eleito. Já tinha trabalhado com o mesmo Governador, em cargo diretivo de PPELs, porém na Prefeitura. No Governo do Estado, antes de assumir como Subsecretário, trabalhou na Secretaria de Estado de Educação. Anos depois, após atuações em cargos na Prefeitura e na Câmara de Vereadores, vinculado ao mesmo partido, novamente é cedido ao Estado, para trabalhar num cargo de direção da FUNDERGS. Militante do mesmo partido há anos, relacionado ao qual assumiu vários cargos.
G4	Narrou sua trajetória em diversas modalidades esportivas desde os tempos escolares, mas acabou competindo mais em uma delas, também em clubes (competições estaduais e nacionais). Tornou-se treinador dessa modalidade (até com carteira assinada), mas sua formação foi desenvolvida na área administrativa, com especialização e mestrado. Foi dirigente de entidade estadual de administração do esporte, trabalhando nas dependências do CETE. Sempre apoiou a realização dos JIRGS. Iniciou sua carreira política como vereador (ajudando a criar a Secretaria de Esporte de seu municípios), depois foi eleito deputado estadual diversas vezes, tendo o esporte como uma de 'suas bandeiras'. Foi Secretário de Estado em diferentes

	pastas, entre elas a de Esporte e Lazer. Relata que sua indicação para este cargo foi o reconhecimento dessa trajetória política, administrativa e esportiva.
G5	Descreveu sua inserção no universo esportivo em clubes, orientada para rendimento. Competiu numa modalidade, mas também relatou práticas esportivas de lazer. Cursou licenciatura em Educação Física, atuou como Professor no Ensino Fundamental e com prescrição de exercícios físicos num Instituto. Ingressou no universo da pesquisa, cursou mestrado e doutorado. Tornou-se docente de cursos de graduação e de pós-graduação. Na Universidade assumiu diversos cargos de direção e representação. Vinculou-se à gestão de um programa do Governo Federal da área de esporte educacional, que lhe fez mais conhecido no campo das Políticas Públicas. Credita o seu trabalho na gestão desse programa a sua indicação para o cargo de Secretário de Estado de Esporte e Lazer. Na época não era filiado a nenhum partido.
G6	Aponta uma trajetória esportiva escolar e em programas públicos na juventude. Participava de jogos esportivos estudantis e municipais. Graduou-se em Educação Física (com bolsa porque jogava), mas trabalhou pouco tempo como Professor em Escolas (concursada). Sua trajetória e proximidade com um Deputado Estadual lhe possibilitou trabalhar com ele, em diferentes pastas, ocupando cargos de confiança. Apesar de não ter sido candidata em pleitos eleitorais, descreve que aprendeu muito sobre política partidária. Trabalhou em cargos de primeiro e de segundo escalão no Estado e em Prefeitura (concursada para trabalhar na área de esporte), atuando em trabalhos de gestão. Fez mestrado na área de Educação. Se filiou ao Partido Político, o mesmo do Deputado com quem tem trabalhado. Esse vínculo e a trajetória no esporte, na administração e conhecimento sobre política criaram condições para sua indicação à presidência da FUNDERGS.
G7	Foi aluno em escola que estimulava muito o esporte, filho de uma 'família esportista'. Não foi estranha sua escolha por cursar e se formar em Educação Física. Trabalhou com esportes em escolas, clubes e em atividades de lazer. Cursou mestrado e doutorado e tornou-se docente universitário. Filiou-se a um Partido Político, pelo qual passou a engajar-se nas lutas institucionais relacionadas às PPELs. Atuou em Conferências, organizou e liderou coletivos representativos e reivindicatórios para buscar mais compromissos de governos com a área de esporte e lazer. Apoia o Governo Federal na organização de uma Conferência. Relaciona essa atuação e liderança política como aquela que lhe fez ser lembrado e indicado para a presidência da FUNDERGS.

Fonte: elaborado pelos autores

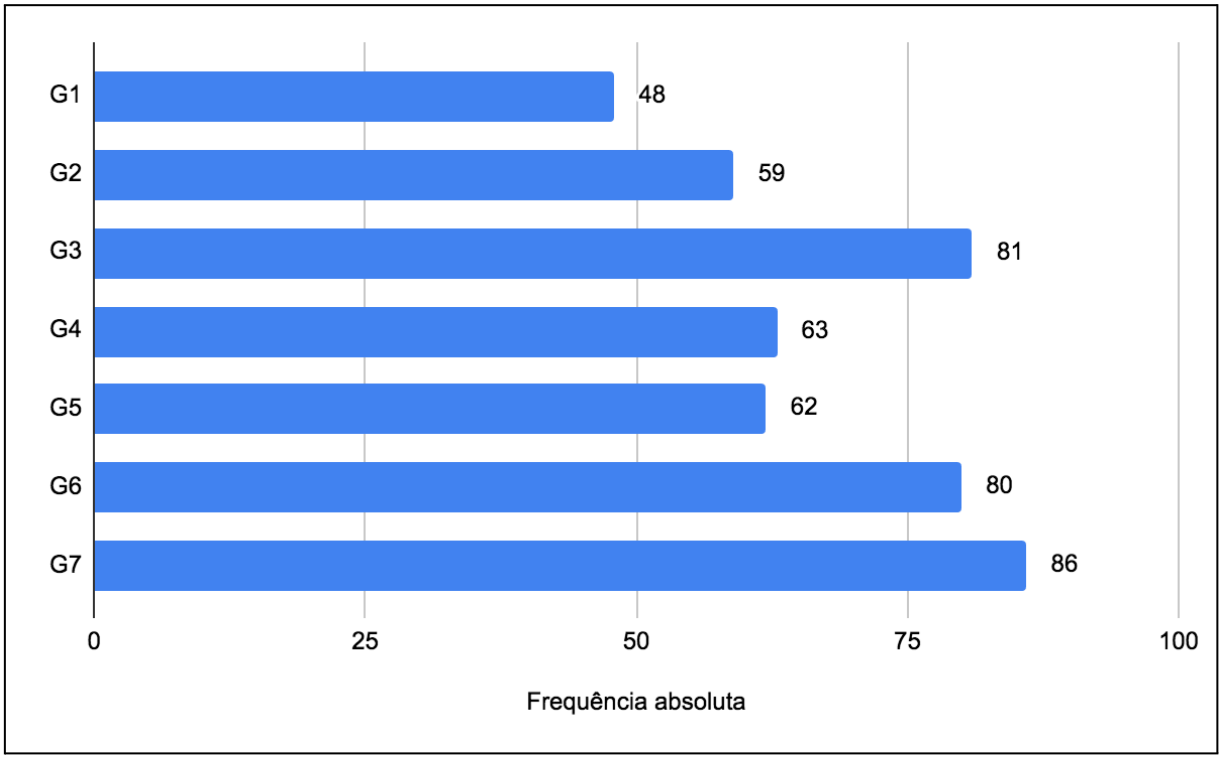
Ao olharmos para essa síntese que consta no quadro 4 e aproximarmos com o trabalho de Passos (2013), porém desenvolvendo nossa análise mais centrada no poder executivo, é possível chegar ao entendimento de que os Gestores 1, 2, 5 e 7 formariam um coletivo que se movimenta por questões ‘mais técnicas’. Eles se aproximam e se coletivizar em alguns aspectos: têm experiências e formação esportiva, formação em Educação Física, atuações como Professores no Ensino Fundamental e docência em Universidades; assumem cargos de gestão e representação universitária; se vinculam a gestão de programas de governos de Estado/Federal, nos quais se destacam e aprendem especificidades do universo da política esportiva e política partidária; se filiam em Partidos Políticos a partir das

indicações e nomeações e não o contrário (sendo possível pensar que é uma ação secundária).

Noutro coletivo, daqueles que se movimentam por questões ‘mais políticas’, estão os Gestores 3, 4 e 6, que podem ser aproximados pelos seguintes aspectos: também apontam uma trajetória esportiva inicial, com vivências em competições de rendimento e com cenários da Educação Física (treinamento, Educação Física Escolar, trabalho em Parques Públicos); apresentam maior vínculo de formação a área de administração articulada com políticas públicas; se movimentam nos cargos pelas trajetórias e vínculos político-partidários (eleições e/ou nomeações), pela liderança e pelo reconhecimento do que desenvolveram, dos resultados que apresentaram (em termos políticos e técnicos para o setor); transitaram em diferentes pastas de governo, não apenas no esporte e no lazer; as indicações e nomeações pressupõem uma trajetória e um vínculo político-partidário anteriores.

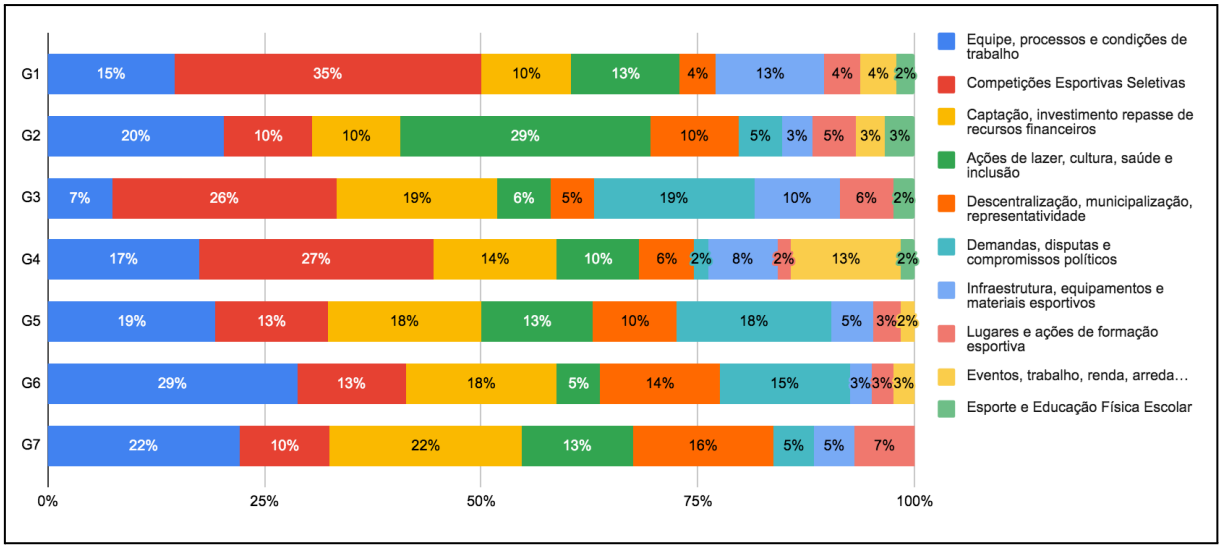
Ao percebermos essas duas formas de coletivização dos gestores entrevistados, nos questionamos se a relação deles, como grupos, se representa da mesma forma a respeito dos imperativos do trabalho político identificados? Foi isso que procuramos saber ao construirmos as representações nos gráficos 2 e 3, que mostram a frequência absoluta de identificação e como cada um dos gestores trouxe os imperativos político-administrativos nas suas entrevistas.

Gráfico 3 - Frequência absoluta de identificação de imperativos do trabalho político-administrativo nas narrativas de cada gestor entrevistado.



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 4 - Frequência relativa da identificação nas narrativas de cada gestor, acerca dos imperativos do trabalho político-administrativo.



Fonte: elaborado pelos autores

A primeira observação que eles nos possibilitam é a de que todos os imperativos foram acionados pelos gestores, com exceção dos imperativo esporte e Educação Física Escolar, que não foi mobilizado pelos gestores 5, 6 e 7. Ou seja, de

algum modo, no trabalho político-administrativo, os gestores coordenam suas ações em relação aos imperativos identificados (é muita coisa que intervém, como disse a Gestora 6; depende de muita coisa, como explicou o Gestor 3).

Outra leitura do gráfico 4 que nos chamou a atenção foi a baseada na categorização que fizemos acima, agrupando os imperativos em três grupos. No primeiro estão os mais presentes nas narrativas dos interlocutores (equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros). Com exceção do Gestor 2, nas narrativas dos demais, esses três imperativos ocupam pelo menos 50% daquilo que se apresenta como questão para ser formulada como problema e conectada com determinada solução. Dentre esses três imperativos, chama a atenção o fato de que o trabalho relacionado às equipes, processos e condições de trabalho, e de captação, investimento e repasse de recursos envolve o esforço para ter condições de realizar as ações de PPELs, entre elas as relativas às competições esportivas. Quase que independente da trajetória dos gestores, de suas mobilizações 'mais técnicas' ou 'mais políticas', eles são capturados e coordenados por esses três imperativos.

Avançando um pouco mais, olhando agora para os imperativos que consideramos medianos e os menos acionados em termos de recorrência (ações de lazer, cultura, saúde e inclusão; descentralização, municipalização e representatividade; demandas, disputas e compromissos políticos; infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos; lugares e ações de formação esportiva; eventos, trabalho, renda e arrecadação de impostos; esporte na Educação Física Escolar), podemos observar que os gestores 2 (39%), 5 (23%), 7 (29%) se destacam ao tomarmos juntos os imperativos que mais acionam o argumento do direito social (ações de lazer, cultura, saúde e inclusão; descentralização, municipalização e representatividade). Estes três gestores compõem o grupo dos 'mais técnicos', professores universitários, que se destacam no trabalho político (para serem indicados e nomeados) exatamente pelo trabalho no sentido de ampliar e diversificar as propostas de ação esportiva no Estado.

Quando olhamos para o imperativo de demandas, disputas e compromissos políticos, se destacam os gestores 3 (19%), 5 (18%), 6 (15%). O gestor 3 e o 6 são aqueles que tomamos como 'mais políticos', enquanto o 5 está entre os 'mais técnicos'. Além disso, as implicações com infraestrutura, equipamentos e materiais

esportivos são mais acionados pelos gestores 1 (13%), 3 (10%). E o gestor 4 (13%), mobiliza os eventos, trabalho, renda, arrecadação, o que mostra a importância dessa questão na coordenação dos seus trabalhos.

Em linhas mais ampliadas, as informações constantes no gráfico 3 e os argumentos que selecionamos acima para destacar, nos convencem sobre uma representação de que há um conjunto de imperativos que capturam e coordenam as narrativas acerca a agenda de trabalho de todos (equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros), demandando que passem por eles nos seus cotidianos, de modo quase que independente da trajetória (vínculos, crenças, conceções, coalizões do setor). É a partir deles, especialmente da conquista das equipes, das condições de trabalho e dos recursos financeiros, que as especificidades da manifestação das trajetórias passam a coordenar mais as ações.

Poderíamos dizer que na metade esquerda do gráfico 3 estão estes imperativos necessários a todos (no sentido de que se oferecem como referências ou pontos de passagem quase que obrigatórias para as mediações dos atores) e, do lado direito, estariam os imperativos que expressam mais as diferenças e singularidades das trajetórias dos atores-gestores (no sentido de que se oferecem como referências ou pontos de passagem mais elegíveis para as mediações dos atores).

Esse entendimento e representação, por sua vez, nos colocou diante de uma outra frente da investigação: olhar não apenas para os gestores, mas também para os arranjos institucionais acionados nas narrativas, para dar conta dos imperativos identificados. Essa outra frente, como mencionamos na seção de metodologia, nos levou a revisitar as entrevistas e a planilha inicial, que contemplava as informações sobre os imperativos e os gestores. Tal movimento complementar de produção das análises resultou na identificação e delimitação de 11 arranjos institucionais (quadro 5) e na representação da frequência absoluta (gráfico 5).

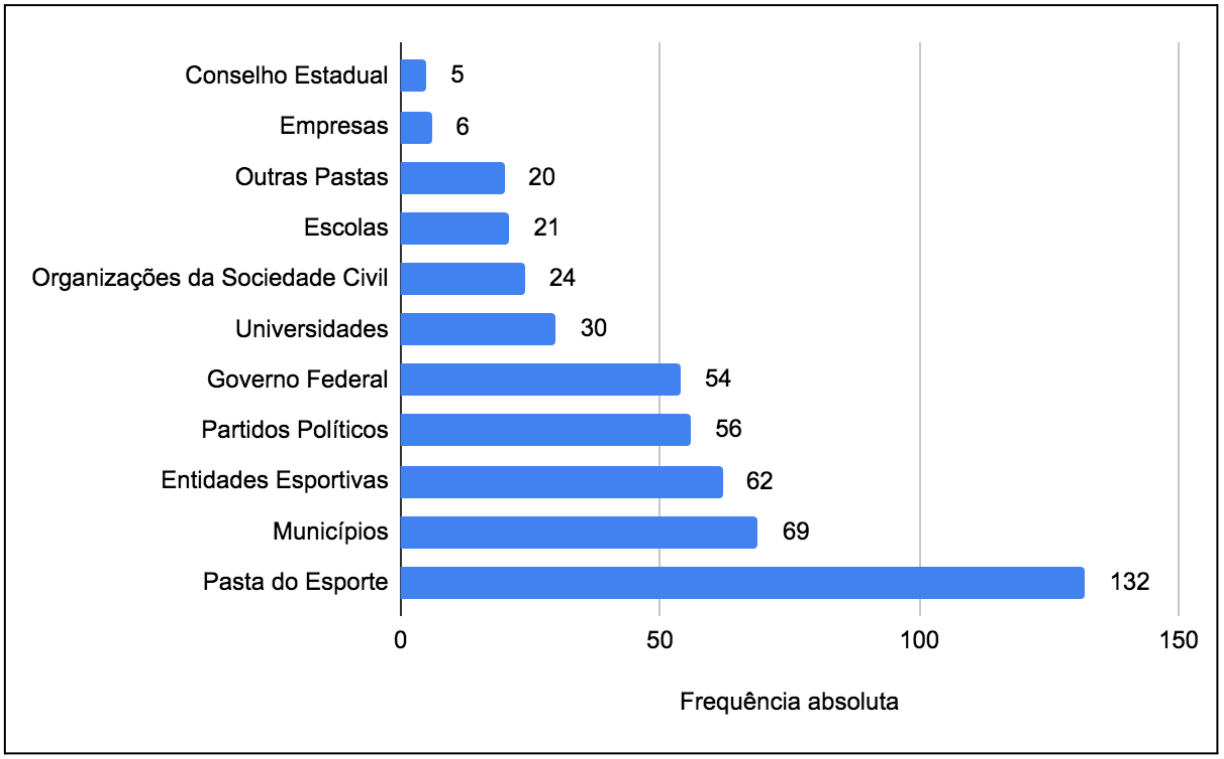
Quadro 5 - Arranjos institucionais identificados nas narrativas dos gestores entrevistados, estes relacionados aos imperativos.

Arranjos	**Descrição do arranjo acionados em relação aos imperativos**
Pasta do Esporte	Situações narradas em que as instâncias administrativas responsáveis pelas PPELs do Estado (Departamento, Subsecretaria, FUNDERGs, Secretaria, Comitês Gestores), seus recursos (trabalhadores, orçamento, infraestrutura,

	equipamentos, materiais) e suas ações (eventos, projetos, programas, editais, cursos, etc.) são constituídos, desconstituídos, colocados em ação ou demandados.
Municípios	Situações narradas nas quais os Prefeitos e instâncias Municipais (Divisões, Departamentos, Secretarias), gestores locais (servidores, professores, dirigentes), seus recursos e ações são demandados ou demandam algo da Pasta do Esporte e, assim, estabelecem ou induzem uma relação.
Entidades Esportivas	Situações narradas em que as Entidades de Administração do Esporte (Confederações, Federações, Ligas) e de Prática do Esporte (Clubes, Associações), sobretudo aquelas formais, se articulam com a Pasta do Esporte, seja para buscar recursos visando atender suas demandas, para colaborar nas ações do Governo ou ambas simultaneamente.
Partidos Políticos	Situações narradas nas quais os Partidos Políticos e/ou pessoas a eles vinculados são mencionados como atores que, pelas suas disputas e compromissos, impactam nas ações das PPELs, principalmente nas ações da Pasta do Esporte, ou também nas inações (abandono, descontinuação e extinção).
Governo Federal	Situações narradas que mostram as relações entre a Pasta do Esporte com instâncias institucionais do Governo Federal (Ministérios, Secretarias, Gabinetes) e seus programas, projetos, eventos e recursos financeiros, como também as articulações do Governo Federal com o Estado para execução de suas propostas.
Universidades	Situações narradas que apontam as relações com Universidades, suas Fundações de Apoio e Entidades Representativas para colocar em ação programas e projetos da Pasta do Esporte e, em contrapartida, as Instituições de Ensino Superior buscando recursos para ações de pesquisa e extensão.
Organizações da Sociedade Civil	Situações narradas em que Organizações da Sociedade Civil, entidades privadas sem fins lucrativos são reconhecidas como de interesse social e, dessa forma, são acionadas para compor esforços com a Pasta de Esporte para o desenvolvimento de ações propostas por um ou outro lado.
Escolas	Situações narradas que envolvem a participação e a mobilização das Escolas, em especial as Escolas Públicas Estaduais, na realização de eventos, de programas de formação esportiva ou na qualificação de infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos.
Outras Pastas	Situações narradas que expressaram o envolvimento de outras Pastas do Governo Estadual (Secretaria da Fazenda, da Educação, da Saúde, de Segurança Pública, de Turismo, Cultura, Tribunal de Contas, Procuradoria, etc.) para a composição de ações da Pasta do Esporte.
Empresas	Situações em que empresas privadas são narradas como patrocinadoras ou apoiadoras de eventos ou de projetos esportivos atrelados à Pasta do Esporte.
Conselho Estadual	Situações narradas em que o Conselho Estadual está presente na composição de ações das PPELs do Estado, seja pela construção de diretrizes, representatividade do setor ou avaliação de projetos.

Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 5 - Frequência absoluta da presença dos arranjos institucionais nas situações narradas que envolviam os imperativos de trabalho político-administrativo dos gestores



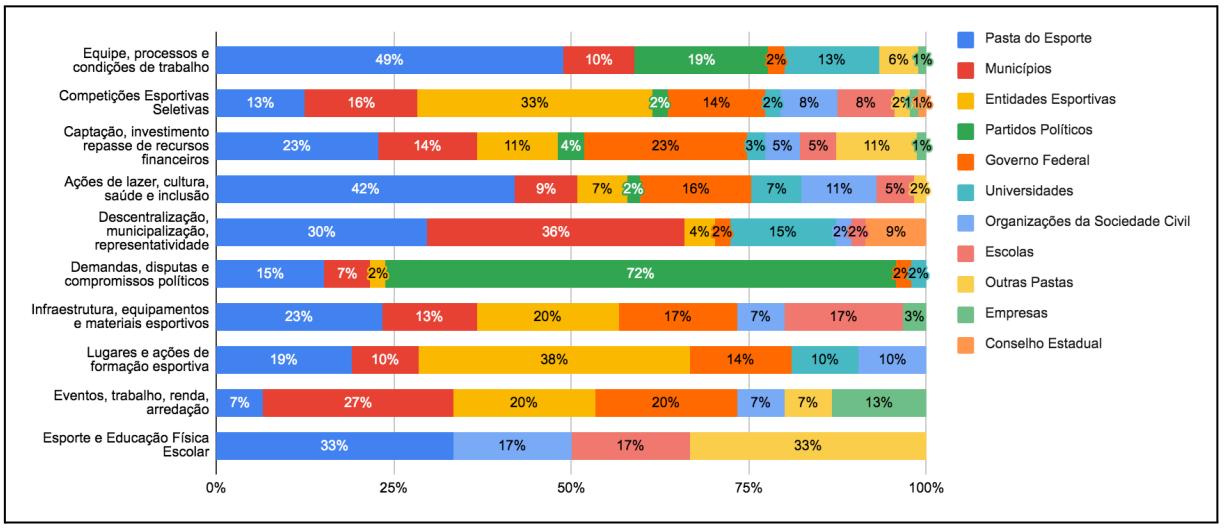
Fonte: elaborado pelos autores

Relacionadas aos imperativos do trabalho político-administrativo, as informações do gráfico 5 nos convenceram, inicialmente, a respeito de uma predominância do arranjo da própria Pasta do Esporte. Nesse olhar para a frequência absoluta de todos os arranjos, entendemos que a Pasta do Esporte configuraria uma espécie de base do trabalho político-administrativo. Na sequência, considerando a presença nas narrativas, numa segunda camada estão os Municípios, Entidades Esportivas, Partidos Políticos e Governo Federal. Uma terceira camada está representada por Universidades, Organizações da Sociedade Civil, Escolas, Outras Pastas do Governo Estadual. Por último, com pouca recorrência se apresentam como arranjos institucionais Empresas e o Conselho Estadual. O que aprendemos com essa representação, aqui expressada na forma de camadas, é os gestores, para dar conta dos imperativos do trabalho desenvolvem mediações nesses/entre esses arranjos.

Após a identificação desses arranjos institucionais, inspirados no trabalho de Doré (2023), passamos a nos interessar sobre como eles foram acionados (nas narrativas) em relação a cada um dos imperativos do trabalho político-administrativo. Representamos essa mobilização dos arranjos em relação a cada um dos

imperativos no gráfico 6, o que nos possibilitou entender que o trabalho das PPELs, em cada imperativo, envolve a mediação ou a consideração de/com grande parte dos arranjos: Competições Esportivas Seletivas (11 arranjos); Captação, investimento, repasse de recursos financeiros (10 arranjos); Ações de lazer, cultura, saúde e inclusão (9 arranjos); Descentralização, municipalização e representatividade (8 arranjos); Equipe, processos e condições de trabalho (7 arranjos); Infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos (7 arranjos); Eventos, trabalho, renda e arrecadação de impostos (7 arranjos); Demandas, disputas e compromissos políticos (6 arranjos); Lugares e ações de formação esportiva (6 arranjos); Esporte e Educação Física Escolar (4 arranjos).

Gráfico 6 - Frequência relativa das relações entre cada um dos imperativos e os arranjos institucionais mobilizados, conforme as narrativas dos gestores.



Fonte: elaborado pelos autores

Ao olharmos imperativo por imperativo, passamos a relativizar a primeira representação, de que a Pasta do Esporte seria uma base para o trabalho político-administrativo. Isto porque, nas narrativas dos interlocutores, a Pasta do Esporte se destaca em relação aos imperativos Equipe, processos e condições de trabalho (49%), ações de lazer, cultura, saúde e inclusão (42%) e Esporte e Educação Física Escolar (33%). O arranjo dos Municípios se destaca nas Competições Esportivas Seletivas (33%), na descentralização, municipalização e representatividade (36%) e nos eventos, trabalho, renda e arrecadação de impostos (27%). As Entidades Esportivas aparecem como arranjos recorrentes no imperativo Competições Esportivas Seletivas (33%) e nos lugares e ações de formação

esportiva (38%). Os Partidos Políticos são acionados com maior frequência relativa no imperativo demandas, disputas e compromissos políticos (72%). E o Governo Federal divide a mesma frequência no destaque em relação ao imperativo captação, investimento e repasse de recursos financeiros (23%).

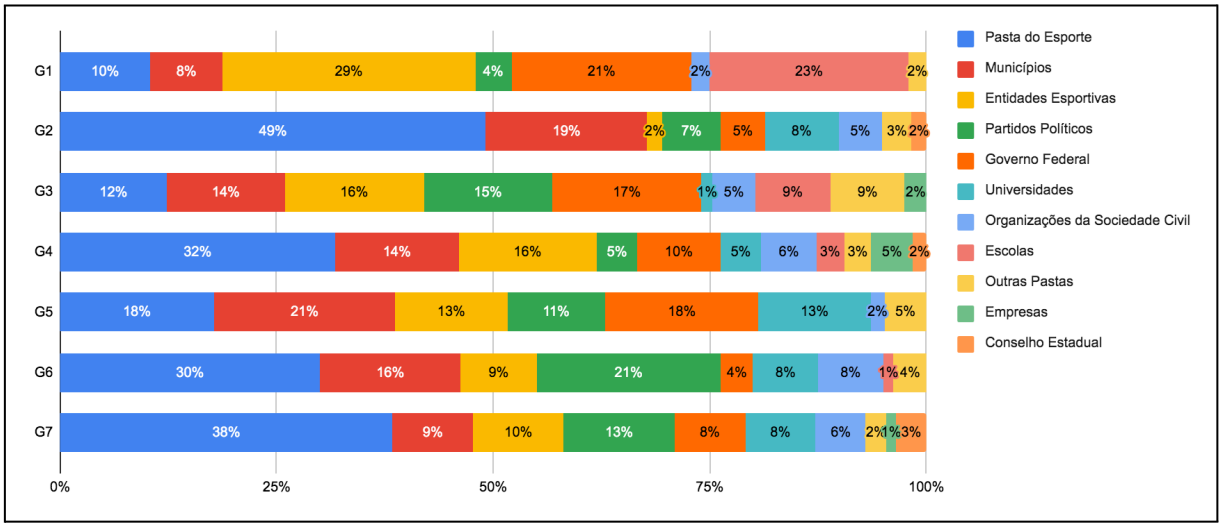
Diferente do exercício analítico anterior (sobre o gráfico 4, que colocava a relação entre os imperativos e os gestores), quando olhamos para as relações dos imperativos e dos arranjos, não é possível representar que o lado esquerdo do gráfico se torna uma referência quase que obrigatória para as mediações das PPELs. Mas, também não é possível deixar de entender a relevância dos arranjos Pasta do Esporte, Municípios, Entidades Esportivas, Partidos Políticos, Governo Federal, tal como descrevemos no parágrafo anterior, contudo, não como ponto de passagem quase que obrigatório para todos os imperativos. Pelas narrativas, entendemos que as especificidades das trajetórias dos arranjos institucionais se expressam em relação às especificidades dos imperativos do trabalho político-administrativo.

Nesse sentido, por exemplo, não é estranho notar que: para dar conta do imperativo de equipe, processos e condições de trabalho, se destacam a Pasta do Esporte, os Partidos Políticos e as Universidades (somando 81% dos vínculos); para dar conta das Competições Esportivas Seletivas, se avultam os vínculos com/entre Municípios, Entidades Esportivas e Governo Federal (somam 63%); para dar conta das demandas, disputas e compromissos políticos são acionados os vínculos da própria Pasta do Esporte e dos Partidos Políticos (somam 87%); e para se relacionar com os imperativos de ações de lazer, cultura, saúde e inclusão, aparecem, em destaque, os vínculos com a Pasta do Esporte, Governo Federal e Organizações da Sociedade Civil (somam 69% dos vínculos). Estes são 4 exemplos dentre outros possíveis observados no gráfico 6, que nos convencem sobre o entendimento de que, quando se considera os arranjos nas narrativas dos gestores, as relações com os imperativos são mais elegíveis, no trabalho político-administrativo, pelas especificidades de ambos.

Essa elegibilidade é a mesma quando relacionamos os Gestores e os Arranjos Institucionais na mediação demandada pelos imperativos do trabalho? Esta foi a pergunta que se apresentou na sequência, diante das compreensões até aqui. A partir dela desenvolvemos o gráfico 7, que descreve a frequência relativa dos vínculos entre os Arranjos e cada um dos Gestores, quando tratavam dos

imperativos nas suas narrativas sobre as PPELs do/no Estado. Novamente sobressai a representação de que grande parte dos arranjos estão presentes nas narrativas: G4 (11 vínculos); G3 (10 vínculos); G7 (10 vínculos); G2 (9 vínculos); G6 (9 vínculos); G1 (8 vínculos); e G5 (8 vínculos). Isto nos possibilita compreender que, no trabalho político-administrativo de mediações a respeito dos imperativos, os gestores consideram esses arranjos.

Gráfico 7 - Frequência relativa dos vínculos entre os Arranjos Institucionais e cada um dos Gestores entrevistados, considerando suas narrativas sobre os imperativos do trabalho político-administrativo.



Fonte: elaborado pelos autores

Quando consideramos os Arranjos Institucionais, também somos convencidos, pelas informações sistematizadas no gráfico 7, de que os Gestores, ao narrarem suas relações com os imperativos, mobilizam referências institucionais que demonstram uma elegibilidade baseada nas suas trajetórias (crenças, concepções, vínculos com comunidades ou coalizões políticas). Por exemplo, o arranjo da Pasta do Esporte que, nas referências totais (entre todos os gestores, conforme aponta o gráfico 5) representa uma base para as outras, não se sustenta desta forma para todos os Gestores (sim para G2, G4, G6, G7; não para G1, G3, G5). Da mesma forma, a referência em destaque (segundo lugar) do Arranjo de Municípios na frequência absoluta total, não se representa da mesma forma entre os Gestores.

Diante disso, procuramos olhar, com mais detalhes, para os vínculos das trajetórias dos Gestores, buscando saber se esse entendimento se confirma: se há elementos para compreender que as trajetórias dos Gestores entrevistados se manifestam nas suas narrativas quando vinculam os imperativos do trabalho

político-administrativo com os arranjos institucionais acionados para dar conta das situações? Construímos o quadro 6 para sistematizar essas informações, levando em conta o agrupamento que inicialmente foi apontado (os gestores 'mais técnicos' e os 'mais políticos').

Quadro 6 - Descrição de destaques dos vínculos nas trajetórias dos Gestores e de arranjos institucionais, considerando também o agrupamento ('mais técnicos' e 'mais políticos').

Grupo	**Destaques dos vínculos institucionais nas trajetórias dos Gestores**	**Os 3 Arranjos Institucionais mais acionados pelos gestores**	**Arranjos Institucionais que repetem no grupo**
'Mais técnicos'	**Gestor 1:** Vínculos com Educação Física (licenciado), Educação Física Escolar (professor), Esporte de Alto Rendimento (treinador), Clubes, Federações (treinador de seleção), Universidades (docente, cargos de direção e representação), programas e cargos no Governo Federal (alto rendimento). Filiado em Partido Político da base do Governo.	**Entidades Esportivas (29%)** Escolas (23%) **Municípios (21%)**	Pasta do Esporte Municípios Entidades Esportivas
	Gestor 2: Vínculos com Educação Física (licenciado), Educação Física Escolar (professor), Esporte de rendimento, amador, escolar e de lazer, Universidade (docente, cargos de gestão e representação), programas e cargos no Governo Estadual e Federal (recreação e lazer). Não filiado em Partido Político no momento da nomeação e trabalho no cargo.	**Pasta do Esporte (49%)** **Municípios (19%)** Universidades (8%)	
	Gestor 5: Vínculo com a Educação Física (licenciado), Educação Física Escolar (professor), Clubes Esportivos (esporte de rendimento), Esporte de Lazer (associações), Instituto de Atividades Físicas (prescrição de exercícios), Universidade (docente), programa do Governo Federal (esporte educacional, gestor). Na época da nomeação e trabalho não era filiado a nenhum partido.	**Municípios (21%)** **Pasta do Esporte (18%)** Governo Federal (18%)	
	Gestor 7: Vínculo com Educação Física (licenciado), Clubes (esporte amador, treinador de modalidades), Educação Física Escolar (professor), Universidade (docente, cargos de direção e representação), Governo Federal (representante de Partido Político, militante do direito social), Organização de Classe (liderança). Vinculado em Partido Político no momento da nomeação e durante tempo no cargo.	**Pasta do Esporte (38%)** Partidos Políticos (13%) **Entidades Esportivas (10%)**	
'Mais políticos'	**Gestor 3:** Vínculos com Educação Física (licenciado), práticas esportivas na Escola,	Governo Federal (17%)	Pasta do Esporte

	Clubes, Espaços Públicos, Servidor Público Municipal (inicialmente no setor administrativo, depois como professor e gestor), Partido Político (militante de longa data, ocupou diversos cargos em comissão no Governo do Estado, em diferentes pastas, na Prefeitura e na Câmara de Vereadores). Vínculo sempre com o mesmo Partido Político, pelo qual ocupou os cargos de gestão.	**Entidades Esportivas (16%) Partidos Políticos (15%)**	Partidos Políticos Municípios Entidades Esportivas
	Gestor 4: Vínculos com Clubes, Federação (atleta de rendimento, treinador, dirigente), Vereador em Município, Deputado Estadual (diversos mandatos), Administração (Bacharel, especialista, mestre), Governo do Estado (assumiu diferentes cargos na gestão estadual). Iniciou sua trajetória político-partidária num partido, mas há décadas permanece no mesmo, pelo qual foi nomeado para o cargo.	**Pasta do Esporte (32%) Entidades Esportivas (16%) Municípios (14%)**	
	Gestor 6: Vínculo com a Educação Física (licenciatura), esporte em clubes e programas públicos (amador e alto rendimento), Educação Física Escolar (pouco tempo), Secretaria de Esporte e Lazer de Município (concursada), Político Partidário (vários cargos em comissão próximo de um Deputado, chegando a ser dirigente no Governo Estadual e em Prefeitura), Educação (mestrado). Filiada em Partido Político da base do Governo no momento da nomeação e trabalho no cargo.	**Pasta do Esporte (30%) Partidos Políticos (21%) Municípios (16%)**	

Fonte: elaborado pelos autores

O quadro 6 nos ajuda a entender que há elementos para acentuar a representação do gráfico 7. Isto é, as narrativas que acionam os Arranjos Institucionais para dar conta de situações envolvendo os imperativos das PPELs, contemplam aproximações com as trajetórias dos entrevistados, como também com os próprios grupos (os 'mais técnicos' e os 'mais políticos'), diferenciados pela inserção do Arranjo Partidos Políticos. Em que pese a relevância do Arranjo da Pasta do Esporte, dos Municípios, das Entidades Esportivas e dos Partidos Políticos, não é possível dizer que eles ocupem lugares obrigatórios generalizados (que serviriam para todos os imperativos) em relação às trajetórias e grupos dos Gestores. Está mais claro o entendimento de que o acionamento dos Arranjos considera a situação, isto é, qual o imperativo do trabalho político (gráfico 6) e qual a trajetória dos Gestores (gráfico 7).

5 RETOMANDO O DEBATE RELAÇÕES ENTRE CRENÇAS E INSTITUIÇÕES

Antes de retomarmos os debates sobre a compreensão das PPELs do Estado do Rio Grande do Sul, colocando as relações entre crenças e instituições, passamos a sistematizar, no sentido de sublinhar pontos que serão importantes a seguir, algumas de nossas principais aprendizagens na construção da seção anterior deste artigo. O primeiro destaque que apontamos é que identificamos 10 imperativos do trabalho político-administrativo que se apresentam para/pelos gestores interlocutores da pesquisa, as quais demandam ações e/ou justificações e, assim, se apresentam como referências de coordenação de ações coletivas. Eles criam possibilidades para que pessoas e instituições heterogêneas se encontrem em lugares comuns, apesar das diferenças, o que não significa a ausência de conflitos, disputas ou controvérsias, mas a produção de acordos e compromissos, ainda que temporários, para que as PPELs tenham uma agenda de trabalho.

Entre esses 10 imperativos, 3 deles (equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros) se apresentam, nas narrativas, como pontos de referência bastante recorrentes, nos levando a entender que são pontos de passagens quase que obrigatórios, por onde os gestores precisam circular e acionar. As mediações dos gestores nos seus trabalhos político-administrativos, nesse sentido, é marcada por esses imperativos que, de certa forma, se anunciam, institucionalmente, como uma espécie de base para os demais imperativos (ações de lazer, cultura, saúde e inclusão; descentralização, municipalização e representatividade; demandas, disputas e compromissos políticos; infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos; lugares e ações de formação esportiva; eventos, trabalho, renda e arrecadação de impostos; e esporte na Educação Física Escolar).

Restou a compreensão e representação, a partir das nossas análises das narrativas e dos vínculos, de que os 3 imperativos quase que obrigatórios (equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros) criam possibilidades para que os demais sejam elegíveis. Isto é, as mediações e coordenações dos Gestores, nos seus trabalhos, envolvendo equipe e processos de trabalho, recursos financeiros e a realização de competições esportivas, criam condições para outras mediações,

estas mais eletivas, conforme as trajetórias e vínculos de quem está à frente da pasta e, conforme as especificidades dos arranjos institucionais colocados em cena. Nesse sentido, a realização das Competições Esportivas, conforme aprendemos nas narrativas dos interlocutores, mobilizam, aliam, coordenam relações entre outros atores institucionais heterogêneos (Municípios, Entidades Esportivas, Partidos Políticos, Governo Federal, Universidades, Organizações da Sociedade Civil, Escolas, Outras Pastas do Governo, Empresas e Conselho Estadual), o que lhe coloca num lugar relevante para acessar e coordenar mais pessoas para equipes de trabalho e mais recursos financeiros para as ações das PPELs.

Os atores-gestores nomeados para chefiar as instituições responsáveis pelas PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, com suas trajetórias, crenças, vínculos e compromissos heterogêneos, não transportam suas crenças, mas desenvolvem mediações que se relacionam com as especificidades dos 10 imperativos do trabalho político-administrativo e com as especificidades dos 11 arranjos institucionais acionados nas situações. Estes arranjos, tal como aprendemos, estão presentes nas narrativas dos gestores, quando eles tratam dos imperativos, não sendo possível deixar de compreender a relevância da Pasta do Esporte, dos Municípios, das Entidades Esportivas, dos Partidos Políticos e do Governo Federal. Contudo, eles se apresentam não como ponto de passagem quase que obrigatório para todos os imperativos. São trazidos para as cenas dos imperativos conforme as suas singularidades institucionais e de acordo com as trajetórias dos gestores, como também dos grupos a que representam (os 'mais técnicos' ou os 'mais políticos').

Mas como isso se conecta com a questão inicial do trabalho, as relações entre as crenças dos gestores e a implementação de políticas públicas? Na introdução deste artigo apresentamos duas abordagens que identificamos na literatura brasileira sobre as relações entre as crenças dos gestores e a implementação de PPELs. A primeira delas tratava do gestor como um intermediador de suas crenças - forjadas em trajetórias de formação e de atuação profissional - que se manifestavam nas especificidades das ações e dos arranjos institucionais das PPELs, que, por sua vez, retroalimentam as próprias crenças. Nesse sentido, trouxemos trabalhos que analisavam realidades de Municípios (AMARAL; KIKUCHI, 2011; SAWITZKI, 2012) e de programas do Governo Federal (AREIAS; BORGES, 2011; ISAYAMA *et al.*, 2019). Estes trabalhos não só mostram essas intermediações dos gestores, mas as problematizam quando colocam em

ação noções como as de direitos sociais, superação de práticas utilitaristas, de visões salvacionistas, da hegemonia do esporte de alto rendimento e de compreensões restritas dos fenômenos esporte e lazer.

Dialogando com estes trabalhos (não para diminuir a relevância deles, mas para colaborar), cremos que as informações e as análises sistematizadas na presente pesquisa com os gestores das instituições responsáveis pelas PPELs no Estado do Rio Grande do Sul, mostram estes interlocutores não apenas como intermediadores de suas crenças, mas como mediadores em situações que chamamos de imperativos do trabalho político-administrativo. Essas mediações ocorrem de acordo com os imperativos e com as trajetórias e especificidades dos arranjos institucionais. Analisar para essas relações (entre crenças e instituições) tendo como base os imperativos identificados e seus vínculos, nos possibilitou compreender e representar as ações dos gestores como mediadores de suas trajetórias, crenças, vínculos e compromissos, com as especificidades e demandas dos arranjos institucionais colocados em cena para o trabalho político-administrativo.

Isso nos aproxima dos trabalhos de Kuschnir (2000, 2001), nos quais a autora ressalta que 'atendimentos' dos problemas (aqui chamamos de imperativos) dependem do entendimento social e cultural, dos acessos aos recursos públicos, mas também das conexões destes com os problemas (imperativos). Na perspectiva apontada pela autora, tomando trabalho político como mediação, ela acentua que envolve lidar com informações, acessos, prestígios, transitar em/entre diferentes mundos, estabelecer conexões e mobilizações, fazer circular coisas para conectar soluções a problemas, não necessariamente transportar e reproduzir as crenças. Quando olhamos para nossos dados e análises dos vínculos a partir das situações colocadas como imperativos, compreendemos os gestores entrevistados e seu trabalho como mediação.

Esse trabalho político-administrativo não exclui as desigualdades e a diversidade de crenças e de interesses que estão em disputas nas PPELs, propondo outra abordagem para isso. Nas primeiras páginas deste artigo contextualizamos a existência de um outro coletivo de estudos que olham para as relações entre crenças e implementação das políticas públicas com enfoque para relações de poder simbólico, que fundamentam, com base em pesquisas empíricas, que as crenças e concepções mobilizadas como esquemas de senso prático (*habitus*) são subjetivações homólogas das relações de poder (e monopólios) objetivadas em

campos sociais, especialmente o campo esportivo e o político. Trouxemos, nesse sentido, estudos realizados por Linhales *et al.* (2008) com gestores que atuavam em Municípios do entorno de Belo Horizonte, Minas Gerais, e por Basei e Bendrath (2017), e Menegaldo *et al.* (2022), a partir de entrevistas com gestores de Municípios da Microrregião de Ivaiporã, Paraná. Neste último trabalho, os autores concluem que as políticas públicas ofertadas não condizem com as concepções narradas (estas mais atreladas à educação e a 'salvação'), posto que as ações implementadas se voltam para escolinhas e competições esportivas, o que diz sobre a incorporação de um *habitus* naquele campo social esportivo.

No presente estudo estivemos olhando exatamente para situações imperativas como estas, na direção do que Zittoun (2016) aponta como outra possibilidade de abordagem de análise de políticas públicas, tratando dos desafios do cotidiano (entre eles das disputas, das controvérsias) na perspectiva de busca de uma ordem, de uma estabilidade, ainda que provisória nas práticas dos atores. Não acionamos, aqui, as práticas propriamente ditas, mas as narrativas de atores protagonistas nas PPELs do Estado do Rio Grande do Sul sobre as situações imperativas identificadas. Colocamos maior ênfase na ação dos interlocutores e, com base no que descrevemos e analisamos, compreendemos que eles, ao se depararem com os imperativos do trabalho político-administrativo, fazem suas análises das disputas e das controvérsias, mas simultaneamente, para dar conta de colocar em ação uma agenda de PPELs produzem mediações (o que significa estabilizações de acordos e compromissos, mesmo temporários) para coordenarem pessoas e arranjos institucionais. As PPELs, nesse sentido, são produzidas e transformadas pelas relações e mediações de/entre pessoas e arranjos institucionais.

Estivemos, assim, próximos das reflexões de Forell e Mayboroda (2017) sobre a possibilidade de estudar o que as pessoas fazem nas Políticas Públicas, o que também se alinha ao trabalho de Pacheco (2017), de Vasques (2018) e de Silveira (2021). No nosso caso, estudando as relações entre crenças e instituições, podemos afirmar que foi um exercício na perspectiva de colaborar com as duas abordagens já presentes e identificadas, trazendo as narrativas dos gestores como mediadores diante de situações imperativas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; KIKUCHI, Deise Miki. Política Pública de Lazer em Suzano/SP: a concepção dos gestores. **Licere**, v. 14, n. 1, mar. 2011. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2011.781

AREIAS; Keni Tatiana Vazzoler; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, set. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000300004

BERNABÉ, Andressa Pelói; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Formação de agentes públicos municipais de esporte e lazer. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021.e77630

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. esp., p. 486–505, jul. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395117178

DORÉ, Maurício Izelli. **Emergência das instituições políticas locais**: representações e biografias na construção do secretário municipal em Maringá-PR. 2020. 282 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16736

FRIZO, Pedro; NIEDERLE, Paulo. Por que deixamos de fazer o que sempre fizemos? Instituições, existencialismo e ação coletiva transformadora na teoria dos Campos de Ação Estratégica. **Revista Brasileira de Sociologia,** v. 7, n. 16, p. 29-49, mai./ago. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.466

ISAYAMA, Hélder Ferreira; SILVA, Marcília de Souza; CAPI, André Henrique; DORES, Lucilene de Alencar das; GRASSO, Rita Maria Peloso. Trajetórias de gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *In:* BAPTISTA, Maria Manuel; PEREIRA, Maria Joana Alves; ALMEIDA, Alexandre Rodolfo Alves de (Orgs.). **Ócios e resistências**: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos. Coimbra: Grácio Editor, 2019. p. 93-107. Disponível em: http://hdl.handle.net/10773/26096

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. *In:* VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LINHALES, Meily Assbú; LOPES, Tarcila Bretas; COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues; LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias; PEREIRA, Thiago Marques. Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? *In:* ISAYAMA, Hélder Ferreira: LINHALES, Meily Assbú (orgs.). **Avaliação de Políticas e Políticas de Avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de Lazer: Mercadores ou Educadores? Os cinco bobos da corte. *In:* MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). **Lazer e Esporte**: Políticas Públicas. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 21-41.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, fev. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100002

MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesiaz; BASEI, Andréia Paula; BENDRATH, Eduard Angelo. A Implementação de Políticas Públicas de Lazer e suas relações com o capital cultural dos gestores municipais. **Licere**, v. 20, n. 1, p. 250–273, mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1595

MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesiaz; OLIVEIRA, Vinicius Machado de; ROJO, Jeferson Roberto; BENDRATH, Eduard Angelo; BASEI, Andréia Paula; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A relação entre concepções de esporte e as políticas públicas do setor na gestão municipal: uma análise a partir de gestores. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 12, p. e110051, 2022. DOI: https://doi.org/10.51995/2237-3373.v12i3e110051

PACHECO, Ariane Corrêa. **Talento Esportivo**: uma etnografia sobre as produções de talentos em práticas na Educação Física. 2017. 177f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/172498

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul**: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanos.Porto Alegre, 2013.

SAWITZKI, Rosalvo Luis. Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do calendário de eventos esportivos. **Licere**, v. 15, n. 1, mar. 2012. DOI: https://doi.org/10.35699/1981-3171.2012.735

RAMPAZZO, Marcelo; DOTTO, Augusto Dias; SILVEIRA, Raquel; MYSKIW, Mauro. Políticas Públicas Estaduais/Distrital de Esporte e Lazer: problematizações e

interesses na agenda coletiva de pesquisa. **Movimento**, v. 29, jan./dez. 2023. DOI: DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.133077

RAMPAZZO, Marcelo; MYSKIW, Mauro. Trajetórias institucionais em estudos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: um ensaio sobre abordagens e desdobramentos metodológicos. **Licere**, v. 26, n. 4, dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.49542

SILVEIRA, Luis Felipe. **Projetos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: o apagar das luzes da SME-POA. 2020. 341f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/232897

VASQUES, Daniel Giordani. **Como manter o 'Jogo Limpo'?** Associações, harmonizações e hibridez na constituição da antidopagem esportiva. 2018. 204f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/194369

ZITTOUN, Philippe. Hacia un enfoque pragmático de la acción pública. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 3, n. 1, p. 9-32, may., 2016. DOI: https://dx.doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2016.2316

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um processo de tese, que nos levou ao longo dos últimos quatro anos e meio a dedicarmos nossas atenções a investigar às instituições responsáveis pelas políticas públicas estaduais de esporte lazer, esse momento de considerações finais destacamos alguns pontos que parecem ser relevantes no contexto desta pesquisa, e que também pode subsidiar futuras investigações na relação entre as instituições e as políticas públicas de esporte e lazer.

Como um dos movimentos iniciais desta tese, realizamos uma revisão integrativa, que nos levou a compreender e caracterizar a partir do referencial pragmático, 10 pontos de passagem e 6 fontes de coordenação de interesses, sendo a forma pela os pesquisadores/as constituem uma (com)unidade que possibilita o engajamento, a participação, e a legitimidade no debate sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Essa proposta possibilita pensar quais assuntos os pesquisadores devem abordar para se inserir nesse espaço acadêmico?

Com o propósito de investigar a dinâmica das instituições do Rio Grande do Sul que orientaram as políticas públicas de esporte e lazer, recorremos a leituras de outras pesquisas que também fizeram esse exercício acadêmico de se atentar às instituições do esporte e lazer. Nossa proposta teórico-metodológica sistematizou quatro abordagens emergentes na literatura brasileira sobre as instituições e as políticas públicas de esporte e lazer: conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; e etnográfica em perspectiva antropológica.

Esses diferentes movimentos acadêmicos nos sugeriram que ao investigar as instituições do esporte e lazer, devemos levar em conta a possibilidade de que cada uma dessas abordagens, ou ainda, todas elas passam a constituir a forma de compreender o papel institucional em profundidade, seja pelas questões das críticas sociais, seja pela trajetória histórica da instituição, seja pelos modelos analíticas já consolidados, ou ainda, pelo olhar antropológico, contribuem na ampliação do

panorama da investigação, além de possibilitar a análise em profundidade das relações institucionais.

No estado do Rio Grando do Sul, a criação da Secretaria Estadual do Esporte e lazer envolveu em um primeiro momento o compromisso em torno do eixo da coordenação política e do esporte de rendimento, mas ao longo da gestão do governo Eduardo Leite, culminando com a Conferência Estadual do Esporte, os eixos do esporte como direito social, e esporte escolar, ganham espaço no Plano Estadual do Esporte. Além desses quatro eixos actanciais destacados, somam-se outros dois: esporte como cadeia produtiva; e coordenação técnico-financeira do esporte. Ao todo, esses seis eixos orientam as políticas públicas de esporte e lazer, construindo lugares comuns, estabilizam compromissos e apontam a direção das PPEL's. Com isso, compreendemos como vem sendo construída a trajetória das instituições que conduziam as políticas públicas de esporte e lazer no RS. Onde podemos destacar uma trajetória marcada por desacordos, mudanças, e fluxos interrompidos. São elementos que além de compor a política também, moldam as formas de atuação das instituições.

A criação, as mudanças, ou ainda, os processos de extinção da pasta do Esporte e Lazer passam pela orientação dos eixos actanciais, e ainda pela mobilização dos seres institucionais. Com isso, de tempos em tempos, a instituição estadual do esporte e lazer, é orientada a partir dos compromissos do momento político, e organizada pelos eixos actanciais que coletivizam as ações em torno das políticas públicas de esporte e lazer. A existência da secretaria no âmbito estadual, não significa necessariamente maior institucionalidade, com isso nos propusemos a olhar qual compromisso está presente na forma de arranjo institucional. Tanto as pessoas escolhidas para coordenar os compromissos, quanto os eixos actanciais e os serem institucionais, criam, moldam as instituições em seus arranjos institucionais.

Os arranjos institucionais, passam por imperativos do trabalho político demandam esforços, ações e justificações por parte dos gestores, possibilitando assim, uma coordenação coletiva, onde atores e instituições heterogêneas encontram na instituição estadual de esporte e lazer um ponto comum de uma agenda de trabalho em torno das políticas públicas de esporte e lazer. Nos

diferentes arranjos institucionais constituídos, três imperativos do trabalho político ganham proeminência: equipes, processos e condições de trabalho; competições esportivas seletivas; captação, investimento e repasse de recursos financeiros. Esses imperativos por sua vez servem como sustentação para as demais ações dos gestores, criando condições para que outros imperativos também sejam elegíveis dentro das políticas públicas de esporte e lazer.

Soma-se aos imperativos do trabalho político, os arranjos institucionais possibilitam as ações propostas pela instituição estadual do esporte e lazer, no caso: a Pasta do Esporte; Governo Federal; os Municípios; Entidades Esportivas; os Partidos Políticos. Participam das ações conforme o arranjo institucional construído pelos gestores, a partir de suas trajetórias “mais técnicas” ou “mais políticas”. Podemos sucintamente dizer que os atores tanto no perfil político, quanto no técnico, procuram mediar as políticas públicas de esporte e lazer a partir dos imperativos do trabalho político. Dificilmente moldam as instituições ao longo do tempo, mas agem intencionalmente e até certo ponto artesanalmente, mediando ações e interesses, construindo arranjos institucionais possíveis, a fim de orientar as políticas públicas de esporte e lazer no estado do Rio Grande do Sul.

EPÍLOGO

O fim desta tese, e também deste processo e formação de mais de quatro anos, se traduz em uma produção acadêmica que mesmo de autoria individual, significou um esforço coletivo, que nos último quatro ou cinco anos, tem voltado suas atenções investigativas em entender as dinâmicas das políticas públicas do/no estado do Rio Grande do Sul.

Primeiro artigo objetivamos compreender a constituição de uma agenda coletiva de trabalho investigativo sobre as PPELs de iniciativa setorial das UFs/DF, tendo em vista, os pontos de problematizações com os quais os estudos se colocam no espaço público-científico, identificamos dez pontos de passagem, por onde as produções acadêmicas têm orientado os estudos, após localizamos seis fontes de coordenação de interesses na constituição da agenda de pesquisa, formando uma comunidade investigativa.

No segundo texto objetivamos a sistematização das abordagens teórico-conceituais, que voltaram suas atenções ao investigar as instituições, seja pelas mudanças ou continuidades das políticas públicas de esporte e lazer. Com isso destacamos quatro abordagens que têm sustentado as investigações sobre o tema: conjuntura crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; e etnográfica em perspectiva antropológica. Esses diferentes movimentos teóricos-conceituais têm significado academicamente que o campo das políticas públicas de esporte e lazer têm avançado sobre os limites que a própria área reconhecia.

Com isso, nosso interesse em investigar a Secretaria de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul enquanto instituição, se situou em um ponto de interpretação mediano. Levando em consideração a trajetória histórica da instituição (que se desdobrou no terceiro artigo) além de levarmos em conta as escolhas dos atores, (também presente no terceiro artigo, e articulada com o quarto artigo) somado às relações que esses constituíram atuando nas instituições. Nesse processo, presente de escrita final, percebo que recorremos as três versões do neo-institucionalismo (histórico; escolha racional; sociológico), algo que talvez no campo da Sociologia possa ser desaconselhado a fazer, mas esse exercício acadêmico no campo das políticas públicas de esporte e lazer, e em especial para a

Educação Física, possibilitou a perceber um panorama amplo e diverso, seja nas controvérsias, seja nos arranjos que envolvem a dinâmica da instituição estadual.

Essa possibilidade investigativa orientou a escrita do terceiro artigo, muito próximo do que a banca de qualificação desta pesquisa sugeriu. Com isso, este terceiro artigo teve como objetivo investigar como vêm sendo constituídos os arranjos institucionais do Estado do Rio Grande do Sul para desenvolver as políticas públicas de esporte e lazer, a partir do momento em que entra em cena o direito social, até a recriação da Secretaria Estadual na contramão do que ocorria em outros Estados e da União. Recorremos além do debate neo-institucional, as contribuições da sociologia pragmática. Ao longo do texto, procuramos destacar os eixos actanciais e os seres institucionais que possibilitam determinados arranjos institucionais. Sendo destacado os eixos: esporte escolar; esporte de rendimento; esporte como direito social; esporte como cadeia produtiva; coordenação política do/no esporte; coordenação técnico-financeira do esporte.

Entender como vem sendo constituída a instituição estadual, passou por destacarmos os (des)acordos e compromissos que de certa forma deram os contornos dos arranjos institucionais possíveis em determinadas gestões e momentos políticos. Com isso destacamos quatro casos que configuraram os arranjos institucionais:

- O caso dos professores na gestão, que teve como compromisso o esporte escolar, o esporte de rendimento, somados à capacidade técnico-financeira. A gestão marcada pela escolha de professores de certa forma diminuiu as disputas políticas-partidárias internas da instituição.
- O Caso das mudanças no JIRGS configurou arranjos institucionais em torno do compromisso do esporte e lazer como direitos sociais, mas não sem disputas internas e rupturas institucionais. A principal, foi a saída do departamento da Secretaria de Educação, e a criação de uma secretaria própria. Mesmo diante de todo o (re)arranjo institucional, os eixos actanciais mobilizados foram o do esporte como direito social, o do esporte de rendimento, além da capacidade técnico-financeira.
- Com o caso da Copa do Mundo FIFA 2014, mesmo diante de uma política pública marcadamente destacada pelo eixo do esporte como direito social, a chegada da Copa do Mundo a Porto Alegre, provoca arranjos institucionais

que colocam em destaque o eixo do esporte de rendimento e do esporte como cadeia produtiva, criando assim um arranjo institucional paralelo para tratar da Copa do Mundo.

- Por fim, mais recentemente chegamos ao caso do Plano Estadual do Esporte, que deu grande destaque aos eixos do esporte de rendimento e da coordenação técnico-financeira, já o esporte como direito social aparece com menor destaque. Mas que ao fim mostra um arranjo institucional heterogêneo no documento final.

Os exemplos desses casos, possibilitou perceber que em diferentes gestões e momentos institucionais, os atores acionam determinados eixos (esporte de rendimento; esporte como direito social; etc) a fim de, conformar certos arranjos institucionais, firmando acordos capazes de diminuir as tensões e estabilizar a instituição.

Tendo destacado essas relações institucionais marcadas por arranjos que estabilizam as instituições, o quarto e último artigo seguindo uma linha pragmatista, teve como objetivo investigar como os atores-gestores frente às instituições de esporte e lazer no estado do Rio Grande do Sul narram seu trabalho político-administrativo frente aos imperativos? E como isso se relaciona com arranjos institucionais acionados para dar conta dos imperativos?

Os imperativos do trabalho político-administrativo nada mais são do que as redes de relações temáticas, que demandam ações e/ou justificações. Criando lugares comuns, na produção de acordos e compromissos, sendo esses imperativos categorizados como: Equipe, processos e condições de trabalho; Competições Esportivas Seletivas; Captação, investimento repasse de recursos financeiros; Ações de lazer, cultura, saúde e inclusão; Descentralização, municipalização, representatividade; Demandas, disputas e compromissos políticos; Infraestrutura, equipamentos e materiais esportivos; Lugares e ações de formação esportiva; Eventos, trabalho, renda, arrecadação; Esporte e Educação Física Escolar.

Percebemos que independente da trajetória dos gestores, de suas mobilizações ‘mais técnicas’ ou ‘mais políticas’, eles são capturados e coordenados por três imperativos mais recorrentes, sendo: **equipes, processos e condições de trabalho**; **competições esportivas seletivas**; **captação, investimento e repasse de recursos financeiros**. Sendo que esses imperativos servem de sustentação,

criam condições para que os demais imperativos sejam mais elegíveis. Por exemplo, as competições esportivas, que mobilizam e coordenam ações de diferentes atores e instituições como: Municípios, Entidades Esportivas, Partidos Políticos, Governo Federal, Universidades, Organizações da Sociedade Civil, Escolas, Outras Pastas do Governo, Empresas e Conselho Estadual.

Por fim, pudemos compreender que os atores, ao se depararem com os imperativos do trabalho político-administrativo, fazem suas análises das disputas e das controvérsias, mas simultaneamente, para dar conta de colocar em ação uma agenda de PPELs produzem mediações (o que significa estabilizações de acordos e compromissos, mesmo temporários) para coordenarem pessoas e arranjos institucionais. As PPELs, nesse sentido, são produzidas e transformadas pelas relações e mediações de/entre pessoas e arranjos institucionais.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Modelo de Carta de Apresentação e Convite

Porto Alegre, __ de janeiro de 2023.

Prezado [NOME DO ENTREVISTADO]

Sou aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estou desenvolvendo, sob orientação do Prof. Dr. Mauro Myskiw, a Tese de Doutorado que tem como objetivo a compreensão da trajetória e dos lugares institucionais de órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul responsáveis pelas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 1989 a 2022 (SUDESP/SE, DESP/SE, FUNDERGS/SETUR, FUNDERGS/SEL, SEL).

Para desenvolver este trabalho **necessito da Vossa colaboração no sentido de participar de entrevista – com duração aproximada de 60 minutos – de forma presencial ou por videoconferência sobre o período em que o Senhor atuou como [descrição do cargo]**. Um roteiro dessa entrevista segue em anexo.

Caso aceite participar, necessitaremos do registro do consentimento através do termo também em anexo.

Atenciosamente,

MARCELO RAMPAZZO Aluno do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	MAURO MYSKIW Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apêndice 2 - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título: ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO ESPORTE E LAZER NOS GOVERNOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1989-2022): as políticas públicas mediadas entre atores e instituições

Pesquisadores responsáveis: Marcelo Rampazzo e Mauro Myskiw

Instituição/Departamento: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS)

Telefone para contato do pesquisador: (51)98475-8678

Objetivo do estudo: Compreender a trajetória e os lugares institucionais de órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul responsáveis pelas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 1989 a 2022 (SUDESP/SE, DESP/SE, FUNDERGS/SETUR, FUNDERGS/SEL).

Prezado **Colaborador(a)**

Você está sendo convidado a responder essa entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que compreenda as informações e instruções contidas neste documento, considerando que:

− Os pesquisadores responsáveis deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.

− **Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento**, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em:

− **Disponibilizar um tempo aproximado de 60 minutos para responder** às perguntas (esse é o tempo médio);

− Responder às questões constantes da entrevista, conforme **o roteiro que segue em anexo**.

A finalidade desta pesquisa é ampliar os conhecimentos acerca da trajetória e dos lugares institucionais de órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul responsáveis por Políticas Públicas de Esporte e Lazer, no período de 1989 a 2022. Nosso interesse se direciona sobre os **aspectos institucionais**: relação entre os/as gestores/as e a instituição; relação da instituição com outras instituições; relação do Rio Grande do Sul com outros entes federativos (União e municípios do Rio Grande do Sul).

Toda a pesquisa envolve algum tipo de risco. Assim, **caso, durante as entrevistas, observe qualquer constrangimento ou conflito de interesses, basta manifestar para que o processo seja encerrado e a situação de normalidade seja restaurada**.

Em razão de o Senhor(a) ter ocupado um cargo público e da necessidade de a pesquisa localizar os diferentes momentos dos órgãos do Poder Executivo do Estado responsáveis pelas Políticas Públicas de Esporte e Lazer, não podemos garantir o anonimato. Assim, **pedimos a sua autorização para que seu nome completo seja divulgado no processo de registro e publicação dos dados da entrevista** no corpo da tese de doutorado e dos artigos, livros ou capítulos de livros que possam dela derivar.

O Senhor(a) receberá uma cópia da entrevista transcrita para sua análise, antes dela ser utilizada no processo da pesquisa. **Neste momento, caso queira produzir ajustes, complementos ou exclusões de informações/trechos, isso poderá ser realizado sem problemas ou prejuízos**. Ou seja, caso o Senhor(a) sinta algum incômodo com o texto transcrito da entrevista ou se perceba constrangido em relação ao que está descrito, tais informações podem ser reescritas ou retiradas da pesquisa.

As informações fornecidas pelo Senhor(a) na entrevista serão objeto de análise e de interpretações do pesquisador no processo de construção da tese de doutorado e, se for o caso, de artigos, livros ou capítulos de livros que possam dela derivar.

DECLARAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E DE CONSENTIMENTO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu NOME COMPLETO DO/A ENTREVISTADO/A, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local e data:

_____

NOME DO/A ENTREVISTADO/A

_____

MARCELO RAMPAZZO / MAURO MYSKIW

Apêndice 3 - Modelo do roteiro de entrevista

SOBRE A TRAJETÓRIA

1. O/A Senhor(a) pode nos contar sobre sua trajetória de vida ligada ao esporte e ao lazer?

2. Como o/a Senhor(a) chegou ao cargo de gestor público, em especial ao cargo de Secretário do Esporte e Lazer? Como isso ocorreu?

SOBRE A ESTRUTURA E DESAFIOS ENCONTRADOS

3. Qual foi a estrutura e os desafios encontrados na Secretaria de Esporte e Lazer ao assumir o cargo (em termos de pessoas-trabalhadores, espaços, equipamentos, financiamento, programas, projetos, etc.)?

SOBRE AS PROPOSTAS E LEGADOS

4. Naquele período, quais as propostas e objetivos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer o Senhor(a) e sua equipe procuraram definir e defender como agenda de trabalho?

5. Como emergiram ou foram construídas essas propostas e objetivos para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer naquele período?

6. O/A Senhor(a) pode destacar algumas marcas ou legados deixados pela sua gestão como Secretário/a de Esporte e Lazer para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul?

SOBRE AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

7. No período como Secretário/a, qual a relação da Secretaria de Esporte e Lazer com o órgão Federal (Instituto, Ministérios ou Secretarias) responsável pelas políticas de esporte e lazer? Qual era a importância dessa relação para as Políticas Públicas de Esporte do Rio Grande do Sul?

8. Como foram estabelecidas as relações entre a Secretaria de Esporte e Lazer e os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul? Qual era a importância dessa relação para as Políticas Públicas de Esporte do Rio Grande do Sul?

9. Como era a relação entre a Secretaria de Esporte e Lazer e as Entidades de Administração (Confederações, Federações, Ligas) e as Entidades de Prática (Clubes, Associações) de esporte? Qual era a importância dessa relação para as Políticas Públicas de Esporte do Rio Grande do Sul?

10. Como era a relação entre a Secretaria de Esporte e Lazer e as entidades do 'terceiro setor' que atuavam na área, com projetos de esporte e lazer? Qual era a importância dessa relação para as Políticas Públicas de Esporte do Rio Grande do Sul?

Apêndice 4 - Leis e Decretos utilizados como fontes

ANO	LEGISLAÇÃO	FONTE
1928	Decreto 4.131/1928	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
1929	Decreto n. 4.258/1929	Tese de doutorado de Tuany Defaveri Begossi (BEGOSSI, 2022). Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/257032
1929	Decreto-Lei n. 4.277/1929	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104897
1940	Decreto 31/1940	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105582
1941	Decreto-Lei 3.199/1941	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html
1942	Decreto 615/1942	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
1942	Decreto 578/1942	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
1946	Decreto-Lei 1.158/1946	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
1947	Decreto-Lei 1.394/1947	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
1947	Constituição 1947	https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=1_ts3HiCSvI%3d&tabid=3107&language=pt-BR
1956	Decreto 39.825/1956	Digitalização enviada por arquivo pela Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

1964	Lei 4.838/1964	https://secweb.procergs.com.br/doe/public/downloadDiario/diario-download-form.xhtml?dataPublicacao=1964-12-09&nroPagina=1
1965	Decreto 17.750/1965	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=42563&Texto=&Origem=1
1967	Decreto 18.719/1967	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=41009&hTexto=&Hid_IDNorma=41009
1969	Decreto 19.801/1969	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=39453&hTexto=&Hid_IDNorma=39453
1970	Constituição 1970	https://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=ii6qvS3n7QA%3d&tabid=3107&language=pt-BR
1971	Decreto 21.117/1971	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=37278&hTexto=&Hid_IDNorma=37278
1971	Decreto 21.120/1971	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=37282&hTexto=&Hid_IDNorma=37282
1972	Decreto 21.843/1972	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=36275&hTexto=&Hid_IDNorma=36275
1979	Decreto 28.650/1979	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=27878&hTexto=&Hid_IDNorma=27878
1979	Decreto 28.709/1979	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=29231&hTexto=&Hid_IDNorma=29231
1979	Decreto 29.056/1979	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=27294&hTexto=&Hid_IDNorma=27294
1979	Decreto 29.194/1979	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=26941&hTexto=&Hid_IDNorma=26941

1983	Decreto 31.120/1983	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=23995&hTexto=&Hid_IDNorma=23995
1984	Decreto 31.754/1984	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=22281&hTexto=&Hid_IDNorma=22281
1989	Constituição 1989	http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359
1989	Decreto 33.314/1989	http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=18590&hTexto=&Hid_IDNorma=18590
1989	Decreto 33.315/1989	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=18591&hTexto=&Hid_IDNorma=18591
1991	Lei 9.433/1991	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=16715&hTexto=&Hid_IDNorma=16715
1995	Lei 10.356/1995	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12523&hTexto=&Hid_IDNorma=12523
1995	Decreto 35.918/1995	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12171&hTexto=&Hid_IDNorma=12171
1996	Lei 10.726/1996	https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/replegiscomp/Lei%20n%C2%BA%2010.726.pdf
1996	Lei 10.898/1996	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=9674&hTexto=&Hid_IDNorma=9674
2001	Lei 11.690/2001	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=1282&hTexto=&Hid_IDNorma=1282
2001	Lei 11.691/2001	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=1283&hTexto=&Hid_IDNorma=1283
2002	Decreto 41.491/2002	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=1115&Texto=&Orige

		m=1
2003	Decreto 42.394/2003	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=46588&hTexto=&Hid_IDNorma=46588
2004	Decreto 42.918/2004	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=47316&hTexto=&Hid_IDNorma=47316
2007	Lei 12.697/2007	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=50633&hTexto=&Hid_IDNorma=50633
2007	Decreto 44.996/2007	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=50576&hTexto=&Hid_IDNorma=50576
2008	Lei 12.921/2008	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51578&hTexto=&Hid_IDNorma=51578
2008	Decreto 45.670/2008	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51720&hTexto=&Hid_IDNorma=51720
2008	Decreto 45.868/2008	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=52030&hTexto=&Hid_IDNorma=52030
2008	Decreto 45.926/2008	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=52108&hTexto=&Hid_IDNorma=52108
2009	Decreto 46.701/2009	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=53277&hTexto=&Hid_IDNorma=53277
2011	Lei 13.601/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=55663&hTexto=&Hid_IDNorma=55663
2011	Decreto 48.648/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=57033&hTexto=&Hid_IDNorma=57033
2011	Lei 13.809/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNorm

		as=56787&hTexto=&Hid_IDNorma=56787
2011	Decreto 48.070/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=56201&hTexto=&Hid_IDNorma=56201
2011	Lei 13.704/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/replegiscomp/Lei%20n%C2%BA%2013.704.pdf
2011	Lei 13.705/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/replegiscomp/Lei%20n%C2%BA%2013.705.pdf
2011	Decreto 47.940/2011	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=56009&hTexto=&Hid_IDNorma=56009
2012	Lei 13.924/2012	https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/replegiscomp/Lei%20n%C2%BA%2013.924.pdf
2012	Decreto 49.577/2012	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58325&hTexto=&Hid_IDNorma=58325
2012	Decreto 49.770/2012	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58564&hTexto=&Hid_IDNorma=58564
2012	Decreto 49.951/2012	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58792&hTexto=&Hid_IDNorma=58792
2012	Decreto 49.507/2012	http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=58241&hTexto=&Hid_IDNorma=58241
2013	Decreto 50.018/2013	https://esporte.rs.gov.br/upload/arquivos/201906/05105032-19163829-1475786469-dec-criando-o-cee-1.pdf
2013	Decreto 50.198/2013	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=59146&hTexto=&Hid_IDNorma=59146
2013	Lei 14.383/2013	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=60298&hTexto=&Hid_IDNorma=60298
2014	Lei 14.443/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=60408&Texto=&Orig

		em=1
2014	Lei 14.488/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=60688&hTexto=&Hid_IDNorma=60688
2014	Decreto 51.355/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=60738&Texto=&Origem=1
2014	Decreto 51.830/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=61357&hTexto=&Hid_IDNorma=61357
2014	Lei 14.633/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=61749&hTexto=&Hid_IDNorma=61749
2014	Lei 14.669/2014	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=61858&hTexto=&Hid_IDNorma=61858
2015	Decreto 52.314/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=61997&hTexto=&Hid_IDNorma=61997
2015	Decreto 52.426/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62145&hTexto=&Hid_IDNorma=62145
2015	Decreto 52.427/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62146&hTexto=&Hid_IDNorma=62146
2015	Lei 14.733/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62332&hTexto=&Hid_IDNorma=62332
2015	Decreto 52.752/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62616&hTexto=&Hid_IDNorma=62616
2015	Lei 14.814/2015	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62727&hTexto=&Hid_IDNorma=62727
2016	Lei 14.829/2016	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNorm

		as=62742&hTexto=&Hid_IDNorma=62742
2016	Lei 14.853/2016	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=62977&hTexto=&Hid_IDNorma=62977
2016	Decreto 53.053/2016	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=63100&hTexto=&Hid_IDNorma=63100
2016	Decreto 54.2552016	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=63408&hTexto=&Hid_IDNorma=63408
2017	Lei 14.984/2017	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=63671&hTexto=&Hid_IDNorma=63671
2017	Decreto 53.492/2017	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=63783&hTexto=&Hid_IDNorma=63783
2017	Decreto 53.743/2017	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=64142&hTexto=&Hid_IDNorma=64142
2018	Lei 15.136/2018	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=64630&hTexto=&Hid_IDNorma=64630
2018	Decreto 54.175/2018	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=64823&hTexto=&Hid_IDNorma=64823
2018	Lei 15.168/2018	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=64630&hTexto=&Hid_IDNorma=64630
2019	Decreto 54.535/2019	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=65315&hTexto=&Hid_IDNorma=65315
2019	Decreto 54.813/2019	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=65699&hTexto=&Hid_IDNorma=65699
2019	Lei 15.372/2019	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNorm

		as=65778&hTexto=&Hid_IDNorma=65778
2020	Lei 15.449/2020	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=66085&hTexto=&Hid_IDNorma=66085
2020	Decreto 55.291/2020	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=66573&hTexto=&Hid_IDNorma=66573
2020	Decreto 55.534/2020	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=70045&hTexto=&Hid_IDNorma=70045
2020	Lei 15.540/2020	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=70784&hTexto=&Hid_IDNorma=70784
2021	Lei 15.595/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=71478&hTexto=&Hid_IDNorma=71478
2021	Lei 15.645/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=71748&hTexto=&Hid_IDNorma=71748
2021	Decreto 55.967/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=71824&hTexto=&Hid_IDNorma=71824
2021	Lei 15.754/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=72233&hTexto=&Hid_IDNorma=72233
2021	Lei 15.787/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=72316&hTexto=&Hid_IDNorma=72316
2021	Lei 15.787/2021	https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=72314&hTexto=&Hid_IDNorma=72314